

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

DIEGO LOPES DA SILVA

Armas, Capital e Dependência: Um Estudo sobre a Militarização na América do Sul

SÃO PAULO

2018

DIEGO LOPES DA SILVA

Armas, Capital e Dependência: Um Estudo sobre a Militarização na América do Sul

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.

Orientador: Prof. Dr. Héctor Luís Saint-Pierre

SÃO PAULO

2018

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Silva, Diego Lopes da.
S586 Armas, capital e dependência : um estudo sobre a militarização na América do Sul / Diego Lopes da Silva. – São Paulo, 2018.
185 f. : il.; 30 cm.

Orientador: HéctorLuís Saint-Pierre.
Tese (Doutorado em Relações Internacionais)–
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2018.

1. América do Sul – Defesa – Aspectos econômicos. 2. América do Sul – Defesa – Aspectos políticos. 3. Venezuela – Defesa – Aspectos econômicos. 4. Venezuela – Defesa – Aspectos políticos. 5. América do Sul – Relações exteriores. 6. Venezuela – Relações exteriores. 7. Indústria bélica – América do Sul. I. Título.

CDD 355.03308

DIEGO LOPES DA SILVA

Armas, Capital e Dependência: Um Estudo sobre a Militarização na América do Sul

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.

Orientador: Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Héctor Luís Saint Pierre (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita - Filho” UNESP)

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP)

Prof. Dr. Eduardo Mariutti (Universidade de Campinas - UNICAMP)

Prof. Dr. Jorge Battaglino (Universidade Torcuato di Tella)

Prof. Dr. Antônio Jorge Ramalho (Universidade de Brasília - UnB)

São Paulo, 25 de abril de 2018.

Para a Ana, que com seu amor generoso me mostrou um “Bom que é bom demais para ser aqui”.

AGRADECIMENTOS

Ana, eu escrevo esse agradecimento a você já sabendo que ele não será suficiente. Não há palavra que dê conta de expressar minha gratidão pelo seu apoio constante durante a escrita desta tese. Inúmeras vezes eu fraquejei, duvidei de mim mesmo e de tudo mais, e em todas elas você me ajudou a levantar e a respirar. Sua generosidade e amor foi o que me manteve ligado àquilo que realmente importa, sempre me oferecendo um sopro de sobriedade em meio ao caos. Espero que você continue a me dar o privilégio de viver ao seu lado e de expressar minha gratidão diariamente.

Devo também agradecer à fundamental orientação acadêmica e estimada amizade do Prof. Dr. Héctor Luís Saint-Pierre. Maestro, lá se vão dez anos de orientação, durante os quais tive o privilégio de aprender continuamente com o senhor. Eu agradeço a confiança que depositou em mim e a amizade com a qual me agraciou. Seu entusiasmo incansável e comprometimento em construir um pensamento crítico sobre os temas de Defesa animaram a escrita destas páginas. Muito obrigado pelo exemplo e pelo apoio! Agradeço também à Prof^a. Dr^a. Suzeley Kalil Mathias e ao Prof. Dr. Samuel Soares pelo apoio constante desde os anos da graduação.

Aos meus pais e à minha irmã, meu eterno agradecimento pelo amor que me nutre. Meus pais deram o exemplo de perseverança, luta e amor que me sustentou durante os árduos anos do doutorado. A eles devo tudo.

Preciso agradecer, e muito, ao Raphael Camargo Lima, vulgo Robin, pela amizade já de longa data e pela inestimável ajuda durante a escrita desta tese. Muito obrigado pela leitura atenta das diversas versões do texto e pelas longas conversas. Entre uma ideia e outra, sempre boas risadas. Agradeço também ao Matheus Oliveira, que também me escutou pacientemente tagarelar sobre minha pesquisa. Ao Flávio Leão Pinheiro, agradeço as diversas orientações sobre a vida acadêmica que ele generosamente compartilhou comigo.

Fazer parte do GEDES foi fundamental para minha formação como pesquisador. Cada vez mais percebo que os laços de solidariedade ali estabelecidos são uma exceção no ambiente competitivo da academia. Agradeço especialmente a Bárbara Motta – companheira nas penúrias da pós-graduação –, Raquel Gontijo e Laura Donadelli.

I also need to express my deep gratitude to SIPRI's AMEX team. You all have received me with nothing but kindness, generosity, friendship and respect. Aude, you were an amazing supervisor and an example to follow. Since day one you helped me with your critical thinking and patient guidance. Thank you so much! Nan Tian, a.k.a. "The Data Man", your friendship

made being away from home a whole lot easier. You have been tremendously generous with your time and patience. Thanks for the econometrics lessons and the laughs. I would like to thank Siemon and Pieter Wezeman for the crucial help in my research and for the knowledge they have shared with me. Siemon and I spent a lot of time converting arms purchases to TIV's. For that, I am eternally grateful. Alexandra Kuimova, sharing an office with you was a privilege. Thank you for your friendship and all the good conversations we had. Also, I would like to thank Noel Kelly and Richard Ghiasy for the all good laughs: thank you!

Finalmente, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido a esta pesquisa.

Aprenderão! Aprenderão! Dominarei esta terra; botarei estas históricas tradições em ordem! Pela força! Pelo amor da força! Pela harmonia universal dos infernos, chegaremos a uma Civilização.

Porfírio Díaz na cena final do filme Terra em Transe, de Glauber Rocha.

RESUMO

Como os países sul-americanos financiam suas atividades militares? A militarização, aqui compreendida como o acúmulo das capacidades de coerção, é uma atividade que demanda a provisão de volumosos recursos por períodos relativamente longos. Apesar desta necessidade, os investimentos militares na América do Sul são realizados de forma cíclica. O caráter errático da disponibilidade de recursos financeiros representa um dos principais obstáculos à sustentabilidade dos projetos de Defesa. Nesta pesquisa, argumentaremos que o caráter cíclico da militarização na América do Sul é tributário de especificidades nos processos de formação econômica e estatal dos países que a compõem. A forma econômica exportadora de *commodities* e os impedimentos políticos ao avanço da extração fiscal renderam as finanças estatais dependentes de financiamento externo via endividamento ou exportações de *commodities*. Esses traços, emergentes dos processos de formação econômica e estatal de outrora, mostram-se resilientes e ainda influentes no período contemporâneo. Neste predicamento, a militarização, em essência, é um problema de receita: o acúmulo das capacidades de coerção se relacionará a momentos de disponibilidade de crédito externo e/ou apreciação nos preços das *commodities*. Esta hipótese é submetida a escrutínio em um estudo de caso sobre os gastos militares venezuelanos entre 1970 e 2013 e em um estudo sobre os determinantes da produção de armamentos na América do Sul entre 1960 e 2015. Nossas conclusões evidenciam o papel do endividamento externo e das receitas das exportações de *commodities* no financiamento da militarização sul-americana, e jogam luz sobre os efeitos deletérios da reprimarização econômica sobre a produção doméstica de armamentos.

Palavras-chave: Militarização. Economia de Defesa. América do Sul.

ABSTRACT

How do South American countries fund their militaries? Militarization, understood here as the accumulation of coercive capacities, is an activity that demands the provision of large resources for relatively long periods. Despite this necessity, military investments in South America are carried out cyclically and episodically. The erratic nature of military spending is one of the main obstacles to national defense strategies. In this research, we argue that the cyclical character of militarization in South American countries is a result of certain specificities regarding their economic and state formation processes. The commodity-exporting economies and the political impediments to fiscal extraction yielded the state finances dependent on external financing sources, namely external borrowing, and commodity export revenues. These traits are fairly resilient and still influential to this day. In this predicament, militarization constitutes a revenue problem: the accumulation of coercive capacities will occur when external credit is available and/or commodity prices ascend. This hypothesis is subject to scrutiny in a case study on Venezuela's military expenditures between 1970 and 2013 and in a study on the determinants of arms production in South America between 1960 and 2015. Our findings highlight the role of external indebtedness and revenues from commodity exports in financing South American militarization and shed light on the deleterious effects of economic reprimarization on domestic arms production.

Keywords: Militarization. Defense Economics. South America.

RESUMEN

¿Cómo los países sudamericanos financian sus actividades militares? La militarización, aquí comprendida como la acumulación de las capacidades de coerción, es una actividad que demanda la provisión de voluminosos recursos por períodos relativamente largos. A pesar de esta necesidad, las inversiones militares en América del Sur se realizan de forma cíclica y episódica. El carácter errático de la disponibilidad de recursos financieros representa uno de los principales obstáculos a las estrategias nacionales de Defensa. En esta investigación, argumentaremos que el carácter cíclico de la militarización en América del Sur es tributario de las especificidades de los procesos de formación económica y estatal de los países que la componen. La forma económica exportadora de *commodities* y los impedimentos políticos al avance de la extracción fiscal rindieron las finanzas estatales dependientes de financiamiento externo vía endeudamiento o exportaciones de *commodities*. Estos rasgos, resultantes de los procesos de formación económica y estatal de antaño, se muestran resilientes e influyentes en el período contemporáneo. En este predicamento, la militarización, en esencia, es un problema de ingresos: la acumulación de las capacidades de coerción se relacionará a momentos de disponibilidad de crédito externo y/o apreciación de las *commodities*. Esta hipótesis es sometida a escrutinio en un estudio de caso sobre los gastos militares venezolanos entre 1970 y 2013, y en un estudio sobre los determinantes de la producción de armamentos en América del Sur entre 1960 y 2015. Nuestras conclusiones evidencian el papel del endeudamiento externo y de los ingresos de las exportaciones de *commodities* en el financiamiento militarización sudamericana, y arrojan luz sobre los efectos deletéreos de la reprimarización económica sobre la producción doméstica de armamentos.

Palabras clave: Militarización. Economía de Defensa. América del Sur

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	[VIOLÊNCIA] ORDEM E PROGRESSO.....	23
2.1	Uma Economia da Violência Organizada.....	23
2.2	Outras Vias ao Leviatã: Endividamento, Exportação e Inflação.....	28
2.3	“Venha a Nós o Vosso Reino [...]”.....	44
3	DUAS CONSEQUÊNCIAS DA MILITARIZAÇÃO PERIFÉRICA.....	60
3.1	Dividendos da Militarização: Da Excepcionalidade Política à Excepcionalidade Orçamentária.....	60
3.2	Militarização Dependente.....	72
3.2.1	Hierarquia e Dependência.....	81
3.2.2	Sobre Pensar por Analogia.....	88
4	PETRÓLEO E DÍVIDA: OS GASTOS MILITARES VENEZUELANOS ENTRE 1970 E 2013.....	89
4.1	Militarização em Três Atos.....	91
4.1.1	Primeiro Ato 1970-1981: Abundância.....	91
4.1.2	Segundo Ato 1982-1999: Escassez.....	99
4.1.3	Terceiro Ato 2000-2013: Abundância.....	103
4.2	Gastos Militares, Endividamento e Recursos Naturais.....	109
4.2.1	Gastos Militares e Dívida.....	109
4.2.2	Gastos Militares e Recursos Naturais.....	111
4.3	Dados.....	113
4.4	Estratégia Empírica.....	120
4.5	Análise Empírica e Interpretação dos Resultados.....	122
5	OS LIMITES DA MILITARIZAÇÃO PERIFÉRICA: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO DE ARMAMENTOS NA AMÉRICA DO SUL 1960-2015.....	127
5.1	A Economia da Produção de Armamentos.....	134
5.2	Estratificação Internacional e Produção de Armamentos.....	137
5.3	Dados.....	143
5.4	Estratégia Empírica.....	147
5.5	Análise Empírica e Interpretação dos Resultados.....	148

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
	REFERÊNCIAS.....	165
	ANEXO A – TESTES ESTATÍSTICOS	185

1 INTRODUÇÃO

“A receita do Estado é o Estado”, escreveu Edmund Burke. Conquanto reducionista, a afirmação parece-nos acurada. De fato, o imperativo da receita decreta os limites e possibilidades do governo da *res publica*. Sobre sua importância, Burke é peremptório:

Com efeito, tudo dela depende [da receita], seja para suporte ou para reforma. A dignidade de cada ocupação depende da quantidade e de que tipo de virtude pode ser exercitada a partir dela. Como todas as grandes qualidades da mente que operam em público, e não são meramente frágeis e sofredoras, requerem força para sua exibição, eu quase afirmei que por sua inequívoca existência, **a receita, que é a fonte de todo poder**, torna-se em sua administração a esfera de toda virtude ativa¹. (grifo nosso)

A passagem acima encadeia o exercício do poder estatal e o subsequente governo das coisas à disponibilidade de receita. A sociedade moderna, tal qual a conhecemos, burocrática e centralizada, emergiu lastreada por um aparato coercitivo que impôs pela força suas próprias condições de financiamento. O monopólio da taxaço vincula-se ao seu correspondente monopólio do exercício da violência. Norbert Elias afirma que a imbricação entre tais processos é de tal maneira profunda que resulta quase simbiótica: “nenhum possui precedência sobre o outro, ambos são dois lados do mesmo monopólio. Se um desaparecer, o outro automaticamente o seguirá”².

A inextricável associação entre o Estado e suas receitas pareceu-nos um ponto de partida promissor para o estudo da militarização, aqui compreendida como o acúmulo das capacidades de coerção³. A formação de exércitos e sua manutenção é um aspecto da atividade estatal que consome um quinhão expressivo do erário. O monopólio legítimo da violência, ao menos assim argumentaremos, é em certa medida um produto econômico; consubstancia-se ao consumir trabalho e capital tal qual outras mercadorias. Essa formulação impõe um problema fundamental às sociedades de capitalismo periférico: de que modo Estados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento financiam suas atividades militares?

Nesta tese, estudamos o financiamento da militarização na América do Sul. Nosso argumento central é o de que o acúmulo das capacidades de coerção se dá preponderantemente em períodos de disponibilidade de crédito externo e/ou valorização nos preços da *commodities*. Essa dependência de receitas externas resulta de idiosincrasias no processo de formação estatal

¹ BURKE, Edmund. **Reflections on the Revolution in France and on the Proceedings in Certain Societies in London Relative to that Event**. London: Penguin Books. 1986 [1790], p.445.

² ELIAS, Norbert. **Power and civility**. New York: Pantheon, 1982, p. 104. *apud* TILLY, Charles. **Coercion, capital, and European states, AD 990 – 1990**. Cambridge: Basil Blackwell, 1990, p. 85

³ Retornaremos a esta definição com maior diligência no primeiro capítulo.

e econômica deste conjunto de países. Apresentamos essas especificidades no primeiro capítulo deste texto. Por ora, cabe apenas familiarizar o leitor com nossa proposição.

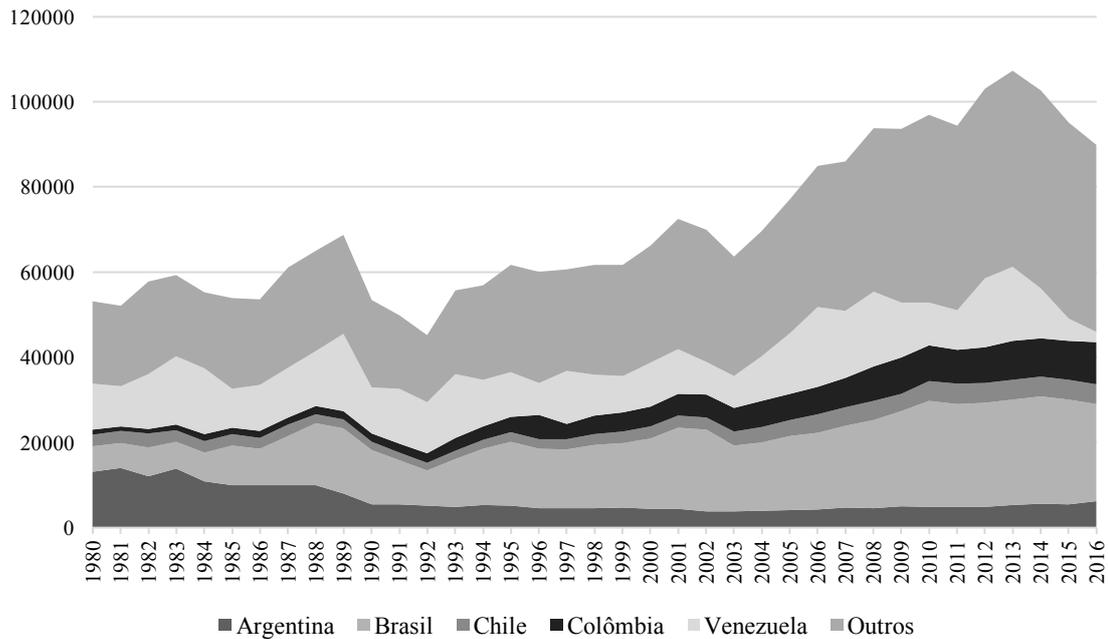
Esperamos que, ao retroceder temporalmente aos processos iniciais dos Estados, alguma luz possa ser jogada sobre a militarização sul-americana transcorrida desde meados dos anos 2000. À época, muito se escreveu sobre o aumento expressivo nos gastos militares e nas importações de armamento. As aquisições bélicas foram de tal monta que a hipótese de uma corrida armamentista na América do Sul foi levantada, ainda que tenha sido rejeitada logo em seguida por análises mais sóbrias. Do mesmo modo, uma plethora de artigos, teses e dissertações foi dedicada às iniciativas de revitalização das indústrias de Defesa em diversos países da região. Essa literatura certamente contribuiu sobremaneira à nossa compreensão sobre as motivações políticas dessas iniciativas. Entretanto, alguns aspectos deste período careciam de uma análise mais pormenorizada. Referimo-nos, por exemplo, à associação entre o aumento nos investimentos militares e a alta nos preços das *commodities*. Haveria nesta relação uma condicionalidade que permitiria explicar a militarização na América do Sul? Na tentativa de responder esta questão, vimo-nos compelidos a ampliar nosso escopo temporal. Foi preciso conferir uma perspectiva histórica mais profunda à militarização dos anos 2000.

Ao fim da década de 2010, época da escrita desta tese, o cenário político e econômico sul-americano mostra-se profundamente distinto daquele do início dos anos 2000, tão propício às iniciativas no campo da Defesa. O fim do *boom* das *commodities* exerceu impacto expressivo sobre as economias da sub-região. Os índices econômicos pujantes de outrora foram substituídos por taxas de crescimento tímidas e economias estagnadas. As condições econômicas profícuas aos projetos de desenvolvimento e à promoção das capacidades de produção doméstica de armamentos parecem minguar. Em decorrência, investimentos militares foram reduzidos e programas de produção de armamentos atrasados. A concomitância entre o fim do ciclo das *commodities* e as atuais dificuldades no setor da Defesa de diversos países sul-americanos reafirma a necessidade de explorarmos mais a fundo o caráter externo do financiamento militar na América do Sul.

Nossa análise se restringirá a cinco países sul-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela. É bem verdade, contudo, que pretendemos estender nosso argumento à América do Sul; defenderemos que os fenômenos estudados nestes cinco casos decorrem de traços compartilhados por outros países da sub-região, qual seja, a excepcionalidade política dos militares, a baixa capacidade de extração fiscal e a economia exportadora de bens primários. De tal modo, as conclusões por nós encontradas, ainda que coligidas a partir de um número restrito de casos, guardam certa validade externa àqueles países de condições análogas. O

primeiro e o segundo capítulo tratarão de expor e discutir estes elementos compartilhados e suas raízes históricas. Entretanto, nossa amostra é representativa. Estes cinco países foram responsáveis por 88.2% dos gastos militares sul-americanos entre 1980 e 2016. A parcela é expressiva e nos indica que as tendências sub-regionais no dispêndio militar são majoritariamente impulsionadas pelo comportamento orçamentário destes países.

Gráfico 1 - Gastos Militares Sul-Americanos 1980-2016

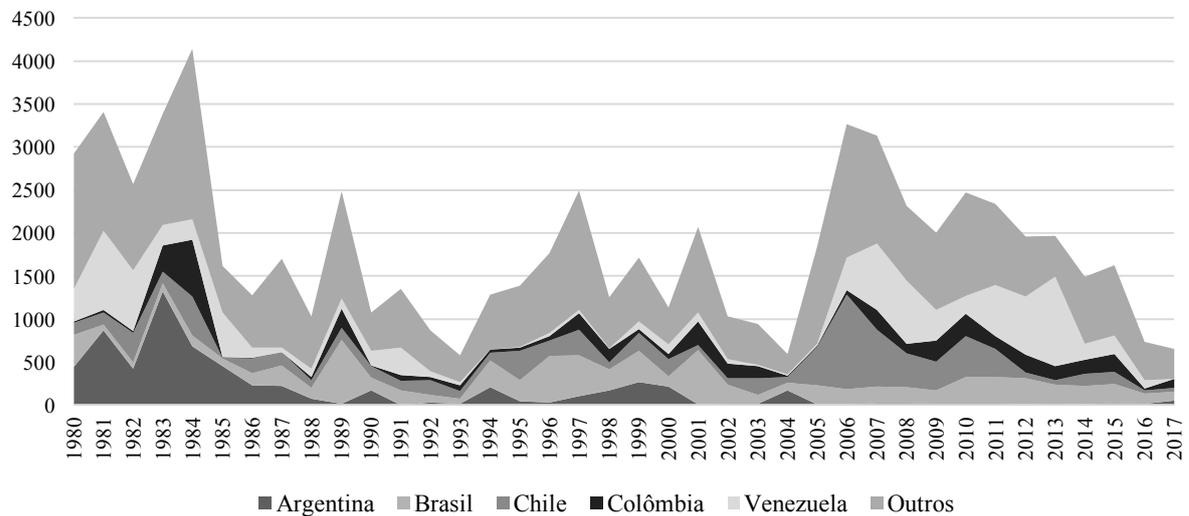


Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo SIPRI. Gastos Militares estão calculados em milhões de dólares a valores constantes de 2015.

Do mesmo modo, as transferências internacionais de armamentos à América do Sul são concentradas nestes cinco países: entre 1980 e 2016, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela receberam 77,8% dos sistemas de armas transferidos à América do Sul. Outrossim, as principais indústrias de armamentos restringem-se a estes países, com destaque para Argentina, Brasil e Chile. Outro indicativo que sustenta a escolha de nossa amostra é o Produto Interno Bruto: os países aqui estudados possuem as cinco maiores economias da América do

Sul. Diversos estudos empíricos apresentam evidências de associação entre o PIB, investimentos militares⁴ e produção de armamentos⁵.

Gráfico 2 - Importações de Sistemas de Armas Sul-Americanas 1980-2016



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo SIPRI. Importações de sistemas de armas estão calculadas Valores Indicadores de Tendência (*Trend Indicator Values*) expressados em milhões de dólares a valores constantes de 1990.

A importância destacada destes países é observada nas análises acadêmicas sobre o tema. Battaglino⁶, por exemplo, escreveu sobre os determinantes das compras de armamentos na América do Sul baseando-se no mesmo conjunto de países. Por sua vez, Villa⁷ amplia essa amostra ao incluir o caso peruano. Noutra ocasião, Villa e Weiffen⁸ analisaram as forças motrizes do rearmamento sul-americano utilizando como estudos de caso a Argentina, Brasil e Venezuela. Portanto, a generalização moderada a partir de casos chave é uma prática difundida

⁴ PERLO-FREEMAN; BRAUNER, Jennifer. Natural resources and military expenditure: The case of Algeria. **Economics of Peace and Security**. Vol. 7, N. 1, 2012; DUNNE, P.; PERLO-FREEMAN, S.; SOYDAN, A. Military expenditure and debt in small industrialized economies: a panel analysis. **Defence and Peace Economics**. Vol. 14, N. 2, 2004; BENOIT, Emile. **Defense and Growth in Developing Countries**. Boston, MA: Heath, Lexington Books, 1973; BENOIT, Emile. Growth and Defense in Developing Countries. **Economic Development and Cultural Change**. Vol. 26, No. 2, 1978, p. 271-280.

⁵ YESILYURT, Filiz; GÜLOĞLU, Bülen; YESILYURT, Ensar. The Determinants of Arms Production. **Defence and Peace Economics**. Vol. 25, No. 2, p.205-211, 2014; NEUMAN, Stephanie. International Stratification and third World Military Industries. **International organization**, Vol. 38, N° 1, Winter, 1984; ROSH, Robert M. Third World Arms Production and the Evolving Interstate System. **The Journal of Conflict Resolution**. Vol. 34, No. 1, Mar., 1990;

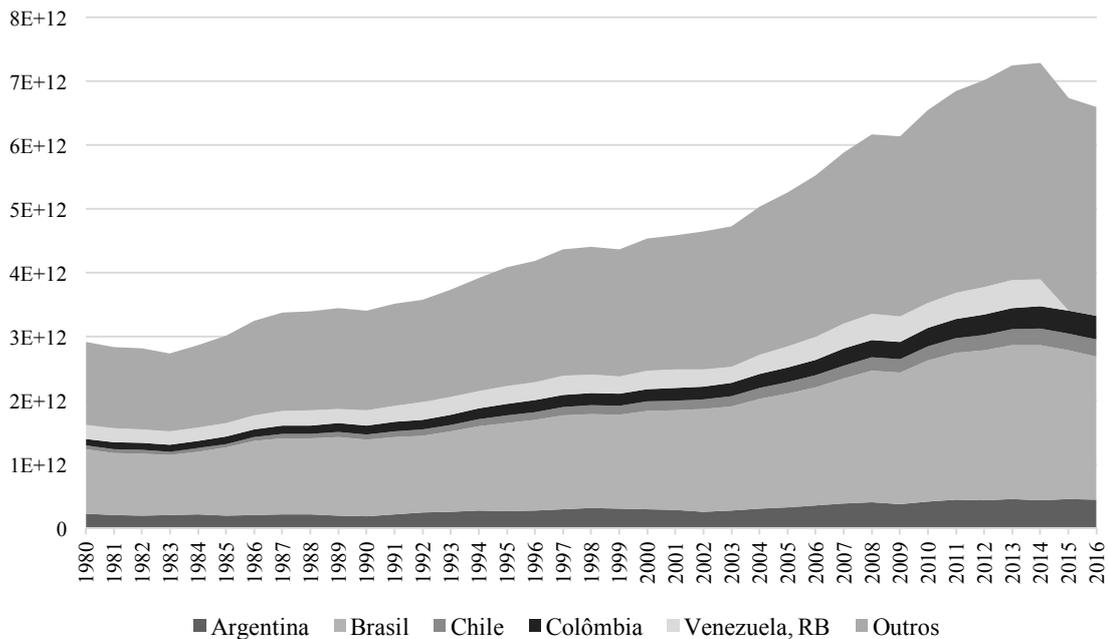
⁶ BATTAGLINO, Jorge. The Determinants of Arms Spending in South America. **Journal of Politics in Latin America**. Vol. 5, N. 2, 2013.

⁷ VILLA, Rafael; VIGGIANO, Juliana. Trends in South America's weapons purchases at the beginning of the new millennium. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol 55, No. 2, 2012.

⁸ VILLA, Rafael; WEIFFEN, Brigitte. South American Re-armament: From Balancing to Symbolizing Power. **Contemporary Security Policy**. Vol. 35, No. 1, 2014.

na literatura da área. Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela compõem uma amostra representativa das dinâmicas de militarização na América do Sul. Ao adotarmos esse mesmo recorte, é possível comparar nossos resultados àqueles apresentados previamente pela literatura, contribuindo assim para a corroboração ou refutação de conclusões anteriores.

Gráfico 3 - Produto Interno Bruto Sul-Americano 1980-2016



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo Banco Mundial. PIB calculado em milhões de dólares a preços constantes de 2010.

Em termos gerais, o problema ao qual nos dedicamos nesta tese refere-se às possibilidades, características e limites da militarização em países periféricos. A questão tornou-se objeto de grande interesse acadêmico na década de 1970, época marcada pela difusão das capacidades de produção de armamentos no Terceiro Mundo. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, apenas quatro países em desenvolvimento possuíam os recursos necessários para a produção de sistemas de armas; até fins da década de 1980, o número havia crescido para cinquenta⁹. O valor da produção de armamentos no Terceiro Mundo aumentou cinco vezes¹⁰ neste período. O fenômeno parecia reconfigurar os termos da relação entre a Periferia e o Centro, uma vez que a eventual diminuição das importações de armamentos potencialmente erodiria as capacidades de influência política dos fornecedores. Ao analisar a conjuntura dos

⁹ ROSH, Robert. Third World Arms Production and the Evolving Interstate System. **The Journal of Conflict Resolution**. Vol. 34, Nº 1, 1990, p. 57-73.

¹⁰ BRZOSKA, Michael; OHLSON, Thomas. Arms Production in the Third World; An Overview. In: BRZOSKA, Michael; OHLSON, Thomas (Ed.). **Arms Production in the Third World**. London: Taylor & Francis, 1986, p. 9.

anos 1980, Steven Miller argumentou que a difusão das capacidades de produção de armamentos integrava um processo abrangente de transição de poder:

O fenômeno da produção doméstica de armas é uma pequena dimensão de um desenvolvimento muito maior: a difusão do poder em todo o sistema internacional. Isso ocorreu nos domínios econômico e político, bem como no militar. Em cada caso, isso envolveu a erosão das incríveis concentrações de poder político, econômico e militar nas mãos de um pequeno número de grandes Estados industriais¹¹.

Não obstante, Miller enganou-se sobre a dimensão dessa transformação. Análises posteriores indicaram que a disposição hierárquica entre os produtores de armamentos, a despeito da emergência de novos fornecedores, prevaleceu. A sustentabilidade daquelas indústrias de armamentos emergentes mostrou-se uma tarefa árdua. As adversidades eram várias: economias de escala limitada, instituições frágeis e baixos investimentos em pesquisa e desenvolvimento são algumas delas. Neste aspecto, Conca expressa o quão intrigante fora a experiência brasileira: “se a ascensão do Brasil expôs a falta de consenso sobre o que faz a industrialização militar no Terceiro Mundo possível, sua queda subsequente evidenciou a pobre compreensão sobre o que a faz sustentável”¹². O atual cenário ímprobo à Defesa na América do Sul nos compele a revisitar as possibilidades de sustentação a médio e longo prazo dos projetos militares na sub-região. Sem embargo, argumentamos ser necessário considerar as especificidades da militarização sul-americana e sua relação com a capacidade fiscal estatal. Neste aspecto, acatamos à recomendação de Ayoob: “é essencial considerar a construção estatal como o ponto de partida no estudo da segurança no Terceiro Mundo”¹³. Nossa análise parte desta consideração.

Há toda uma sorte de abordagens metodológicas possíveis ao estudo da militarização. Também neste assunto, a clivagem epistêmica entre o explicativo (*Erklären*) e o compreensivo (*Verstehen*) se reproduz¹⁴. Afora as eventuais predileções do pesquisador, a alternância entre estes paradigmas científicos respondeu em grande parte ao avanço na construção de bases de dados especializadas. Na década de 1970, época na qual os estudos sobre a militarização proliferaram-se, a disponibilidade de dados quantitativos sobre as transferências de armamentos

¹¹ MILLER, Steven E. Arms and the Third World: Indigenous Weapons Production. **PSIS Occasional Paper No. 3**. December, 1980, p. 25

¹² CONCA, Ken. **Manufacturing Insecurity: The Rise and Fall of Brazil's Military-Industrial Complex**. London: Lynne Rienner, 1997, p. 5.

¹³ AYOOB, Mohammed. **The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and International System**. Boulder: Lynne Rienner, 1995, p. 194.

¹⁴ Para uma discussão epistemológica aprofundada sobre essas tradições e a contribuição da sociologia compreensiva de Max Weber a este debate, ver SAINT-PIERRE, Héctor. **Max Weber: Entre a Paixão e a Razão**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

e gastos militares era precária. O *Stockholm Peace Research Institute* (SIPRI) foi criado em 1966, de modo que séries históricas consistentes desses dados só foram oferecidas anos depois. Assim, não é de se estranhar que a maioria das pesquisas produzidas neste período tenham adotado recorte qualitativo. Ainda que houvesse interesse na elaboração de estudos quantitativos, a ausência de dados em larga escala impediu que esse ramo se desenvolvesse.

Embora as investigações quantitativas sobre a militarização fossem escassas, os estudos qualitativos obtiveram grande avanço no entendimento sobre este fenômeno. As aproximações promovidas entre a Economia Política e a militarização foram especialmente férteis. Neste aspecto, os Estudos de Paz devem ser destacados pelos seus logros. Em seu bojo, uma abordagem estrutural à produção e transferências de armamentos foi rascunhada. Posteriormente, essa proposta foi retomada no início dos anos 1990 por Keith Krause, cujo livro *“Arms and the State”*¹⁵ apresenta um argumento eminentemente derivado da Economia Política, contudo lastreado por uma profusão de dados quantitativos sobre o comércio internacional de armamentos. Krause dificilmente poderia ter completado seu esforço sem o avanço na qualidade dos dados quantitativos disponíveis.

Os estudos produzidos desde do começo dos anos 1980 até a escrita desta tese já contaram com dados quantitativos maiores e melhores sobre produção e transferências de armamentos e gastos militares. A disponibilidade surtiu efeito sobre a condução das pesquisas sobre o tema: os estudos sobre a militarização serviram-se de instrumentos estatísticos até então relativamente escassos na área. A despeito das valorosas contribuições dos estudos qualitativos sobre os aspectos fundamentais da militarização, as questões sobre a relação entre os investimentos militares e o crescimento econômico, bem como os impactos da produção de armamento nas economias periféricas, demandavam o uso de outros métodos. Em larga medida, a então emergente literatura quantitativa perseguiu as mesmas hipóteses que os estudos qualitativos, ora corroborando-as, ora refutando-as.

Nesta tese, buscamos nos servir dos dados quantitativos disponíveis sobre gastos militares e transferências de armamentos e da literatura qualitativa já escrita sobre o tema. Alinhamo-nos, portanto, àqueles que julgam que as clivagens epistêmicas mais prejudicam que auxiliam a empreitada científica. Há toda uma abordagem à empreitada científica fundamentada na combinação de instrumentos metodológicos distintos¹⁶. A triangulação de conclusões a partir

¹⁵ KRAUSE, Keith. **Arms and the state: patterns of military production and trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

¹⁶ Para uma ampla discussão sobre os métodos mistos, ver JOHNSON, R. Burke; ONWUEGBUZIE, Anthony J.; TURNER, Lisa A. Toward a Definition of Mixed Methods Research. **Journal of Mixed Methods Research**. Vol. 1, N. 2, 2007, p. 112-133.

de tratamentos diferentes fortalece sobremaneira as evidências encontradas¹⁷. Como afirma Bourchard, a convergência entre conclusões resultantes de métodos distintos “melhora nossa expectativa de que tais resultados são válidos e não artefatos metodológicos”¹⁸, isto é, determinados pelo método utilizado. A seguir, reproduzimos um excerto de Schwandt que sumariza nossa concepção:

Toda pesquisa é interpretativa e nos deparamos com uma multiplicidade de métodos que são adequados para diferentes tipos de compreensão. Assim, o meio tradicional de familiarização do pesquisador com sua própria identidade pelo alinhamento a um conjunto particular de métodos (ou pela definição em um departamento como um estudante de métodos ‘qualitativos’ ou ‘quantitativos’) não é mais muito útil. Se quisermos ir adiante, precisamos nos livrar dessa distinção.¹⁹

De tal sorte, nesta pesquisa combinamos uma abordagem sociológica e interpretativa à militarização na América do Sul ao uso da econometria, recurso amplamente difundido nos estudos da Economia de Defesa. Não houve um compromisso prévio em conferir maior espaço a qualquer uma dessas vias; adaptamos o método às demandas do objeto e de nossas perguntas. Nos capítulos empíricos desta tese discutimos com maior diligência as opções metodológicas eleitas para cada etapa. Nesta introdução, gostaríamos apenas de ambientar o leitor sobre o instrumental utilizado.

Devemos mencionar ainda que parte da pesquisa empreendida na elaboração desta tese foi realizada no SIPRI²⁰. Isto permitiu que remediássemos lacunas expressivas nos dados referentes à produção de armamentos e aos gastos militares na América do Sul. Algumas das conclusões alcançadas em nosso estudo só foram possíveis porque nos esforçamos para construir novas séries históricas e bases de dados específicas a nossa empreitada. A temporada no SIPRI certamente contribuiu para um refinamento no tratamento dos dados que esperamos ter ficado evidente. Outrossim, também serviu para que os limites e fraquezas dos dados fornecidos pelo instituto fossem conhecidos e, quando possível, remediados.

Dividimos esta tese da seguinte forma. Dedicamos o primeiro capítulo à discussão dos processos de formação estatal e econômica dos países sul-americanos. Na primeira seção, deslindamos com maior minúcia o argumento sobre a relação entre a receita e a militarização.

¹⁷ WEBB, E. J.; CAMPBELL, D. T.; SCHWARTZ, R. D., & Sechrest, L. **Unobtrusive measures**. Chicago: Rand McNally, 1966.

¹⁸ BOUCHARD, T. J., Jr. Unobtrusive measures: An inventory of uses. **Sociological Methods and Research**. Vol. 4, 1976, p. 268.

¹⁹ SCHWANDT, T. A. Three epistemological stances for qualitative inquiry. In: DENZIN, N. K., LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2000, p. 210.

²⁰ Como parte de meu doutorado sanduíche, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Processo 2016/09593-2), fui pesquisador convidado do SIPRI por 12 meses.

Nesta etapa, os trabalhos de Charles Tilly²¹ e Miguel Centeno²² foram de grande valia. Nos munimos também de dados sobre os preços das *commodities* e sobre o comportamento fiscal dos Estados sul-americanos no século XIX. A segunda seção daquele capítulo apresenta ao leitor o processo de importação de modelos militares europeus para a América do Sul. Argumentamos que ao transplantar Formas da Força de capital-intensivo a países de capitalismo periférico, cria-se uma demanda por armamentos cuja economia nacional é incapaz de suprir. Em decorrência, instaura-se uma dependência pela importação de armamentos de difícil superação. Esperamos que ao final deste primeiro capítulo os processos fundamentais da militarização na América do Sul estejam esclarecidos.

No segundo capítulo apontamos e discutimos duas consequências capitais da militarização na América do Sul. A primeira diz respeito aos impactos orçamentários da excepcionalidade política das Forças Armadas. Neste trecho, discutimos a hipótese, amplamente difundida entre os países da América do Sul, de que o dispêndio militar possui efeitos positivos sobre o crescimento econômico. Na análise deste argumento, compilamos os estudos econométricos sobre tal relação na América Latina. Esperamos que ao reunir estes trabalhos, as evidências nos indiquem se há alguma externalidade benéfica resultando dos gastos militares. A segunda consequência à qual nos atentaremos refere-se à incapacidade de produzir domesticamente aqueles armamentos necessários à Defesa nacional. A importação de modelos de organização militar originados em sociedades de capitalismo avançado implica na incorporação de uma demanda por armamentos de capital-intensivo cuja produção doméstica em larga escala, pelas debilidades econômicas nacionais, é dubitável. Neste trecho apresentamos as discussões teóricas sobre a militarização dependente introduzidas por Wendt e Barnett²³. Estes autores ensaiaram uma aproximação entre o estudo da militarização e a Teoria da Dependência que nos interessa perseguir com maior diligência. As duas consequências elaboradas neste segundo capítulo informam os esforços empíricos da tese.

No terceiro capítulo, conduzimos um estudo de caso sobre o financiamento dos gastos militares na Venezuela. Seus investimentos militares aumentaram abruptamente desde meados dos anos 2000. O incremento foi de tal monta que, em 2006, o orçamento militar venezuelano superou o brasileiro, cuja economia era 5.19 vezes maior que a sua à época²⁴. Em 2017, o

²¹ TILLY, Charles. **Coercion, capital, and European states, AD 990 – 1990**. Cambridge: Basil Blackwell, 1990.

²² CENTENO, Miguel Angel. **Blood and debt: war and nation-state in Latin America**. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002.

²³ WENDT, Alexander; BARNETT, Michael. Dependent State Formation and Third World Militarization. *Review of International*. Vol. 19, 1993, p. 321-347.

²⁴ Em dólares americanos a preços constantes de 2010.

cenário é profundamente distinto: seu Produto Interno Bruto (PIB) é 35 por cento menor que aquele alcançado em 2013; o decréscimo chega a 40 por cento se mensurado em termos *per capita*. Segundo Ricardo Hausmann²⁵, a Venezuela é em 2017 o país mais endividado do mundo. Parece-nos que considerar a dinâmica de seus gastos militares é tarefa fundamental para a compreensão não somente da situação atual venezuelana, mas de países de contexto econômico e social análogo. Se o argumento proposto nos capítulos iniciais desta tese for válido, esperamos observar na Venezuela uma dinâmica em que as Forças Armadas disfrutem de excepcionalidade orçamentária e que, dadas as limitações da estrutura fiscal, os gastos militares sejam em larga medida explicados pelo endividamento externo e/ou pelas variações nos preços do petróleo, principal *commodity* de sua economia. Esses elementos permitem, em tese, explicar a alocação de vultuosos recursos à Defesa, bem como sua volatilidade, responsiva às variações na precificação do petróleo.

O montante total alocado às Forças Armadas na Quinta República venezuelana é objeto de acalorado debate. A presença de mecanismos extra orçamentários de financiamento dificultam mensurações mais acuradas. As cifras fornecidas pelo SIPRI, por exemplo, são reconhecidamente subestimadas²⁶. De modo a remediar este problema, apresentamos uma série histórica inédita sobre os gastos extra orçamentários venezuelanos provenientes do *Fondo de Desarrollo Nacional* (FONDEN). Esperamos assim jogar luz sobre o comportamento fiscal daquele país e fornecer estimativas mais precisas sobre seu dispêndio militar.

No último capítulo, conduzimos um estudo sobre a produção de armamentos na América do Sul entre 1960 e 2015. Interessa-nos inquirir sobre a sustentabilidade das iniciativas de produção na sub-região, aspecto já examinado pela literatura. Não obstante, nosso recorte destaca os aspectos econômicos deste processo. Complementarmente às dinâmicas políticas e institucionais de suporte à indústria de armamentos, as condições econômicas são de fundamental importância na explicação dos ciclos de produção. Contudo, este determinante foi preterido na literatura qualitativa. À vista disso, cremos haver ainda um espaço para contribuir neste aspecto. Também neste capítulo, tal qual fora o caso no anterior, introduzimos novos dados: construímos para este estudo uma base de dados sobre a produção de armamentos na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela entre 1960 e 2015. Os dados fornecidos pelo SIPRI apreendem somente parte da produção doméstica de armamentos, haja vista que

²⁵ HAUSMANN, Ricardo. Venezuela's Unprecedented Collapse. **Project Syndicate**. 31 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/venezuela-unprecedented-economic-collapse-by-ricardo-hausmann-2017-07>>. Acesso em 29 de dez. de 2017.

²⁶ BROMLEY, Mark; SOLMIRANO, Carina. Transparency in military spending and arms acquisitions in Latin America and the Caribbean. **SIPRI Policy Paper 31**. Stockholm: SIPRI. January, 2012.

registram apenas as exportações e importações, ignorando aquilo que é comprado internamente pelo próprio Estado. Tal lacuna é apontada pela literatura como um expressivo impedimento às pesquisas sobre a indústria de armamentos²⁷. Valores sobre a produção doméstica de armamentos na América do Sul são encontrados de modo ocasional na literatura, de modo que a construção dessa base de dados foi necessária.

Nosso intuito nesta tese foi conferir à Economia de Defesa um caráter sociológico e histórico. Amiúde, os estudos sobre gastos militares e indústria de armamentos prescindem da História e da análise condições sociais nas quais aqueles investimentos são realizados. É mister, portanto, não fetichizarmos (*sic*) os números. As condições sociais que deram forma àquelas quantidades precisam ser consideradas. Igualmente, a Economia de Defesa em muito pode contribuir às investigações de recorte sociológico, complementando suas interpretações. Como toda e qualquer tese, este texto é uma síntese: nas páginas seguintes nos encarregamos de apresentar e dialogar com argumentos de áreas distintas, mas que são de absoluta relevância ao estudo da militarização na América do Sul. É nossa intenção contribuir ao debate sobre a Defesa e as perspectivas de desenvolvimento desta sub-região.

²⁷ SMITH, Ron P.; TASIRAN, Ali. Random coefficients models of arms imports. **Economic Modelling**. Vol. 27, N. 6, 2010, p. 1522-1528; YESILYURT, Filiz; GÜLOĞLU, Bülen; YESILYURT, Ensar. The Determinants of Arms Production. **Defence and Peace Economics**. Vol. 25, No. 2, p.205-211, 2014.

2 [VIOLÊNCIA] ORDEM E PROGRESSO

2.1 Uma Economia da Violência Organizada

A formação dos Estados na Periferia²⁸ apresenta idiossincrasias que questionam a pretensa validade universal da experiência europeia. Em diversas ocasiões²⁹, Mohamed Ayoob apresentou críticas obtundentes à generalização do modelo de construção estatal europeu enquanto referência de análise e processo. A dificuldade em se empregar categoricamente a experiência europeia, segundo Ayoob, encontra-se sobretudo na desproporção de tempo disponível aos países periféricos para que estes completassem o mesmo percurso de construção estatal logrado pelo Centro. Os processos de centralização das autoridades políticas na Europa duraram longos séculos³⁰, o que permitiu o reconhecimento da legitimidade política e um paulatino acúmulo das capacidades de coerção. Por sua vez, os países periféricos, precipuamente aqueles rebentos da descolonização, não usufruíram de quartel equivalente para completar o mesmo decurso³¹. À época de suas independências, o sistema internacional já se encontrava com suas bases institucionais sedimentadas. De tal sorte, restou-os a incorporação tardia à estrutura internacional em termos excepcionalmente desfavoráveis. Apesar de à

²⁸ As noções de Periferia, Semiperiferia e Centro serão utilizadas recorrentemente ao longo desta tese. Nosso entendimento sobre esses termos é baseado nas leituras de Raúl Prebisch e Immanuel Wallerstein. Portanto, a este estudo, a estratificação internacional pauta-se pela distribuição das capacidades de produção. Ainda que fundamentados em aspectos econômicos, a estratificação é profundamente política, uma vez que a hierarquização possibilita toda uma sorte de mecanismos de influência, controle e autoridade entre as camadas. Esta nota busca apenas alertar o leitor sobre a acepção adotada por nós. Estes entendimentos serão apurados ao longo do texto. Sobre as obras de Prebisch e Wallerstein, ver PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Problemas Principais. **Boletín económico de América Latina**. Vol. 7, N. 1, Santiago do Chile, 1962; e WALLERSTEIN, Immanuel. **World-System Analysis: An Introduction**. Durham: Duke University Press, 2006.

²⁹ AYOOB, Mohammed. **The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and International System**. Boulder: Lynne Rienner, 1995; AYOOB, Mohammed. The Third World in the System of States: Acute Schizophrenia or Growing Pains? **International Studies Quarterly**, Vol. 33, No. 1, 1989, p. 67-79; AYOOB, Mohammed. The Security Problematic of the Third World. **World Politics**, Vol. 43, 1991, p. 257-283.

³⁰ STRAYER, Joseph. *On the Medieval Origins of the Modern State*. Princeton: Princeton University Press, 1970, p. 23. *apud* AYOOB, Mohammed. The Security Problematic of the Third World. **World Politics**, Vol. 43, 1991, p. 266.

³¹ Ayoob faz a ressalva de que, a despeito de terem completado seu processo de independência com mais de um século de antecedência que as colônias africanas, os países latino-americanos não puderam desfrutar de tal vantagem. Para o autor, fatores estruturais, como a importação da cultura política e econômica da Ibéria pré-industrial, e a composição ibérica das elites nacionais, fossilizaram o desenvolvimento das antigas colônias até o início do século XX. AYOOB, Mohammed. *Op. Cit.*, 1995, p.33.

primeira vista elementar, uma das principais contribuições de Ayoob foi sublinhar o fato de que a construção dos Estados na Periferia não se deu no vácuo³².

As ideias apresentadas por Ayoob³³ questionam sobretudo a obra de Charles Tilly³⁴. O historiador norte-americano produziu um sólido corpo bibliográfico sobre a criação dos Estados na Europa³⁵. Em seu esforço mais referenciado³⁶, Tilly discute a relação simbiótica entre a guerra e a formação estatal³⁷. Na medida em que o fenômeno bélico se tornou mais complexo, argumenta o autor, os governantes viram-se ante a necessidade de incrementar as capacidades de organização, mobilização e armamento dos seus exércitos, o que resultou na criação de sistemas ostensivos de impostos e regiões administrativas. À vista disso, o empreendimento da guerra demandou uma burocratização da vida social que, por sua vez, favoreceu o estabelecimento de uma autoridade central.

Em suma, o modelo de criação estatal de Tilly orienta-se por quatro processos fundamentais:

- 1) Guerra: eliminação ou neutralização dos rivais fora dos territórios nos quais haja claro controle e contínua prioridade como empregadores da força;
- 2) construção estatal: eliminação ou neutralização dos rivais dentro dos territórios controlados;
- 3) proteção: eliminação ou neutralização dos rivais dentro de seus protegidos;
- 4) **extração: aquisição dos meios necessários às três primeiras atividades – guerra, construção estatal e proteção.**³⁸ (grifo nosso)

³² “A redução drástica de tempo e a condensação das várias fases da construção estatal, combinada ao baixo nível inicial de poder estatal, fornecem a explicação primária aos desafios agudos à centralização das estruturas do Estado nos países em desenvolvimento e aos altos níveis de violência endêmica na fase atual de construção estatal no Terceiro Mundo”. AYOOB, Mohammed. *The Security Problematic of the Third World*. **World Politics**, Vol. 43, 1991, p. 270.

³³ Outro autor de destaque no tema é ACHARYA, Amitav. *The Periphery as the Core: The Third World and Security Studies*. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. **Critical Security Studies: Concepts and Cases**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

³⁴ É bem verdade, contudo, que Tilly nunca pretendeu que sua teorização sobre a construção estatal europeia fosse aplicada em sua totalidade a outras regiões. Essa restrição é expressada no seguinte trecho: “O Terceiro Mundo do século XX não se assemelha muito à Europa do século XVI ou XVII. Em nenhum sentido simples podemos ler o futuro dos países do Terceiro Mundo no passado dos países europeus”. TILLY, Charles. *War Making and State Making as Organized Crime*. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Eds.). **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 169.

³⁵ Dentre as obras mais conhecidas estão: TILLY, Charles. **Coercion, capital, and European states, AD 990 – 1990**. Cambridge: Basil Blackwell, 1990; TILLY, Charles, p. Cit., 1985; e TILLY, Charles. *Reflections on the history of European state-making*. In: TILLY, Charles (Ed.). **The Formation of National States in Western Europe**. Princeton: Princeton University Press, 1975.

³⁶ TILLY, Charles. Op. Cit., 1990.

³⁷ Para outra referência sobre a mesma relação, ver BEAN, Richard. *War and the Birth of the Nation State*. **The Journal of Economic History**, Vol. 33, Nº 1, 1973, p. 203-221.

³⁸ TILLY, Charles. *War Making and State Making as Organized Crime*. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Eds.). **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 181.

Do excerto acima reproduzido, resta claro que a extração dos recursos financeiros é condição de possibilidade da construção estatal e do exercício da coerção. De fato, a atividade coercitiva requer instrumentos e organização que consomem financiamento, de modo que, em certo sentido, o exercício da violência política é um fenômeno econômico. Isso não significa dizer, nem contradizer, que determinadas modalidades econômicas compelem à violência; esta seria a base da relação entre militarismo e Imperialismo em Luxemburgo³⁹. Também não abordáramos a violência somente como um subproduto econômico, perdendo assim a dimensão cultural tão necessária à sua compreensão⁴⁰. Porém, o que tencionamos dizer com tal afirmação é que o monopólio da violência requer investimento de fatores produtivos, seja trabalho ou capital, como qualquer outra mercadoria, de maneira que a extração de recursos é essencial à coerção e ao governo da coisa pública.

Definamos, pois, coerção:

A coerção compreende toda aplicação combinada - ameaçada ou real - de uma ação que comumente causa perda ou dano às pessoas ou às posses de indivíduos ou grupos, os quais estão conscientes tanto da ação quanto do possível dano. (Essa definição desajeitada exclui o dano não-intencional, indireto e secreto.) **Onde o capital define um domínio de exploração, a coerção define um campo de dominação. Os meios de coerção estão centralizados nas Forças Armadas,** mas se estendem às oportunidades de prisão, expropriação, humilhação e divulgação de ameaças⁴¹. (grifo nosso)

O entendimento de coerção apresentado por Tilly guarda dois aspectos especialmente relevantes à nossa pesquisa. O primeiro refere-se ao fato de que a coerção não se restringe ao domínio interno. Não há, por definição, um vetor; a violência organizada orienta-se tanto ao externo quanto ao interno. Isto posto, temos que o **processo de acúmulo** dessa capacidade de coerção refere-se ao **aumento** dos potenciais danos infringidos aos indivíduos, aos grupos, e a suas propriedades. Entendemos que este incremento na capacidade de coagir é conceitualmente equivalente àquele da militarização. É bem verdade que há um debate, reavivado recentemente⁴², em torno da definição de militarização⁴³. Não obstante, é possível discernir as

³⁹ LUXEMBURGO, Rosa. **The Accumulation of Capital**. London: Routledge, 2003 [1913].

⁴⁰ FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Globo, 2006; KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006

⁴¹ TILLY, Charles. **Coercion, capital, and European states, AD 990 – 1990**. Cambridge: Basil Blackwell, 1990, p. 67.

⁴² STRAVIANAKIS, Anna; SELBY, Jan. Militarism and International Relations in the Twentieth-Century. In: STRAVIANAKIS, Anna; SELBY, Jan (Ed.). **Militarism and International Relations: Political Economy, Security, Theory**. London: Routledge, 2013.

⁴³ O militarismo, conceito próximo, porém distinto, refere-se “à inclinação em responder a conflitos com meios de coerção militares”. Por isso, não nos interessará discutir o militarismo. Ainda que haja relação entre esses dois termos, nossa atenção será orientada à dinâmica da militarização. EIDE, Asbjorn; THEE, Marek. Introduction. In: EIDE, Asbjorn; THEE, Marek (Eds.). **Problems of Contemporary Militarism**. London: Croom Helm, 1980, p. 9.

linhas fundamentais desse conceito. Nosso entendimento alinha-se àquele proposto por Eide e Thee, a quem a “militarização manifesta-se no incremento dos armamentos, avanços na capacidade destrutiva dos armamentos, aumento no número de efetivos das Forças Armadas, e incrementos dramáticos nos gastos militares”⁴⁴. Todos estes indicativos, hoje conceitualmente relacionados à militarização, são os avanços fundamentais à monopolização da violência e à construção estatal de outrora. A similaridade entre a definição de Tilly sobre a coerção e a de militarização proposta por Eide e Thee é evidente. Não há, portanto, prejuízo analítico e nem distorção conceitual significativa no tratamento destes dois termos como equivalentes. Por conseguinte, o processo de acumulação das capacidades de coerção será tratado doravante como correspondente àquele da militarização.

O segundo elemento que gostaríamos de sublinhar no excerto reproduzido na página anterior diz respeito à frase em específico “onde o capital define um domínio de exploração, a coerção define um campo de dominação”. Este mote será subjacente a todo nosso texto. Tilly vincula inexoravelmente a monopolização do capital à da violência, tomando-as como processos contíguos. Disto, decorre que as possibilidades da coerção e de seu paulatino acúmulo – isto é, da militarização – condicionam-se em certa medida à dinâmica do capital. É de se esperar que, a depender da modalidade de inserção de determinado país na economia mundial, o campo da dominação pela violência estruture-se de modo equivalente. Como veremos no segundo capítulo, alguns autores dedicaram-se esta relação. Buscaremos minudenciá-la nas etapas posteriores de nosso texto. Por ora, basta que nos familiarizemos, ainda que superficialmente, com a associação.

Em síntese, a teoria da construção estatal de Tilly pode ser sintetizada na seguinte tríade constitutiva: “a guerra, a extração e a acumulação de capital interagiram para dar forma à construção estatal europeia”⁴⁵. Ora, para melhor compreender tal processo de construção estatal, convém explicitar nosso entendimento sobre o Estado, para a partir dos seus elementos, derivarmos o processo que nele culmina. Para isso, acudimos à clássica definição de Max Weber, para quem o Estado:

“[...] é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o ‘território’, faz parte da qualidade característica –, reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que a todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui esse direito de exercer coação física na medida em que o Estado permita. Este

⁴⁴ EIDE, Asbjorn; THEE, Marek. Introduction. In: EIDE, Asbjorn; THEE, Marek (Eds.). **Problems of Contemporary Militarism**. London: Croom Helm, 1980, p. 9.

⁴⁵TILLY, Charles. War Making and State Making as Organized Crime. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Eds.). **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 172.

é considerado a única fonte do ‘direito’ de exercer coação.⁴⁶

Portanto, a esta tese, o cerne da atividade estatal é o exercício monopolístico da coerção legítima. Dessa afirmação decorre que o processo de construção estatal se refere principalmente ao conjunto de atividades orientadas a este fim. Este processo de acumulação das capacidades da coerção legítima busca pacificar o ambiente doméstico garantindo uma ordem normativa que torne previsível o comportamento social, para engajar-se, eventualmente, no conflito externo num mundo imprevisível. Nisto, vemos que o Estado não surge no vácuo e nem emana somente de uma necessidade doméstica tal qual Hobbes⁴⁷ propusera. Para Hobbes, o Estado surge primordialmente ante a necessidade de pacificação entre os indivíduos, de uma instituição que garanta a segurança do sujeito e da sua propriedade. Por outro lado, para Tilly, a demanda por ordem interna é decorrente do conflito intersocial, propriamente a guerra entre comunidades. A partir da definição weberiana do Estado podemos analisar de modo mais atento a mencionada tríade de Tilly.

Sobre a relação da construção estatal com a acumulação de capital, Tilly escreve:

Para empreender a guerra de modo mais efetivo, era necessário alocar mais capital. No curto prazo, era possível obtê-lo pela conquista, pela venda de bens, ou pela coerção ou desapossamento de capitalistas. No longo prazo, a busca por capital inevitavelmente envolveu estabelecer acesso regular a capitalistas que poderiam arranjar crédito e impor alguma forma de taxaço regular sobre as pessoas e atividades sob sua esfera de controle.⁴⁸ (grifo nosso)

A acumulação de capital por meio da taxaço impositiva e regular proveu recursos estáveis à manutenção do funcionamento do Estado, à militarização e ao exercício da guerra. O estabelecimento de estruturas perenes de extração foi o mecanismo mais eficiente para o funcionamento permanente do governo, dado que a expropriação dos grupos capitalistas e a aquisição de capital por conquista militar mostraram-se soluções temporárias, irregulares e insustentáveis no longo prazo para o financiamento do Estado. Destarte, a formação estatal criou em seu entorno uma economia doméstica que lhe servia, em troca de brindar segurança para todos os cidadãos. O império da lei garantido pelo monopólio legítimo da violência permitiu que os capitalistas perseguissem seus interesses comerciais na expectativa de que suas propriedades seriam preservadas por aquele, ao mesmo tempo que os impostos criariam uma

⁴⁶ WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Vol. 2. Brasília: Universidade de Brasília, 2012 [1922], p. 526.

⁴⁷ HOBBS, Thomas. **Leviatã: Ou Matéria, Forma e Poder de Um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Martin Claret, 2007 [1651].

⁴⁸ TILLY, Charles. War Making and State Making as Organized Crime. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Eds.). **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

poupança que lastreou futuros investimentos em infraestrutura ou em qualquer outro setor da vida pública. Dito em outras palavras, o Estado Moderno alimentava-se em larga medida dos recursos econômicos cuja proteção estava ao seu cargo. O controle territorial onde a ordem normativa regia e o monopólio da violência alcançava era fundamental para garantir a permanência dessas fontes de financiamento. Nesse sentido, a formação econômica europeia e a construção do Estado moderno coadunam-se num mesmo processo.

2.2 Outras Vias ao Leviatã: Endividamento, Exportação e Inflação

Por outro lado, é necessário reconhecer que a emergência dos Estados latino-americanos aconteceu por vias distintas. Centeno afirma que a explicação belicista para a formação do Estado encontrada em Tilly – a guerra como o primeiro termo de sua tríade – é dificilmente defensável se aplicada à América Latina. A permanência de divisões sociais preveniu que um Estado unificado, centralizado e robusto tirasse proveito dos estímulos das guerras que assolaram a região. Na região, o Estado “não foi capaz de impor a unidade interna necessária para o processo de extração, mesmo quando ameaçado militarmente”⁴⁹. O mesmo diagnóstico é dado por Thies⁵⁰, numa tentativa de apreender quantitativamente os argumentos de Centeno. Apesar dos conflitos ocorridos na região, nenhuma transformação profunda na estruturação fiscal foi realizada. Essa observação histórica é compartilhada pela maioria da literatura sobre a formação estatal latino-americana, como vemos em Deas⁵¹ e Gootenberg⁵². Isto posto, a tríade de Tilly, especialmente seu elemento bélico, precisa ser considerada com prudência.

Interessa-nos aqui discutir o caráter idiossincrático do financiamento do processo de construção estatal, e conseqüentemente de militarização, nessa região. Ao passo que na Europa a condensação das capacidades do Estado foi financiada em larga medida por meio da extração impositiva dos recursos da população ou por empréstimos domésticos, o mesmo não ocorreu na América Latina – ao menos não na mesma intensidade. Nesta região, o financiamento das atividades estatais deu-se em majoritariamente pela via externa, isto é, através do recurso aos

⁴⁹CENTENO, Miguel Angel. **Blood and debt: war and nation-state in Latin America**. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002, p. 138.

⁵⁰ THIES, Cameron. War, Rivalry, and State Building in Latin America. **American Journal of Political Science**, Vol. 49, No. 3, 2005.

⁵¹ DEAS, M. The Fiscal Problems of Nineteenth-Century Colombia. **Journal of Latin American Studies**. Vol. 14, 1982, p. 287-328.

⁵² GOOTENBERG, P. Paying for Caudillos: The Politics of Emergency Finance in Peru, 1820-1845. In: PELOSO, Victor; TENENBAUM, Bárbara (Eds.). **Liberals, Politics and Power**: Athens GA: University of Georgia Press, 1996.

empréstimos internacionais e às divisas oriundas das exportações. A disponibilidade de fontes de financiamento externo permitiu que os Estados não entrassem em conflito com os setores da sociedade que se opunham à implementação de impostos⁵³.

Por certo, as taxações compunham parcela diminuta das finanças centrais na América Latina do século XIX. Na década de 1860, por exemplo, a coleta do dízimo colonial no Chile representava menos de 3% das receitas do Estado, parcela equivalente àquela dos arrendamentos de terra cobrados pelo governo argentino. Pouco maior do que isso era a porção que os impostos cobriam nas receitas totais do Império brasileiro, cuja fração não passava do 4%⁵⁴. No Peru, por sua vez, as reservas de guano possibilitaram ao Estado a obtenção de fundos sem que este tivesse que recorrer a um aumento na extração de impostos. Por conseguinte, o Estado peruano evadiu-se de modernizar sua estrutura fiscal em benefício do *status quo* social⁵⁵. As exportações de nitrato e iodo do Chile no início do século XX tiveram um papel similar ao guano peruano⁵⁶. Como mostraremos nos capítulos seguintes, estes traços fundamentais na estrutura de financiamento permanecem, ainda que em intensidades diferentes, até os dias atuais. O gráfico a seguir, apresentado por Centeno⁵⁷, mostra a discrepância nas capacidades fiscais de dois países sul-americanos e o Reino Unido no decorrer do século XIX.

⁵³CENTENO, Miguel Angel. **Blood and debt: war and nation-state in Latin America**. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002.

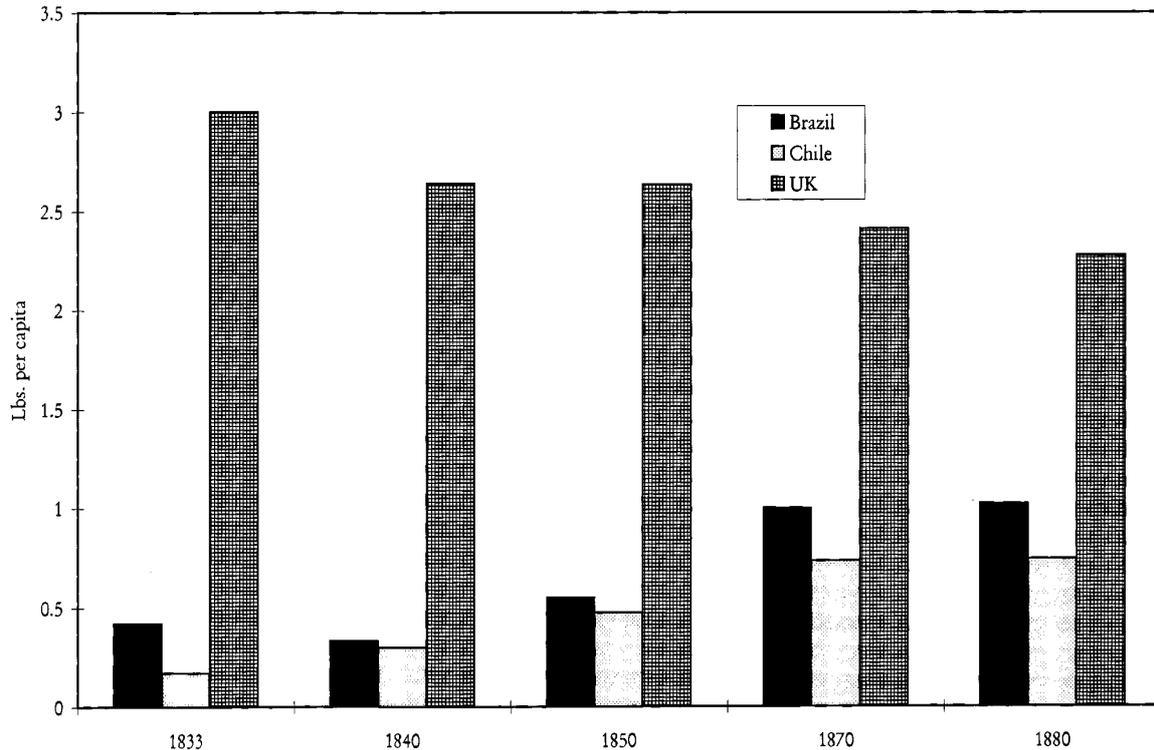
⁵⁴Ibidem, p. 118.

⁵⁵Sobre a utilização das receitas das exportações de guano e sobre o endividamento peruano no século XIX, ver VIZCARRA, Catalina. Guano, Credible Commitments, and Sovereign Debt Repayment in Nineteenth-Century Peru. **The Journal of Economic History**. Vol. 69, No. 2, 2009, p. 358-387.

⁵⁶CENTENO, Miguel Angel. Op. cit., p. 135.

⁵⁷Ibidem.

Gráfico 4 – Capacidade Fiscal do Brasil, Chile e Reino Unido no Século XIX (em Libras Esterlinas *per capita*)



Fonte: reproduzido de CENTENO, Miguel Angel. Blood and debt: war and taxation in nineteenth-century Latin America. *American Journal of Sociology*. Vol. 102, N. 6, May, 1997, p. 1576.

Uma vez que a taxaço impositiva era uma fonte de renda restrita ao Estado, restava procurar o financiamento necessário para seu funcionamento no comércio exterior. A importância que as receitas das exporta es tiveram para a forma o estatal na América Latina   evidenciada por Ryan Saylor⁵⁸. No seu estudo, Saylor revela como aumentos expressivos nos preços das *commodities* lastrearam os processos de constru o estatal, tanto em países africanos quanto nos latino-americanos. Para o caso chileno, por exemplo, Saylor argumenta que o crescimento nas capacidades daquele Estado a partir de 1850 deu-se, em grande medida, pelo suporte financeiro decorrente das exporta es do cobre e trigo.

O gráfico 2, construído com dados obtidos por Bazzi e Blattman⁵⁹, ilustra como de fato houve um aumento expressivo nos preços do cobre e do trigo a partir da segunda metade do século XIX. A parte mais escura do gr fico⁶⁰ — de 1848 a 1883. Por outro lado, o incremento nas receitas das exporta es teve implica es negativas

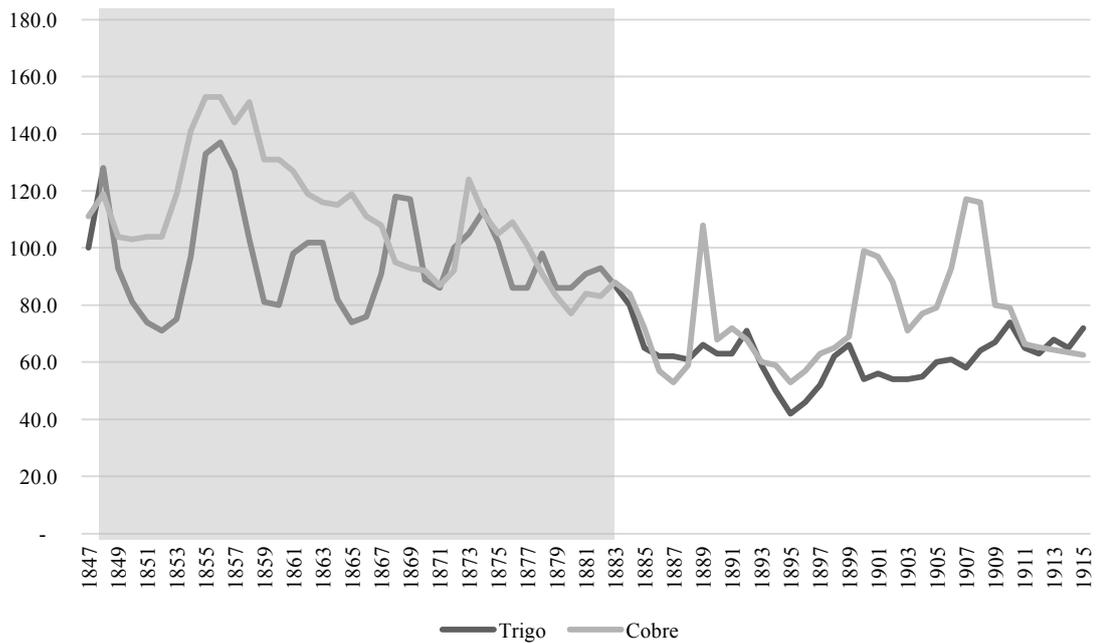
⁵⁸ SAYLOR, Ryan. *State Building in Boom Times: Commodities and Coalitions in Latin America and Africa*. New York: Oxford University Press, 2014.

⁵⁹ BAZZI, Samuel; BLATTMAN, Christopher. Economic Shocks and Conflict: Evidence from Commodity Prices. *American Economic Journal: Macroeconomics*. Vol. 6, N. 4, 2014, p. 1–38.

⁶⁰ Nos outros gráficos, o mesmo se aplica. No caso chileno (cobre e trigo) o período   1848-1883, Argentina (L )   1852-1886; e Colômbia (café)   1880-1905.

na coleta de impostos. Com efeito, como descreve Saylor, “depois de 1851, a taxaço chilena tornou-se menos diversificada na medida em que os detentores de terras gozaram de reduoes na carga de impostos”⁶¹. Mesmo o eventual decréscimo nos preços iniciais não compeliu nenhuma mudança substancial no perfil fiscal do Estado chileno. Essa relao entre a disponibilidade de recursos das *commodities* e a baixa capacidade de arrecadao fiscal  também relatada por Cárdenas *et al*⁶² para um grande número de países.

Gráfico 5 -Preços do Trigo e do Cobre em Libras Esterlinas



Fonte: elaborado com base em BLATTMAN, Christopher; HWANG, Jason; WILLIAMSON, Jeffrey G. The impact of the terms of trade on economic development in the periphery, 1870-1939: volatility and secular change. **NBER Working Paper Series**. National Bureau of Economic Research, 2004.

A Argentina também passou por um processo similar. A disponibilidade de receita proporcionada pelas exportaoes de algodão permitiu que o país expandisse suas capacidades de governo pelo território. As mudanças na infraestrutura argentina de então são descritas por Saylor:

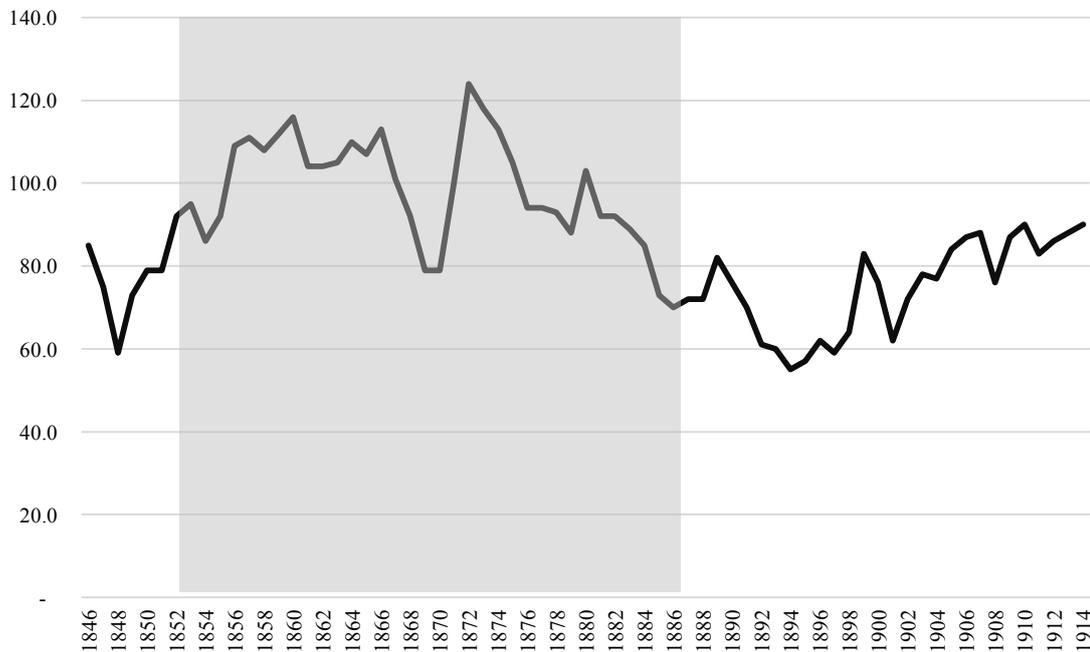
A Argentina, que não possuía estradas de ferro em 1852, já contava com 5.964 km em 1886 (e mais de 9.000 até o final da década). [...] A crescente infraestrutura logística ajudou a coordenao de tropas governamentais no interior do país e facilitou a pacificao territorial também. A burocracia

⁶¹ SAYLOR, Ryan. **State Building in Boom Times: Commodities and Coalitions in Latin America and Africa**. New York: Oxford University Press, 2014

⁶² CÁRDENAS, Maurício; RAMÍREZ, Santiago; TUZEMEN, Didem. **Commodity Dependence and Fiscal Capacity**. **Brookings Institution**, 2011.

expandiu-se; a pequena operação de algumas centenas de homens sob Rosas aumentou para 21.756 empregados em 1882 e 32.953 em 1890.⁶³

Gráfico 6 - Preços da Lã em Libras Esterlinas



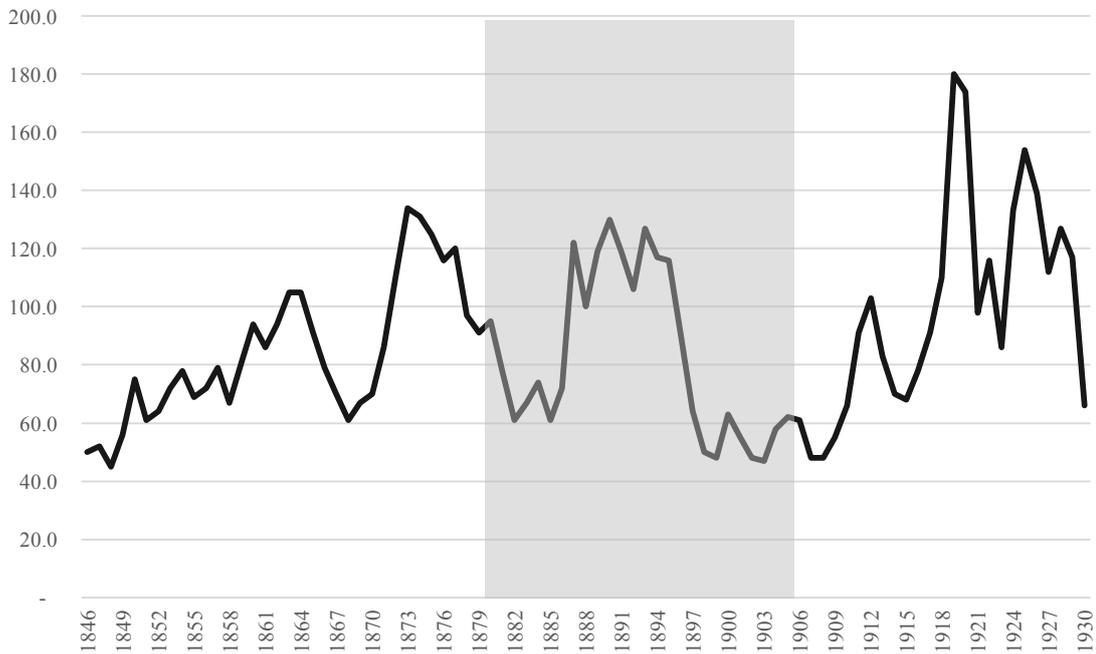
Fonte: elaborado com base em BLATTMAN, Christopher; HWANG, Jason; WILLIAMSON, Jeffrey G.. The impact of the terms of trade on economic development in the periphery, 1870-1939: volatility and secular change. **NBER Working Paper Series**. National Bureau of Economic Research, 2004.

O caso colombiano é mais tardio que os anteriores; as condições para que as eventuais receitas das exportações fossem aproveitadas eficazmente na estruturação estatal só foram postas em prática ao final do século XIX. Ao passo que a Argentina e o Chile, à época, já mostravam claros avanços na criação de instituições e no ordenamento interno, a Colômbia ainda permanecia institucionalmente enfraquecida. Contudo, um novo aumento nos preços do café a partir de meados do século XIX possibilitou a formação de novas aliança políticas, o que permitiu um firme avanço na construção da estrutura estatal. A contribuição fiscal do *boom* do café foi de fato substantiva:

Entre fins de 1870 até início do *boom*, as receitas do Estado somavam por volta de 5 a 6 milhões de pesos por ano. Contudo, em 1893-94, ano no qual a produção de café saltou, as receitas da taxação explodiram para 30.6 milhões de pesos, dos quais 20 milhões vieram dos deveres aduaneiros⁶⁴.

⁶³ SAYLOR, Ryan. **State Building in Boom Times: Commodities and Coalitions in Latin America and Africa**. New York: Oxford University Press, 2014, p.138-139.

⁶⁴ Ibidem.

Gráfico 7 - Preços do Café em Libras Esterlinas

Fonte: elaborado com base em BLATTMAN, Christopher; HWANG, Jason; WILLIAMSON, Jeffrey G.. The impact of the terms of trade on economic development in the periphery, 1870-1939: volatility and secular change. **NBER Working Paper Series**. National Bureau of Economic Research, 2004.

Centeno⁶⁵ nos fornece os dados com os quais podemos dimensionar com maior precisão a importância que as receitas das exportações tiveram naquele momento para efetivar a construção dos Estados sul-americanos. Na tabela 1, computam-se as porcentagens das exportações no total das receitas dos Estados sul-americanos. Do mesmo modo, incluímos as parcelas dos gastos públicos destinados aos custeios de financiamento e de gastos militares. A comentada tabela 1, sabemos, é extensa. Contudo, reproduzimo-la no corpo do texto dada a importância dessas medidas para os argumentos que articularemos na defesa da nossa tese.

⁶⁵ CENTENO, Miguel Angel. **Blood and debt**: war and nation-state in Latin America. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002.

Tabela 1 - Alfândega como Porcentagem da Receita Ordinária do Estado e Despesas Militares e Financeiras Combinadas como Porcentagem de Orçamento

	Argentina		Brasil		Chile		Colômbia		Equador		Paraguai		Peru		Uruguai		Venezuela	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
1835			59	86	56	60					1	85					52	83
1836			73	85	57	56	33		57								61	41
1837			78	86	57	51			57		0	92					50	65
1838			81	87	57	48			57		1	94					59	73
1839			84	88	57	47			57	58	3	89					65	68
1840	70	98	84	84	62	41	32				6	89					74	53
1841	93	96	80	86	59	34											88	64
1842	92	100	78	83	60	83											73	72
1843	90	100	66	82	55	83											62	57
1844	90	98	67	81	51	73					9	43					68	73
1845	89	98	67	79	53	72											67	69
1846	69	93	64	78	56	70	21		54	77	5	81	35	51			69	63
1847	84	94	65	78	53	72			60				40	58			57	66
1848	90	95	76	79	49	71			62				44	66			33	84
1849	93	93	77	77	51	71							37	74			45	72
1850	93	95	79	78	57	70	47				4		53	75			49	76
1851			84	81	57	77							57	76			57	83
1852			82	77	57	73			60	74			74	82			72	83
1853			80	76	43	66			59	60	6	56	82	83			66	82
1854			77	74	60	60	52		59	62			86	85			77	35
1855			79	72	56	53			59	61			91	86			74	32
1856			81	74	50	55			61	62	11	27	91	87			74	
1857			79	74	58	57			61	60	22		95	88			74	
1858			78	70	51	44			65		18	40	94	84			53	83
1859			76	70	41	68							86	79			63	
1860			75	68	56	67					25	32	94	77			56	74
1861			76	71	49	66			70	80			95	74			62	
1862			74	72	43	64			59	62			86	80			60	
1863			73	72	47	67	32		52	69			56	73				
1864	81	80	78	73	36	70			50	62			62	72			57	

1865	92	88	76	84	23	71	21	50	57	74	71	74	94
1866	100	73	75	83	18	79		64	66	87	69	75	79
1867	86	72	72	87	28	77	40	62	58	70	60	80	
1868	95	64	74	86	47	67		77		72	47	89	
1869	97	66	74	84	45	70		73	54	47	57	99	
1870	94	71	70	72	34	64		73	38	75	57		
1871	100	63	73	69	45	57	47	64		96	57		93
1872	83	88	72	69	53	58	45	53	51	62	58	76	
1873	83	82	71	67	33	57	52	66		76	53	85	60
1874	80	80	70	67	50	52	59	61		94	57	79	82
1875	72	54	69	65	38	54	69	48	61	72	74	80	67
1876	89	51	70	62	40	60	69	67		73	78	74	
1877	96	61	66	52	36	67	62	53		85	57	57	
1878	82	58	67	43	37	64	62	64	28	90	61		77
1879	72	54	69	57	25	78	62	49		85	53	75	
1880	79	57	68	62	34	68	61	72				71	69
1881	89	49	70	62	58	76	61					70	
1882	78	56	69	61	70	78	68	75				65	
1883			70	58	65	74	63	70		53		72	45
1884			67	57	67	68	68	68	43	57	35	70	29
1885			67	61	62	64	60	57	25	50	35	63	46
1886			68	59	39	72	48	62	41	57	32	69	
1887					44	68	47	74	50	60	31	73	
1888					71	44		68	47	59	32	70	
1889					66	41	52	61	35	61	31	74	
1890					65	37		80	40	55		76	

Legenda: A = Alfândega como Porcentagem da Receita Ordinária; B = Despesas Militares e Financeiras Combinadas como Porcentagem de Orçamento

As receitas das exportações, apesar de representarem um montante relativamente substantivo do erário, não foram suficientes para o financiamento da militarização. Foi necessário contrair pesadas dívidas, majoritariamente com o capital europeu. Esses empréstimos não só custearam as guerras de independência, mas também os conflitos internos que se seguiram ao período pós-colonial⁶⁶. Em decorrência, um dos principais desafios postos aos novos países, e que empenharia o seu futuro, foi o pagamento da dívida externa adquirida. Há uma vasta literatura dedicada à história financeira latino-americana e, em particular, às dívidas adquiridas ainda nos anos iniciais destas nações⁶⁷, sendo o trabalho de Carlos Marichal⁶⁸ uma das principais referências nesta matéria.

O estudo de Marichal disponibiliza dados interessantes para nossa reflexão. No trabalho, o autor inclui, além dos valores dos empréstimos, seus propósitos. De tal forma, não somente é possível observarmos a quem esses fundos financiavam, mas também as dimensões dos valores com que o faziam. Dispomos os dados de Marichal na tabela 2. Nesta, é possível constatar que os principais propósitos dos empréstimos eram a construção de obras públicas, gastos militares e o refinanciamento de dívidas anteriores, sendo que este último era predominante. O país que mais contraiu dívidas no período sob consideração foi a Argentina, acumulando a soma de £72.431milhares, dos quais 4.6 por cento foram dedicados ao financiamento de atividades militares. No Chile, o quinhão da dívida dedicado às atividades militares foi o maior em termos relativos, 16.6 por cento, seguido pelo brasileiro com 14.4 por cento. Em valores absolutos, o endividamento relacionado às atividades militares foi maior no Brasil, cujos recursos somam £6.963.

⁶⁶ SICOTTE, Richard; VIZCARRA, Catalina. War and Foreign Debt Settlement in Early Republican Spanish America. *Journal of Iberian and Latin American Economic History*. Vol 27, No. 2, Fall 2009.

⁶⁷ Exemplos são HALPERÍN-DONGHI, Tulio. **Guerra y finanzas en los orígenes del Estado argentino, 1792-1850**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1982; VIZCARRA, Catalina. Guano, Credible Commitments, and Sovereign Debt Repayment in Nineteenth-Century Peru. *The Journal of Economic History*. Vol. 69, No. 2, Jun., 2009

⁶⁸ MARICHAL, Carlos. **A Century of Debt Crisis in Latin America: From Independence to the Great Depression 1821-1930**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

Tabela 2 - Endividamento Externo Sul-Americano Século XIX Discriminados por Propósito (em milhares de Libras Esterlinas a valores nominais)

	Argentina			Brasil			Chile			Colômbia			Venezuela		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
1855															
1857			1.263												
1858					1.527			1.555							
1859						503									
1860					1.373										
1862															1.000
1863						3.300					200				
1864															1.500
1865	2.500			6.963			450								
1866							1.121								
1867									2.000						
1869															
1870		1.035							1.013						
1871		6.122				3.460									
1872			227												
1873		2.041					1.227					2.000			
1874		300													
1875						5.300		1.136							
1881		2.750													
1882	817		2.240												
1883		5.753			4.599										
1884		3.879													
1885		1.530										809			
1886		8.885	800			6.431				6.010					
1887		6.756	5.887												
1888		5.360			7.447										
1889		3.246	8.040		600	19.837		1.546							
1890		3.000													
Total	3.317	50.657	18.457	6.963	1.546	39.872	2.798	5.250	8.819	-	200	2.000	-	-	2.500

Legenda: A = Militar B = Obras Públicas C = Renegociações

Encontramos também em Centeno, ainda que de um modo menos consistente, alguns valores referentes aos empréstimos internacionais. Na segunda década do século XIX, por exemplo, a Grã Colômbia devia aos seus credores estrangeiros 5 milhões de libras; o governo mexicano, no ano de 1824, endividou-se em 2.5 milhões de libras, dos quais 65% foram destinadas ao orçamento militar⁶⁹. Por sua vez, a Argentina possuía uma dívida de 36 milhões de pesos por volta de 1840, ao passo que seu produto interno bruto não passava de 1.7 milhão da mesma moeda⁷⁰. Durante a Guerra da Tríplice Aliança, precisamente no ano de 1865, o governo brasileiro assumiu um empréstimo de 5 milhões de libras⁷¹, voltando a endividar-se dois anos depois com um novo crédito de 71 milhões de mil-réis com os Rothschild. Moniz Bandeira fornece as cifras do débito contraído: entre 1865 e 1870, o governo imperial gastou 600.000 contos-ouro, além das 6.963.600 de libras emprestadas pelos Rothschild e mais 459.600 contos de réis emitidos até 1870. À época, o serviço da dívida já roía 60% do saldo da balança comercial nacional⁷². Face a esse endividamento massivo, os Estados latino-americanos buscaram pagar seus débitos por meio das divisas oriundas das exportações, uma vez mais esgueirando-se da implementação de mecanismos robustos de taxação. No caso argentino, por exemplo, a receita proveniente da aduana e dos *royalties* chegou a compor 93% da receita ordinária no ano de 1841. No Brasil, para o mesmo ano, a parcela foi de 80%⁷³.

Ainda que em menor escala, outro recurso utilizado pelos Estados da América Latina para o pagamento das suas dívidas de guerra foi a impressão de dinheiro. Na época do confronto com o Brasil⁷⁴, a Argentina aumentou expressivamente a emissão de sua moeda, causando o depauperamento da economia nacional. O preço da onça de ouro, avaliada em 17 pesos em 1824, passou a custar 112 pesos em 1830. No Brasil, durante na mesma época, a impressão de moeda fez com que os réis perdessem metade de seu valor. A dimensão das emissões monetárias no Brasil alcançou seu ápice com a Guerra da Tríplice Aliança: em 1864, estima-se que 29 milhões de mil-réis circulavam na economia brasileira, ao passo que em 1870, apenas seis anos depois, esse número saltou para 151 milhões⁷⁵. A preferência dada à impressão de

⁶⁹ CENTENO, Miguel Angel. **Blood and debt: war and nation-state in Latin America**. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002, p.134.

⁷⁰ HALPERÍN-DONGHI, Tulio. **Guerra y finanzas en los orígenes del Estado argentino, 1792-1850**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1982, p. 213. *apud* CENTENO, Miguel Angel. Op. Cit., p.133

⁷¹ A estimativa é mais conservadora que aquela fornecida por Marichal na tabela 2.

⁷² BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.47.

⁷³ CENTENO, Miguel Angel. Op. Cit., p. 123.

⁷⁴ De 1825 a 1828.

⁷⁵ CASTRO CARREIRA, Liberato de. **História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil**. Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 743 *apud* CENTENO, Miguel Angel. **Blood and debt: war and nation-state in Latin America**. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002, p. 132.

mais dinheiro é outro indicativo do poder que os grupos exportadores tinham nessas sociedades, uma vez que a desvalorização da moeda nacional tornava os preços das *commodities* mais atrativos ao mercado internacional⁷⁶.

De acordo com Centeno, o liame dos países da região com os mercados globais – via exportação de *commodities* – reverberou domesticamente de duas formas. A primeira delas foi uma maior sensibilidade das finanças nacionais às variações mercadológicas nos preços das *commodities*. Dada a fração expressiva ocupada pelas receitas oriundas das exportações na economia nacional, quedas abruptas nos preços quase sempre se traduziam em uma redução massiva do erário. Nesta condição, a elaboração de um planejamento estratégico de longo prazo por parte do Estado resultava uma quimera, ante a imprevisibilidade da disponibilidade de recursos. A segunda consequência assinalada por Centeno, já mencionada por nós noutro trecho, foi a possibilidade de financiamento das atividades do Estado sem a necessidade de implementar sistemas de impostos ostensivos. Desta questão, o autor deriva a hipótese de que a necessidade por recursos impulsionou, ainda que não tenha determinado, a eclosão de conflitos na América do Sul. Centeno recapitula a Guerra do Pacífico como ilustração ao afirmar que no cerne do conflito residia a competição pela posse de bens de exportação. Bolívia, Peru e Chile rivalizavam pelo domínio do nitrato, que permitiria a quem o possuísse gerar maiores receitas e manter o *status quo* oligárquico isento de um aumento nos impostos. A Bolívia, mais especificamente, encontrava sérias dificuldades para taxar as elites sediadas no Altiplano. Em decorrência, o usufruto do nitrato no litoral tornou-se a alternativa mais factível à viabilidade fiscal do Estado⁷⁷. Ao cabo, “a guerra veio porque os Estados eram fracos demais para enfrentar suas elites”⁷⁸.

O financiamento da acumulação das capacidades de coerção pelas receitas das exportações de *commodities* e pelo endividamento externo possui duas características fundamentais para este estudo. A primeira delas é sua inerente instabilidade como fonte de provisão de recursos. O caráter cíclico e volátil da precificação das *commodities* é largamente evidenciado pela literatura econômica, como visto em Carmen M. Reinhart e Peter Wickham⁷⁹,

⁷⁶ CENTENO, Miguel Angel. **Blood and debt**: war and nation-state in Latin America. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002, p. 133.

⁷⁷ Ibidem, p. 137.

⁷⁸ Ibidem, loc. cit.

⁷⁹ REINHART, Carmen; WICKMAN, Peter. Commodity Prices: Cyclical Weakness or Secular Decline? **IMF Staff Papers**. Vol. 41, N. 2, 1994, p. 175-213.

Radetzki⁸⁰, e Kablana *et al*⁸¹. De tal modo, o processo de militarização, dependente destas receitas, também se dá em ciclos. O acúmulo das capacidades coercitivas torna-se errático, uma vez que a receita necessária ao seu desenvolvimento lhe é disponível apenas episodicamente. A segunda característica à qual sublinhamos é o caráter resiliente dessa modalidade de financiamento da coerção. As débeis estruturas de taxaço erigidas naqueles momentos iniciais dos Estados latino-americanos possuem uma inércia de difícil conversão⁸². Profeta e Scabrosetti⁸³, por exemplo, apontam a ausência de mudanças substantivas na estrutura fiscal dos países latino-americanos mesmo após transformações políticas expressivas.

A persistência das instituições é hodiernamente um dos elementos mais estudados pela Economia, compondo o ponto fundamental da escola da Nova Economia Institucional (NEI)⁸⁴. Douglass North, principal nome da vertente, pondera a História na Economia:

A História importa. Importa não somente porque podemos aprender do passado, mas porque o presente e o futuro estão conectados ao passado pela continuidade das instituições de uma sociedade. As escolhas de hoje e amanhã são formadas pelo passado. E o passado só pode tornar-se inteligível como uma história de sua evolução institucional.⁸⁵

De tal modo, para explicar a militarização na América do Sul na contemporaneidade, é preciso compreender as instituições, políticas e econômicas, que a conformaram⁸⁶. North aponta de modo preciso a limitação dos modelos econométricos usualmente empregados no estudo da economia: “nós não podemos compreender as escolhas de hoje (e as definir na modelagem da performance econômica) sem traçar a evolução incremental das instituições”⁸⁷. North não nega, tenhamos claro, o potencial explicativo dos modelos quantitativos — nós

⁸⁰ RADEZKI, Marian. The anatomy of three commodity booms. **Resources Policy**. Volume 31, N.1, 2006, p. 56-64.

⁸¹ KABLANA, Sandrine; FTITI, Zied; GUESMIC, Khaled. Commodity price cycles and financial pressures in African commodities exporters. **Emerging Markets Review**. Volume 30, 2017, p. 215-231.

⁸² TANZI, Vito. Tax Systems and Tax Reforms in Latin America. In: BERNADI, Luigi *et al.* **Tax Systems and Tax Reforms in Latin America**. Londres: Routledge, 2008.

⁸³ PROFETA, Paola; SCABROSETTI, Simona. Political Economy Issues of Taxation. In: BERNADI, Luigi *et al.* **Tax Systems and Tax Reforms in Latin America**. Londres: Routledge, 2008.

⁸⁴ ANKARLOO, Daniel. New Institutional Economics and Economic History. **Capital & Class**. Vol. 26, N. 3, 2002.

⁸⁵ NORTH, Douglass. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. New York: Cambridge University Press, 1990. Prefácio, iv.

⁸⁶ É oportuno apontar ainda que North possui uma interpretação sobre a função social da violência na vida econômica. Em “*Violence and Social Orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History*” North e seus colaboradores – John Wallis e Barry Weingast – propõem uma abordagem ao desenvolvimento material das sociedades e sua relação aos tipos de organização da violência. NORTH, Douglass; WALLIS, John Joseph; WEINGAST, Barry R. **Violence and Social Orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

⁸⁷ NORTH, Douglass. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. New York: Cambridge University Press, 1990, p.100.

mesmos os utilizaremos nos capítulos empíricos desta tese. Não obstante, ele esclarece, prenehe de razão, que ausente o entendimento do processo histórico que dá forma e quantidade àqueles números e variáveis, pouco avançaremos em nossas conclusões⁸⁸.

No bojo da NEI, houve um renovado interesse acadêmico na última década pela história econômica da América Latina e por como suas instituições coloniais e pós-independência ainda afetam as condições econômicas contemporâneas⁸⁹. De certo modo, os trabalhos recentes da Nova Economia Institucional interessados no contexto latino-americano compartilham com a Teoria da Dependência, em suas distintas vertentes, o interesse por explicar os entraves ao desenvolvimento econômico da região. Coatsworth destaca no trecho a seguir as linhas comuns não somente entre essas duas escolas – NEI e Dependência – mas também indica sua relevância ao estudo do processo de formação estatal:

Muitos dos novos trabalhos [da Nova Economia Institucional], tais quais aqueles dos marxismos, Escolas da Dependência, e modernizacionistas (*sic*) escritos 1960 e 1970, levam a história a sério não somente como uma fonte de anedotas coloridas, mas como um laboratório para o estudo do que Charles Tilly chamou de ‘grandes estruturas, largos processos, e comparações gigantes’ em longos períodos de tempo⁹⁰.

Da passagem acima, resta claro que o apreço pela História declarado pela NEI não lhe é exclusivo nem muito menos novo. É bem possível afirmar que a Economia se atrasou muito em considerar algo tão essencial a todas as outras Ciências Sociais. As interações entre as instituições políticas e o processo histórico de formação econômica sempre foram caras à Teoria da Dependência, por exemplo. Não nos interessa aqui discutir qual Escola oferece as previsões, explicações ou prescrições mais adequadas. Existem diferenças profundas entre essas duas leituras. A Nova Economia Institucional, liberal, ignora ou reconhece apenas superficialmente as forças estruturais do modo de produção capitalista contrárias ao desenvolvimento econômico

⁸⁸ Um esforço conhecido por acomodar métodos econométricos e forças históricas é o artigo “*The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation*”, de Daron Acemoglu, Simon Johnson e James A. Robinson. Neste trabalho, os autores buscam investigar os efeitos duradouros dos diferentes tipos de instituições coloniais no desenvolvimento econômico. A conclusão encontrada aponta que instituições coloniais extrativistas, política e economicamente desiguais, possuem efeitos nocivos ao desenvolvimento mesmo séculos depois, justamente em razão da resiliência daqueles desenhos institucionais iniciais. ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James. *The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation*. **The American Economic Review**. Vol. 91, No. 5, 2001, p. 1369-1401.

⁸⁹ CÁRDENAS, Maurício. State Capacity in Latin America. **Economía**. Vol. 10, N. 2, 2010, p. 1-45; PRZEWORSKI, Adam. Does Politics Explain the Economic Gap between the United States and Latin America? In: FUKUYAMA, Francis. **Falling Behind: Explaining the Development Gap between Latin America and the United States**. Oxford University Press, 2008; THIES, Cameron G.. War, Rivalry, and State Building in Latin America. **American Journal of Political Science**. Vol. 49, N. 3, 2005, p. 451-65

⁹⁰ COATSWORTH, John. Inequality, Institutions and Economic Growth in Latin America. **J. Lat. Amer. Stud.** 40, 545-569.

dos países periféricos. Por seu turno, a Teoria da Dependência, ao conferir maior importância às variáveis externas, descuida-se dos elementos domésticos também responsáveis pelo atraso econômico. Conquanto diverjam em seus enfoques, ambas reconhecem os efeitos a longo prazo dos arranjos políticos e econômicos coloniais e pós-independências⁹¹. Ainda que nosso interesse imediato não seja o desenvolvimento econômico, mas os processos de militarização, entendemos que a inércia dos arranjos institucionais, sejam econômicos ou sociais, é certamente um elemento que dever ser considerado em nossa investigação.

Em suma, o quadro que se delineia é o seguinte: a acumulação de capital e o financiamento das atividades militares, processos fundamentais da militarização, dependeram na América Latina de provimentos externos, como a disponibilidade de crédito e as melhorias nos termos de troca pelo valor das *commodities*. Especificamente à acumulação de capital, existe um sólido corpo bibliográfico na Economia do Desenvolvimento discutindo as dificuldades estruturais ao seu desenvolvimento na Periferia. Esse interesse foi manifestado de modo mais marcado nos escritos de Gunnar Myrdal⁹² e Ragnar Nurkse⁹³, posteriormente retomados por Raúl Prebisch⁹⁴ e Celso Furtado⁹⁵. A inércia de desenhos institucionais originais, por assim dizer, somada à permanente importância econômica das exportações de *commodities*, sugere que essa mesma dependência de fatores externos continuará sendo observada, ao menos com alguma intensidade, em diferentes momentos históricos da América do Sul. É a esta observação que o esforço empírico desta tese se dedica.

Nosso interesse pelas consequências tardias dos arranjos econômicos e sociais de outrora não é de modo algum isolado. Como já mencionamos, a Economia passa por mudanças substantivas dado o seu interesse na perenidade das instituições. Dentre as vertentes interessadas em buscar na história e na *longue durée* as respostas às questões contemporâneas, caberia ressaltar ainda a crescente projeção da Sociologia Histórica na área das Relações

⁹¹ É evidente que qualquer momento após a independência poderá ser chamado de pós-independência. Esclarecida essa obviedade, gostaríamos de estabelecer que, ao mencionarmos este termo, pretendemos fazer alusão apenas às primeiras décadas transcorridas após a independência.

⁹² MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965

⁹³ NURKSE, Ragnar. **Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1957.

⁹⁴ PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Problemas Principais. **Boletín económico de América Latina**. Vol. 7, N. 1, Santiago do Chile, 1962.

⁹⁵ FURTADO, Celso. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**. Vol. 6, N. 3., 1952.

Internacionais. Autores como Stephen Hobden⁹⁶, John Hobson⁹⁷, Alexander Anievas⁹⁸, Alex Callinicos⁹⁹ e Justin Rosenberg¹⁰⁰ são alguns dos que têm fornecido abordagens promissoras ao campo das Relações Internacionais advindas do marxismo. Abordagens essas tão interessantes quanto são aquelas oferecidas por recentes releituras de Max Weber¹⁰¹. Os desdobramentos da ideia do Desenvolvimento Desigual e Combinado oferecidos por Rosenberg iniciaram um debate entusiasmado e promissor nas Relações Internacionais¹⁰², travado principalmente nas diversas edições da *Cambridge Review of International Affairs*.

Tendo até aqui discutido as condições e limitações ao processo de financiamento da militarização na América do Sul, dedicaremos a seção a seguir à análise dos operadores da coerção: as Forças Armadas. O aspecto que nos concerne nesta corporação, ao menos por ora, é qualitativo. Pretendemos mostrar a forma pela qual esta organização se estruturou na região de nosso interesse. Voltarmo-nos ao seu desenho estrutural é um movimento capital para a nossa investigação. Situar as Forças Armadas no tecido social latino-americano é de fundamental importância à compreensão das dinâmicas da alocação dos recursos econômicos, particularmente escassos nos países aos quais este estudo se dedica. É comum que estudos da Economia de Defesa ignorem a política que permeia os orçamentos militares. Vemos nisso um equívoco. A política orçamentária das Forças Armadas requer estudo atento destes economistas assim como também da nossa parte. No capítulo seguinte, buscaremos discutir a relação, comum na América Latina, entre desenvolvimento econômico e Forças Armadas – binômio exaustivamente estudado pela Economia de Defesa. Na seção a seguir, esforçamo-nos em identificar as raízes desta associação.

⁹⁶ HOB DEN, Stephen. Theorising the International System: Perspectives from Historical Sociology. **Review of International Studies**, Vol. 25, No. 2, 1999, p. 257-271.

⁹⁷ HOBSON, John. The Historical Sociology of the State and the State of Historical Sociology in International Relations. **Review of International Political Economy**, Vol. 5, No. 2, 1998, p. 284-320.

⁹⁸ ANIEVAS, Alexander Anievas. Debating uneven and combined development: towards a Marxist theory of ‘thernational’?. **Cambridge Review of International Affairs**. Vol. 22, N. 1.

⁹⁹ CALLINICOS, Alex. Does Capitalism Need the State System? **Cambridge Review of International Affairs**, Vol. 20, N. 4, 2007, p. 533-549.

¹⁰⁰ ROSENBERG, Justin. The ‘philosophical premises’ of uneven and combined development. **Review of International Studies**. Vol. 39, 2013, p. 569–597.

¹⁰¹ LOTTHOLZ Philipp; LEMAY-HÉBERT, Nicolas. Re-reading Weber, re-conceptualizing state-building: from neo-Weberian to post-Weberian approaches to state, legitimacy and state-building. **Cambridge Review of International Affairs**. Vol. 29, N. 4, 2016, p. 1467-1485; LAPOINTE, Thierry; GUILLAUME DUFOUR Frédérick Assessing the historical turn in IR: an anatomy of second wave historical sociology, **Cambridge Review of International Affairs**. Vol. 25, N. 1, 2012, p. 97-121.

¹⁰² ALLINSON, Jamie C.; ANIEVAS, Alexander. The uses and misuses of uneven and combined development: an anatomy of a concept, **Cambridge Review of International Affairs**, Vol. 22, N. 1, 2009, p. 47-67; ANIEVAS, Alexander. Op. cit., 2009.

2.3 “Venha a Nós o Vosso Reino [...]”¹⁰³

As incipientes Forças Armadas dos novos Estados – custeadas pelas dívidas, emissão de moeda, e exportações de *commodities* já discutidas – contavam com um número reduzido de efetivos que gozavam de notáveis privilégios sociais¹⁰⁴. Magnus Mörner rastreia a gênese dessa excepcionalidade, ao menos na América espanhola, às prerrogativas garantidas aos militares pelas Reformas Bourbônicas na segunda metade do século XVIII. Com a instituição dos *Fueros Militares*, o estamento castrense ganhou distinções jurídicas, passando a ser julgado em tribunais especiais quase sempre favoráveis em suas sentenças à caserna. Mörner afirma que

Desta maneira, a casta militar chegou a ser superior aos demais elementos da sociedade e pôde obter privilégios excepcionais dentro do Estado de justiça que havia sido construído e mantido ao longo dos séculos de administração civil espanhola. Este foi um precedente perigoso para as Forças Armadas nos novos Estados nascidos à raiz das longas guerras de emancipação. Não foi possível para as administrações estatais, mais ou menos improvisadas, impor sua autoridade sobre as tropas e generais vitoriosos que haviam criado as próprias bases da Soberania Nacional.¹⁰⁵

Centeno complementa o argumento de Mörner ao afirmar que, em decorrência dos *Fueros*, os militares estenderam seu papel na política, ao mesmo tempo em que permaneceram “[...] fora da sociedade e acima do Estado, estabelecendo um padrão que continuaria pelos anos vindouros”¹⁰⁶. Esta excepcionalidade liga-se ao fato de que, se o Estado é essencialmente definido pelo monopólio da violência, aquele que institucionalmente a opera pode ocasionalmente ver-se, no mais absoluto equívoco, incólume às normas que deste Estado emanam ou mesmo como sua própria fonte de criação. O caráter excepcional do militar não é um fato objetivo ou natural, mas um fato social, cuja realidade constrói-se a partir da ausência

¹⁰³ Certamente haverá quem acuse uma nota explicando um título de pedantismo; e quem sabe em certa medida o seja. Porém, o título insinua uma interpretação que tive sobre o processo de estruturação dos militares na América do Sul que não terei espaço de desenvolver no corpo do texto, mas que gostaria de expressar nalguma feita. Por isso, convém incluir este rodapé, que é um tipo de “subsolo” do texto, por assim dizer. Pareceu-me que há algo de religioso no processo de militarização, repleto de ritos e de liturgia. Para além de suas necessidades objetivas de proteção contra eventuais agressões — e há quem critique esta objetividade — a militarização está revestida de uma ritualística própria. A importação de formas de organização da violência doutros “reinos” é parte desse rito. E talvez implique em que seja feita a vontade de outrem, assim na Periferia como no Centro, se insistirmos na alegoria. Quem sabe, a sacralidade atribuída àquilo que nos protege d’Aquilo, o Militar tal qual um Pai Primevo, é o que explique a relativa escassez de estudos críticos a esta instituição social. Críticos não no sentido coloquial e ‘ortopédico’ — isto é, daquilo que corrige — mas críticos do ponto de vista filosófico e destrutivo, na melhor acepção da palavra.

¹⁰⁴ CENTENO, Miguel Angel. **Blood and debt: war and nation-state in Latin America**. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002, p. 226.

¹⁰⁵ MÖRNER, Magnus. Caudillos y militares en la evolución hispano-americana. **Journal of inter-american studies**. Vol. 2, No. 3, 1960, p. 297.

¹⁰⁶ CENTENO, Miguel Angel. Op. cit., p. 142.

de um poder civil eficaz e auto instituído. Isto é, a fonte do controle civil não se fundaria a partir da concessão do militar, mas pela restrição positiva do militar a suas funções de Defesa externa e subalternidade ao Executivo.

Após as guerras de independência, a centralização dos diversos núcleos de violência organizada existentes em uma só instituição foi essencial às elites exportadoras¹⁰⁷. A estabilização doméstica, a religação da economia nacional — ou o que restava dela — ao mercado internacional, e “a modernização econômica, cujos setores primários são os responsáveis e os beneficiários, é impossível sem o monopólio legítimo da violência e a formação de exércitos de um novo tipo”¹⁰⁸. Cardoso e Faletto destacam a relevância dessa transformação:

Nesse sentido, a organização de uma administração e de um exército nacional, que não fosse local ou caudilhesco (*sic*), foi decisiva para estruturar o aparato estatal e permitir a transformação de um poder *de facto* em uma dominação *de jure*; processos que alcançaram, em épocas diversas, com maior ou menor similitude, Portales no Chile, Rosas na Argentina, e a Regência no Brasil, para citar só alguns exemplos.¹⁰⁹

O caso argentino nos fornece uma ilustração desse processo centrífugo. A descolonização em 1810 não se traduziu imediatamente na conformação de um Exército nacional. Pelo contrário, significou o início de severas disputas intestinais entre os núcleos militares já existentes. Rabinovich¹¹⁰, por exemplo, caracteriza o Exército Libertador de San Martín como um exército sem Estado, ressaltando assim a precedência da violência à organização política moderna. A vitória do Exército Grande de Justo José de Urquiza sobre Juan Manuel Rosas em 1852 de fato possibilitou a reconstituição da Confederação Argentina sob o jugo *porteño*¹¹¹. Contudo, como bem nos lembra Soprano, o Exército Grande não poderia

¹⁰⁷ Este processo se refere à América espanhola.

¹⁰⁸ “As necessidades da economia parecem ter tido um peso decisivo à medida em que a ossatura do aparelho de Estado ia adquirindo forma. Porque o crescimento extrovertido das formações sociais que se integram ao mercado mundial do fim do século pressupõe a estabilidade política e a paz social. A construção estatal está de acordo com os interesses das classes dirigentes”. ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1984, p. 69.

¹⁰⁹ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984, p. 43.

¹¹⁰ RABINOVICH, Alejandro. La Máquina de Guerra y el Estado: el Ejército de los Andes tras la Caída del Estado Central del Río de la Plata en 1820. In: GARAVAGLIA, J. C.; RUIZ, J. Pro; ZIMMERMANN, E. (Ed.). **Las fuerzas de guerra en la construcción del Estado**. América Latina, siglo XIX. Rosario: Prohistoria, 2013. *apud* SOPRANO, Germán. Culturas Militares na Argentina do Início do Século XIX ao Início do Século XX. In: ZIRKER, Daniel; KALIL MATHIAS, Suzeley (Ed.) **Militares e Democracia: Estudos Sobre a Identidade Militar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

¹¹¹ RUIZ MORENO, Isidoro. Campañas militares argentinas. Buenos Aires: Claridad, 2009. *apud* SOPRANO, Germán. Culturas Militares na Argentina do Início do Século XIX ao Início do Século XX. In: ZIRKER, Daniel;

ser qualificado como nacional. Efetivamente, seus componentes eram provisionados por diversas lideranças provinciais ou locais aliadas a Urquiza¹¹². De tal forma, não é pleonasmos afirmar que a potência militar do Exército Grande se originava da soma das partes.

Conquanto esforços anteriores já tivessem sido despendidos¹¹³, as transformações às quais Cardoso e Faletto fazem referência manifestam-se de modo mais marcado na Argentina a partir da presidência de Bartolomeu Mitre, em 1862. Desde então, inicia-se um projeto de Exército nacional, posteriormente forjado a partir das experiências de embates contra as lideranças autonomistas no interior do país, da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e dos enfrentamentos com as populações indígenas. Hugo Quinterno comenta o processo de monopolização da violência na Argentina e as concessões políticas a ela atreladas:

Por seu turno, o presidente (ou quem aspirara o cargo) tinha que se utilizar dos próprios militares para favorecer seus potenciais amigos e/ou prejudicar aqueles a quem identificava como virtuais competidores, de maneira que, mediante ao uso da pressão econômica e – caso necessário – da intervenção federal, o Executivo nacional condicionava fortemente as autonomias locais, em especial àquelas onde havia situações contestatórias do poder central.¹¹⁴

Pela criação de um centro de gravidade política, tornou-se possível aos países da região a integração à nova divisão internacional do trabalho erigida pelos britânicos, que demandavam avidamente as matérias-primas produzidas na Periferia. Em certa medida, podemos afirmar que a industrialização europeia exigia, como condição de possibilidade para seu desenvolvimento e expansão, esse processo de centralização coercitiva periférica. A exportação de bens agrícolas, por exemplo, permitiu a especialização de uma parcela significativa da sociedade europeia nas atividades industriais. A disponibilidade de mão-de-obra para a indústria e o aumento da população urbana estão diretamente ligados aos produtos de subsistência de origem agropecuária e mineral exportados pela América Latina¹¹⁵. De tal forma, a construção estatal dos países latino-americanos estaria mais vinculada aos interesses econômicos dos setores exportadores¹¹⁶ que ao empreendimento da guerra, como foi o caso europeu.

KALIL MATHIAS, Suzeley (Ed.) **Militares e Democracia: Estudos Sobre a Identidade Militar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 33.

¹¹² SOPRANO, Germán. Culturas Militares na Argentina do Início do Século XIX ao Início do Século XX. In: ZIRKER, Daniel; KALIL MATHIAS, Suzeley (Ed.) **Militares e Democracia: Estudos Sobre a Identidade Militar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

¹¹³ A partir de 1854, a Confederação Argentina inicia esforços para a construção de um Exército regular. Contudo, a empresa é obstada pelas dificuldades em ampliar o apoio político e as fontes de financiamento já desfrutadas por Urquiza; e pela saída de Buenos Aires da Confederação ainda 1854. *Ibidem*.

¹¹⁴ QUINTERNO, Hugo. **Fuego Amigo: El Ejército y el Poder Presidencial en la Argentina (1880-1912)**. Buenos Aires: Universidad Abierta Interamericana: Teseo, 2014.

¹¹⁵ MARINI, Rui Mauro. **Dialética da Dependência**. Ciudad de Mexico: Ediciones Era, 1991. p. 113.

¹¹⁶ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984, p. 79-80.

De fato, a construção de ferrovias na Argentina ao final do século XIX deveu-se precipuamente às demandas de sua economia agrícola exportadora e não às necessidades logísticas de mobilização de seus exércitos¹¹⁷, ainda que posteriormente seus usos tornassem-se duais. O exemplo corrobora a conclusão de Centeno, quem afirma que “o crescimento do Estado estava mais ligado ao desenvolvimento do capital e do comércio do que aos feitos militares e conflitos”¹¹⁸. Alain Rouquié, politólogo francês, apresenta clara concordância com esse argumento ao discorrer sobre a relação entre a estruturação da força e a posição periférica das economias latino-americanas¹¹⁹

Mas é evidente que, em qualquer caso, e mesmo quando os grupos dominantes foram oprimidos, como no caso do Brasil, **a formação das Forças Armadas modernas reveste-se de um caráter eminentemente funcional em relação ao novo papel econômico das periferias latino-americanas**. As Forças Armadas modernas são exércitos estatais que asseguram a ordem interna e permitem a exploração sem sobressaltos das riquezas minerais e agrícolas de que a Europa tem necessidade. Enquanto instituições modernas, de um elevado nível técnico segundo os critérios internacionais (isto é, europeus) da época, elas estabelecem uma imagem de seriedade e de competência que dá confiança aos investidores.¹²⁰ (negrito nosso)

Em suma, ao longo desse interregno “anárquico” pós-independências¹²¹, forjaram-se as alianças entre as facções, rearranjaram-se os débeis mercados domésticos e definiram-se os limites territoriais dentro dos quais a ordem interna seria posteriormente estabelecida¹²². Saint-Pierre nos oferece uma leitura interessante sobre este período. O autor traça uma analogia entre uma das obras do dramaturgo italiano Luigi Pirandello e o deambular dos grupos armados que combateram a metrópole. Passemos a palavra a Saint-Pierre:

Não havia Estados nacionais, não havia nações nem sequer comunidades politicamente articuladas quando os incipientes exércitos de patrícios percorriam o território latino-americano para libertá-lo dos espanhóis. A obra-prima de Pirandello (1867- 1936), Seis personagens à procura de um autor,

¹¹⁷ CENTENO, Miguel Angel. **Blood and debt: war and nation-state in Latin America**. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002, p. 114.

¹¹⁸ Ibidem, loc. cit.

¹¹⁹ Conquanto não com a mesma ênfase, Moniz Bandeira faz alusão ao processo: “o desenvolvimento do capitalismo, como economia de escala mundial, exigia a reorganização das superestruturas políticas, mediante o robustecimento de um poder central, que, sobrepujando a mesquinhez e a impotência dos Estados pequenos, servisse como alavanca de expansão dos mercados e assegurasse a continuidade do processo de acumulação”. BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul**. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p.43.

¹²⁰ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984, p. 94-95.

¹²¹ Com exceção ao caso brasileiro, que após a independência usufruiu do aparato administrativo erigido pela vinda da Coroa Portuguesa em 1808. Para uma análise deste período na América espanhola, ver SAFFORD, Frank. The Problem of Political Order in Early Republican Spanish America. **Journal of Latin American Studies**, Vol. 24, 1992, p. 83-97.

¹²² CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984, p. 43.

mostra a autonomia da personagem em relação ao autor na definição da peça literária. Parafraçando o título dessa obra, poderíamos dizer que, na América Latina, mais que nações formando os seus exércitos, pareciam ‘grupos de homens armados à procura das suas nações’: não havia estrutura institucional que justificasse uma nação.¹²³

O modo como os países latino-americanos se integraram ao mercado internacional reverberou em sua configuração social doméstica. A dependência econômica¹²⁴ mantida em relação às economias centrais criou enclaves¹²⁵ nas sociedades periféricas; isto é, representações internas dos interesses econômicos de grupos externos¹²⁶. Outrossim, impediu a acumulação doméstica de reservas, uma vez que “[...] a empresa capitalista que penetra em uma região de velha colonização e estrutura econômica arcaica não se vincula, dinamicamente, a esta última, pelo simples fato de que a massa de lucros por ela gerada não se integra na economia local”¹²⁷. Lemos em Celso Furtado que:

O deslocamento da fronteira econômica europeia traduziu-se, quase sempre, na formação de economias híbridas em que um núcleo capitalista passava a coexistir pacificamente com uma estrutura arcaica. Na verdade, era raro vermos o chamado núcleo capitalista modificar as estruturas estruturais preexistentes, pois estava ligado à economia local apenas como elemento formador de uma massa de salários¹²⁸

¹²³ SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Formas Não-Golpistas de Presença Militar no Estado. **Perspectivas**. Vol. 24, N. 25, 2001-2002, p. 116.

¹²⁴ Theotônio dos Santos – um dos maiores expoentes do pensamento dependentista – define dependência como “[...] uma situação em que a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a primeira é submetida”. DOS SANTOS, Theotônio. The structure of dependence. **The American Economic Review**, Vol. 60, No. 2, 1970, p. 231.

¹²⁵ Para uma compreensão sobre o processo de formação e o papel das economias de enclave, ver CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. Op. cit.

¹²⁶ Antes que sigamos, julgamos importante conceder um esclarecimento ao leitor mais atento. Realizaremos ao longo do texto paralelos e invocações à Teoria da Dependência. Nessas referências, recorreremos a autores que não necessariamente apresentam convergência em seus prognósticos. Um exemplo claro é o recurso a Cardoso e Faletto, da vertente weberiana, e a Ruy Mauro Marini, de leitura marxista. Não nos interessa aqui uma discussão pormenorizada das diferenciações entre as interpretações, nem sobre suas perspectivas de eventual superação ou conciliação da condição dependente. Apesar de subjacente, a Economia Política não é o objeto de estudo dessa tese. Contudo, os textos aqui citados servem-nos à consideração do processo histórico de incorporação das economias coloniais latino-americanas ao capitalismo internacional; discussão realizada por ambas escolas. As características e consequências resultantes desse processo são de especial importância ao argumento central dessa tese. Não há divergência substantiva entre os autores, weberianos ou marxistas, sobre os aspectos básicos do processo histórico de incorporação periférica, de forma que a utilização desses autores em um mesmo texto, se invocados estritamente nesses termos, não apresenta contradição. Para um mapeamento em perspectiva histórica das diferentes interpretações da Teoria da Dependência, ver DOS SANTOS, Theotônio. **A Teoria da Dependência: Um Balanço Histórico e Teórico**. In: RÊGO, José Márcio e outros (coords.). Teoria da Dependência: 30 Anos depois. /José Márcio Rego – FGV/SP; Marco Antônio Coelho – IEA/USP; Maria Hermínia Tavares de Almeida – FFCH/USP; Rosa Maria Marques – PUC/SP; Sedi Hirano – FFCH/USP; Cláudia Regina N. Pereira – IEA/USP/ 15 e 16 de junho de 1998. Anfiteatro da Geografia – FFCH/USP. São Paulo, IEA/USP, 1998.

¹²⁷ FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 183.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 184.

O processo expansionista aludido por Furtado¹²⁹ não ocorreu somente pela via dos investimentos e comercialização. A utilização da força teve papel quicá igualmente ponderoso. Epistemologicamente, a afirmação é importante, uma vez que propõe um estudo do fenômeno da dependência econômica alinhado à consideração equivalente do componente da violência. Robin Luckham sustenta que essas duas dimensões, à época da expansão das potências de capitalismo avançado, eram “dois lados da mesma moeda”¹³⁰. Similarmente, Albrecht *et al* propõem que “a incorporação dos países subdesenvolvidos [ao sistema capitalista], caracterizados por sua dependência, [...] só foi possível graças à utilização das armas, por vezes por várias décadas¹³¹”, uma vez que “[...] armamentos e militares são condições necessárias à manutenção da reprodução do sistema capitalista”¹³².

Foi Rosa Luxemburgo quem atribuiu maior importância à organização da violência no estudo do capitalismo ao argumentar que o militarismo é uma província de acumulação do capital. À sombra do conflito, os países capitalistas extraem do proletariado as receitas necessárias à manutenção de seus exércitos por meio da taxaço; há uma transferência, portanto, do poder de compra das massas ao Estado. Nas mãos deste, os recursos tornam-se demanda por armamentos, estimulando assim novas áreas da produção. Luxemburgo assim escreveu sobre o dispêndio militar:

Na forma de contratos governamentais para provisões do exército, o poder de compra disperso dos consumidores é concentrado em grandes quantidades e, livre dos caprichos e flutuações subjetivas do consumo pessoal, ele obtém uma regularidade quase automática e um crescimento rítmico.¹³³

Mariutti nos auxilia a compreender o militarismo em Luxemburgo ao sublinhar três aspectos essenciais de seu pensamento. Em primeiro lugar, o militarismo é produto de um estágio específico do capitalismo que, ao expandir-se, transplantará a estes novos sítios as rivalidades europeias. Igualmente, o militarismo é instrumento pelo qual, internamente, impõe-se a dominação coercitiva sobre a classe trabalhadora, ao passo que em sua dimensão externa,

¹²⁹ A citação de Furtado demanda que reproduzamos outro trecho no qual o autor faz um esclarecimento: “não seria justo, entretanto, supor que todas as economias híbridas, a que vimos fazendo referência, se comportem em todas as circunstâncias como estruturas pré-capitalistas. Em muitos casos – e o Brasil é um bom exemplo – a massa de salários no setor ligado ao mercado internacional foi suficiente para dar caráter monetário a uma importante faixa do sistema econômico. O crescimento dessa faixa monetária implicou importantes modificações nos hábitos de consumo, com a penetração de inúmeros artigos manufaturados de procedência estrangeira”. FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 185.

¹³⁰ LUCKHAM, Robin. Militarism and the internationalization of capital. **The IDS bulletin**, 1977, p. 39

¹³¹ ALBRECHT, Ulrich; DIETER, Ernst LOCK, Peter; WULF, Herbert. Armaments and underdevelopment. **Security dialogue**. Vol. 4, Nº 2, 1974, p.176.

¹³² *Ibidem*, p.178

¹³³ LUXEMBURGO, Rosa. **The Accumulation of Capital**. London: Routledge, 2003 [1913], p. 446.

instiga o conflito e acumula o capital. Finalmente, o terceiro elemento, o qual Maritutti destaca como o mais importante, refere-se à capacidade motriz do militarismo como força da expansão capitalista, cuja realização se dá no plano internacional¹³⁴.

Por certo, o argumento de Luxemburgo é contundente. Não obstante, sua validade requer qualificação se estendido aos países periféricos. Se nos países desenvolvidos a demanda por produtos militares é suficiente para estimular o setor bélico nacional, nos subdesenvolvidos, principalmente aqueles situados em regiões de baixa incidência de conflitos entre Estados, isto já não pode ser. Lembremos que a primeira publicação do livro “A Acumulação do Capital” foi em 1913, às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Luxemburgo referia-se à competição militar entre as potências europeias e ao conflito que se gestava nas entranhas daquele continente. Por conseguinte, é necessária cautela ao refletirmos sobre o papel do dispêndio militar na Periferia. Vid Bushnell escreveu algo sobre os efeitos das guerras na América Latina que depõe a favor desta especificação:

[...] o efeito negativo da guerra sobre as diferentes atividades tradicionais não foi compensado pela aparição de novas atividades. É verdade que houve um aumento na demanda de alguns produtos artesanais, como as telas para os uniformes, e que foram criadas algumas fundições de metal, oficinas de pólvora e outras ‘industrias de guerra’, mas as repercussões econômicas e tecnológicas de demanda gerada pela guerra parecem que não foram nem profundas nem duradouras. **Em realidade, a demanda por equipamentos de guerra foi coberta em parte com importações, resultando de uma nova perda de capital e uma acumulação de dívida estrangeira.**¹³⁵ (grifos nossos)

A ausência de externalidades positivas das guerras na América Latina, ou mesmo dos investimentos militares hodiernos, decorre de uma condição já antevista por Luxemburgo: “Para sua satisfação, essa demanda [militar] pressupõe, no entanto, **a existência prévia da grande indústria**, da produção em grande escala, ou seja, das condições mais favoráveis à produção de mais valia e à acumulação”¹³⁶. Essa exigência dificilmente é satisfeita nos países periféricos. Na Periferia, a demanda do Estado por petrechos militares é quase totalmente suprida pela produção bélica dos países centrais. Embora Bushnell tenha escrito sobre eventos ocorridos no século XIX, a mesma observação poderia ser escrita sobre a segunda década do

¹³⁴ MARIUTTI, Eduardo Barros. Militarismo e Imperialismo no Pensamento de Rosa Luxemburgo: Uma Síntese. **Texto para Discussão 250**. Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, Janeiro, 2015, p.8.

¹³⁵ BUSHNELL, Vid. La independencia de la America del Sur Española. In: BETHELL, Leslie (Ed.). **História de América Latina: La independencia**. Barcelona: Editorial Crítica, 1991, p. 120.

¹³⁶ Grifo nosso. LUXEMBURGO, Rosa. **The Accumulation of Capital**. London: Routledge, 2003 [1913], p. 97.

século XXI. Se de fato o militarismo é uma província de acumulação, é necessário ressaltar que este processo não ocorre em solo periférico.

O sistema de coerção moderno ao qual Rouquié, e Cardoso e Faletto fazem menção emulará os modelos francês e alemão na América do Sul. As missões militares destacadas por esses dois países auxiliaram diversas nações da sub-região nos seus respectivos processos de modernização das Forças Armadas. “É esse modelo militar que os países da América Latina vão se esforçar para implantar, ou como dirão os mal-intencionados, macaquear”¹³⁷. O Brasil, após um período inicial de barganha, adotou o modelo francês a partir de 1919. Nesse ano, o país recebeu uma missão de oficiais para assessorar a reforma do Exército brasileiro. A chamada “Missão Francesa” reformulou os mecanismos de promoção, rigidamente codificados a partir de então, e a distribuição territorial dos efetivos. Chama a atenção o sentimento excepcionalmente amistoso com a qual a missão foi recebida: a revista militar “A Defesa Nacional”, uma das principais publicações da época, publicou um editorial em 1919 intitulado “A Missão Militar Estrangeira: Bemvinda (*sic*) Seja”¹³⁸. Analogamente, o Peru convidaria os franceses ainda na década de 1890 a empreenderem uma reforma do Exército nos moldes do republicanismo francês¹³⁹. Inserido na doutrina, havia o imperativo civilizatório das Forças Armadas: a “*mission civilisatrice*” condensada na obra de Hubert Lyautey¹⁴⁰. De tal sorte, a importação do modelo francês, motivada inicialmente pela preocupação de um entorno regional ainda marcado por diversas contendas interestatais, incorreu em consequências internas: “o papel externo, tradicional, das Forças Armadas sul-americanas logo tornou-se inseparável da responsabilidade interna em civilizar, educar, inspirar e **modernizar**”¹⁴¹.

O Chile, por sua vez, incorporaria o modelo alemão ao contratar em 1885 uma missão germânica para a promoção da profissionalização de seu Exército. A reformulação organizacional, chefiada pelo Coronel Körner entre 1886 e 1910, encerrou-se com a entrega de Forças Armadas modernas, dignas de prestígio no continente e compostas por um grupo de oficiais formados de acordo com o modelo prussiano¹⁴². O sucesso chileno na “prussianização” de suas tropas foi de tal ordem que, em meados dos anos 1910, seus militares concederam

¹³⁷ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984, p. 94.

¹³⁸ *Apud* NUNN, Frederick M. Foreign Influences on the South American Military: Professionalization and Politicization. In: SILVA, Patrício (Ed.). **The Soldier and the State in South America: Essays in Civil-Military Relations**. New York: Palgrave, 2001, p.22.

¹³⁹ NUNN, Frederick M. *Op. cit.*, p.16.

¹⁴⁰ LYAUTEY, Hubert. **Du rôle social de l'officier e du rôle colonial de l'armée**. Paris: Armand Colin, 1900.

¹⁴¹ Destaque no original. NUNN, Frederick M. *Op. cit.*, p.20.

¹⁴² *Ibidem*, p. 97.

treinamento às tropas equatorianas, colombianas, venezuelanas e salvadorenses¹⁴³. O mesmo aplica-se à Argentina, que após romper com o modelo francês em 1904, admite como princípio norteador de suas Forças Armadas a referência imperial germânica; até 1920 metade dos oficiais argentinos passaria por escolas ou tropas alemãs¹⁴⁴. É bem verdade que a opção tardia da Argentina pela formação prussiana de suas tropas responde em larga medida ao sucesso chileno com essa escola. Em 1899, o presidente Julio A. Roca, impressionado com êxito de Körner no Chile, instrui seu Ministro da Guerra, Pablo Riccheri, a convidar uma missão militar alemã ao país com vistas a revitalizar a Escola Superior de Guerra e o Colégio Militar¹⁴⁵. A profissionalização militar era imperativa à Defesa: “em cada caso, o hospedeiro sul-americano aos missionários militares sabia bem que se um conflito eclodisse, uma força de combate bem treinada, doutrinada e competente seria necessária”¹⁴⁶.

Tabela 3 - Emulação Militar na América do Sul

País	Data de Início da Missão Militar	Sistema Emulado
Chile	1885	Alemanha
Equador	1895	França
Equador	1903	Chile
Peru	1896	França
Argentina	1899	Alemanha
Venezuela	1904	Chile
Colômbia	1907	Chile
Bolívia	1910	Alemanha
Paraguai	1913	Alemanha
Paraguai	1926	França
Brasil	1906	Alemanha
Brasil	1919	França

Fonte: reproduzido de RESENDE-SANTOS, João. **Neorealism, States and the Modern Mass Army**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 3.

¹⁴³ NUNN, Frederick. Emil Körner and the Prussianization of the Chilean Army: Origins, Process and Consequences, 1885–1920. **Hispanic American Historical Review**. Vol. 50, N. 2, 1970, p. 300–22.

¹⁴⁴ DUVAL, Armando. A Argentina, Potência Militar. Rio de Janeiro, 1922, p. 368. *apud* ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984, p. 99.

¹⁴⁵ HERWIG, Holger H. **Germany's Vision of Empire in Venezuela 1871-1914**. Princeton: Princeton University Press, 1986, p. 116.

¹⁴⁶ NUNN, Frederick M. Foreign Influences on the South American Military: Professionalization and Politicization. In: SILVA, Patrício (Ed.). **The Soldier and the State in South America: Essays in Civil-Military Relations**. New York: Palgrave, 2001, p. 18.

A estruturação de Forças Armadas baseadas no modelo prussiano seria de grande sorte às empresas bélicas alemãs, especialmente à Krupp, uma das maiores exportadoras então. A venda de armamentos naquela época era uma das principais vias de acumulação de capital para os europeus. De tal forma, desde a segunda metade do século XIX, as potências industriais europeias já competiam pela divisão dos mercados de armamentos na Periferia. Em grande medida, a rivalidade aproveitou-se, bem como fomentou, os litígios e tensões latino-americanos. Moniz Bandeira é assertivo ao declarar que:

Como forma de ampliar ou conquistar o mercado para sua produção, as grandes usinas de aço, os fabricantes de material bélico e os estaleiros, tais como a Krupp, da Alemanha, a Schneider-Creusot, da França, e Vickers-Armstrong, da Grã-Bretanha, além de outras, exploraram, então, as antigas rivalidades e açularam o antagonismo entre a Argentina e o Brasil, intrigando quase a ponto de provocar a eclosão de uma guerra¹⁴⁷

Estima-se que o Chile tenha realizado por volta de doze grandes compras da Krupp entre 1872 e 1912, importando ao todo 784 canhões. Por sua vez, o Brasil registrou dezenove pedidos à Krupp entre 1871 e 1912; as compras entre 1901 e 1912 somavam 44 milhões de marcos. Compras mais modestas foram feitas pela Bolívia: 5000 fuzis *Mausers*, com baionetas e munições, foram adquiridos em novembro de 1907 por 649.200 marcos. As importações da Venezuela também eram relativamente pequenas, porquanto havia certa resistência por parte dos alemães em vender armamentos a uma nação cujo exército, se comparado aos moldes prussianos, era tão débil. Uma das principais aquisições bélicas venezuelanas deu-se em 1891, quando o Ministro da Guerra prussiano concordou em vender 48 peças de artilharia provenientes “[...] das reservas de artilharia puxadas a cavalo”, uma vez que via nos pedidos de Caracas uma oportunidade para “[...] vender o material militar inferior de modo vantajoso”¹⁴⁸.

Helge Herwig oferece um relato detalhado sobre a influência germânica – imperialista nas palavras do autor – na Venezuela entre 1871 e 1914. Nele, o autor descreve as sucessivas tentativas venezuelanas de convite a uma missão de profissionalização militar enviada pelos germânicos e o desdém com o qual esses pedidos foram recebidos. A admiração pelo modelo militar prussiano era tal que a Venezuela convidou militares chilenos para que treinassem suas tropas, de fato despreparadas. O que resta evidente deste processo é que a emulação do modelo prussiano gerou uma demanda pelos equipamentos em torno dos quais aquele tipo específico

¹⁴⁷ BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 79.

¹⁴⁸ AA, Bonn, Deutschland 121, Nr 19 secr. Angelegenheiten de Deutschen Armee: Verkauf von Waffen, vol. 2. Prussian War Ministry to Caprivi, Dec. 28, 1891. *apud* HERWIG, Holger. **Germany’s Vision of Empire in Venezuela 1871-1914**. Princeton: Princeton University Press, 1986.

de organização militar se dispunha. Deste fato, a diplomacia alemã era agudamente ciente. A seguir, Herwig reproduz uma nota oficial da chancelaria:

O fato de que tantos países sul-americanos quanto possível empreguem oficiais alemães como instrutores é de grande importância não somente à nossa indústria de armamentos, mas também ao fortalecimento do *Deutschtum* [germandade] e às relações comerciais gerais nestas terras. Sem sombra de dúvida, a Alemanha terá vantagem na competição comercial pela América do Sul se a influência alemã enraizar-se ali em decorrência de nossos oficiais, das compras de armamentos, e da adoção de nossas regulações militares¹⁴⁹.

O excerto acima parece respaldar a tese de Øberg de que as transferências de armamentos constituem um instrumento do Imperialismo¹⁵⁰, ideia à qual dedicaremos algumas linhas no capítulo seguinte. Por ora, cabe apenas ressaltar que a adoção de sistemas militares forâneos, industriais, gera uma demanda por um bem — o armamento de capital-intensivo — que não encontra nas condições materiais nacionais os recursos necessários para sua produção; digo, em escala e complexidade necessária. Sobre o processo de modernização militar implementado à época, Alain Rouquié pondera pertinentemente — e de modo tão preciso que se aplicado fosse a períodos posteriores nada perderia em relevância — que

É preciso observar que a modernização extrovertida obtida através da compra de técnica e armamentos é reprodutora de uma estreita dependência. Portanto, esses exércitos, símbolos da emancipação, emblemas da soberania, são apenas aparentemente ‘como os da Europa’. **Destituídos de uma indústria pesada nacional, dependem totalmente de Krupp ou de Schneider.** Dessa forma, integram-se necessariamente no jogo diplomático e são parte dependente nas decisões da política internacional que concernem ao comércio exterior.¹⁵¹ (grifo nosso)

O modelo prussiano, como síntese de sua época, guarda especial relevância a nosso argumento dado seu vínculo com a tecnologia e a dependência que estabelece nos países periféricos que o adotam. Concebido a partir de 1808 em reação às derrotas sofridas pela Prússia para o exército napoleônico, o paradigma organizacional militar é um dos principais componentes da cultura ocidental: “cada nação deu sua contribuição única à cultura da sociedade ocidental. À Prússia, coube a distinção de originar o oficial profissional”¹⁵² Os prussianos desenvolveram um sistema no qual o corpo militar triunfaria pelo “treinamento,

¹⁴⁹ *apud* HERWIG, Holger. **Germany’s Vision of Empire in Venezuela 1871-1914**. Princeton: Princeton University Press, 1986, p. 139

¹⁵⁰ ØBERG, Jan. Arms trade with the third world as an aspect of imperialism. **Journal of Peace research**, Vol. 12, Nº 3, 1975.

¹⁵¹ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984, p. 96

¹⁵² HUNTINGTON, Samuel P. **The soldier and the state: the theory and politics of civil-military relations**. Cambridge: Harvard University Press, 1957, p. 31.

organização, e devoção ao dever”¹⁵³. Huntington afirma que uma das principais condições à emergência do profissionalismo militar na Prússia foi a ascendente demanda por especialização tecnológica¹⁵⁴. Anteriormente, os efetivos militares desempenhavam funções muito similares; fosse o combate com espadas ou lanças, os soldados não necessitavam de muito mais do que seu próprio armamento para se engajarem no conflito. Não obstante, o avanço do industrialismo e de seus desenvolvimentos tecnológicos mudaram o modo de combate. Após a terceira década do século XIX, “[...] pela primeira vez, não só homens, mas também petrechos tecnológicos estavam integrados a sistemas”¹⁵⁵. Tal formação passou a exigir dos efetivos altos níveis de especialização.¹⁵⁶

Ao início do século XIX, o setor bélico tornava-se paulatinamente assentado na produção de capital-intensivo; ou seja, a razão entre capital e trabalho, ambos fatores produtivos, favorecia cada vez mais o primeiro. Precipuamente, a vantagem garantida ao exército prussiano em sua origem deveu-se à adaptação célere de suas formas aos predicados aduzidos pelos novos tempos: o crescimento do urbanismo, a gradativa industrialização, e o progresso da tecnologia. Não por outro motivo, Van Creveld afirmaria que ao longo da história, a organização militar respondeu aos determinantes políticos, sociais e econômicos, mas todos estes são, em última instância, produtos do estágio tecnológico vigente¹⁵⁷.

Mary Kaldor, em um breve artigo publicado em fevereiro de 1976¹⁵⁸, conceituou a relação entre organização militar e tecnologia como a Forma da Força, conceito esse que nos auxiliará a compreender o processo de emulação militar na América do Sul. A autora estrutura seu argumento de maneira similar a Van Creveld ao propor que a tecnologia é a epítome da

¹⁵³ HUNTINGTON, Samuel P. **The soldier and the state: the theory and politics of civil-military relations**. Cambridge: Harvard University Press, 1957, p. 33.

¹⁵⁴ As outras seriam o nacionalismo competitivo, o conflito entre a democracia e a aristocracia, e a presença de uma autoridade legítima estável. HUNTINGTON, Samuel P. **The soldier and the state: the theory and politics of civil-military relations**. Cambridge: Harvard University Press, 1957, p. 19-58.

¹⁵⁵ VAN CREVELD, Martin. **Technology and war: from 2000 B.C. to the present**. Nova Iorque: The Free Press, 1991, p. 153.

¹⁵⁶ “O resultado das sucessivas inovações tecnológicas foi o aumento na demanda por especialização. Ainda que especialização não seja equivalente a profissionalismo [...], o profissionalismo surgiu inevitavelmente do aumento na especialização”. Tradução nossa. *Ibidem*, p. 143.

¹⁵⁷ VAN CREVELD, Martin. *Op. cit.*, p. 137

¹⁵⁸ KALDOR, Mary. *The Arms Trade and Society*. **Economic and Political Weekly**, Vol. 11, Nº 5/7, 1976

sociedade que a gerou¹⁵⁹. Seu desenvolvimento manifesta-se em função da organização social e do domínio técnico detido por aquela sociedade em específico¹⁶⁰. Para Kaldor

A Forma da Força pode ser definida como a composição entre a **técnica de força e relação de força**. As técnicas de força são os armamentos e a maneira como são utilizados. A relação de força corresponde à organização dos efetivos, a natureza da hierarquia militar, e o modo de ingresso nas Forças Armadas. As técnicas da força são ao mesmo tempo o produto do nível tecnológico da sociedade e a ferramenta apropriada a um tipo específico de relações militares. As relações de força são aquelas mais convenientes à organização do corpo de efetivos, em uma determinada sociedade, e com maior potencialidade de gerar lealdade à formação social¹⁶¹. (grifo nosso).

O texto de Kaldor em questão, “*The Arms Trade and Society*”, estabelece um diálogo profícuo com os escritos de Albrecht *et al*¹⁶²; Jan Øberg¹⁶³; Raimo Väyrynen¹⁶⁴; Luis Herrera¹⁶⁵; e Robin Luckham¹⁶⁶. Todos estes autores produziram trabalhos em meados da década de 1970 interpelando o fenômeno da militarização na Periferia desde o Materialismo Histórico. Kaldor evidencia seu posicionamento ao situar a exportação dos armamentos – e consigo, de uma determinada Forma da Força – como artifício medular do processo imperialista¹⁶⁷. O argumento sustenta que os armamentos, ademais de seu potencial bélico, carregam consigo o conjunto de relações sociais necessárias à sua fabricação e utilização; ao fim e ao cabo, portam em si um sistema social. De tal maneira, afirma Kaldor, a militarização

¹⁵⁹ “Cada sociedade tem seu estilo militar característico: o feudalismo descobriu o estribo; o capitalismo surgiu com o canhão. Os exércitos poderiam considerar-se, talvez, como representantes da sociedade em seu conjunto. As armas como um símbolo do avanço técnico, as tradições militares como um aspecto das relações sociais mais amplas e as guerras, por conseguinte, como uma luta entre as diferentes formas de organização social”. KALDOR, Mary. **El arsenal barroco**. Madrid: Siglo XXI, 1986, p. 29. Articulando o mesmo argumento d’outro modo, Raymond Aron apontou a “[...] similaridade entre o tipo de sociedade e o estilo da guerra, entre os instrumentos de produção e as armas de combate”. ARON, Raymond. *War and industrial society: a reappraisal*. **Millenium: journal of international studies**. Vol. 7, Nº 3, 1978, p. 206.

¹⁶⁰ Em empreendimento similar, Saint Pierre busca indagar sobre a imbricação entre modelo de Estado e Guerra ao afirmar que “a partir da coreografia da guerra de uma determinada época, poderíamos compreender a estrutura política desse período e vice-versa”. SAINT PIERRE, Héctor Luis. *Adequação Entre Concepção Estratégica e Modelo de Estado: O Caso do Exército Vermelho*. **Política e Estratégia**. Vol. 8, Nº2, abril/dezembro, 1990.

¹⁶¹ KALDOR, Mary. *The Arms Trade and Society*. **Economic and Political Weekly**, Vol. 11, Nº 5/7, 1976, p. 293.

¹⁶² ALBRECHT, Ulrich; DIETER, Ernst LOCK, Peter; WULF, Herbert. *Armaments and underdevelopment*. **Security dialogue**. Vol. 4, Nº 2, 1974.

¹⁶³ ØBERG, Jan. *Arms trade with the third world as an aspect of imperialism*. **Journal of Peace research**, Vol. 12, Nº 3, 1975, p. 217; ØBERG, Jan. *Third World armament: domestic arms production in Israel, South Africa, Brazil, Argentina and India 1950-75*. **Instant Research on Peace and Violence**. Vol. 5, Nº 4, 1975, p. 222-239.

¹⁶⁴ VÄYRYNEN, Raimo; HERRERA, Luis. *Subimperialism: from dependence to subordination*. **Instant Research on Peace and Violence**. Vol. 5, Nº 3, 1975, p. 165-177.

¹⁶⁵ HERRERA, Luis. *The military as the link in the domination chain of Latin America*. **Instant Research on Peace and Violence**. Vol. 5, Nº 4, 1975, p. 197-206.

¹⁶⁶ LUCKHAM, Robin. *Of arms and culture*. **Current Research on Peace and Violence**, Vol. 7, Nº 1, 1984, p. 1-64; LUCKHAM, Robin. *Militarism: force, class, and international conflict*. **The IDS bulletin**, 1977; LUCKHAM, Robin. *Militarism arms and the internationalization of capital*. **The IDS bulletin**, 1977.

¹⁶⁷ KALDOR, Mary. *Op. cit.*, p. 297.

de países periféricos é resultante da tendência expansionista das sociedades capitalistas¹⁶⁸, argumento essencialmente inspirado na interpretação do militarismo feita por Rosa Luxemburgo.

Explicação distinta é dada por Resende-Santos¹⁶⁹. Para este autor, a expansão dos modelos militares europeus é tributária da lógica competitiva do sistema internacional; em nada deve, portanto, às dinâmicas do capital. Os Estados sul-americanos importaram esses modelos porque eram, aos seus juízos, mais eficazes na guerra. Resende-Santos parte de uma explicação neorrealista fortemente influenciada por Waltz¹⁷⁰, ao passo que Kaldor lê o mesmo processo desde o Materialismo Histórico. Para nossa reflexão, Kaldor mostra-se mais fértil, uma vez que considera o entrelaçamento desse processo de emulação às condições econômicas periféricas. Entretanto, malgrado ser um autor neorrealista, Resende-Santos se vale da história de modo notável em seu trabalho e remedia em parte a desatenção do Neorrealismo à formação do Estado e à dimensão doméstica. Por tal, seu esforço merece reconhecimento. Não obstante o mérito, Kaldor oferece ferramental analítico mais útil, porquanto oferece tipologias sobre o processo de emulação e elabora sobre as relações sociais que as acompanham. Por isto, retomemos Kaldor.

Com fins heurísticos, Kaldor baliza dois tipos de Forma da Força presentes nos países periféricos – ou subdesenvolvidos, como a autora prefere os chamar. O primeiro deles é o pré-industrial, exemplificado pelos beduínos no Oriente Médio ou os caudilhos latino-americanos. Usualmente fundamentada na cavalaria, sua estrutura arcaica não utiliza armamentos de alta complexidade e seus métodos de recrutamento e estruturação hierárquica condizem com as normas, tradições e estratificações sociais autóctones. O *status* militar caudilhesco (*sic*), por exemplo, emanava da posição social. Facundo Quiroga – caudilho argentino partidário do Federalismo - era filho de um grande fazendeiro, e do pai herdou o posto de capitão das milícias provincianas¹⁷¹. Analogamente, as *montoneras* argentinas distribuíam suas patentes militares de acordo com a experiência de combate. Como sintetiza Rouquié, “nesse tipo de Forças Armadas, a disciplina e a hierarquia valem menos do que a lealdade e a confiança”¹⁷².

¹⁶⁸ KALDOR, Mary. The Arms Trade and Society. **Economic and Political Weekly**, Vol. 11, Nº 5/7, 1976, p. 293.

¹⁶⁹ RESENDE-SANTOS, João. **Neorealism, States and the Modern Mass Army**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

¹⁷⁰ WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Berkeley: Waveland Press, 1979.

¹⁷¹ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984, p. 76.

¹⁷² *Ibidem*, loc. cit.

O segundo modelo é o exército industrial, tal qual desenhado pelas reformas prussianas e francesas. Neste, a Forma da Força implementada na Periferia “[...] tende a ser uma imitação da forma prevalecente na metrópole”¹⁷³, mimetizando seu desenho e reproduzindo suas necessidades. A fundamentação industrial dessa segunda categoria de Forma da Força imputa à corporação que se organiza tendo-a como princípio um interesse político¹⁷⁴ específico na perpetuação de uma estrutura social industrial, dada sua dependência por bens de capital-intensivo. A importação da Forma da Força metropolitana na qual o exército moderno se assenta “[...] orienta o soldado a uma tendência política particular”¹⁷⁵, comprometida com a constelação social que permitiu sua gênese. À vista disso, “as Forças Armadas [...] tornam-se defensores de modelos de desenvolvimento que garantam uma expansão dos recursos necessários à estruturação da defesa nacional baseada nas importações maciças de tecnologia militar”¹⁷⁶.

O processo sul-americano de emulação militar significou, portanto, a importação de uma Forma da Força industrial. De certo modo, essa infusão é a manifestação do que Trotsky chamou de Desenvolvimento Desigual e Combinado¹⁷⁷. A penetração das instituições capitalistas combina-se nestas sociedades com formas de organização política autóctones. É à interação entre esses dois tipos sociais que Trotsky atribui a cadência do processo histórico. Há certa vantagem à Periferia em adotar tais formas industriais de organização da violência. Vejamos o que Trotsky chamou de “vantagem do atraso”:

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e intelectuais dos países avançados. Contudo, isso não significa que as segue à risca, reproduzindo todos seus estágios anteriores. Ainda que compelido a seguir o mesmo percurso de desenvolvimento dos países avançados, o país atrasado não o faz na mesma ordem. O privilégio do atraso histórico - e tal privilégio existe -,

¹⁷³KALDOR, Mary. The Arms Trade and Society. **Economic and Political Weekly**, Vol. 11, Nº 5/7, 1976, p. 297.

¹⁷⁴ Aqui, uma vez mais, recorreremos ao instrumental weberiano. Política, a Weber, significa a “tentativa de participar no poder ou de influenciar a distribuição do poder, seja entre vários Estados, seja dentro de um Estado entre grupos de pessoas que este abrange”. É uma definição de certo modo corriqueira, mas que traduz nossa intenção no termo. Nesta acepção, as Forças Armadas participariam dos dispositivos formais e informais de poder de um modo que o arranjo social resultante desse processo a elas dispusesse os elementos necessários, no mínimo, à perpetuação da organização. Para a definição de Política aqui utilizada, ver WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Vol. 2. Brasília: Universidade de Brasília, 2012, p. 526.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 299.

¹⁷⁶VARAS, Augusto; BUSTAMANTE, F. The effect of R&D on the transfer of military technology to the Third World. **International social Science journal**. Vol. 35, Nº 1, 1983, p. 158.

¹⁷⁷ “As leis da história nada têm em comum com um esquematismo pedante. A desigualdade, a lei mais geral do processo histórico, revela-se de maneira mais nítida e complexa no destino dos países atrasados. Sob o chicote da necessidade externa, sua cultura atrasada é compelida a dar saltos. Da lei universal da desigualdade, portanto, deriva outra lei que, pela falta de um nome melhor, podemos chamar a lei do desenvolvimento combinado - pelo qual nos referimos a um conjunto das diferentes etapas da jornada, uma combinação das etapas separadas, um amálgama de arcaico com formas mais contemporâneas”. TROTSKY, Leon. **The History of the Russian Revolution**. New York: Pathfinder, 1932, p. 5.

permite, melhor dizendo, compele, a adoção de formas [sociais] já acabadas, de forma que toda uma série de estágios intermediários são cabriolados.¹⁷⁸

Reencontramo-nos aqui com o problema que abriu nosso capítulo: a dimensão temporal do desenvolvimento. Como discutimos, a disponibilidade de tempo à formação estatal na Periferia foi restrita, demandando que, por um imperativo do mercado por celeridade, formas já acabadas de organização política fossem importadas de alhures. À esfera militar, isso significou que a instituição militar industrial importada superava – e aqui há uma teleologia – o estágio de desenvolvimento daquela sociedade periférica que a abrigou. Deste descompasso decorrem consequências capitais à militarização periférica, às quais nos dedicaremos no capítulo seguinte. Por enquanto, cabe reafirmar nesta última página o que já discutimos ao longo do capítulo.

As forças fundamentais que influenciarão a militarização na América do Sul estão até aqui postas: Forças Armadas politicamente excepcionais, baixo esforço fiscal e perfil econômico extrovertido. A militarização, cujo processo demanda extração e acumulação de capital, responderá às diferentes constelações destas três forças fundamentais. Em essência, é um problema de receita: o acúmulo das capacidades de coerção se relacionará a momentos de disponibilidade de crédito externo e/ou apreciação dos termos-de-troca. Sem embargo, cabe reconhecer que há elevado grau de generalização em nossa proposição; disso sabemos. Entretanto, argumentamos que essas três forças interagem de modos específicos a cada contexto nacional e podem ser encontradas, ainda que em diferentes níveis e manifestações, na maioria dos países da sub-região. Desta premissa, prossigamos.

¹⁷⁸ TROTSKY, Leon. **The History of the Russian Revolution**. New York: Pathfinder, 1932, p. 4.

3 DUAS CONSEQUÊNCIAS DA MILITARIZAÇÃO PERIFÉRICA

Portanto, conluo que, sem armas próprias, nenhum principado está seguro, ou melhor, depende totalmente da sorte, não havendo valor que o defenda com fé, na adversidade.

– Nicolau Maquiavel¹⁷⁹

Neste capítulo discutiremos duas consequências do processo histórico de militarização para a América do Sul. A questão fundamental da militarização periférica se funda na emulação de organizações militares industriais – cuja técnica de empreendimento da violência exige instrumentos de capital-intensivo – por sociedades onde o capital é escasso. Desse descompasso derivam-se inúmeras consequências. Algumas podem ser favoráveis, uma vez que a sociedade que importa a Forma da Força industrial desfruta de suas vantagens militares sem que para isso tenha tido que percorrer os estágios necessários ao desenvolvimento endógeno daquele tipo de organização. Entretanto, nos ocuparemos d’outras duas consequências deletérias. A primeira diz respeito aos impactos orçamentários da excepcionalidade política das Forças Armadas. Este aspecto será especialmente útil para compreendermos o caso venezuelano no capítulo seguinte. A segunda consequência, por sua vez relacionada ao propósito do último capítulo, refere-se à incapacidade de produzir domesticamente aqueles armamentos necessários à Defesa nacional.

3.1 Dividendos da Militarização: Da Excepcionalidade Política à Excepcionalidade Orçamentária

A implementação de modelos militares industriais na América do Sul provocou certo estranhamento entre as Forças Armadas e suas respectivas sociedades. Criava-se, de modo congênere aos núcleos econômicos modernos apontados por Celso Furtado, novos enclaves¹⁸⁰. Nesse processo, as Forças Armadas conformaram-se como uma entidade “de tipo industrial, típica e exclusiva das civilizações mais industrializadas conhecidas até o momento, e imbuída

¹⁷⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 [1532], p. 70.

¹⁸⁰ O termo “enclave” já foi utilizado de modo análogo por Rouquié na descrição das forças constabulárias (*constabulary* no termo original em inglês) estruturadas pelos Estados Unidos na América Central. Buscando destacar o descompasso entre tal modelo e as sociedades que os abrigavam, Rouquié afirmou: “Essas Forças Armadas de enclave, antinacionais por natureza, não podem ser o núcleo do Estado, que é substituído por elas no *no man’s land* institucional deixado pelo invasor. Portanto, elas estão disponíveis para a aventura ou, pelo menos, contribuir para reproduzir a instabilidade contra a qual foram criadas”. ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984, p.156.

do espírito do desenvolvimento tecnológico rápido”¹⁸¹; contudo, inseridas em sociedades subdesenvolvidas de capitalismo periférico. Sobre este distanciamento, Nunn afirma que

A profissionalização no estilo europeu ajudou a criar uma identidade institucional, uma distinção baseada na educação, missão, e promoção a patentes maiores pelo mérito. O corpo de oficiais verdadeiramente profissionalizado possui uma teoria sólida pela qual se vê **à parte e parte** da sociedade a que serve.¹⁸² (grifo no original)

O descolamento entre a Forma da Força industrial e seu receptáculo tradicional instigou nos militares a internalização da identidade de força motriz da modernização nacional. O pretenso papel modernizador das Forças Armadas ganhou a atenção da comunidade acadêmica a partir dos anos 1960¹⁸³, em reação ao crescente espaço político desfrutado pelos militares no Terceiro Mundo. Em especial, um corpo bibliográfico expressivo foi dedicado às relações entre civis e militares na África, no esforço de compreender o comportamento das Forças Armadas naqueles países recém independentes. Considerável parte da reflexão acadêmica foi também dedicada à América Latina, face à sucessão de golpes militares perpetrados na região naquela época. Preponderantemente, os desenhos de pesquisa tratavam a modernização como uma variável dependente da atuação dos militares na política nacional.

Lucian Pye, uma das principais referências dessa agenda de pesquisa, apontou a presumida relação em 1961¹⁸⁴ ao destacar como o papel modernizador das Forças Armadas em novas nações – referindo-se nesse texto especificamente às africanas – estava intimamente ligado à importação de armamentos e, conseqüentemente, de um modelo de organização militar forâneo.

[...] na maioria dos países recém-criados, as Forças Armadas têm enfatizado perspectivas racionais, apresentando-se como campeãs do desenvolvimento nacional. **Em larga medida, a situação é explicada pela influência que a tecnologia militar ocidental contemporânea exerceu nos exércitos desses países.** Em particular, quase todos os novos países adotaram o tipo de exército da Segunda Guerra Mundial como modelo. Pela adoção, esses países comprometeram-se a criar uma forma de organização que é típica e peculiar aos países civilizados mais industrializados. De fato, os exércitos modernos são essencialmente entidades de tipo industrial. Nesse sentido, as Forças

¹⁸¹ PYE, Lucian. *Armies in the Process of Political Modernization*. *Archives of European Sociology*. Vol. 2, 1961, p. 76.

¹⁸² NUNN, Frederick M. *Foreign Influences on the South American Military: Professionalization and Politicization*. In: SILVA, Patrício (Ed.). *The Soldier and the State in South America: Essays in Civil-Military Relations*. New York: Palgrave, 2001, p.28.

¹⁸³ JACKMAN, Robert. *Politicians in Uniform: Military Governments and Social Change in the Third World*. *American Political Science Review*. Vol. 70, December 1976; MCKINLAY, R. D. and COHAN, A. S. *A Comparative Analysis of Political and Economic Performance of Military and Civilian Regimes*. *Comparative Politics* Vol. 8, Nº. 1, October 1975.

¹⁸⁴ PYE, Lucian. *Op. cit.*, p. 85.

Armadas dos novos países são imbuídas pelo espírito do desenvolvimento tecnológico célere.¹⁸⁵ (grifo nosso)

O crescimento dos estudos sobre o papel modernizador das Forças Armadas na Periferia deu-se concomitantemente à disseminação da Teoria da Modernização econômica entre a classe política e acadêmica¹⁸⁶. Esta, propunha que desenvolvimento era o estágio último de uma série de medidas econômicas específicas. De tal forma, o estágio preambular ao desenvolvimento seria a reconstituição de determinados processos fundamentais observados nos países de capitalismo avançado. Apesar de ser um debate originado na Economia, a incorporação dos preceitos da Teoria da Modernização pelos militares a torna relevante à nossa reflexão, de forma que algumas linhas dedicadas à sua discussão são justificáveis.

W. W. Rostow elaborou o esforço seminal da sistematização das etapas do desenvolvimento econômico. O ponto de inflexão desse processo, o chamado “*take-off*”, demandaria um crescimento no capital social de sobrecarga, sobretudo nos transportes, uma revolução tecnológica no setor agrícola e uma expansão nas importações de recursos naturais e de capital. Uma vez estruturados, os enclaves industriais modernos se ampliariam, sustentados pelos reinvestimentos dos lucros. A partir de então, a transformação das sociedades tradicionais progrediria por inércia. Rostow constrói suas categorias teleológicas de desenvolvimento, sobretudo, a partir da experiência britânica. Ao longo de sua argumentação, Rostow exemplifica sua teorização: “o *take off* britânico, por volta de 1738, colocou em movimento uma série de efeitos positivos e negativos que progressivamente perturbaram outras sociedades tradicionais, ou aceleraram a criação das condições ao *take off* onde estas condições já se encontravam germinando”¹⁸⁷. O autor afirma que as condições observadas na Grã-Bretanha são análogas àquelas que impulsionaram os processos de modernização nos Estados Unidos em 1900, Alemanha e França em 1910, Suécia na década de 1930, Japão nos anos 1940 e Rússia e Canadá a partir de 1950.

Argumentava-se que nos países periféricos, as Forças Armadas, pela mentalidade alinhada ao paradigma da modernidade, seriam as campeãs desse processo. Pye afirma que os militares desempenharam historicamente papéis centrais na transição de sociedades tradicionais às sociedades modernas. O autor atribui essa função à caserna uma vez que o soldado

¹⁸⁵ PYE, Lucian. *Armies in the Process of Political Modernization*. **Archives of European Sociology**. Vol. 2, 1961, p. 85.

¹⁸⁶ Para uma discussão das raízes intelectuais e teóricas do desenvolvimento ver FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

¹⁸⁷ ROSTOW, W. W. *The Economic History Review*, **New Series**, Vol. 12, No. 1, 1959, p. 5.

profissional, por ser um indivíduo pretensamente dissociado da vida civil, possui uma atuação impessoal e objetiva no processo de modernização social e econômica¹⁸⁸. A tese de Pye foi incorporada em larga medida à formulação da política externa dos Estados Unidos e sintetizada pela Aliança Para o Progresso, programa de auxílio militar concedido aos países da América Latina como forma de contenção ao avanço comunista na região. “A ideia de que o desenvolvimento e a segurança poderiam ser alcançados por meio de uma ‘modernização militar’ tornou-se um fundamento básico da abordagem que o governo dos Estados Unidos, especialmente durante a gestão John Kennedy, fez da América Latina”¹⁸⁹.

Guillermo O’Donnell realizou um estudo sobre a relação entre modernização e golpes militares na Argentina entre 1955 e 1966 que, apesar do breve período considerado, é elucidativo sobre maneira à reflexão aqui proposta. O’Donnell não pretendia alcançar ampla validade externa com sua investigação, como deixa evidente no início de seu texto ao assegurar que não realizara “um estudo sobre o papel dos militares nos países em desenvolvimento”, tampouco sobre as “relações cívico-militares nos países subdesenvolvidos”¹⁹⁰. Não obstante o *caveat* ao leitor, as características encontradas na sociedade argentina de então, bem como aquelas de suas Forças Armadas, guardavam múltiplas semelhanças com os demais países da região. Assim O’Donnell descreveu a Argentina da época:

É uma sociedade dependente, marcada por uma estrutura produtiva e uma configuração espacial desequilibrada, sujeita a numerosas rigidezes sociais, com alta concentração de poder econômico e político, onde é baixa a relação entre a geração de inovações diretamente aplicáveis a processos produtivos e **onde existe um alto grau de penetração de instituições, papéis e práticas sociais originadas nas sociedades economicamente mais avançadas**. Esta penetração, em parte, determina importantes características das áreas mais modernizadas (especialmente os grandes centros urbanos) e, por outra, expressa padrões de dependência vinculados a outras características estruturais da alta modernização: um importante grau de industrialização, grandes concentrações urbanas, um alto grau de diferenciação social e de atividade política, e uma relativamente sólida e autônoma base organizacional (sobretudo sindical) de seu setor popular.¹⁹¹ (grifo nosso)

¹⁸⁸ PYE, Lucian. Armies in the Process of Political Modernization. *Archives of European Sociology*. Vol. 2, 1961, p. 88.

¹⁸⁹ PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. Contendo a Revolução: a Aliança Para O Progresso e o Treinamento Militar dos EUA na América Latina. *História: Debates e Tendências*. Vol. 10, Nº. 2, jul./dez. 2010, p. 314.

¹⁹⁰ O’DONNELL, Guillermo. Modernización e golpes militares: teoría, comparación y el caso argentino. *Desarrollo Económico*. Vol. 12, Nº 47, 1972, p. 519.

¹⁹¹ O’DONNELL, Guillermo. Op. cit., p. 521.

A representação aproxima-se daquelas realizadas por Faletto e Cardoso¹⁹² em “Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica” sobre a estrutura econômica e social dos países latino-americanos, ou por Celso Furtado, que caracterizara o subdesenvolvimento pela “heterogeneidade tecnológica entre setores ou empresas de uma mesma economia”¹⁹³.

O'Donnell relaciona a intervenção militar de 1966 na Argentina ao aumento da profissionalização dos seus militares. Logo após alcançar a hegemonia dentro das Forças Armadas, o setor legalista promoveu um processo de profissionalização da corporação com o auxílio dos Estados Unidos. Em 1964, a Argentina aderiu ao *Military Assistance Program* com vistas a modernizar seu arsenal e incorporar em suas diretrizes a Doutrina de Segurança Nacional. A filiação significou uma reformulação no treinamento dos militares argentinos, no papel de suas Forças Armadas e uma incorporação de questões sociais à agenda da organização. Sobretudo, representou “um claro sentimento de distinção entre o pertencimento à organização militar e o resto da sociedade”¹⁹⁴.

Não obstante, O'Donnell omite, por lapso ou deliberadamente, o fato de que a propensão dos militares à intervenção na esfera política enraíza-se, como já discutimos, em processos anteriores à incorporação da Doutrina de Segurança Nacional. Desde suas primícias, a profissionalização dos militares na América do Sul imbuíu-se de um imperativo interno. Sobre esse equívoco, Nunn nos alerta de que “a influência dos Estados Unidos de maneira alguma iniciou o interesse [militar] sul-americano em atividades domésticas, com exceção talvez na Colômbia e Venezuela. Missões domésticas foram mais preponderantes na Argentina, Brasil, Chile e Peru e basearam-se no comprometimento com o papel civilizacional e social”¹⁹⁵.

Em discurso realizado em 1964, o General Onganía, então Comandante em Exercício do Exército, balizou as competências das Forças Armadas na sociedade argentina. O trecho a seguir, reproduzido por O'Donnell, expressa com clareza os valores referenciais da corporação:

[As Forças Armadas] existem em função da necessidade de garantir a soberania e integridade territorial da Nação, preservar os valores morais e espirituais da civilização ocidental e cristã, assegurar a ordem pública e a paz interior, proporcionar o bem-estar geral, sustentar a vigência da Constituição,

¹⁹² FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1984

¹⁹³ FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 196.

¹⁹⁴ O'DONNELL, Guillermo. O'DONNELL, Guillermo. Modernización e golpes militares: teoría, comparación y el caso argentino. **Desarrollo Económico**. Vol. 12, Nº 47, 1972, p. 532.

¹⁹⁵ NUNN, Frederick M. Foreign Influences on the South American Military: Professionalization and Politicization. In: SILVA, Patrício (Ed.). **The Soldier and the State in South America**: Essays in Civil-Military Relations. New York: Palgrave, 2001, p. 26.

de seus direitos e garantias essenciais e a manutenção das instituições republicanas que nela se encontram estabelecidas.¹⁹⁶

O espaço ocupado pelas Forças Armadas na cosmovisão de Onganía enquadra-se no padrão histórico identificado por Saint Pierre como o “drama latino-americano”: neste, as Forças Armadas atribuem-se a centralidade na trama política enquanto guardiãs dos valores nacionais e promotoras cardinais do desenvolvimento¹⁹⁷.

Ainda segundo Onganía, o cumprimento desses objetivos fundamentais seria alcançado com a “manutenção de um alto nível de aptidão e capacidade das Forças Armadas para a custódia dos altos interesses da Nação”; e do “desenvolvimento econômico-social do país”. O discurso proferido enquadra as capacidades militares e o desenvolvimento socioeconômico como condições *sine quibus non* para a Segurança Nacional. Pela argumentação, qualquer manifestação que debilitasse algum dos fatores desse binômio seria interpretada como uma ameaça aos interesses da Nação. O’Donnell esclarece que “essa ideologia permite, ao menos potencialmente, a militarização de qualquer problema social que por qualquer razão seja considerado importante pelos oficiais das Forças Armadas”¹⁹⁸. A circunstância agrava-se ao considerarmos o predicamento periférico da economia argentina de então. Uma vez que o desenvolvimento econômico lhe era travancado, fosse por fatores internos ou externos, o subdesenvolvimento tornava-se a situação perene, o que impediria – caso adotássemos a tese de Onganía – a conquista da segurança. Em tal cenário, intervenções militares são passíveis de justificativa com facilidade.

O incremento dos níveis de profissionalização militar alcançados pelo atrelamento aos Estados Unidos incutiu nas Forças Armadas argentinas a percepção de que sua capacidade de governo da coisa pública era significativamente superior àquela apresentada pelo setor civil¹⁹⁹; por conseguinte, estava justificada a intervenção de 1966. Sumariamente, O’Donnell caracteriza a resultante desse processo:

O real avanço na profissionalização militar, o sentimento de realização organizacional e de capacidade superior, o alto grau de identificação corporativa e a ideologia da ‘segurança nacional’ marcaram um processo militar que deu possibilidade objetiva e suficiente confiança de êxito para

¹⁹⁶ ONGANIA, Juan Carlos. Discurso. La Prensa, 6 de agosto, 1964. *apud* O’DONNELL, Guillermo. Op. cit, p. 533.

¹⁹⁷ SAINT PIERRE, Héctor Luis. Breve Perspectiva Histórica de las Fuerzas Armadas en su Relación con las Agendas de Seguridad e Desarrollo. **Seminário Regional Construyendo Roles: Democracia y Fuerzas Armadas**, Buenos Aires, abril 2008.

¹⁹⁸ O’DONNELL, Guillermo A. Modernización y Golpes Militares Teoría, Comparación y El Caso Argentino. **Desarrollo Económico**. Vol. 12, N. 47, 1972, p. 535.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 536.

levar a cabo um golpe de estado que procurou uma mudança drástica e definitiva do regime político existente.²⁰⁰

Invocamos as conclusões de O'Donnell uma vez que suas inferências extrapolam o caso argentino. Apesar do alerta ao leitor no início de seu texto, expondo claramente os limites de seu estudo, O'Donnell abandona em certa medida a prudência por ele mesmo recomendada ao admitir que as observações coligidas permitem generalizações aplicáveis a nações de contexto correlato²⁰¹. Nesse sentido, o autor reserva a última seção de seu texto à elaboração de doze proposições teóricas. Interessa à argumentação aqui desenvolvida especialmente a quarta, mais especificamente o trecho que a seguir recortamos: “[...] o estado da organização militar [...] é uma variável cujas variações empíricas devem ser estudadas ao longo do tempo, porque é um elemento fundamental para a explicação e predição do comportamento político das Formas Armadas”²⁰². De tal sorte, apesar de não intencionado *a priori*, o diagnóstico do comportamento das Forças Armadas argentinas estende sua validade externa e torna-se relevante à nossa argumentação, uma vez que ilustra de modo claro como a dependência econômica correlaciona-se positivamente à militarização dependente e de que modo essa condição potencialmente cria Forças Armadas distantes do corpo social que as abriga.

A tese de que o militar traria consigo a modernização econômica não foi alvitrada somente pelos estudos sociológicos sobre as transições sociais, mas também pelo campo da Economia. Neste braço, a hipótese fundamental era a de que os investimentos militares acarretariam em crescimento econômico. Observamos, por exemplo, essa relação em declarações oficiais brasileiras recentes. Assim afirma um relatório da Comissão e Relações Exteriores e Defesa Nacional publicado em 2015 sobre a importância dos investimentos em Defesa: “investir em Defesa é garantir nossa soberania, promover nosso desenvolvimento científico e tecnológico, e retomar nosso crescimento econômico”²⁰³. A mesma relação é encontrada em outros países sul-americanos.

²⁰⁰ O'DONNELL, Guillermo A. Modernización y Golpes Militares Teoría, Comparación y El Caso Argentino. **Desarrollo Económico**. Vol. 12, N. 47, 1972, p. 539.

²⁰¹ Ibidem, p. 521.

²⁰² Ibidem, p. 544.

²⁰³ BRASIL. Senado Federal. **Relatório referente ao Requerimento no 09/2015-CRE, aprovado na Reunião realizada em 10 de dezembro do presente ano, que tinha a finalidade de avaliar, por esta Comissão, as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo, na área de indústria de defesa nacional, conforme art. 96- B do Regimento Interno do Senado Federal**. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2015/mes12/relatorio_ferraco_15122015.pdf>. Acesso em 31 de jan. de 2018.

Benoit²⁰⁴ inaugura o debate sobre a pretensa contribuição dos investimentos militares à economia nos anos iniciais da década de 1970. De uma amostra de 44 países em desenvolvimento entre 1950 e 1965, Benoit apresenta evidência de correlação positiva entre gastos militares e desenvolvimento econômico: “contrariamente às minhas expectativas, países com um elevado gasto militar em relação ao PIB geralmente mostram taxas mais altas de crescimento, e aqueles com baixo encargo militar tendem a mostrar baixo crescimento”²⁰⁵. Da amostra, Benoit concluiu que o dispêndio militar era um determinante importante do desempenho econômico.

As conclusões apresentadas por Benoit, do mesmo modo em que amplamente aceitas, foram também refutadas, eclodindo assim um debate que não mostra sinais de concluir-se. Dentre as críticas, destacamos Saadet Deger; que afirma que Benoit pecou por ter limitado análise de sua regressão estatística a uma única equação. Tais modelos, argumentou Deger, acusam quase que invariavelmente uma correlação espúria entre gastos militares e crescimento econômico. Ao usar apenas uma equação, o modelo de Benoit dificilmente apreenderia a direção da causalidade. Em consequência dessa debilidade, os estudos econométricos que se seguiram muniram-se das técnicas de causalidade de Granger²⁰⁶. Outrossim, Deger e Smith propuseram o uso de equações simultâneas, pelas quais os efeitos dos gastos militares no crescimento econômicos seriam desagregados daqueles exercidos, por exemplo, pela balança de pagamentos e investimentos. A simultaneidade das equações e a interdependência das variáveis foi apreendida inicialmente por modelos teóricos fundamentados no keynesianismo e nas abordagens neoclássicas. Contrariando as conclusões de Benoit, esses estudos evidenciaram que o impacto dos investimentos militares na economia de países em desenvolvimento tende a ser negativo²⁰⁷.

Outra crítica endereçada a Benoit argumentou que as especificidades de cada país não poderiam ser apreendidas por fórmulas gerais, de modo que o estudo da relação entre gastos militares e crescimento econômico demandaria a condução de estudos de casos detalhados e individuais. Um exemplo sobre os questionamentos metodológicos ao estudo de Benoit é

²⁰⁴ BENOIT, Emile. **Defense and Growth in Developing Countries**. Boston, MA: Heath, Lexington Books, 1973; Benoit, Emile. Growth and Defense in Developing Countries. **Economic Development and Cultural Change**. Vol. 26, No. 2, 1978, p. 271-280.

²⁰⁵ BENOIT, Emile. Growth and Defense in Developing Countries. **Economic Development and Cultural Change**. Vol. 26, No. 2, 1978, p. 271.

²⁰⁶ Devemos apontar que também o modelo de causalidade de Granger foi criticado por suas limitações em Dunne e Smith. DUNNE, J.P; SMITH Ron. Military Expenditure and Granger Causality: A Critical Review. **Defence and Peace Economics**. Vol. 21, No. 5-6, 2010. pp 427-441.

²⁰⁷ DUNNE, J. P.. Economic Effects of Military Expenditure in Developing Countries: A Survey. In: GLEDITSCH, N. (Ed.). **The Peace Dividend**. Amsterdam: Elsevier, 1996.

oferecido por Frederickson e Looney²⁰⁸. Utilizando os mesmos dados que Benoit, os autores distinguiram a amostra em dois grupos de países: aqueles de recursos econômicos restritos e não restritos – isto é, subdesenvolvidos e desenvolvidos. Ao passo que evidências sobre uma relação positiva entre gastos militares e crescimento econômico foram encontradas para o grupo de recursos não restritos, o inverso foi observado para o outro grupo. A relação entre gastos militares e crescimento econômico era negativa nos países subdesenvolvidos.

Tamanho foi a proliferação de estudos sobre os efeitos dos gastos militares sobre a economia que se tornou necessária a elaboração de meta-estudos para que as profusas evidências apresentadas fossem sistematizadas e tivéssemos mais clareza sobre qual era a conclusão predominante, caso houvesse alguma. Um dos primeiros esforços neste sentido foi empreendido por Chan ao final da década de 1980. Apesar dos avanços metodológicos, Chan afirma que a literatura até aquele momento produzira “resultados desiguais, inconsistentes e instáveis”²⁰⁹. A conclusão de Chan fora respaldada quase uma década depois por Ram²¹⁰, cuja análise compreendeu 29 estudos publicados entre 1973, ano de publicação do primeiro artigo de Benoit sobre o tema, e 1995. A revisão bibliográfica evidenciou um padrão similar àquele encontrado por Chan: o argumento dos efeitos positivos dos gastos militares na economia carecia de evidência robusta, uma vez que era lastreado apenas por um número diminuto de estudos. À guisa de conclusão, Ram afirmou que

Há pouca evidência de um efeito positivo geral dos gastos de defesa no crescimento [...] Das inúmeras tentativas feitas durante os últimos 20 anos, dificilmente os resultados se mantêm se a amostra, período, modelo ou procedimento de estimação for alterado. **Na verdade, a imagem predominante [...] é contra a inferência de um efeito positivo dos gastos de defesa sobre o crescimento.**²¹¹ (grifo nosso)

²⁰⁸ FREDERIKSEN, P.; LOONEY, Robert. Defense Expenditures and Economic Growth in Developing Countries. *Armed Forces and Society*. Vol. 9, No. 4, 1983, p. 633-645.

²⁰⁹ CHAN, Steve. 1987. Military Expenditures and Economic Performance. In: UNITED STATES ARMS CONTROL AND DISARMAMENTO AGENCY. *World Military Expenditures and Arms Transfers*. Washington, D.C.: U.S. Arms Control and Disarmament Agency, 1987, p. 34.

²¹⁰ RAM, R. Defense Expenditure and Economic Growth. In: HARTLEY, K.; SANDLER T. (Eds.). *Handbook of Defense Economics*: Volume 1. Amsterdam: Elsevier, 1995, p. 251-274.

²¹¹ Ibidem.

Resultados semelhantes foram apresentados por Dunne²¹² e Ron Smith²¹³. Dados mais conclusivos são obtidos em 2010, quando Dunne e Uye²¹⁴ repetem o estudo anterior de Dunne, agora cobrindo 103 artigos. Desta amostra, 39 por cento dos estudos de casos cruzados e 35 por cento dos estudos de caso singulares reportaram efeitos negativos dos gastos militares sobre o crescimento econômico, ao passo que apenas 20 por cento, nos dois desenhos metodológicos, apresentaram evidência de um relacionamento positivo entre as variáveis; 40 por cento dos estudos apresentaram resultados incertos.

Um dos sumários mais recentes sobre os estudos da relação entre gastos militares e crescimento econômico foi publicado por Dunne e Tian²¹⁵ em 2013. Uma vez mais, Dunne amplia a amostra analisada, agora cobrindo 168 artigos. A tabela I, reproduzida de Dunne e Tian, distingue os trabalhos por suas conclusões, desenho de pesquisa e período de publicação. De modo geral, os estudos que indicam uma relação positiva entre gastos militares e crescimento econômico são minoria. A única amostra que apresentou uma proporção maior de efeitos positivos do dispêndio militar foi o grupo de estudos de caso publicados após o fim da Guerra Fria, com 30 por cento. Contudo, a proporção de conclusões incertas na mesma amostra é maior, com 43.3 por cento. A compilação oferecida por Dunne e Tian reafirma a escassez de dados conclusivos. Porém, das evidências estatisticamente significativas, os resultados parecem apontar para um efeito negativo dos gastos militares no crescimento econômico: “a literatura mais recente, se já não podemos falar em consenso, aponta a uma mesma visão: gastos militares têm efeito negativo no crescimento econômico”.²¹⁶

²¹² DUNNE, J. P. Economic Effects of Military Expenditure in Developing Countries: A Survey. In: chapter GLEDITSCH, N, p. (Ed.). **The Peace Dividend**. Amsterdam: Elsevier, 1996.

²¹³ SMITH, Ron. Defence Expenditure and Economic Growth. In: GLEDITSCH, N, p.; LINDGREN, G; MOUHLEB, N.; SMIT, S; DE SOYSA, I. (Eds.). **Making Peace Pay: A Bibliography on Disarmament and Conversion**. Claremont, CA: Regina Books, 2000, p. 15-24.

²¹⁴ DUNNE, J, p.; UYE, M.. Military Spending and Development. In: TAN, A. (Ed.). **The Global Arms Trade: A Handbook**. London: Routledge, 2010, p. 293-305

²¹⁵ DUNNE, J P.; TIAN, Nan. Military Expenditure and Economic Growth: A Survey. **The Economics of Peace and Security Journal**. Vol. 8, N. 1, 2013.

²¹⁶ Ibidem.

Tabela 4 – Estudos sobre Gastos Militares e Crescimento Econômico

	Número de Estudos	Conclusões (%)		
		Positivo	Negativo	Incerto
Tipo				
<i>Cross-country</i> Estudo(s) de caso(s)	96	19.8	43.8	36.4
Individuais	72	25	30.6	44.4
Total	168	23	38.1	39.8
Até o fim da Guerra Fria				
<i>Cross-country</i> Estudo(s) de caso(s)	60	20	38.3	41.7
Individuais	42	21.4	33.3	45.2
Total	102	21.6	35.3	43.1
Pós-Guerra Fria				
<i>Cross-country</i> Estudo(s) de caso(s)	36	19.4	52.8	27.8
Individuais)	30	30	26.7	43.3
Total	66	24.2	40.9	34.9

Fonte: Reproduzido de DUNNE, J P.; TIAN, Nan. Military Expenditure and Economic Growth: A Survey. *The Economics of Peace and Security Journal*. Vol. 8, No. 1, 2013.

As compilações revisadas até aqui, malgrado contribuam a um entendimento mais amplo sobre a relação em questão, obscurecem peculiaridades regionais. Dadas as particularidades econômicas de cada região, é plausível que a interação entre gastos militares e crescimento econômico adote traços idiossincráticos. Por isso, pareceu-nos relevante emular o esforço meta-analítico desses autores, nos restringindo, entretanto, aos estudos que se dedicaram de algum modo à América Latina ou aos países que a compõe. A tabela 5 a seguir apresenta a coleção, discriminada pelo período estudado, amostra de países analisada e conclusões encontradas²¹⁷.

²¹⁷ Excluímos de nossa compilação estudos sobre *trade-offs* entre gastos militares e outros setores, uma vez que a preocupação fundamental destes estudos não concerne aos efeitos dessas alocações sobre o crescimento econômico.

Tabela 5 – Estudos sobre Gastos Militares e Crescimento Econômico na América Latina

Estudo e Ano	Período	Amostra	Conclusões
Apostolakis Bobby (1992)	1953-1987	19 Países Latino-americanos	Gastos Militares têm efeito negativo na economia
K. R. DeRouen Jr. (1994)	1950-1985	18 Países Latino-americanos	Gastos Militares na América Latina não contribuem para o crescimento econômico
K. R. DeRouen Jr. e UK Heo (2001)	1961-1990	América Latina	Gastos Militares obstaram o crescimento econômico
Murdoch, Pi, Sandler (1997)	1955-1988	8 Países Asiáticos e 16 Países Latino-americanos	Gastos Militares promovem o crescimento nas estimativas agrupadas (<i>pooled estimates</i>). O mesmo não se repete na série temporal (<i>time series</i>)
Fan Shenggen, Neetha Rao (2003)	1980-1998	17 países na África 11 países na Ásia 15 países na América Latina	Gastos militares como percentual dos gastos de governo têm efeito negativo sobre o desenvolvimento econômico da Ásia e América Latina
Klein Thilo (2004)	1970-1996	Peru	Gastos militares têm efeito negativo no crescimento econômico
Ramos Eduardo Morales (2004)	1970-2000	México	Gastos militares têm efeito positivo no crescimento econômico
Thomas Scheetz (1991)	1969-1987	Argentina, Chile, Peru e Paraguai	Impacto macroeconômico negativo
Kollias <i>et al</i> , (2017)	1961-2014	América Latina	Falta de evidência robusta sobre relacionamento entre as variáveis
Reitschuler Gerhard, Josef L. Loening (2005)	1950-1967 e 1968-1999	Guatemala	Externalidades positivas dos gastos militares quando estes são baixos. Os efeitos tornam-se negativos, ainda que estatisticamente insignificantes, na medida em que aumentam

Fonte: Compilação própria. Citações completas dessas obras se encontram nas referências bibliográficas.

Apesar de nossa predileção geográfica, os resultados majoritariamente contrários aos impactos positivos dos gastos militares na economia também aqui foram observados. A tese,

há muito internalizada nas sociedades latino-americanas, de que a caserna é uma das forças motrizes do desenvolvimento, ao menos a propósito da economia, parece não se sustentar. A divergência entre os estudos empíricos e o discurso político vigente sobre a função dos gastos militares na recuperação econômica, como vimos no exemplo brasileiro, é preocupante, pois sugere que as alocações de recursos são baseadas em resultados futuros improváveis. Mais que isso, a tese de que os gastos militares são promotores do desenvolvimento, cujas raízes são remotas, blinda o orçamento militar de revisões e usos mais eficientes. A definição, *a priori*, dos benefícios econômicos do dispêndio militar não só encontra evidência empírica escassa, como também revela o véu ideológico que envolve esse quinhão do orçamento. É bem verdade que o orçamento hoje concedido à maioria das Forças Armadas sul-americanas se encontra muito abaixo do necessário para manutenção básica dos armamentos, que dirá para sua modernização ou produção doméstica. E de fato, alguns casos são calamitosos. Não obstante, não convém ao espírito democrático alocar recursos públicos sob falsas teses.

A compilação de estudos sobre os efeitos dos gastos militares no crescimento econômico latino-americano disposta acima reitera a necessidade de avaliarmos o orçamento da Defesa com circunspeção. Não há aqui nenhum argumento implícito a favor da redução, manutenção ou elevação dos gastos militares; essa decisão deve ser tomada a partir das experiências nacionais concretas. Sem embargo, é mister que a tese falsamente categórica sobre a contribuição do dispêndio militar à economia não seja desposada acriticamente, como tem sido o caso em diversos países da região. Há neste aspecto uma herança histórica sobre o papel modernizador dos militares nas sociedades latino-americanas da qual devemos nos desvencilhar para que uma avaliação mais sóbria sobre as alocações à Defesa seja feita. Como veremos no próximo capítulo, por vezes, o orçamento militar é definido a partir de barganhas políticas com as Forças Armadas, ao invés de ser produto das necessidades estratégicas e possibilidades econômicas nacionais. Essa parcela do orçamento estatal parece-nos especialmente circundada por ideias cuja correspondência empírica carece de fundamentação.

3.2 Militarização Dependente

A adoção de uma Forma da Força industrial por sociedades de capitalismo subdesenvolvido ou em desenvolvimento constitui um paradoxo perverso: a estrutura militar organiza-se em torno de um tipo de armamento que dificilmente a sociedade na qual ela se insere poderá produzir. Dadas as dificuldades estruturais e domésticas para o avanço do setor

industrial nacional, as sociedades periféricas possuem obstáculos consideráveis na fabricação de materiais bélicos de capital-intensivo. Assim sendo, tal qual o subdesenvolvimento é “resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas”²¹⁸, a dependência militar é consequencial à importação de Formas da Força industriais por sociedades de economia subdesenvolvida. Nesse contexto, as prospecções para a obtenção da autossuficiência produtiva são cétricas. Wulf, assim como Nicole Ball faria quase uma década mais tarde²¹⁹, assevera que “enquanto continuam a existir grandes disparidades no nível de industrialização entre os países subdesenvolvidos e industrializados, a produção de armas na Periferia, nos padrões dos países industrializados, é impossível”²²⁰.

Relegadas à insuficiência produtiva, resta às nações periféricas a importação massiva dos mais variados insumos à manutenção de suas capacidades defensivas. A condição foi descrita por Herbert Wulf em 1979 no artigo “*Dependent Militarism in the Periphery and Possible Alternative Concepts*”. Nele, o autor desenvolve o conceito de militarismo dependente, sustentando-se nos escritos de Robin Luckham²²¹; Albrecht *et al*²²²; e Johan Galtung²²³. Apesar de não oferecer uma definição formal sobre o que seria o militarismo dependente enquanto conceito, o excerto a seguir sintetiza a acepção provavelmente almejada: “a importação de armas modernas permite uma penetração intensificada dos países metropolitanos em sociedades no mundo subdesenvolvido. Em vez de o estabelecimento da independência política e militar, novas formas de dominação são criadas”²²⁴. No início dos anos 1990, o tema é retomado por Barnett e Wendt em duas ocasiões distintas²²⁵, ambas enquadrando a condição tratada por Wulf como militarização dependente. Todavia, as menções feitas por Barnett e Wendt ao trabalho prévio de Wulf são raras e superficiais, o que de certo modo subaproveita as potencialidades de um debate. Nesta seção, buscaremos remediar essa ausência.

Previamente a uma análise mais acurada dos argumentos desses autores, uma questão inicial demanda cautela: a distinção entre militarismo, termo adotado por Wulf, e militarização,

²¹⁸ FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 191.

²¹⁹ BALL, Nicole. Security and Economy in the Third World. Princeton: Princeton University Press, 1988, p. 371. *apud* BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. The Systemic Sources of Dependent Militarization. In: JOB, Brian (Ed.). **The Insecurity Dilemma**. Boulder: Lynne Rinner, 1992.

²²⁰ WULF, Herbert. Dependent Militarism in the Periphery and Possible Alternative Concepts. In: NEUMAN, Stephanie; HARKAVY, Robert (Eds.). **Arms Transfers in the Modern World**. New York: Praeger, 1979, p.249.

²²¹ LUCKHAM, Robin. Militarism, arms and the internationalization of capital. **The IDS bulletin**, 1977

²²² ALBRECHT, Ulrich; DIETER, Ernst LOCK, Peter; WULF, Herbert. Armaments and Underdevelopment. **Security dialogue**. Vol. 4, Nº 2, 1974.

²²³ GALTUNG, Johan. Trade or Development: Some Reflections on Self-Reliance. **Economic and Political Weekly**. February, 1976.

²²⁴ WULF, Herbert. Op. cit., p.246.

²²⁵ WENDT, Alexander; BARNETT, Michael. Dependent State Formation and Third World Militarization. Review of International. Vol. 19, 1993, p. 321-347; e BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. Op. cit., 1992.

tal como qualificam Wendt e Barnett. Para estes últimos, militarismo refere-se à disposição ao uso da força militar, ao passo que militarização diz respeito ao processo de acumulação das capacidades militares²²⁶. A diferenciação²²⁷ entre os termos posta pelos autores é bastante similar àquela sustentada por Eide e Thee apresentada no primeiro capítulo. Rememoremo-la: a “militarização se manifesta pelo incremento dos armamentos, nos avanços da capacidade destrutiva das armas, pelo número crescente de efetivos e aumento dramático das despesas militares”²²⁸; ao passo que o militarismo seria “a inclinação para recorrer a meios militares de coerção para o tratamento de conflitos”²²⁹. Ao contrário da precisão conceitual de Barnett e Wendt, Wulf abstém-se de proceder com refinamentos similares. Uma definição mais clara sobre o entendimento defendido pelo autor é ausente, limitando o texto a insinuações. Contudo, é possível concluir da leitura que a conotação pretendida pelo autor para o termo militarismo é análoga àquela proposta por Barnett e Wendt ao processo de militarização²³⁰, de modo que os conceitos de militarização dependente e militarismo dependente, somente e tão-somente nos termos aqui postos, são passíveis de serem tratados como intercambiáveis sem prejuízos analíticos consideráveis.

A principal contribuição de Herbert Wulf reside na elaboração teórica de uma via militar alternativa àquela baseada em capital-intensivo, tida pelo autor como a fonte da dependência militar na Periferia. Wulf argumenta que, dentro do paradigma industrialista e tecnocrático, não há possibilidade dos países do Terceiro Mundo resistirem a eventuais incursões das potências internacionais²³¹. Nesse sentido, o autor estabelece seis princípios norteadores para uma militarização autossuficiente, que abandone a emulação automática das doutrinas e equipamentos militares usados pelos países centrais. “A ideia básica é a redução das ligações com a metrópole ao mínimo possível, abandono da estrutura periferia-metrópole, e desenvolver

²²⁶ WENDT, Alexander; BARNETT, Michael. Dependent State Formation and Third World Militarization. *Review of International*. Vol. 19, 1993, p. 321-347.

²²⁷ Para outras referências na discussão, ver KINSELLA, David. The global Arms Trade and the Diffusion of Militarism. In: STAVRIANAKIS, Anna; SELBY, Jan (Eds.). **Militarism and International Relations: Political Economy, Security, Theory**. London: Routledge, 2013, p.- 104-116; e ROSS, Andrew. Dimensions of Militarization in the Third World. **Armed Forces & Society**, Vol. 13, Nº 4, summer, 1987.

²²⁸ EIDE, Arbjorn; THEE, Marek. Introduction. In: EIDE, Arbjorn; THEE, Marek (Eds.). *Problems of Contemporary Militarism*. New York: St. Martin's Press, 1980, p. 9 *apud* ROSS, Andrew. Dimensions of Militarization in the Third World. **Armed Forces & Society**, Vol. 13, Nº 4, summer, 1987, p. 563.

²²⁹ *Ibidem*.

²³⁰ Para uma discussão mais ampla sobre as diferenças entre militarização e militarismo, com uma síntese interessante sobre a bibliografia referente, ver ROSS, Andrew. Dimensions of Militarization in the Third World. **Armed Forces & Society**. Vol. 13, No. 4, summer, 1987, p. 561-578.

²³¹ WULF, Herbert. Dependent Militarism in the Periphery and Possible Alternative Concepts. In: NEUMAN, Stephanie; HARKAVY, Robert (Eds.). **Arms Transfers in the Modern World**. New York: Praeger, 1979, p.253.

conceitos militares, Forças Armadas e armamentos condizentes às necessidades do país em particular”²³².

Destarte, o **primeiro princípio** proposto por Wulf sustenta que, em nenhuma circunstância, uma agressão sofrida deve ser respondida com o uso de armamentos modernos. Ao contrário, as reações devem ser perfiladas aos moldes de exércitos populares. Intimamente relacionado ao primeiro, o **segundo princípio** atesta a necessidade de uma alta participação popular. Na eventualidade de uma invasão, a vantagem tecnológica do agressor deverá ser neutralizada por ataques sucessivos realizados por combatentes levemente armados. Estes, evitarão confrontos diretos, golpearão o inimigo e logo submergirão no tecido social. A tática, afirma Wulf, traz duas vantagens: primeiro, não utilizar armamentos sofisticados permite a descentralização das unidades militares e garante à resistência maiores possibilidades de ataque e; em segundo lugar, a adoção desse desenho de força converte a superioridade tecnológica do agressor, outrora uma vantagem, em fraqueza. O **terceiro princípio** de Wulf refere-se à independência da organização militar miliciana em relação a logísticas complexas. A mobilidade das unidades militares e os armamentos leves eliminariam quase que totalmente essa classe de problemas. Ainda em relação à mobilidade, Wulf formula dois princípios subsequentes: **quarto**, a necessidade da descentralização das forças; e **quinto**, a formação de unidades de infantaria levemente armadas, ambos já tangenciados pelos princípios anteriores. Por fim, o **sexto** e último princípio assegura que a natureza defensiva da via proposta torna impraticável um ataque a países vizinhos. A descentralização das unidades militares e o raio de ação limitado pela renúncia à infraestrutura militar torna uma política militar preponderantemente ofensiva inviável.²³³

É possível traçar as influências sobre a proposta de Wulf aos grandes textos de polemologia e da estratégia militar. Apesar da dívida à ascendência, Wulf faz menção apenas a alguns autores marxistas que se debruçaram eventualmente sobre o tema da guerra, como Lênin²³⁴ e Liebknecht²³⁵. Porém, não há um reconhecimento à influência, por exemplo, de Clausewitz. O livro VI de *Da Guerra*²³⁶ fornece todos os elementos incorporados pelos seis

²³² WULF, Herbert. Dependent Militarism in the Periphery and Possible Alternative Concepts. In: NEUMAN, Stephanie; HARKAVY, Robert (Eds.). **Arms Transfers in the Modern World**. New York: Praeger, 1979, p. 254.

²³³ Ibidem.

²³⁴ Alguns dos textos escritos por Lênin sobre o tema são LENIN, Vladimir Ilyich. Socialism and War: The Attitude of the Russian Social-Democratic Labour Party Towards the War. **Sotsial-Demokrat**, July/August, 1915; e LENIN, Vladimir Ilyich. War and Revolution. **Pravda** No. 93 April 23, 1929.

²³⁵ LIEBKNECHT, Karl. **Militarism and Anti-militarism**: With Special Regard to the International Young Socialist Movement. Cambridge: Rivers Press Limited, 1973.

²³⁶ CLAUSEWITZ, c. Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1979, p. 465-738

princípios balizados por Wulf. Por outro lado, Saint-Pierre, em obra sobre os fundamentos da guerra revolucionária, discute os princípios de Clausewitz aliando-os à concepção de Guerra Popular Prolongada de Mao Tsé Tung. A discussão levada a cabo pelo autor sobre as possibilidades da guerra assimétrica, de fato, é mais sofisticada e extensa que aquela proposta por Wulf²³⁷. Contudo, como a referida obra de Saint-Pierre não ataca a questão da dependência militar diretamente, como o faz Wulf, é mais adequado aos propósitos desse capítulo alongarmos-nos na discussão desse segundo autor.

Ao menos em parte, Wulf mostra-se ciente das complicações políticas e sociais, quiçá intransponíveis, de sua proposição. O autor reconhece que a implementação do modelo apresentado requer uma ampla reestruturação social e da engenharia de governo. Um dos condicionantes mais importantes de sua proposta, e mais difíceis de obter, é a disposição da população em participar do arranjo militar. Adicionalmente, Wulf alerta que a difusão dos meios da força em tal escala romperia o monopólio da violência, na mesma medida em que representaria um risco às classes dominantes na Periferia, uma vez que o poderio militar não poderia ser usado com a mesma eficácia para a repressão interna²³⁸. De tal forma, o autor admite que seu modelo de militarização, por demandar uma expansão das funções militares da maioria da população, potencialmente criaria uma mentalidade aguerrida, ainda que o processo de implementação do modelo proposto fosse levado a cabo de modo democrático.

A seguir, a tabela 6, compilada por Wulf, sumariza os elementos principais do militarismo/militarização autossuficiente ao mesmo tempo em que os compara à via de capital-intensivo.

Tabela 6 – Comparação entre a Militarização Tecnocrática e a Autossuficiente

Crítério do Setor Militar	Forças Armadas Tecnocráticas (Convencionais, Orientadas aos Países Industriais)	Milícia/Exército Popular (Autossuficientes, Dissociados dos Países Industriais)
Orçamento	Altas quantias de moeda	Baixas quantias de moeda
Infraestrutura	Diversificado, especializada	Sem infraestrutura militar específica. Sistema logístico mínimo

²³⁷ SAINT PIERRE, Héctor Luís. **A Política Armada: Fundamentos da Guerra Revolucionária**. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p.153.

²³⁸ WULF, Herbert. Dependent Militarism in the Periphery and Possible Alternative Concepts. In: NEUMAN, Stephanie; HARKAVY, Robert (Eds.). **Arms Transfers in the Modern World**. New York: Praeger, 1979, p. 257.

Armas e Equipamentos	Sistemas modernos de capital-intensivo: tanques, aeronaves, navios de guerra com raios táticos extensos, divisões de tanques móveis; parcialmente construídas e montadas localmente, ocasionalmente exportadas	Simples: mísseis antitanques e antiaéreos, infantaria de armamento leve, produção predominantemente local, linhas de fornecimento diversificadas, equipamento marítimo para proteção da costa
Especialistas de Países Industrializados	Diversos	Nenhum
Alianças	Associação; acordos bilaterais; usualmente sem aliança formal, mas mantém-se a neutralidade com a expectativa de que vá receber auxílio externo em caso de crise	Principalmente neutro; tratados de não-agressão
Forças Armadas	Profissionais; tropas especializadas nas três Forças	Sistema de milícia; trabalho-intensivo, com organização não tradicional; primordialmente orientada a funções econômicas, não militares
Mobilização	Mobilização permanente de profissionais, reservas limitadas; movimento das tropas para o frente e campos de batalha	Durante época de paz, grau de mobilização limitado; total mobilização da população em caso de guerra; mobilização popular nas áreas onde vivem e trabalham
Estrutura de Comando	Hierárquico, centralizado	Democrático, descentralizado
Estratégia	Defensiva e ofensiva, incluindo a possibilidade de ataques preemptivos	Defensiva, reativa, defesa territorial para prevenir ocupações
Importância do Militarismo	Expansão do papel das Forças Armadas	Participação quase total da população

Fonte: reprodução da tabela organizada pelo autor

Imbuídos pela mesma inquietude que motivara Wulf, Barnett e Wendt apresentam a seguinte questão em 1992: “dado que os Estados do Terceiro Mundo preferem uma militarização assentada em capital-intensivo, por que eles não puderam perseguir essa estratégia [de militarização] de um modo autossuficiente?”²³⁹. A pergunta já havia sido explorada por um numeroso grupo de acadêmicos²⁴⁰, principalmente a partir dos anos 1970, impulsionados pela

²³⁹ BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. The Systemic Sources of Dependent Militarization. In: JOB, Brian (Ed.). **The Insecurity Dilemma**. Boulder: Lynne Rinner, 1992.

²⁴⁰ Dois exemplos são, ROSS, Andrew. Dimensions of Militarization in the Third World. **Armed Forces & Society**. Vol. 13, No. 4, summer, 1987, p. 561-578; ALBRECHT, Ulrich; DIETER, Ernst LOCK, Peter; WULF, Herbert.

proliferação de produtores de armamentos no Terceiro Mundo. Stephanie Neuman, por exemplo, analisa a estratificação internacional na produção de armamentos em função da posse de determinado conjunto de predicados produtivos, atribuindo as capacidades de produção de armamentos à disposição de um conjunto de precondições domésticas. Maurice Pearton mostra-se adepto à interpretação de Neuman ao asseverar que “[...] a ordem internacional foi dividida entre Estados que possuíam os materiais, habilidade e instalações necessárias à fabricação de armas e técnicas avançadas e os que não possuíam”²⁴¹.

Segundo Barnett e Wendt, os padrões de militarização podem ser qualificados em quatro tipos, inter-relacionados e segmentados em função da 1) intensidade dos diferentes fatores de produção, e da 2) dependência de fontes externas nesse processo. Em relação aos fatores de produção, os tipos são: 1.1) militarização por capital-intensivo e por 1.2) trabalho-intensivo. O primeiro, assenta-se na utilização de armamentos modernos e de alta intensidade tecnológica por soldados com elevados níveis de profissionalização. Por sua vez, a segunda categoria se aproxima de desenhos de força não convencionais, alicerçados na participação popular, com tropas com grande mobilidade e armamentos leves. A segunda tipificação proposta por Barnett e Wendt, relativa aos níveis de condicionamento externo no processo de militarização, divide-se em 2.1) autocêntrico; e 2.2) militarização dependente. Os autores nos alertam que tais categorias típico-ideais não são encontradas em suas formas puras. Assim, estágios intermediários manifestam-se em variadas formas. Entretanto, malgrado ideais, essas categorias representam ao Estado escolhas com extensas consequências políticas, sociais e econômicas. O esquema a seguir organiza graficamente a tipificação apresentada por Barnett e Wendt:

Tabela 7 - Tipos Ideias de Militarização

	Capital-intensivo	Trabalho-intensivo
Autocêntrico	A1	A2
Dependente	B1	B2

Fonte: elaboração própria baseada em BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. The Systemic Sources of Dependent Militarization. In: JOB, Brian (Ed.). **The Insecurity Dilemma**. Boulder: Lynne Rinner, 1992

Militarization, Arms Transfer and Arms Production in Peripheral Countries. **Journal of Peace Research**. Vol. 12, No. 3, 1975.

²⁴¹ PEARTON, Maurice. **The Knowledgeable State**. London: Burnett Books, 1982, p. 20-21 *apud* KRAUSE, Keith. **Arms and the state: patterns of military production and trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 57.

Barnett e Wendt argumentam que o primeiro fator sistêmico preponderante na explicação da militarização dependente é a soberania. Para os autores, tal instituição cria uma estrutura de legitimação à desigualdade material entre as nações. Aos Estados carentes de riquezas econômicas, restará a importação de insumos para a defesa. “As transferências são apenas a manifestação da incapacidade de produzir armas; em si é o desejo produzido pela natureza de autoajuda do sistema internacional”²⁴². Decorre da manutenção da soberania como princípio ordenador sistêmico o privilégio da posse por alguns Estados dos recursos necessários à militarização de capital-intensivo. Como bem descreve Krause, a concepção das camadas produtivas de armamentos esteve historicamente relacionada à distribuição dos recursos naturais e aos fluxos do capital²⁴³. De tal sorte, “o Terceiro Mundo acabou por alcançar a soberania [formal], mas fê-lo em termos que institucionalizaram a sua inferioridade e dependência em relação as grandes potências”²⁴⁴.

Realizando uma aproximação com a subdisciplina da Economia Política, Barnett e Wendt apontam que o modo de produção capitalista, complementarmente à instituição da soberania²⁴⁵, restringe a militarização autocêntrica de capital-intensivo nos países do Terceiro Mundo. De tal forma, propõem uma reorientação da investigação ao considerarem o modo como o Estado se insere no capitalismo global²⁴⁶. O posicionamento dos autores fica evidente em duas passagens: “nosso interesse imediato refere-se ao modo como a incorporação dos países do Terceiro Mundo à Economia-Mundo afetou sua capacidade de desenvolvimento de uma base industrial necessária à militarização industrial”²⁴⁷. Noutro trecho, afirmar que “o mercado global [...] agiu como um mecanismo de coerção estrutural que impediu, ou ao menos constrangeu, o desenvolvimento de uma base industrial e de manufatura nos países de desenvolvimento tardio”, de modo que “a militarização global se assemelha à acumulação global do capital”²⁴⁸. Já havíamos alertado o leitor desde o primeiro capítulo, ao discutirmos a obra de Tilly²⁴⁹ em específico, sobre a imbricação entre o acúmulo da violência e o acúmulo do

²⁴² KRAUSE, Keith. **Arms and the state: patterns of military production and trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 16.

²⁴³ Ibidem, loc. cit.

²⁴⁴ BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. The Systemic Sources of Dependent Militarization. In: JOB, Brian (Ed.). **The Insecurity Dilemma**. Boulder: Lynne Rinner, 1992, p. 105.

²⁴⁵ Wallerstein vê esses dois processos como causais. WALLERSTEIN, Immanuel. *World-System Analysis: An Introduction*. Durham: Duke University Press, 2006. A relação entre o capitalismo Sistema de Estados é retomada por Callinicos em CALLINICOS, Alex. Does Capitalism Need the State System? **Cambridge Review of International Affairs**, Vol. 20, N. 4, 2007, p. 533-549.

²⁴⁶ BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. Op. cit.

²⁴⁷ Ibidem, p. 106-114.

²⁴⁸ BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. The Systemic Sources of Dependent Militarization. In: JOB, Brian (Ed.). **The Insecurity Dilemma**. Boulder: Lynne Rinner, 1992, p. 114.

²⁴⁹ TILLY, Charles. **Coercion, capital, and European states, AD 990 – 1990**. Cambridge: Basil Blackwell, 1990.

capital. Barnett e Wendt destacam-se na literatura justamente por articularem essa relação no âmbito internacional.

O desenvolvimento da ciência e tecnologia, e da manutenção de economias de escala, elementos necessários à edificação de uma base industrial competitiva, encontram obstáculos sistêmicos atroz na Periferia. Não por outro motivo, a distribuição de países entre os estamentos de produção possui uma forte resiliência; ou seja, produtores emergentes, por exemplo, dificilmente ascendem aos estratos superiores. Uma clara exceção é o caso israelense. O país conseguiu alcançar um certo nível de autossuficiência em sua produção de armamentos e, por isso, é tido como um exemplo de sucesso de militarização entre os países do Terceiro Mundo. Não obstante, esse desvio à regra deve-se ao relacionamento militar excepcional mantido com os Estados Unidos, via transferência de armamentos, componentes e tecnologia.²⁵⁰ Na ausência desse auxílio externo, “[...] a maioria dos países do Terceiro Mundo são suscetíveis de permanecer [militarmente] inferiores e, portanto, perpetuamente dependentes do Primeiro Mundo para a maioria dos insumos mais sofisticados à Defesa”²⁵¹.

O modelo israelense sugere que ademais da distribuição do capital, a difusão das capacidades militares no globo relaciona-se à distribuição geográfica dos conflitos. O interesse estratégico norte-americano na parceria com Jerusalém é entendido em larga medida pelos desígnios de Washington no Oriente Médio. Tal via, definida por Barnett e Wendt como militarização por convite, é observada em regiões de alto interesse estratégico para as potências produtoras de armamentos. À época da Guerra Fria, imersos na aguda competição bipolar, Iraque e Irã aproveitaram-se das circunstâncias favoráveis frente às superpotências para barganhar acesso a tecnologias militares e armamentos²⁵². A observação dos autores sobre distribuição dos conflitos internacionais e sua possível correlação com a militarização periférica é particularmente interessante. O argumento propõe uma explicação alternativa à relativa baixa produção de armamentos na América do Sul ao atrelá-la à escassez histórica de conflitos interestatais e ao relativo baixo interesse estratégico demonstrado pelas potências internacionais na sub-região. O fornecimento de armamentos e financiamento externo à Defesa recebido pelos países sul-americanos durante a Guerra Fria, época na qual sua importância política elevou-se à conveniência norte-americana, parece sustentar a tese.

²⁵⁰ BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. Op. cit., p. 112.

²⁵¹ ROSS, Andrew. Arms acquisition and National Security: The Irony of Military Strength. In: AZAR, Edward; MOON, Ching-in. **National Security in the Third World**. Aldershot: Edward Elgar Publishing, 1988, p. 152-187. *apud* BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. Op. Cit, 1992, p. 112.

²⁵² BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. Op. cit., p. 115.

3.2.1 Hierarquia e Dependência

A aproximação adotada por Barnett e Wendt é expressamente influenciada pelas contribuições da Teoria da Dependência²⁵³. Uma possível razão para a incorporação das proposições dependentistas é a relação que esses dois autores possuem com Raymond Duvall. Wendt, por exemplo, concluiu seu doutoramento sob a orientação de Duvall, ao passo que Barnett assina artigos como seu coautor²⁵⁴. Duvall ocupou-se das questões relativas à dependência nas Relações Internacionais ainda na década de 1970²⁵⁵. Em 1978, em meio à difusão da literatura sobre a dependência na academia norte-americana, Duvall alertara que a concepção sobre a dependência incorporada pela academia norte-americana diferia substancialmente daquela elaborada pelos teóricos latino-americanos²⁵⁶. Nesse sentido, Duvall reafirmava a crítica de Cardoso, publicada um ano antes, à absorção equivocada da Teoria da Dependência nos Estados Unidos²⁵⁷.

O interesse de Duvall na disposição hierárquica das relações internacionais já havia se manifestado ainda antes, em sua tese de doutoramento intitulada “*International Stratification: Concept and Theory*”²⁵⁸. Provavelmente sob sua influência, Barnett e Wendt alinham-se à concepção interpretativa sobre a dependência econômica; portanto, distanciando-se de modelos explicativos formalizados, tais quais as proposições de Daniel Geller²⁵⁹ ou David Ray²⁶⁰. Contudo, o comprometimento com a tradição não é aprofundado, uma vez que a literatura específica não é recuperada. Os autores limitam-se a dispor da premissa comum de que a incorporação dependente do Terceiro Mundo, no processo de expansão do sistema capitalista, condicionou desfavoravelmente as perspectivas de desenvolvimento desses países. Nesse

²⁵³ I BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. The Systemic Sources of Dependent Militarization. In: JOB, Brian (Ed.). **The Insecurity Dilemma**. Boulder: Lynne Rinner, 1992, p. 105-106.

²⁵⁴ BARNETT, Michael; DUVALL, Raymond. Power in International Politics. **International Organization**, Vol. 59, N. 1, Winter, 2005, p. 39-75.

²⁵⁵ DUVALL, Raymond. Dependence and Dependencia Theory: Notes Toward Precision of Concept and Argument. **International Organization**, Vol. 32, No. 1, Dependence and Dependency in the Global System. Winter, 1978.

²⁵⁶ Ibidem.

²⁵⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. The Consumption of Dependency Theory in the United States. **Latin American Research Review**. Vol. 12, N° 3, 1977, p. 7-24.

²⁵⁸ DUVALL, Robert. **International Stratification: Concept and Theory**. Tese de doutoramento não publicada. Universidade de Northwestern, 1975.

²⁵⁹ GELLER, Daniel. A Preliminary Test of the Theory of Dependence. **Comparative Politics**. Vol. 7, N. 3, April, 1975, p. 303-330.

²⁶⁰ RAY, David. The Dependency Model of Latin American Underdevelopment: Three Basic Fallacies. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**. Vol. 15, February, 1973, p. 4-20.

contexto, interessa-os estudar como essa condição interfere no processo de militarização na Periferia.

Não é surpresa que Duvall, Barnett e Wendt tenham recorrido à Teoria da Dependência ao discutirem a hierarquia internacional. É possível afirmar com certo grau de segurança que a noção de anarquia internacional é estranha ao pensamento social latino-americano. Fosse criticada pela Teoria da Dependência, pelo Realismo Periférico de Carlos Escudé²⁶¹, ou pela autonomia periférica da Jaguaribe²⁶² e Puig²⁶³, a descrição de um Sistema Internacional anárquico pareceu à América Latina uma ficção *de facto*, apesar da sua formalidade *de jure*. Certamente, atribuir esse estranhamento à América Latina como um todo – uma região tão diversa – poderá parecer uma generalização descabida; porém, também é evidente que os principais logros intelectuais da região se estruturaram fundamentalmente como uma crítica à pretensa ausência de hierarquia na esfera internacional. Ao revisar a produção intelectual latino-americana no campo das Relações Internacionais e da Economia Política, Arlene Tickner evidencia este *leitmotiv*²⁶⁴. Ainda que indiretamente, a ampla literatura dedicada à noção de autonomia na Política Externa, tão difundida no Brasil e na Argentina, também enfrenta o problema da hierarquia. Afinal, o incremento da autonomia implica em expurgar aquilo de heterônomo no processo de decisão.

Uma tentativa de aproximação, mesmo que incipiente, entre a interpretação latino-americana sobre a dependência e os estudos sobre produção e transferências de armamentos não é exclusiva a Barnett e Wendt. Autores associados aos Estudos de Paz europeus, especialmente os nórdicos, ensaiaram movimentos similares. Encontramos em Øberg, por exemplo, a incorporação do conceito de SubImperialismo. Originalmente, a noção é atribuída aos escritos de Ruy Mauro Marini, teórico marxista da dependência:

O resultado foi um reescalonamento, uma hierarquização dos países capitalistas em uma forma piramidal e, conseqüentemente, o surgimento de centros de acumulação de médio porte - que também são potências médias capitalistas -, o que nos levou a falar do surgimento de um subImperialismo²⁶⁵.

²⁶¹ ESCUDÉ, Carlos. **El realismo de los estados débiles**. Buenos Aires: GEL, 1995.

²⁶² JAGUARIBE, Helio. Autonomía periférica y hegemonía centrica. **Estudios Internacionales**. Vol. 46, N. 91, 1979.

²⁶³ PUIG, Juan Carlos. **Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana**. Caracas: Instituto de Altos Estudios de América Latina, Universidad Simón Bolívar, 1980.

²⁶⁴ TICKNER, Arlene. Latin American IR and the primacy of *lo práctico*. **International Studies Review**. Vol. 10, 2008, p. 735-748.

²⁶⁵ MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subImperialismo. **Cuadernos Políticos**. N. 12. México: Ediciones Era, 1977.

Analogamente, Øberg atesta que “desde uma perspectiva maior, baseando-se em fatores econômicos, políticos e sociais, pode se sustentar que os países produtores de armamentos são - ou aspiram ser - subimperialistas”.²⁶⁶ Noutra ocasião, Øberg reitera a associação ao argumentar que o padrão de distribuição nas transferências de armamentos mimetiza as relações de dominação estrutural, constituindo-se, portanto, em uma dimensão do Imperialismo. Baseando-se nos dados referentes às transferências de sistemas de armas entre 1950 e 1973, Øberg conclui que o padrão emergente se assemelha a uma estrutura de dominação feudal: “existe uma alta concentração de poder de fornecimento; os clientes periféricos geralmente são altamente dependentes de um único fornecedor, e este fornecedor geralmente possui uma posição de monopólio em termos de entregas de armas durante um longo período”²⁶⁷.

A noção de Imperialismo da qual Øberg se apropria, contudo, difere daquela sustentada pelos escritos canônicos a respeito do fenômeno²⁶⁸. O autor, ao resgatar a temática, utiliza-se da conceituação de Imperialismo oferecida por Johan Galtung²⁶⁹ em 1971, no texto “*A Structural Theory of Imperialism*”²⁷⁰. Para o entendimento de Galtung²⁷¹, o Imperialismo “é um sistema que divide coletividades e relaciona algumas das partes entre si em relações de harmonia de interesse e outras partes em relações de desarmonia de interesse ou conflito de interesses”²⁷².. Nesse sentido:

O Imperialismo é uma relação entre um Centro e uma nação periférica pela qual 1) existe uma harmonia de interesse entre o centro da nação do Centro e o centro da nação da Periferia; 2) há mais desarmonia de interesses dentro da

²⁶⁶ ØBERG, Jan. Third World Armament: Domestic Arms Production in Israel, South Africa, Brazil, Argentina and India 1950 – 75. **Instant Research on Peace and Violence**. Vol. 5, No. 4, 1975, p. 226.

²⁶⁷ ØBERG, Jan. Arms trade with the third world as an aspect of imperialism. **Journal of Peace research**, Vol. 12, Nº 3, 1975, p. 218.

²⁶⁸ Alguns dos principais teóricos clássicos do Imperialismo são LENIN, Vladimir Ilyich. *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism*. **Selected Works**. Progress Publishers: Moscow, 1963; HOBSON, John. *The Scientific Basis of Imperialism*. **Political Science Quarterly**, Vol. 17, Nº 3, September, 1902, p. 460-489; e KAUTSKY, Karl. *Ultra-Imperialism*. **Die Neue Zeit**. September, 1914.

²⁶⁹ Desde meados da década de 1960, Galtung aplicou uma abordagem estruturalista a diversas questões, de forma que sua reflexão acerca do Imperialismo se insere nesse contexto. Exemplos são GALTUNG, Johan. *A Structural Theory of Aggression*. **Journal of Peace Research**, Vol. 1, No. 2 (1964), pp. 95-119; GALTUNG, Johan. *Cultural Violence*. **Journal of Peace Research**, Vol. 27, No. 3 (Aug., 1990), pp. 291-30; GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. *The Structure of Foreign News*. **Journal of Peace Research**, Vol. 2, No. 1 (1965), pp. 64-91; GALTUNG, Johan. *A Structural Theory of Integration*. **Journal of Peace Research**, Vol. 5, No. 4 (1968), pp. 375-395

²⁷⁰ GALTUNG, Johan. *A Structural Theory of Imperialism*. **Journal of Peace Research**. Vol. 8, Nº 2, 1971.

²⁷¹ Johan Galtung, diz ele mesmo, derivou sua Teoria Estrutural do Imperialismo a partir dos dois fatores mais notórios sobre o mundo: a desigualdade, entre e dentro das nações, e a resistência que essa configuração assimétrica apresenta a mudanças. De tal forma, Galtung caracteriza uma ordem hierárquica entre as nações, que se distribuem entre Centro e Periferia e que reproduzem internamente em suas sociedades essa mesma divisão. A dominação garantida às nações centrais sobre àquelas periféricas foi denominada pelo autor como Imperialismo. Ao inserir-se em um debate já amplamente desenvolvido pelos marxistas, a contribuição de Galtung ao pensamento sobre o Imperialismo foi expandir sua concepção para além das variáveis econômicas. GALTUNG, Johan. Op. cit., 1971.

²⁷² *Ibidem*, p. 83.

nação da Periferia do que dentro dos países do Centro; 3) há uma desarmonia de interesse entre a periferia na nação do Centro e a periferia na nação da Periferia.²⁷³

A publicação do artigo de Galtung exerceu expressivo impacto nos escritos sobre militarização associados aos Estudos de Paz. Galtung incorpora de modo comedido os debates latino-americanos sobre a dependência em sua teorização sobre o Imperialismo. Ainda que não pretendesse limitar sua proposição aos ditames do Materialismo Histórico, tampouco às análises idiográficas da sociologia compreensiva weberiana, Galtung assimilou à sua teoria escritos de André Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, por exemplo²⁷⁴. A dependência da Periferia em relação ao Centro configurava-se como um tipo de Violência Estrutural²⁷⁵, conceito ubíquo e essencial aos Estudos para a Paz. A fértil justaposição entre a Teoria da Dependência e os Estudos de Paz ensaiada por Galtung em 1971 fomentou a publicação de outros escritos de recorte teórico similar²⁷⁶; a esta primeira aproximação, deve-se o estudo de Øberg já mencionado.

A apropriação entre as dinâmicas de militarização e o ferramental conceitual da Teoria da Dependência também foi ensaiada por autores advindos da Economia Política. André Gunder Frank, um dos maiores expoentes da Teoria da Dependência, também se dedicou eventualmente à análise da militarização. Como uma resposta ao aparente paradoxo da produção de armamentos em países periféricos, Frank afirma que

O objetivo primordial dessa produção de armas, é claro, não é economizar ou minimizar os custos de produção, fabricando-as domesticamente, mas sim maximizar as despesas públicas nos produtos e lucros na indústria nacional de bens de capital e máquinas, mesmo que para tanto seja necessário incorrer em altas despesas em divisas.²⁷⁷

No ano seguinte à publicação do artigo de Barnett e Wendt até aqui debatido, “*The Systemic Sources of Dependent Militarization*”, os autores aprimoram suas teses em um novo

²⁷³ GALTUNG, Johan. A Structural Theory of Imperialism. **Journal of Peace Research**. Vol. 8, Nº 2, 1971, p. 83.

²⁷⁴ Sobre esses últimos, Galtung assinala que uma importante diferença entre sua análise e aquela empreendida por Cardoso e Faletto é o fato de que estes opõem-se a modelos gerais, ao passo que Galtung almeja desenhar uma teoria geral. GALTUNG, Johan. A Structural Theory of Imperialism. **Journal of Peace Research**, Vol. 8, Nº 2, 1971, p. 112.

²⁷⁵ Para a definição e discussão do conceito de Violência Estrutural, ver GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. **Journal of Peace Research**. Vol. 6, No. 3, 1969, p. 167-191

²⁷⁶ GANTZEL, Klaus Jürgen. Dependency Structures as the Dominant Pattern in World Society. **Journal of Peace Research** Vol. 10, No. 3, 1973, p. 203-215; JACKSON, Steven. Capitalist Penetration: Concept and Measurement **Journal of Peace Research**. March, 1979, p. 41-55; STEHR, Uwe. Unequal Development and Dependency Structures in COMECON **Journal of Peace Research**. Vol. 14, June, 1977, p. 115-128.

²⁷⁷ FRANK, André Gunder. Arms Economy and Warfare in the Third World. **Third World Quarterly**. Vol. 2, No. 2, April, 1980, p. 236.

texto, intitulado “*Dependent State Formation and Third World Militarization*”. Sumariamente, o trabalho mais recente argumenta que

- 1) a dependência da economia internacional tende a criar regimes fracos para os quais as massas são uma ameaça a sua segurança ao invés de um recurso;
- 2) a dependência de assistência [externa] no campo da segurança em estruturas geopolíticas de impérios informais tende a criar elites cujas definições de segurança são aquelas de seus patronos, ao invés daquelas de suas massas;
- 3) a dependência da cultura militar global formata as ideias das elites sobre o que constitui Forças Armadas ‘modernas’.²⁷⁸

As três teses apresentadas por Barnett e Wendt cristalizam em grande medida as discussões já apresentadas ao longo de nosso texto. Por exemplo, corroboram as conclusões de Centeno quando este assevera que o Estado colonial se orientou não à proteção da sociedade face a uma ameaça externa, mas à repressão das ameaças internas²⁷⁹. Ademais, reafirmam com mais clareza a expressão hierárquica do sistema internacional e sua relação inextricável com a Economia Política. Neste aspecto, Barnett e Wendt retomam, agora com mais diligência, as contribuições da Teoria da Dependência de forma a compreender como os processos de formação estatal no Terceiro Mundo condicionaram suas concepções sobre o papel das Forças Armadas e os fins da Defesa. O excerto a seguir sintetiza de forma clara o relacionamento entre a formação estatal na Periferia, dependência econômica e dependência militar:

Em especial, argumentamos que a formação estatal no Terceiro Mundo se desenvolveu frequentemente de forma dependente, condicionada pelas relações de subordinação econômica, política, e/ou cultural a potências em específico ou ao Sistema-Mundo como um todo. As primeiras duas dessas três estruturas permitem que determinados interesses sociais alcancem e detenham o poder com o auxílio de recursos externos concedidos àqueles que se submetem à dependência; interesses esses que, de outra forma, teriam que fazer compromissos significativos com outros grupos sociais ou mesmo forçados a retirar-se do poder; nesse sentido essas estruturas de dominação condicionam os ‘fins’ da segurança no Terceiro Mundo.²⁸⁰

A relação dependente identificada por Barnett e Wendt configura, argumentam os autores, a formação de Impérios Informais: um sistema de interação socialmente construído entre Estados juridicamente soberanos pelo qual a parte dominante possui um grau significativo de autoridade política sobre as políticas de segurança da parte subordinada²⁸¹. Pelo argumento, os autores criticam frontalmente a concepção clássica da soberania westfaliana e da anarquia

²⁷⁸ BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. *Dependent state formation and third world militarization*. **Review of international studies**. Vol. 19, 1993, p. 322.

²⁷⁹ CENTENO, Miguel Angel. **Blood and debt: war and nation-state in Latin America**. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002, p. 142.

²⁸⁰ BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. *Op. cit.*

²⁸¹ *Ibidem*, p. 334.

internacional²⁸², uma vez que a autoridade burocrática do Estado é sobreposta pelo patrono “feudal”²⁸³.

Os Impérios Informais de Barnett e Wendt articulam uma tensão subjacente a este texto: se o Estado se funda no monopólio legítimo da violência, qual é a consequência política da incapacidade de se produzir domesticamente os meios de emprego dessa violência? Isto é, o que é o exercício político da violência quando seus instrumentos são fornecidos por outrem? Há aqui uma condicionalidade ao poder do Estado? Pensemos no absurdo: fossem todas as formas de transferência internacional de armamentos impedidas, o que seria da soberania? Manter-se-ia somente pela deferência à norma? São questões que nesta tese não pretendemos e, sejamos francos, nem conseguiríamos responder caso nos atrevêssemos a tanto. Contudo, não há aqui linha escrita que não arranhe este problema.

3.2.2 Sobre Pensar por Analogia

Os trabalhos de Wulf, Barnett e Wendt apresentam diversos pontos de contato e complementariedade. Ao passo que Wulf adota uma postura prescritiva, Barnett e Wendt preocupam-se em identificar as razões profundas da dependência militar na Periferia. Uma discussão desses textos em conjunto permitiu-nos vislumbrar um quadro mais amplo do problema que estamos estudando, ao mesmo tempo em que apresenta opções, ainda que teóricas, à superação ou mitigação da dependência militar. Sem embargo, é necessário ressaltar que Barnett e Wendt reproduzem alguns dos equívocos da Teoria da Dependência, nomeadamente a quase ausência da política doméstica. Por certo, as determinações externas compelem sobremaneira as possibilidades de militarização na Periferia. Sobre isto estamos de pleno acordo. Contudo, há que se considerar que também no âmbito interno existem obstáculos consideráveis à militarização. Lembremos, por exemplo, da discussão realizada no primeiro capítulo sobre a capacidade fiscal do Estado. De fato, um aparato de extração ostensivo e progressivo, que enfrentasse as elites historicamente enquistadas no Estado, acarretaria num aumento das receitas que, por sua vez, permitiria um financiamento mais perene e volumoso à Defesa. Não seria uma solução definitiva, porém certamente amenizaria alguns dos problemas centrais do financiamento militar. Do mesmo modo, submeter a escrutínio a execução do

²⁸²Desde uma perspectiva construtivista, Alexander Wendt reitera sua desconstrução do paradigma clássico da soberania em seu célebre artigo WENDT, Alexander. Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**. Vol. 46, No. 2, 1992, p. 391-425.

²⁸³BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. Dependent state formation and third world militarization. **Review of international studies**. Vol. 19, 1993, p. 335.

orçamento militar, principalmente no que se refere às pensões, poderia incrementar sua eficiência. Há que se pensar, todavia, se essas modificações, - possíveis ainda que improváveis -, surtiriam algum efeito expressivo na hierarquia internacional. Mesmo que não, há um imperativo democrático sob o qual essas medidas são apropriadas às sociedades que se apresentem minimamente igualitárias e responsáveis no manejo dos recursos públicos.

Embora não partilhemos necessariamente da totalidade das prescrições, explícitas ou não, de Barnett e Wendt, e Wulf, há uma concordância trágica entre esses autores que de modo algum deve ser ignorada: a militarização de capital-intensivo na Periferia tem chances escassas, se não inexistentes, de garantir ao Estado autossuficiência na produção de armamentos e, conseqüentemente, a autonomia na decisão política que define a soberania. Compreendemos que, guardadas as proporções e especificidades dos argumentos, os esforços desses autores assemelham-se ao audaz desafio proposto por Celso Furtado:

Como fenômeno específico que é, o subdesenvolvimento requer um esforço de teorização autônomo. A falta desse esforço tem levado muitos economistas a explicar, por analogia com a experiência das economias desenvolvidas, problemas que só podem ser bem equacionados a partir de uma adequada compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento.²⁸⁴

De modo correlato, a militarização dependente demanda que identifiquemos suas especificidades e fundamentos originários e originais. O estabelecimento de paralelos ahistóricos (*sic*) entre a experiência de militarização na Periferia e no Centro está fadado a equívocos e à inobservância dos fatores críticos.

Se até aqui as bases históricas e teóricas de nossa investigação já estão dispostas, cabe erigir a empiria sobre estes fundamentos. Os capítulos a seguir explorarão dois aspectos da militarização: os gastos militares e a produção doméstica de armamentos. Ambos são apontados por Ross como possíveis variáveis no estudo da militarização, uma vez que capturam diferentes dimensões deste processo²⁸⁵. Acataremos a sugestão metodológica. Nosso intuito será observar nos episódios de militarização analisados como a interação entre o espaço político das Forças Armadas, baixo esforço fiscal e economia exportadora de *commodities* determinou sua forma e cadência. Essas três forças são mais evidentes no estudo de caso sobre a Venezuela, ao qual pudemos nos debruçar com mais detalhes históricos. No último capítulo, sobre produção de armamentos na América do Sul, exploraremos sua relação com o capital industrial. Caberá

²⁸⁴ FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 191.

²⁸⁵ ROSS, Andrew. Dimensions of Third World Militarization. **Armed Forces & Society**. Vol. 13, 1987.

observar, se existirem afinal, os efeitos a longo prazo dos processos introduzidos naquele primeiro capítulo e explorados neste segundo.

4 PETRÓLEO E DÍVIDA: OS GASTOS MILITARES VENEZUELANOS ENTRE 1970 E 2013

“The oilcan is mightier than the sword”

– Everett Dirksen

Nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, os gastos militares devem ser analisados de modo especialmente circunspecto. Haja vista a escassez de recursos, alocações à Defesa podem resultar na subtração de investimentos d’outros setores, como o da Educação ou o da Saúde, por exemplo. Destarte, os altos custos de oportunidade envolvendo o dispêndio militar nesses países devem ser preocupação ubíqua na partilha do erário. Jogar luz sobre os mecanismos e fontes de financiamento deste setor, bem como sobre suas consequências ao desenvolvimento econômico e social, é tarefa forçosa à Economia de Defesa. A dinâmica orçamentária da República Bolivariana da Venezuela guarda especial relevância a este esforço. Seus investimentos militares aumentaram abruptamente em 2004, 42 por cento em comparação ao ano anterior, o que indicou uma tendência para os anos seguintes. Entre 2003 e 2012, os gastos militares na Venezuela expandiram-se em alarmantes 112 por cento. O crescimento vertiginoso nos gastos militares foi financiado por uma elevação sem precedentes no preço do petróleo, principal produto de exportação do país. O incremento foi de tal monta que, em 2006, o orçamento militar venezuelano superou o brasileiro, cuja economia era 5.19 vezes maior que a sua à época²⁸⁶. Esse contraste é substancial e indica o caráter insólito dos gastos militares na Venezuela.²⁸⁷

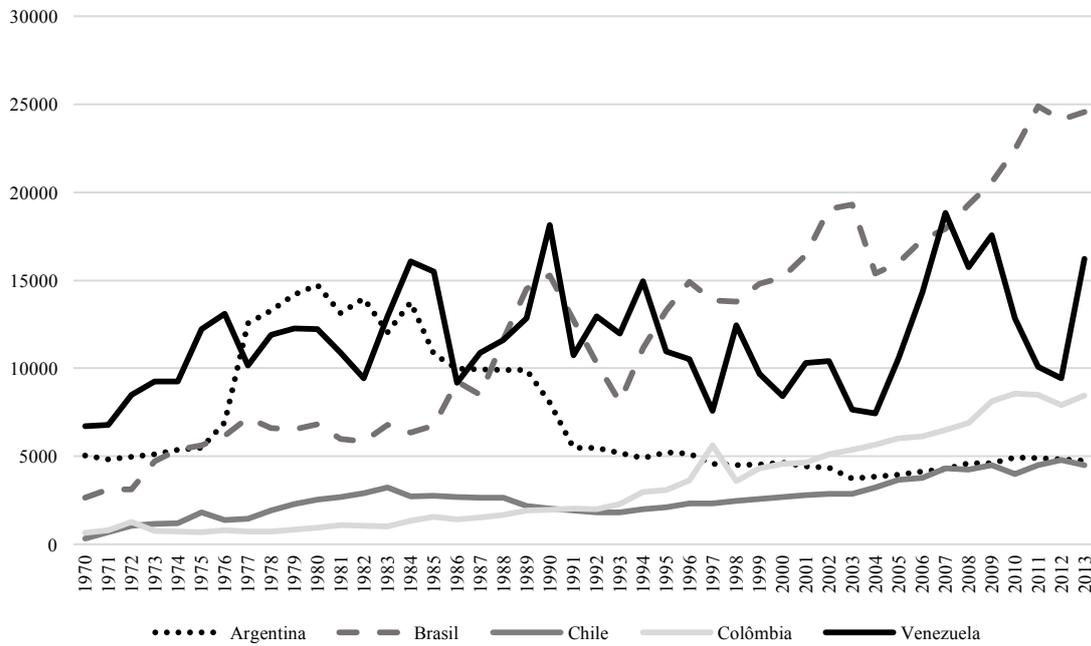
A despeito de sua economia modesta, Caracas manteve seus investimentos militares historicamente elevados, como o gráfico 5 nos revela. Na série histórica analisada, os gastos militares brasileiros só ultrapassam os venezuelanos pela primeira vez em 1987, e somente a partir de 1994 firmam-se na dianteira sul-americana. Um segundo aspecto evidente no gráfico é a alta volatilidade dos gastos militares da Venezuela. O período entre 1970 e 1980 é o mais estável do orçamento. A partir de então, as alocações à pasta da Defesa tornam-se mais erráticas, com amplas variações anuais. Isto ocorre particularmente no decorrer da década de 1980 até o início dos anos 2000, quando os gastos se intercalam entre períodos curtos de aumento

²⁸⁶ WORLD BANK. **World Bank Open Data**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org>>. Acesso em 01 de jan. de 2018.

²⁸⁷ STOCKHOLM PEACE RESEARCH INSTITUTE. **Military Expenditure Database**. Disponível em: <<https://armedforces.sipri.org/databases/milex>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2018.

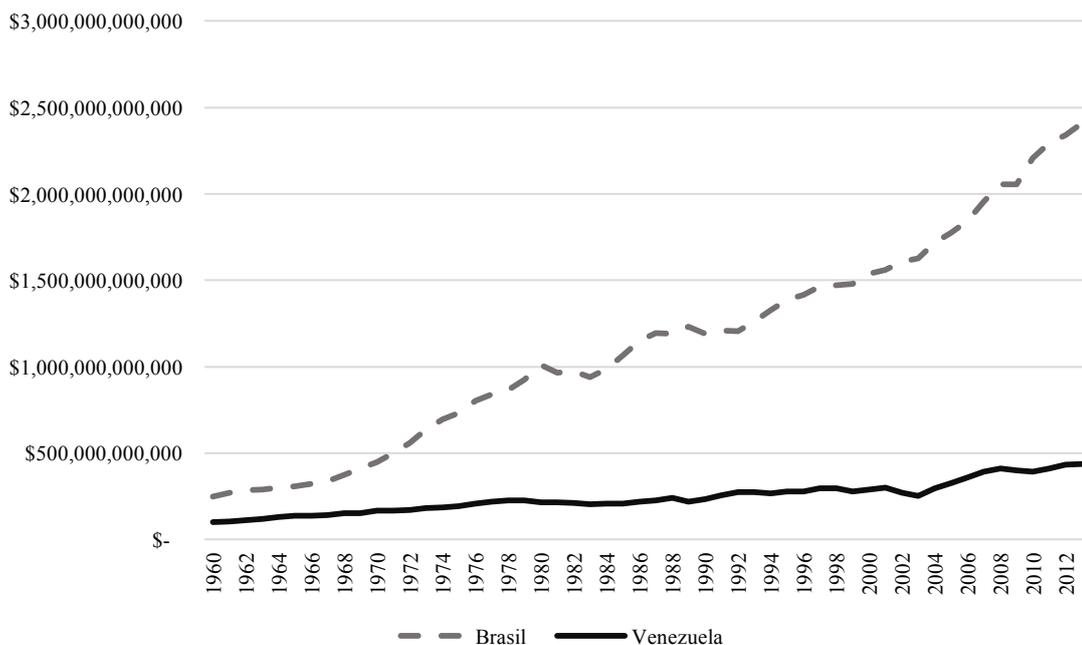
expressivo e outros de queda acentuada. Como observado no gráfico 6, ainda que os orçamentos sul-americanos também passem por instabilidades, a Venezuela destaca-se neste aspecto.

Gráfico 8 - Gastos Militares Sul-Americanos



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo SIPRI. Gastos Militares estão calculados em milhões de dólares a valores constantes de 2015.

Gráfico 9 - Produto Interno Brasil e Venezuela



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo Banco Mundial. PIB calculado em milhões de dólares a preços constantes de 2010.

As características acima sublinhadas sugerem que os determinantes apontados nos capítulos iniciais desta tese podem ser encontrados no caso venezuelano. Se o argumento lá proposto for válido, esperamos observar na Venezuela uma dinâmica em que as Forças Armadas disfrutem de excepcionalidade orçamentária e que, dadas as limitações da estrutura fiscal, os gastos militares sejam em larga medida explicados pela disponibilidade de crédito externo e/ou pelas variações nos preços do petróleo, principal *commodity* de sua economia. Esses elementos permitiriam explicar a alocação de vultuosos recursos à Defesa, bem como sua volatilidade, responsiva às variações na precificação do petróleo.

Destarte, a análise do caso venezuelano prosseguirá da seguinte maneira: a seção seguinte fornecerá uma análise qualitativa sobre a interação entre Forças Armadas, economia e gastos militares, dividida em três episódios. As narrativas sobre a história venezuelana apresentam diferentes subdivisões entre seus capítulos, por assim dizer, a depender do enfoque de interesse. Trinkunas²⁸⁸, por exemplo, separa os distintos episódios históricos a partir do estado das relações civis-militares. A Tarver e Frederick²⁸⁹, cujo interesse centra-se no comportamento do Executivo, o fracionamento analítico aproxima-se dos ciclos eleitorais. Pelas características do nosso estudo, optamos por uma divisão baseada na disponibilidade dos recursos provenientes do petróleo. De tal modo, determinamos a duração dos períodos analisados pela abundância ou escassez nas receitas da exportação desta *commodity*. Nossa intenção consiste em observar os efeitos de sua disponibilidade nos gastos militares e na política que os envolve e os pretende justificar. De certo modo, o critério que propomos reproduz aquele utilizado por Saylor²⁹⁰, cujo estudo sobre a construção estatal na América Latina e África discutimos no primeiro capítulo. A divisão na análise qualitativa é reproduzida em nosso modelo econométrico, proposto na terceira seção deste capítulo. Como de praxe, na última seção apresentamos e interpretamos nossos resultados.

4.1 Militarização em Três Atos

4.1.1 Primeiro Ato 1970-1981: Abundância

²⁸⁸ TRINKUNAS, Harold. **Crafting Civilian Control of the Military in Venezuela: A Comparative Perspective**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2005.

²⁸⁹ TARVER, H. Michael; FREDERICK, Julia C. **The History of Venezuela**. Westport; Greenwood Press, 2005.

²⁹⁰ SAYLOR, Ryan. **State Building in Boom Times: Commodities and Coalitions in Latin America and Africa**. New York: Oxford University Press, 2014.

A ditadura militar de Marcos Pérez Jiménez chegou a seu fim em janeiro de 1958. Descortinava-se à frente o desafio de engendrar o novo pacto político que sustentaria a renascente democracia venezuelana. Tal qual fora o caso noutros momentos de sua história, a linha que coseria a trama e a urdidura da Venezuela pós-Jiménez seria a renda farta que o petróleo proveria. A transição à democracia, bem como sua posterior cadência, foi atrelada em larga medida a este recurso. Terry Linn Karl é assertiva ao dimensionar a influência – quase totalizante – das rendas provenientes do petróleo na engenharia política venezuelana. Para esta autora, “o petróleo é o fator mais importante a dar forma às condições estruturais que contribuíram ao colapso do autoritarismo militar e a subsequente criação de um espaço político reformista”²⁹¹. Esta leitura é compartilhada por Daniel Levine²⁹². Karl, uma década depois²⁹³, apresentaria evidências de dinâmica análoga na Nigéria, Irã, Argélia e Indonésia.

Desde sua descoberta no início do século XX, o petróleo desempenhou papel decisivo na política nacional venezuelana. De fato, não seria exagero afirmar que a Venezuela moderna foi forjada pelo petróleo, pelo patronato externo e pelas intervenções militares²⁹⁴. A ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935), cuja ascensão ao poder deveu-se a um golpe de Estado apoiado pelos Estados Unidos, coincidiu com a descoberta de reservas massivas de petróleo. Gómez valeu-se das receitas proporcionadas pelas exportações para financiar uma expansão nos investimentos estatais. A pujança do novo setor econômico permitiu ao seu governo “**equipar o primeiro exército nacional**, expandir uma leal burocracia estatal, **minorar a carga tributária sobre as elites** e desenvolver um sofisticado aparato repressivo”²⁹⁵. Segundo Ewell, até por volta de 1922, Gómez “construía uma administração mais forte e mais unificada que qualquer outra que tenha existido na Venezuela desde o período colonial”²⁹⁶. A tabela 8 a seguir ilustra o crescimento vertiginoso das receitas estatais e a preponderância absoluta do petróleo na pauta de exportação venezuelana, que chegou a representar 91.2 por cento em 1935.

A expansão do setor petrolífero iniciou um processo de transição social, econômica e política profunda²⁹⁷, pelo qual a Venezuela “saiu da anarquia caudilhista e adquiriu status de

²⁹¹ KARL, Terry Lynn. *Petroleum and Political Pacts: The Transition to Democracy in Venezuela*. **Latin American Research Review**. Vol. 22, N.1, 1987, p. 64.

²⁹² LEVINE, Daniel. **Conflict and Political Change in Venezuela**. Princeton: Princeton University Press, 1973.

²⁹³ KARL, Terry Lynn. **The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States**. Berkeley: University of California Press, 1997.

²⁹⁴ KARL, Terry Lynn. Op. cit., 1987, p. 67-68.

²⁹⁵ Grifo nosso. Ibidem, loc. cit.

²⁹⁶ EWELL, Judith. **Venezuela: A Century of Change**. London: C. Hurst & Company, 1984, p. 59.

²⁹⁷ Para as mudanças na urbanização venezuelana e nos níveis de industrialização, ver SALAZAR-CARRILLO, Jorge. **Oil in the Economic Development of Venezuela**. Nova Iorque: Praeger, 1976.

dependência periférica”²⁹⁸. A propensão totalizante desta mercadoria na sociedade venezuelana, já observada por Karl, é também atestada por Alberto Rangel, intelectual venezuelano: “nenhum evento na Venezuela pode ser separado do petróleo [...] esta é a força fundamental que conforma a vida nacional. Todos os aspectos da economia venezuelana são filhos legítimos ou bastardos desta substância que irrevogavelmente manchou nossa história”²⁹⁹.

Tabela 8 - Receitas Governamentais durante a Ditadura de Gómez (1920-1935), em Milhões de Bolívares

Ano	Receita	Valor Total das Exportações	Valor das Exportações do Petróleo	Percentual do Petróleo no Total das Exportações
1920	104.4	170.6	3.3	1.9
1925	147.6	330	137.5	41.6
1930	243.7	762.5	643.1	83.2
1935	206.4	711.7	649.3	91.2

Fonte: TUGWELL, Franklin. **The Politics of Oil in Venezuela**. Stanford: Stanford University Press, 1975, p. 182. *apud* KARL, Terry Lynn. *Petroleum and Political Pacts: The Transition to Democracy in Venezuela*. **Latin American Research Review**. Vol. 22, N.1, 1987, p. 68.

O pacto político que sustentou a democracia pós-Jiménez – conhecido como *Punto Fijo* – emergiu da convergência entre diferentes atores políticos sobre necessidade de estabelecer um novo conjunto de regras, formais e informais, para o normal funcionamento da Venezuela democrática. As forças políticas coadunaram-se nos dois principais partidos políticos, a *Acción democrática* (AD) e o *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI). Ambos se comprometeram a implementar o mesmo conjunto de medidas econômicas, a despeito de quem fosse o vencedor nas eleições. De tal modo, o *Punto Fijo* possuía em seu cerne um mínimo denominador comum, formalizado pela *Declaración de Principios y Programa Mínimo de Gobierno*. As negociações, travadas ainda em 1957, foram delicadas, visto que deveriam acomodar as demandas pró-democráticas sem desafiar os interesses dos grupos poderosos o suficiente para reverter a transição. Na conciliação das demandas, estava o Estado como principal árbitro. As consequências do *Punto Fijo* ao Estado eram claras:

A construção do pacto baseou-se na capacidade de concessão, por parte do Estado, de favores, contratos e infraestrutura a empresários, ao mesmo tempo

²⁹⁸ HILLMAN, Richard. *Democracy for the Privileged: Crisis and Transition in Venezuela*. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1994, p.34. *Apud* STRØNEN, Iselin Åsedotter. **Grassroots Politics and Oil Culture in Venezuela**. Palmgrave Macmillan, 2019, p.29.

²⁹⁹ *Apud* TINKER, Miguel S. **The Enduring Legacy: Oil, Culture, and Society in Venezuela**. Durham and London: Duke University Press, 2009.

em que **diminuía a carga tributária**, permitindo assim a obtenção de lucros massivos.³⁰⁰ (grifo nosso)

Na mesma veia, Strønen esclarece a mecânica política da transição à democracia:

A transição da ditadura à democracia eleitoral tinha como premissa a consolidação de um sistema político que centralizasse o acesso ao poder político e aos benefícios das receitas do petróleo na classe alta e média, criando assim uma sociedade profundamente segregada e desigual.³⁰¹

Tanto à época de Gómez, quanto no *Punto Fijo*, observou-se um alívio dos tributos sobre os estratos mais elevados da sociedade venezuelana. Há uma compensação nas finanças do Estado entre a receita dos impostos, em parte renunciada em troca de apoio político, e aquelas provenientes da exportação do petróleo. Este é um mecanismo político fundamental, uma vez que joga luz sobre não somente sobre a forma econômica extrovertida da exportação de commodities, mas também sobre a estratificação social doméstica e a engrenagem política que a mantêm. A interação entre baixa capacidade fiscal e preponderância econômica das commodities não é exclusiva à Venezuela. Em Cárdenas *et al*³⁰² encontramos evidência de que países dependentes da exportação de commodities – principalmente petróleo – possuem receitas fiscais menores. As evidências sugerem que este seja um traço relativamente comum às sociedades periféricas.

Dentre as muitas concessões compreendidas pelo *Punto Fijo*, aquelas com as Forças Armadas eram fundamentais. O *quid pro quo* era que, pela transferência de poder às mãos civis, os militares teriam seus equipamentos modernizados e seus salários revistos³⁰³. Ademais, os militares seriam tidos como os campeões do espírito nacional, “pelos méritos e serviços dos homens que compõem as Forças Armadas e sua importante colaboração à manutenção da paz pública”³⁰⁴. Passemos a palavra a Karl, que situa os militares na geografia política do *Punto Fijo*:

O pacto com os militares representou o primeiro comprometimento chave. Em troca por renunciarem ao poder e aceitarem a definição de ‘corpo

³⁰⁰ KARL, Terry Lynn. Petroleum and Political Pacts: The Transition to Democracy in Venezuela. *Latin American Research Review*. Vol. 22, N.1, 1987, p. 87.

³⁰¹ STRØNEN, Iselin Åsedotter. *Grassroots Politics and Oil Culture in Venezuela*. Palmgrave Macmillan, 2019, p.30.

³⁰² CÁRDENAS, Maurício; RAMÍREZ, Santiago; TUZEMEN, Didem. Commodity Dependence and Fiscal Capacity. *Brookings Institution*, 2011.

³⁰³ TRINKUNAS, Harold. *Crafting Civilian Control of the Military in Venezuela: A Comparative Perspective*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2005.

³⁰⁴ HERRERA CAMPINS, Luis. Transición política. In: SALCEDO BASTARDO, J. L. *et al.* 1958: transito de la dictadura a la democracia en Venezuela. Barcelona: Editorial Ariel, 1978. *apud* KARL, Terry Lynn. Petroleum and Political Pacts: The Transition to Democracy in Venezuela. *Latin American Research Review*. Vol. 22, N.1, 1987, p. 83.

apolítico, obediente e não-deliberativo, as Forças Armadas receberam do Estado a promessa de tecnificar (*sic*) e modernizar seu equipamento, melhorar a situação econômica dos oficiais e alistados, manter o serviço militar obrigatório.³⁰⁵ (grifo nosso)

Eleito à presidência em 1959 como candidato da *Acción democrática*, Rómulo Betancourt (1959-1964), buscou melhorar as condições de vida dos militares e modernizar seus equipamentos. Trinkunas argumenta que a estratégia de apaziguamento militar – baseada não somente, mas em larga medida no aumento dos gastos militares – foi uma consequência do entendimento de Betancourt que, “em sua essência, o período de 30 anos de agitação entre os militares devia-se às necessidades materiais e profissionais dos oficiais tanto quanto aos ideais políticos por eles desposados”³⁰⁶. Em consequência, os gastos militares venezuelanos aumentaram na medida em que a democracia se consolidava. O orçamento tornara-se um dos principais alicerces do controle civil. Como aponta Trinkunas,

Em meados da década de 1970, **o centro de gravidade das relações civis-militares havia migrado às questões orçamentárias**. A expansão dramática das receitas governamentais na sequência da primeira e segunda crise do petróleo duplicou o orçamento de defesa venezuelano entre 1967 e 1977.³⁰⁷ (grifo nosso)

Raúl Leoni (1964-1969), também da *Acción democrática*, sucedeu Betancourt na presidência e deu continuidade às políticas de seu antecessor. Porém, pela primeira vez desde 1958, seu partido e o COPEI divergiram na elaboração de um programa de governo compartilhado. Leoni, cujo governo não tinha a maioria nem dos deputados nem dos senadores, viu-se ante a necessidade de buscar apoio de partidos menores para formar uma coalizão que lhe permitisse governar, posteriormente chamada de *Amplia Base*. Nas eleições seguintes, em 1969, o COPEI elegeu o fundador do partido, Rafael Caldera (1969-1974). Seu governo foi responsável por expandir o controle do Estado sobre as atividades petroleiras. Pela promulgação da *Ley de Bienes Afectos a Reversión en las Concesiones de Hidrocarburos* de 1971, todos os equipamentos utilizados pelas empresas de extração estrangeiras seriam repassados ao Estado ao final de suas concessões³⁰⁸.

³⁰⁵ KARL, Terry Lynn. Petroleum and Political Pacts: The Transition to Democracy in Venezuela. **Latin American Research Review**. Vol. 22, N.1, 1987, p. 87.

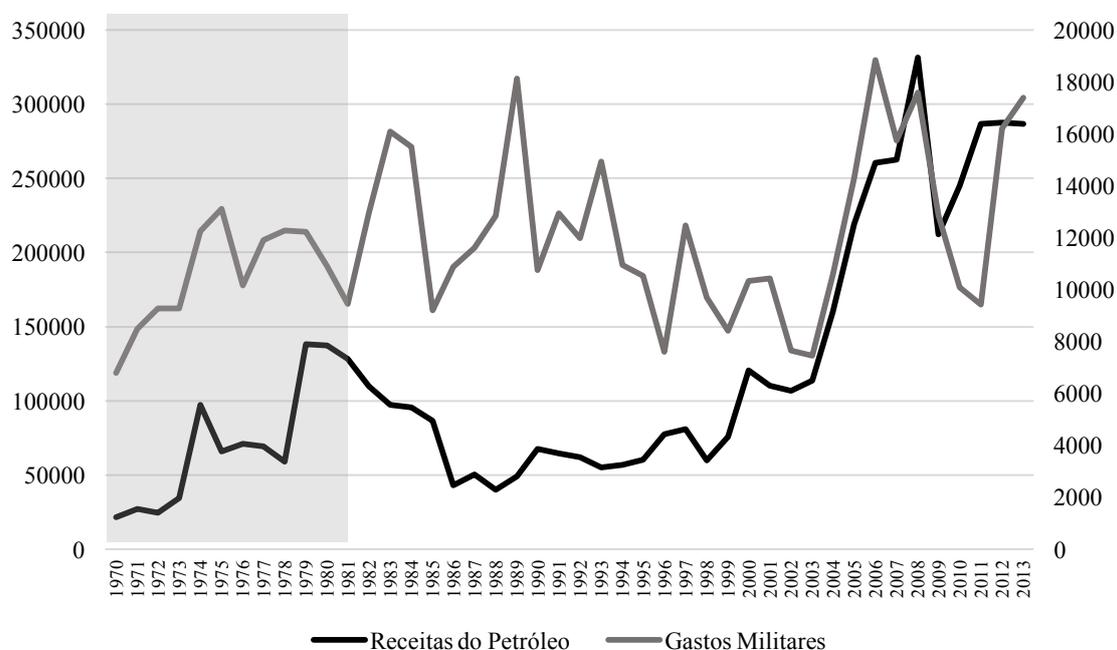
³⁰⁶ TRINKUNAS, Harold. **Crafting Civilian Control of the Military in Venezuela: A Comparative Perspective**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2005, p.130.

³⁰⁷ TRINKUNAS, Harold. The Crisis in Venezuelan Civil-Military Relations: From Punto Fijo to the Fifth Republic. **Latin American Research Review**. Vol. 37, N. 1, 2002, p.46.

³⁰⁸ TARVER, H. Michael; FREDERICK, Julia C. **The History of Venezuela**. Westport; Greenwood Press, 2005, p. 119.

Carlos Andrés Pérez (1974-1979, filiado à AD), sucessor de Caldera, fora afortunado em governar durante um período de abundância nas receitas do petróleo. Ellner nos descreve que à época, o país contava com reservas internacionais profusas, e que diversas medidas foram implementadas para mitigar os conflitos sociais³⁰⁹. Pérez também foi responsável por nacionalizar a indústria petroléira³¹⁰: no dia 1 de janeiro de 1976, seu governo estatizou 19 companhias – 16 destas estrangeiras. Na cerimônia oficial, Pérez afirmou que somente “pelo engajamento total neste esforço nacional é que o país se tornará cada vez mais autônomo, pela redução da dependência econômica, tecnológica e cultural”³¹¹. Na sequência, Pérez criou a *Petróleos de Venezuela* (PDVSA), cuja função seria coordenar, planejar e controlar as atividades relacionadas à indústria petroléira venezuelana³¹².

Gráfico 10 - Gastos Militares e Receitas do Petróleo



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo SIPRI e pelo Banco Mundial. Gastos Militares estão calculados em milhões de dólares a valores constantes de 2015. Receitas do petróleo estão calculadas como valores de produção diária a dólares constantes de 2015.

³⁰⁹ ELLNER, Steve. Organized Labor’s Political Influence and Party Ties in Venezuela: Acción Democrática and Its Labor Leadership. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. Vol. 31, N. 4, 1989, p. 118.

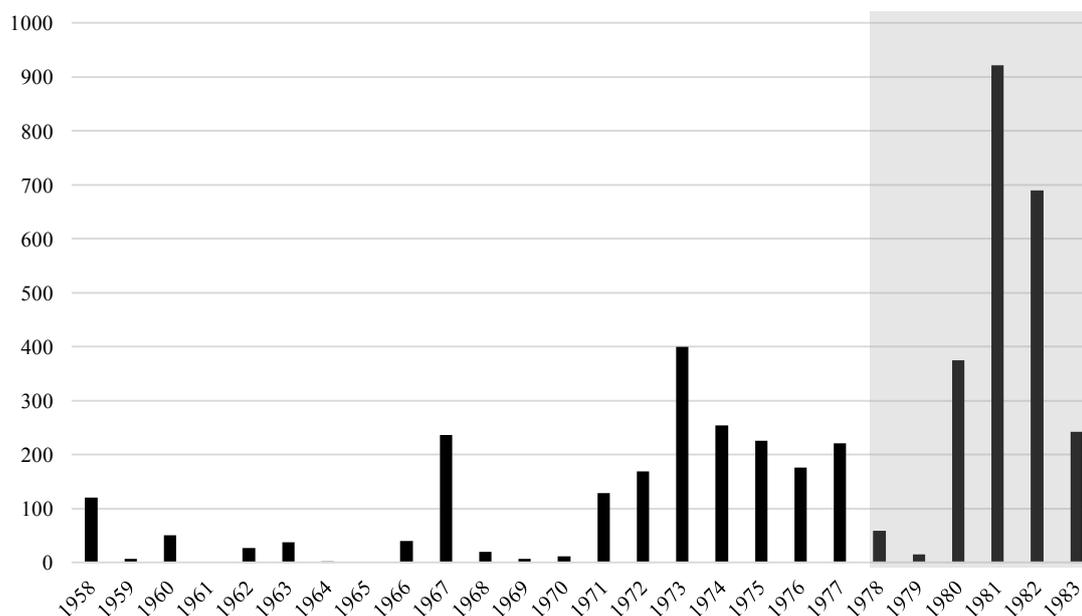
³¹⁰ A primeira indústria a ser nacionalizada foi a do ferro; a petroléira só seria um ano depois. A medida anulou os contratos de concessão às subsidiárias da United States Steel Corporation e a Bethlehem Steel. Pérez argumentara à época que sua decisão compunha uma estratégia de autonomia nos assuntos externos, pela qual a independência econômica era componente fundamental. TARVER, H. Michael; FREDERICK, Julia C. op. cit., p. 124.

³¹¹ Reproduzido em TARVER, H. Michael; FREDERICK, Julia C. op. cit., p. 124

³¹² A PDVSA, nasce, porém, da *Corporación Venezolana de Petróleo*, criada em 1960 por Betancourt cujos objetivos eram similares.

Apesar de contar com o generoso aumento nas receitas do petróleo – até 1980, a receita do setor compunha 70 por cento do erário³¹³ – a expansão nos gastos públicos foi de tal monta que Pérez viu-se diante da necessidade contrair dívidas para financiar o déficit. Tarver e Frederick calculam que Carlos Andrés Pérez gastou mais recursos entre 1974 e 1979 que todos os governos precedentes em 143 anos³¹⁴. Havia a expectativa de que as receitas futuras das exportações de petróleo fossem utilizadas para o pagamento desse endividamento. Entretanto, o planejamento foi frustrado pela acentuada queda nos preços do petróleo a partir de 1980. O governo de Luis Herrera Campins (1979-1983, filiado ao COPEI) herdou o cenário de alto endividamento deixado pela administração de Pérez³¹⁵. Apesar de criticar ferrenhamente seu antecessor pela situação, Campins continuou a expandir os gastos públicos e a contrair dívidas³¹⁶. Durante sua administração, a Venezuela também se rearmou, importando equipamentos militares dos Estados Unidos, Reino Unido e Itália. No gráfico a seguir, vemos em realce o aumento expressivo da importação de armamentos durante o governo de Campins:

Gráfico 11 - Importações de Armamentos Venezuelanas 1958 - 1983 em Valores Indicadores de Tendência



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo SIPRI. Importações de sistemas de armas estão calculadas Valores Indicadores de Tendência (*Trend Indicator Values*) expressados em milhões de dólares a valores constantes de 1990.

³¹³ TARVER, H. Michael; FREDERICK, Julia C. **The History of Venezuela**. Westport; Greenwood Press, 2005, p. 125.

³¹⁴ Ibidem, loc. cit.

³¹⁵ ELLNER, Steve. **Rethinking Venezuelan Politics**. Class, Conflict, and the Chávez Phenomenon. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 2008 p.79.

³¹⁶ COLGAN, Jeff. **Petro-Aggression: When Oil Causes War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 195.

Na década de 1980, o governo venezuelano estava politicamente preso a um padrão de elevados gastos militares, estabelecido desde a queda da ditadura militar em 1958. O controle civil sobre os militares havia se consolidado graças a uma estratégia de fragmentação dos oficiais. Havia um esforço deliberado por dificultar agremiações e espaços que facilitassem a articulação política destes militares. Em contrapartida, os oficiais teriam seus interesses pessoais e profissionais satisfeitos pelo aumento dos soldos e modernização dos equipamentos.³¹⁷ Quando os recursos que financiavam esta estratégia tornaram-se escassos, o modelo de apaziguamento extenuou-se³¹⁸. As administrações de Pérez e Campins viram-se numa situação difícil: sustentar o pacto político de 1958, baseado nas receitas advindas da exportação do petróleo, em uma economia debilitada. Na tentativa de conciliar esses contrários, o Estado venezuelano contraiu empréstimos, endividando-se expressivamente.

As características da transição política venezuelana à democracia contestam a proposição corrente de que, sob regimes democráticos, o orçamento militar tende a se reduzir. Jennifer Brauner³¹⁹, por exemplo, apresenta evidências de causalidade entre regime democrático e a diminuição nos gastos militares que supostamente sustentariam esta tese. Todavia, o caso venezuelano desvia da norma justamente pela especificidade de seu processo de transição política à democracia, pelo qual o orçamento foi instrumento capital no escambo político entre militares e civis. Essa idiossincrasia, ignorada por Brauner em razão do elevado número de casos por ela analisada, é, em contrapartida, ponderada por Lebovic³²⁰. Em estudo sobre as prioridades orçamentárias nos regimes pós-ditatoriais latino-americanos, Lebovic afirma que no Brasil³²¹ e Chile – países nos quais o processo de transição política também foi controlado pelos militares – o orçamento destinado às Forças Armadas não sofreu reduções substantivas. O caso venezuelano reitera a necessidade de que os estudos da Economia de Defesa busquem diálogo, quando possível, com a interpretação sociológica e a pesquisa ideográfica. Do contrário, particularidades relevantes serão ignoradas em favor de proposições gerais de pouca relevância quando aplicadas a casos concretos. Isso não significa propor que os estudos

³¹⁷ TRINKUNAS, Harold. The Crisis in Venezuelan Civil-Military Relations: From Punto Fijo to the Fifth Republic. *Latin American Research Review*. Vol. 37, N. 1, 2002, p. 51.

³¹⁸ *Ibidem*, loc. cit.

³¹⁹ BRAUNER, Jennifer. Military Spending and Democracy. *Defence and Peace Economics*. Vol. 26, N. 4, 2015.

³²⁰ LEBOVIC, James H.. Spending Priorities and Democratic Rule in Latin America. *The Journal of Conflict Resolution* Vol. 45, No. 4, Aug., 2001, p. 427-452

³²¹ Sobre este caso em específico, ver ZAVERUCHA, Jorge; REZENDE, Flávio da Cunha. How the Military Competes for Expenditure in Brazilian Democracy: Arguments for an Outlier. *International Political Science Review*. Vol. 30, No. 4, 2009, p. 407-429.

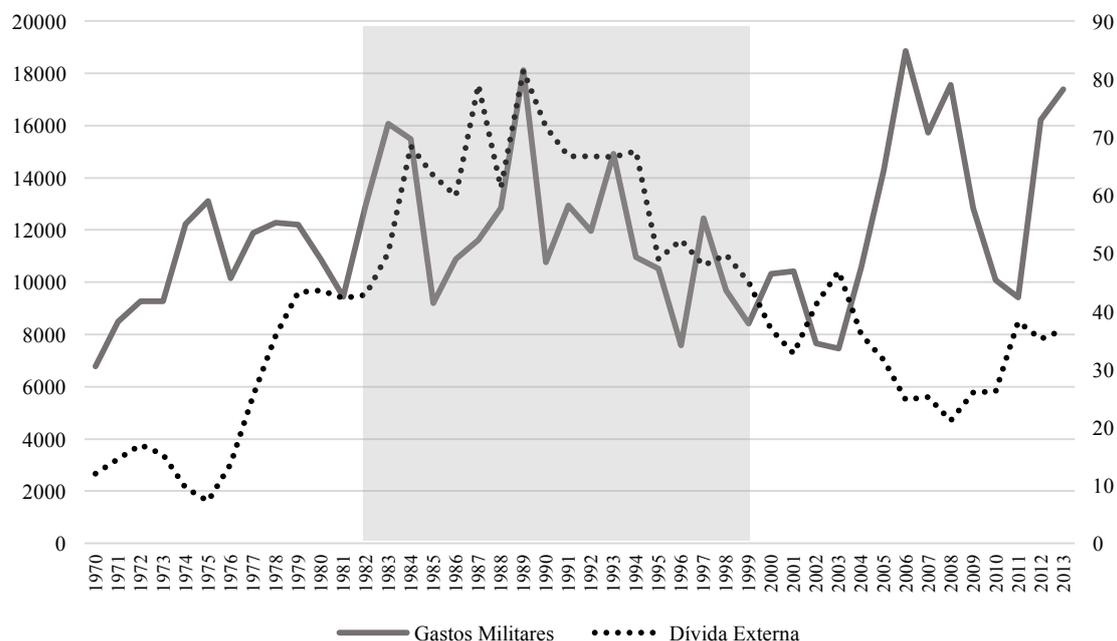
econométricos da Economia de Defesa abjurem-se da análise de um grande número de casos; apenas ressaltamos o quão fecunda e benéfica à área é a combinação de diferentes métodos.

4.1.2 Segundo Ato 1982-1999: Escassez

Jaime Lusinchi (1984-1989), do partido *Acción Democrática*, assumiu a presidência em meio a um contexto de adversidade, uma vez que o período de abundância econômica havia se encerrado. Por conseguinte, Lusinchi iniciou um pacote de medidas de austeridade e refinanciou a dívida externa venezuelana. Entre 1984 e 1985, houve uma queda nos gastos militares de 40.6 por cento. Essa diminuição, se considerada isoladamente, pouco nos diz sobre o *status* político dos militares. Contudo, este se revela quando comparamos os cortes realizados na pasta da Defesa aos demais. Robert Looney publicou três estudos na segunda metade da década de 1980 que nos ajudam a compreender o cenário fiscal e político da época. Looney aponta que entre 1950 e 1983, houve seis grandes cortes orçamentários nas finanças venezuelanas (1959, 1960, 1962, 1979, 1982, e 1983). Em 1962, ao passo que os gastos totais decresceram em 12 por cento, o orçamento militar foi reduzido em apenas 4 por cento. A discrepância nas contenções foi ainda maior em 1979, quando uma redução de 15.3 por cento no total dos gastos públicos significou um corte de apenas de 0.4 por cento na pasta da Defesa³²². Os resultados, Looney conclui, indicam que a Defesa é o setor menos vulnerável às medidas de austeridade na Venezuela. Sobre o endividamento, Looney afirma noutro estudo que durante a década de 1970 e o início dos anos 1980, “o governo mostrou-se inclinado a tomar empréstimos do Banco Central para manter os gastos militares”³²³.

³²² LOONEY, Robert. Austerity and Military Expenditures in Developing Countries: The Case of Venezuela. **Socio-Economic Planning Sciences**. Vol. 21, No. 1, 1987, p. 162; Uma versão anterior desta pesquisa é LOONEY, Robert. Factors underlying Venezuelan defense expenditures, 1950–83: A research note. **Arms Control**. Vol. 7, N.1, 1986, p. 74-101.

³²³ LOONEY, Robert. Determinants of Venezuelan Budgetary Patterns: Possible Tradeoffs Between Defense and Non-Defense Expenditures. **Socio-Economic Planning Sciences**. Vol. 21, No. 1, 1987, p. 55.

Gráfico 12 - Gastos Militares e Endividamento Externo

Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo SIPRI e pelo Banco Mundial. Gastos Militares estão calculados em milhões de dólares a valores constantes de 2015 e o endividamento externo em percentual do Produto Interno Bruto.

As medidas de austeridade econômica intensificaram-se sob a segunda administração de Carlos André Pérez (1989-1993), cujo plano neoliberal de contenção de gastos denominava-se *El Gran Viaje*. O arrocho econômico, que reservou consequências nefastas para as camadas sociais mais vulneráveis, provocou um estado de insurgência entre a população. Em 27 de fevereiro de 1989, as ruas de Caracas foram tomadas por manifestantes em um violento confronto com a polícia e os militares, evento que ficou conhecido como o *Caracazo*. Apesar da repressão violenta, os protestos ante os ajustes de austeridade continuaram sucedendo: entre 1989 e 1992, ao menos 120 manifestações e 46 greves contra o governo foram registradas³²⁴. Tarver e Frederick apontam os eventos de fevereiro de 1989 como um ponto de inflexão na estabilidade política venezuelana.

A versão populista da democracia venezuelana, que havia sido controlada pela *Acción Democrática* e COPEI desde 1958, aproximava-se da extinção. A política não era mais um campo restrito aos partidos políticos e interesses de grupos especiais. A influência dos partidos sobre amplos segmentos da sociedade havia evaporado, e a classe política tradicional encontrava-se desarticulada e atarantada, incapaz e relutante em exercer liderança.³²⁵

³²⁴ COLGAN, Jeff. **Petro-Aggression: When Oil Causes War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 197.

³²⁵ TARVER, H. Michael; FREDERICK, Julia C. **The History of Venezuela**. Westport; Greenwood Press, 2005, p. 141.

Como McCoy e Smith³²⁶ argumentam, a preservação da democracia venezuelana era baseada na redistribuição das receitas do petróleo pelo Estado. Uma vez que os preços despencaram desde o início da década de 1980, o pacto político pelo qual a democracia veio a ser tornou-se insustentável.

Aqui, a *democracia pactada* sempre se sustentou na oportunidade estrutural criada pelo petróleo que proveu o espaço econômico e político para a acomodação de interesses divergentes.³²⁷

Como já dito, o pacto entre civis e militares também encontrava parte de sua sustentação na distribuição dos recursos do petróleo. Com a redução no orçamento e a subsequente queda nas condições de vida dos oficiais, o apaziguamento – um dos instrumentos de controle civil utilizados desde a redemocratização – foi severamente enfraquecido. Essa gradual e constante deterioração nas relações civis-militares encontrou seu ponto crítico nas duas tentativas de golpe militar em 1992. Dada a importância do orçamento militar às relações civis-militares, Trinkunas argumenta que a queda daquele é uma das variáveis preponderantes na explicação dos eventos de 1992.

Até o início de 1992, a expansão da participação militar em missões de segurança interna e o **enfraquecimento das instituições de apaziguamento dos oficiais** criaram as condições necessárias a um golpe de Estado³²⁸. (grifo nosso)

A primeira tentativa de golpe, em fevereiro de 1992, foi liderada pelo *Movimiento Revolucionario Bolivariano 200* (MBR 200), uma facção das Forças Armadas formada por um grupo de jovens oficiais graduados pela *Academia Militar*. O então Tenente Coronel Hugo Chávez, membro do MBR 200, teve papel crucial naqueles eventos de fevereiro. A operação, contudo, não obteve sucesso dado seu escasso suporte fora do Exército. As clivagens entre as Forças, fomentadas pelos governos civis como instrumento de controle político³²⁹, obstaram a construção de uma coalizão que suportasse o golpe. Tarre Briceño afirma que o isolamento dos confabuladores do golpe foi uma consequência da estratégia de controle civil desenhada

³²⁶ MCCOY, Jennifer; SMITH, William. Democratic Disequilibrium in Venezuela. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**. Vol. 37, N 2, Summer, 1995, p. 124-125.

³²⁷ KARL, Terry Lynn. Petroleum and Political Pacts: The Transition to Democracy in Venezuela. **Latin American Research Review**. Vol. 22, N.1, 1987, p. 87.

³²⁸ TRINKUNAS, Harold. The Crisis in Venezuelan Civil-Military Relations: From Punto Fijo to the Fifth Republic. **Latin American Research Review**. Vol. 37, N. 1, 2002, p.52.

³²⁹ TARRE BRICEÑO, Gustavo. **El Espejo Roto**: 4F 1992. Caracas: Panapo, 1994 *apud* TRINKUNAS, Harold. The Crisis in Venezuelan Civil-Military Relations: From Punto Fijo to the Fifth Republic. **Latin American Research Review**. Vol. 37, N. 1, 2002, p.52.

nos primeiros anos do *Punto Fijo*³³⁰. Chávez, ao constatar o fracasso de sua investida, declarou em transmissão televisada:

Companheiros: infelizmente, neste momento, os objetivos que determinamos para nós mesmos não foram alcançados na capital. Isto é para dizer que nós em Caracas não fomos capazes de tomar o poder. Onde quer que vocês estejam, vocês desempenharam bem seus papéis, mas agora é tempo para repensar; novas possibilidades surgirão novamente e o país será capaz de ter definitivamente um futuro melhor.³³¹

Hugo Chávez foi encarcerado pelo seu envolvimento nos eventos de fevereiro. Sem embargo, o desfecho não dissuadiu outros setores golpistas de atentarem novamente contra o governo de Pérez. Outra tentativa de golpe foi realizada novembro, desta feita encabeçada por setores das Forças Armadas ligados à Marinha e à Força Aérea. O grupo, liderado pelo General de Brigada Visconti, negou qualquer ligação com Chávez ou com o MBR 200. Como fora caso em fevereiro, as desconfianças existentes entre as diferentes facções dentro das Forças Armadas impediram uma articulação efetiva. Malgrado o golpe, Visconti e os 92 oficiais e soldados envolvidos fugiram para o Peru³³².

Embora tenha sobrevivido às tentativas golpistas *manu militari*, Pérez não pôde repetir a façanha frente à pressão política do Senado e seu governo chegou ao fim em 1993 após um processo de *impeachment*. Depois de um brevíssimo governo de Ramón Velásquez, que permaneceu no poder até o final do mandato de Pérez, Rafael Caldera foi eleito presidente da Venezuela novamente sob a promessa de restaurar o *Punto Fijo*. Na presidência, Caldera manteve-se convencido de que as instituições desenhadas em 1958 poderiam salvar a democracia dos anos 1990³³³. Porém, ante a inapelável realidade das circunstâncias, acabou frustrado. Com efeito, as condições econômicas, que já eram precárias, agravaram-se. Em 1998, o Produto Interno Bruto *per capita* venezuelano fora revertido aos níveis de 1950.

A deterioração política do *Punto Fijo* fermentou as condições propícias à ascensão de Hugo Chávez. O apoio popular crescente a um candidato fora da preeminência do jogo politicamente acertado entre a COPEI e AD sinalizava a crise aguda do cenário político e econômico dos anos 1990. Desde que saíra do encarceramento em 1994, Hugo Chávez manejou

³³⁰ TRINKUNAS, Harold. The Crisis in Venezuelan Civil-Military Relations: From Punto Fijo to the Fifth Republic. *Latin American Research Review*. Vol. 37, N. 1, 2002, p. 62.

³³¹ TELESUR. **4F de 1992**: Del 'Por Ahora' al 'Para siempre'. 4 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://www.telesurtv.net/news/4F-de-1992-Del-Por-Ahora-al-Para-siempre-20150204-0024.html>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

³³² COLGAN, Jeff. **Petro-Aggression**: When Oil Causes War. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 197.

³³³ TRINKUNAS, Harold. Op. cit., loc. cit.

tornar-se um destacado símbolo do descontentamento popular com as instituições do *Punto Fijo*. Nas eleições de 1998 lançou-se candidato à Presidência da República, saindo vitorioso com 56.2 por cento dos votos.

4.1.3 Terceiro Ato 2000-2013: Abundância

A assunção de Hugo Chávez à presidência de Venezuela deu-se sobre a promessa de uma nova constituinte que substituísse as instituições do *Punto Fijo*. Em 1999, o governo de Chávez cumpriu seu compromisso ao entregar a constituição que fundaria a Quinta República na Venezuela. Não fosse a História, haveria quem considerasse que a concomitância entre uma ascensão sem precedentes nos preços do petróleo e a urdidura de um novo pacto político na Venezuela fosse mera coincidência. A disponibilidade de receitas permitiu novamente ao Estado, ou a quem o tivesse sob domínio, estruturar as bases de sustentação política de um novo arranjo institucional – a Quinta República.

Desde a promulgação da nova constituição, o espaço ocupado pelos militares expandiu-se de diversas maneiras em quase todos os âmbitos de Estado e do governo. Primeiro, um número expressivo de ex-oficiais passou a ocupar cargos importantes na burocracia estatal, aumentando, portanto, a politização do setor militar³³⁴. Colgan afirma que o número de militares em posições civis durante o governo de Chávez não era visto desde as ditaduras militares anteriores a 1958³³⁵. Também suas atribuições institucionais foram expandidas pela incorporação das Forças Armadas à estratégia nacional de desenvolvimento nacional. A centralidade dos militares na Quinta República é comentada a seguir por Trinkunas:

[...] na Quinta República, as Forças Armadas tornaram-se as principais executoras das medidas políticas e sociais do governo. Desde o início de sua administração, Chávez argumentou que o único modo de lidar com a crise nacional venezuelana era utilizar os recursos humanos e técnicos da Forças Armadas.³³⁶

O governo de Hugo Chávez enfrentou uma tentativa de golpe em abril de 2002. A ironia era clara: Chávez, que havia assumido papel de liderança nos eventos de fevereiro de 1992, agora se encontrava do outro lado. No dia 11 de abril, uma manifestação de sindicalistas em greve marchou até o palácio presidencial e entrou em confronto com *chavistas*. Atiradores de

³³⁴ TRINKUNAS, Harold. The Crisis in Venezuelan Civil-Military Relations: From Punto Fijo to the Fifth Republic. *Latin American Research Review*. Vol. 37, N. 1, 2002.

³³⁵ COLGAN, Jeff. *Petro-Aggression: When Oil Causes War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 207.

³³⁶ TRINKUNAS, Harold. Op. Cit, p. 68.

elite abriram fogo contra os populares e um número ainda desconhecido de civis foram mortos. Naquela mesma noite, o General Lucas Rincón, Comandante Chefe das Forças Armadas venezuelanas, afirmou em declaração televisionada que Chávez havia renunciado. A presidência foi assumida por Pedro Carmona, presidente da *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela* (Fedecamaras), principal organização empresarial do país. As primeiras ações de Carmona foram a reversão das principais políticas econômicas e sociais de Chávez, e a dissolução da Suprema Corte. As medidas encontraram forte resistência popular. Setores das Forças Armadas leais a Hugo Chávez articularam um contragolpe e restituíram sua presidência dois dias depois. Empossado novamente, Chávez afirmou que jamais renunciara à presidência.

Os eventos de abril de 2002 alimentaram o capital político de Chávez, que instrumentalizou um suposto envolvimento norte-americano na tentativa de lhe destituir o poder para legitimar uma retomada dos investimentos militares. A Revolução Bolivariana necessitava dos meios para defender-se, afirmava Chávez: “Quando eu falo sobre uma revolução armada, eu não digo metaforicamente; armada significa rifles, tanques, aeronaves, e milhares de homens armados e prontos para defender a revolução”³³⁷. Os meios financeiros para as aquisições bélicas foram fornecidos por uma alta nos preços do petróleo sem precedentes. Entre 2003 e 2006 apenas, os gastos militares venezuelanos aumentaram em alarmantes 152 por cento, atingindo um recorde histórico. Como afirma Colgan, “a administração de Chávez despendeu as receitas do petróleo de modo a aumentar o poder da presidência e a força militar da Venezuela”³³⁸.

Desde sua eleição em 1999, Hugo Chávez buscou aproximar-se diplomaticamente de países não-ocidentais, incrementando suas relações com o Irã, China e Rússia³³⁹. Este último mostrou-se fundamental no processo de modernização militar venezuelano. Em 2007, o governo venezuelano adquiriu 5000 rifles *sniper* e 1,800 mísseis antiaéreos. No ano anterior, 8 helicópteros de combate Mi-35M, e 6 helicópteros de transporte Mi-8MT/Mi-17 foram entregues a Caracas. A parceria estratégica entre Venezuela e Rússia foi aprofundada no ano de 2008 pela importação de mísseis Kh-29/AS-14 Kedge, Kh-31A1/AS-17, e Kh-59ME

³³⁷ H. Chávez, 28 de novembro de 2002, *apud* MARCANO, Cristina; ALBERTO BARRERA Tyszka. **Hugo Chávez: The Definitive Biography of Venezuela's Controversial President**. New York: Random House, 2007, p. 260.

³³⁸ COLGAN, Jeff. **Petro-Aggression: When Oil Causes War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 209.

³³⁹ BROMLEY, Mark; GUEVARA, Iñigo. Arms Modernization in Latin America. In: TAN, Andrew (Ed.). **The Global Arms Trade: A Handbook**. Abingdon: Routledge, 2010 p.166-177.

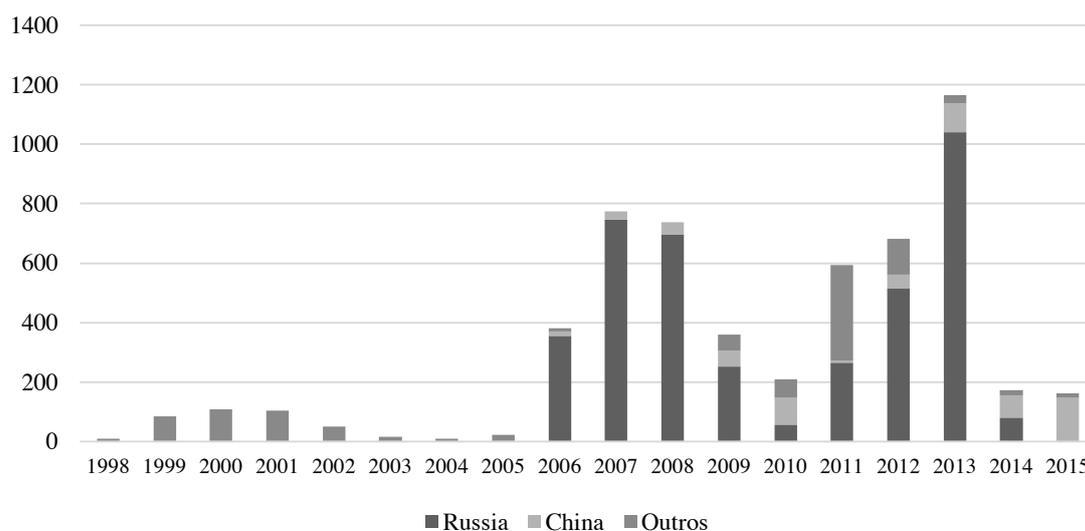
Ovod/AS-18. As motivações por detrás dessas compras foram amplamente debatidas³⁴⁰.

Bromley e Guevara listam algumas possíveis causas das aquisições:

As aquisições bélicas venezuelanas orientam-se a diversos objetivos. Diversos equipamentos são reposições de sistemas de armas já obsoletos e, mesmo após estes acordos [de compra de armamentos], a Venezuela ainda tem capacidades limitadas em certas áreas, como transportes.³⁴¹

Ao passo que Battaglino³⁴² reafirma em sua análise o mote da renovação de equipamentos em processo de obsolescência apontada por Bromley e Guevara³⁴³, Villa e Weiffen³⁴⁴, por seu turno, argumentam que as aquisições militares venezuelanas também carregavam um aspecto simbólico, uma vez que a militarização lastrearia as pretensões venezuelanas por liderança sub-regional. As explicações, longe de contrastantes, complementam-se.

Gráfico 13 - Importações Venezuelanas de Sistemas de Armas Durante a Quinta República



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo SIPRI. Importações de sistemas de armas estão calculadas Valores Indicadores de Tendência (*Trend Indicator Values*) expressados em milhões de dólares a valores constantes de 1990.

³⁴⁰ VILLA, Rafael; VIGGIANO, Juliana. Trends in South America's weapons purchases at the beginning of the new millennium. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol 55, No. 2, 2012; MALAMUD, Carlos; ENCINA, Carlota García. ¿Rearme o renovación de le quipamiento militar en América Latina? **Real Instituto Elcano**. 2006; BATTAGLINO, Jorge. Rearme y baja percepción de amenazas interestatal en Sudamérica. ¿Es posible tal coexistencia? **Perfiles Latinoamericanos**. Vol. 35, Enero-junio, 2010.

³⁴¹ BROMLEY, Mark; GUEVARA, Iñigo. Arms Modernization in Latin America. In: TAN, Andrew (Ed.). **The Global Arms Trade: A Handbook**. Abingdon: Routledge, 2010 p.166-177.

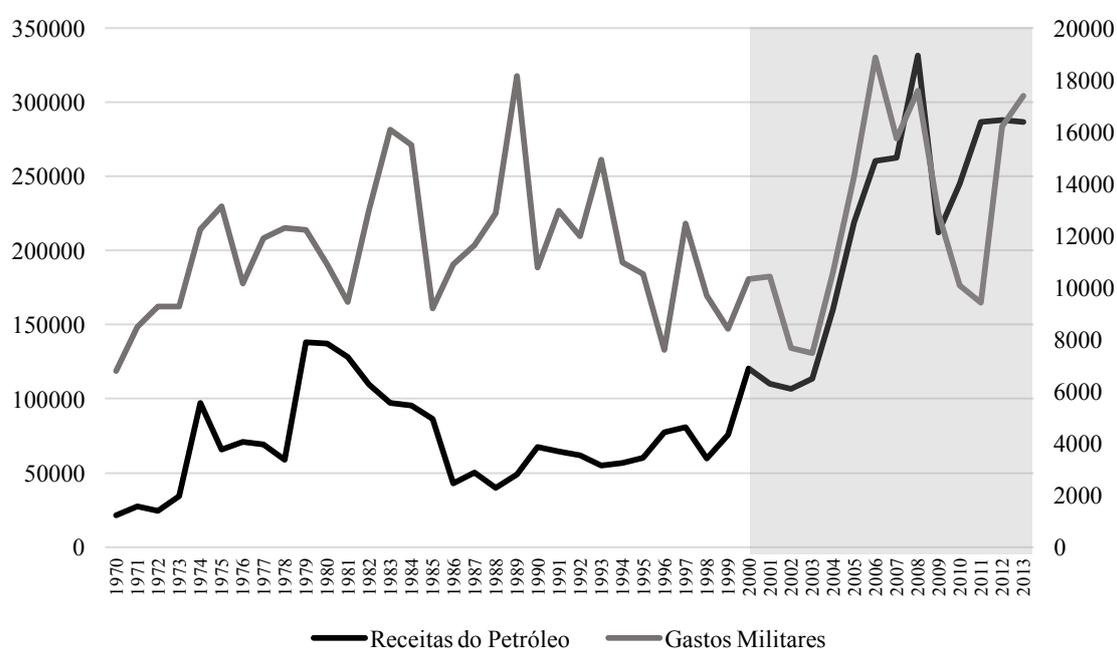
³⁴² BATTAGLINO, Jorge. The Determinants of Arms Spending in South America. **Journal of Politics in Latin America**. Vol. 5, N. 2, 2013.

³⁴³ BROMLEY, Mark; GUEVARA. Op. cit., loc. cit.

³⁴⁴ VILLA, Rafael; WEIFFEN, Brigitte. South American Re-armament: From Balancing to Symbolizing Power. **Contemporary Security Policy**. Vol. 35, No. 1, 2014.

A queda aguda nos preços do petróleo em 2008 teve forte impacto nos gastos militares venezuelanos. Entre 2008 e 2011, o dispêndio encolheu em 46 por cento. É possível observar que, em decorrência da profunda queda nos preços internacionais do petróleo, as importações de armamentos também foram consideravelmente reduzidas. Entretanto, uma retomada no valor do barril em 2010 alavancou uma nova alta nos gastos militares; em 2013 os investimentos alcançaram os US\$ 17.3 bilhões, pouco abaixo dos níveis prévios à crise de 2008. Essas oscilações atestam a mecânica responsiva dos investimentos militares venezuelanos às condições macroeconômicas.

Gráfico 14 - Gastos Militares e Receitas do Petróleo



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo SIPRI e pelo Banco Mundial. Gastos Militares estão calculados em milhões de dólares a valores constantes de 2015. Receitas do petróleo estão calculadas como valores de produção diária a dólares constantes de 2015.

O montante total alocado às Forças Armadas na Quinta República venezuelana é, no entanto, objeto de alteração³⁴⁵. É proverbial que as cifras oficiais são subestimadas, porquanto recursos provenientes de outras fontes, que não o *Ministerio del Poder Popular para la Defensa*, são usualmente transferidos às Forças Armadas. Este tipo de manobra fiscal é

³⁴⁵ COLGAN, Jeff. Venezuela and Military Expenditure Data. *Journal of Peace Research*. Vol 48, N. 4, 2011, p. 547-556; CORRALES, Javier; PENFOLD, Michael. *Dragon in the Tropics: Hugo Chávez and the Political Economy of Revolution in Venezuela*. Washington: Brookings Institution Press, 2011.

encontrado também em outros países sul-americanos, como no Chile e no Peru³⁴⁶. Na Venezuela, o principal mecanismo extra orçamentário é o *Fondo Nacional de Desarrollo*, o FONDEN. Criado em 2005, o FONDEN tem como objetivo fomentar o desenvolvimento nacional nos setores de infraestrutura, saúde, energia e educação. Os recursos para tanto são providos pelo Banco Central da Venezuela e pela PDVSA. A Presidência tem controle direto sobre o FONDEN, que é isento de supervisão da Assembleia Nacional. Uma vez que as Forças Armadas foram integradas à estratégia de desenvolvimento venezuelana, entendeu-se que estas estariam aptas a receber as vultuosas contribuições do FONDEN. Contudo, visto que as atividades do fundo não estão sujeitas a escrutínio legislativo, pouco se sabe acerca do montante alocado aos militares. Mesmo institutos e *think tanks* notoriamente conhecidos por disponibilizar dados sobre gastos militares, como o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) e o *International Institute for Strategic Studies* (IISS), não contabilizam em seus cálculos as somas provenientes do FONDEN. Em um *policy paper* publicado em 2012 pelo SIPRI, Bromley e Solmirano³⁴⁷, discutem o obstáculo oferecido pela opacidade nas finanças venezuelanas aos esforços de incremento na transparência militar.

Pela inexistência de fontes confiáveis sobre os gastos militares venezuelanos, as avaliações sobre a política militar de Chávez divergem substancialmente. Corrales³⁴⁸, por exemplo, afirma que os gastos em programas sociais permaneceram relativamente os mesmos, ao passo que o orçamento militar e os investimentos em infraestrutura alargaram suas parcelas. Por outro lado, autores como Gott³⁴⁹ e Jones³⁵⁰ contestam essa leitura, aos sustentarem que os gastos militares venezuelanos permaneceram uma fração diminuta no orçamento estatal. Wilpert é mais veemente em seu apoio a Chávez ao afirmar que os militares “difícilmente mostram-se presentes na sociedade venezuelana”³⁵¹, posição em marcado contraste a

³⁴⁶ BROMLEY, Mark; SOLMIRANO, Carina. Transparency in military spending and arms acquisitions in Latin America and the Caribbean. **SIPRI Policy Paper 31**. Stockholm: SIPRI. January, 2012.

³⁴⁷ Ibidem.

³⁴⁸ CORRALES, Javier; PENFOLD, Michael. **Dragon in the Tropics: Hugo Chávez and the Political Economy of Revolution in Venezuela**. Washington: Brookings Institution Press, 2011.

³⁴⁹ GOTT, Richard. **Hugo Chávez**. New York: Verso, 2005.

³⁵⁰ JONES, Bart. **Hugo!** The Hugo Chávez Story from Mud Hut to Perpetual Revolution. Hanover: Steerforth. 2007.

³⁵¹ WILPERT, Gregory. **Changing Venezuela by Taking Power: The History and Policies of the Chávez Government**. London: Verso, 2006, p. 52.

Trikunas³⁵² e Colgan³⁵³. Noutra ocasião, Colgan³⁵⁴ ofereceu estimativas sobre os gastos extra orçamentários venezuelanos; não obstante, apesar de contribuírem à avaliação do orçamento militar, os dados disponibilizados também não estão completos. Na quarta seção deste capítulo, oferecemos novos dados sobre as cifras do FONDEN alocadas às Forças Armadas, aprimorando assim as cifras oferecidas pelo SIPRI e Colgan.

Nosso recorte temporal acompanha os eventos na Venezuela até o ano de 2013. A razão principal da delimitação deve-se à indisponibilidade de dados confiáveis sobre o endividamento externo após esse ano. Uma vez que esta é uma das principais variáveis de nossa análise, a restrição temporal é imperativa. Coincidentemente, entretanto, 2013 marca o fim de um ciclo memorável da história venezuelana, pois Hugo Chávez falece em 5 de março daquele ano. Destarte, apesar de imperativo, o recorte é também oportuno. No período que se seguiu, uma nova queda nos preços do petróleo impeliu a economia venezuelana a um processo de deterioração que até a escrita desta tese não indica sinais de recuperação. Em 2017, o Produto Interno Bruto é 35 por cento menor que aquele alcançado em 2013; o decréscimo chega a 40 por cento se mensurado em termos *per capita*. O período de indulgência fiscal drenou as reservas internacionais venezuelanas, limitando sua capacidade de absorver os danos da queda no petróleo. Outrossim, a escassez nas reservas internacionais limitou a importação de insumos básicos, levando à penúria uma fração expressiva da sociedade. A aquisição de empréstimos internacionais, outrora um recurso válido, não é uma opção para sanar o crescente déficit dado que o país já se encontra com índices massivos de endividamento. Segundo Ricardo Hausmann³⁵⁵, a Venezuela é em 2017 o país mais endividado do mundo. Parece-nos que considerar a dinâmica de seus gastos militares é tarefa fundamental para a compreensão não somente da situação atual venezuelana, mas de países de contexto econômico e social análogo.

A interação entre dispêndio militar, endividamento, e recursos naturais – combinação vista em curso na Venezuela – é amplamente abordada pela literatura associada à Economia de Defesa. Contudo, não há estudo recente que aborde o contexto venezuelano por está ótica. Uma

³⁵² TRINKUNAS, Harold. The Crisis in Venezuelan Civil-Military Relations: From Punto Fijo to the Fifth Republic. **Latin American Research Review**. Vol. 37, N. 1, 2002; TRINKUNAS, Harold. **Crafting Civilian Control of the Military in Venezuela: A Comparative Perspective**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2005.

³⁵³ COLGAN, Jeff. **Petro-Aggression: When Oil Causes War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 190-224.

³⁵⁴ COLGAN, Jeff. Venezuela and Military Expenditure Data. **Journal of Peace Research**. Vol 48, N. 4, 2011, p. 547-556.

³⁵⁵ HAUSMANN, Ricardo. Venezuela's Unprecedented Collapse. **Project Syndicate**. 31 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/venezuela-unprecedented-economic-collapse-by-ricardo-hausmann-2017-07>>. Acesso em 29 de dez. de 2017.

possível razão da relativa escassez de estudos deve-se já aludida indisponibilidade de dados, carência que neste estudo pretendemos, em parte, remediar. Na seção a seguir revisamos os principais esforços empíricos sobre a relação entre dívida, recursos naturais e gastos militares. Almejamos derivar destes estudos uma estratégia empírica que suporte nossa investigação.

4.2 Gastos Militares, Endividamento e Recursos Naturais

4.2.1 Gastos Militares e Dívida

Desde os estudos seminais de Benoit³⁵⁶ sobre os efeitos dos gastos militares no crescimento econômico – ao qual dedicamos algumas páginas do capítulo anterior – um programa de pesquisa prolífico emergiu. Essa literatura expandiu as questões sob escrutínio para além da relação gastos militares/crescimento econômico ao investigar os efeitos do primeiro na desigualdade de renda³⁵⁷, desemprego³⁵⁸ e investimentos³⁵⁹. Igualmente, interesse acadêmico considerável foi também dedicado aos impactos dos investimentos militares no endividamento externo. Estudos sobre a questão proliferaram-se principalmente na década de 1980, enquanto a crise da dívida assolava diversos países subdesenvolvidos, principalmente aqueles na América Latina. O aparato teórico das investigações argumentava que, uma vez que os recursos econômicos domésticos eram escassos – consequência de esforços fiscais débeis, por exemplo – uma fonte alternativa de financiamento às atividades militares seria a aquisição de empréstimos externos. Sendo assim, a questão fundamental articulou-se em torno das modalidades de financiamento de tais gastos.

Brzoska oferece um dos primeiros estudos sobre os impactos dos gastos militares no endividamento externo, estimando que, estivessem ausentes as importações de armamentos, o endividamento líquido dos países menos desenvolvidos ao final da década de 1970 seria de 20

³⁵⁶ BENOIT, Emile. **Defense and Growth in Developing Countries**. Boston, MA: Heath, Lexington Books, 1973; BENOIT, Emile. Growth and Defense in Developing Countries. **Economic Development and Cultural Change**. Vol. 26, No. 2, 1978, p. 271-280.

³⁵⁷ TÖNGÜR, Ünal; ELVEREN, Adem Yavuz. The impact of military spending and income inequality on economic growth in Turkey. **Defence and Peace Economics**. Vol. 27, N. 3, 2016; WOLDE-RUFAEL, Yemane. Military expenditure and income distribution in South Korea. **Defence and Peace Economics**. Vol. 27, N. 4, 2016.

³⁵⁸ DUNNE, Paul; SMITH, Ron. Military expenditure and unemployment in the OECD. **Defence and Peace Economics**. Vol. 1, N. 1, 1990.

³⁵⁹ MALIZARD, Julien. Does military expenditure crowd out private investment? A disaggregated perspective for the case of France. **Economic Modelling**. Vol. 46, April 2015, p. 44-52.

a 30 por cento menor³⁶⁰. Looney respalda os resultados de Brzoska ao reafirmar que as importações de armamentos contribuíram aos níveis de endividamento externo de países em desenvolvimento³⁶¹. Noutra ocasião, em colaboração com Fredericksen³⁶², Looney observa que o acesso a divisas estrangeiras pode mitigar os efeitos dos gastos militares no endividamento.

Investigações de recorte regional também foram conduzidas, como visto em Smith e Narayan³⁶³, e Randa Alami³⁶⁴ para o Oriente Médio e países árabes, e Ahmed³⁶⁵ para a África Subsaariana. Em um estudo restrito aos membros mais ricos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Alexander³⁶⁶ encontra evidência de que o percentual dos gastos militares em relação ao PIB é estatisticamente significativo na determinação da dívida pública. Esta conclusão sugere que os efeitos dos gastos militares no endividamento são consistentes mesmo entre países de níveis econômicos distintos; isto é, a relação gastos militares/endividamento não estaria restrita a países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Haja vista o endividamento massivo da economia grega após a crise econômica de 2008, uma série de estudos dedicaram-se a estimar a possível contribuição militar a tal predicamento. Também aqui encontramos confirmação: os resultados de Nikolaidou³⁶⁷ reafirmam os efeitos dos investimentos militares sobre o endividamento. Entretanto, mesmo anteriormente a 2008, tal relação já fora observada no caso grego por Kollias *et al*³⁶⁸.

Dunne *et al*³⁶⁹ oferecem um dos poucos estudos sobre os impactos das importações de armamentos e gastos militares no endividamento externo da América do Sul. Especificamente, o trabalho investiga a relação entre a crise da dívida na década de 1980 e os gastos militares e importações de armamentos na Argentina, Brasil e Chile. O estudo apresenta conclusões

³⁶⁰ BRZOSKA, Michael. The Military Related External Debt of Third World Countries. **Journal of Peace Research**. Vol. 20, N. 3, 1983.

³⁶¹ LOONEY, R.E. The Influence of Arms Imports on Third World Debt. **Journal of Developing Areas**. January 1989.

³⁶² LOONEY, Robert; FREDERIKSEN, P. C. Defense Expenditures, External Public Debt and Growth in Developing Countries. **Journal of Peace Research**. Vol. 23, N. 4, 1986.

³⁶³ SMITH R., NAYARAN P.K. A Panel Data Analysis of the Military Expenditure-External Debt Nexus: Evidence from Six Middle Eastern Countries. **Journal of Peace Research**. Vol. 46, N. 2, 2009, p. 235-250.

³⁶⁴ ALAMI, Randa. Military Debt: Perspectives from the Experience of Arab Countries. **Defence and Peace Economics**. Vol. 13, N. 1, 2002.

³⁶⁵ AHMED, Abdullahi D. Debt Burden, Military Spending and Growth In Sub-Saharan Africa: A Dynamic Panel Data Analysis. **Defence and Peace Economics**. Vol. 23, N. 5, 2012.

³⁶⁶ ALEXANDER, W. Robert J. The Defence-Debt Nexus: Evidence from the High-Income Members of NATO. **Defence and Peace Economics**. Vol. 24, N. 2, 2013.

³⁶⁷ NIKOLAIDOU, Eftychia. The role of military expenditure and arms imports in the Greek debt crisis. **The Economics of Peace and Security**. Vol. 11, N. 1, 2016.

³⁶⁸ KOLLIAS, Christos; MANOLAS, George; PALEOLOGOUC, Suzanna-Maria. Military expenditure and government debt in Greece: Some preliminary empirical findings. **Defence and Peace Economics**. Vol. 15, N. 2, 2004.

³⁶⁹ DUNNE, P.; PERLO-FREEMAN, S.; SOYDAN, A. Military expenditure and debt in South America. **Defence and Peace Economics**. Vol. 15, N. 2, 2004.

heterogêneas. Não há evidência de que o percentual dos gastos militares em relação ao PIB tenha impactado a evolução da dívida na Argentina e no Brasil. De fato, foi somente no caso chileno que um relacionamento estatisticamente significativo foi observado. Os resultados, entretanto, contrastam com outro estudo publicado pelos mesmos autores também em 2004. Neste outro, foi realizada uma análise estatística de painel, com um grande número de observações coligidas a partir de uma amostra de países em desenvolvimento. O segundo estudo apresentou conclusões distintas, uma vez que “apontou que o encargo militar [gastos militares em proporção ao PIB] contribui ao endividamento externo em proporção ao PIB”³⁷⁰. A divergência nos resultados pode ser explicada por alguns fatores. Primeiro, os efeitos do encargo militar sobre o endividamento podem ser ofuscados por outros aspectos macroeconômicos, ignorados pelo estudo. Do mesmo modo, os resultados podem diferir a depender do método utilizado, de modo que pesquisas futuras devem revisitar a questão para testar a robustez das conclusões.

Por alguma razão, o estudo de Dunne *et al* sobre a América do Sul exclui de sua análise o caso venezuelano. Entre 1981 e 2002, os gastos militares e o endividamento externo venezuelano estiveram altamente correlacionados, com um R de Pearson de 0.49³⁷¹. Como discutimos na primeira seção deste capítulo, este período foi marcado por dificuldades econômicas e fortes instabilidades políticas. Portanto, este capítulo contribui à literatura da Economia de Defesa ao oferecer um estudo empírico ainda ausente, preenchendo assim uma lacuna importante na bibliografia.

4.2.2 Gastos Militares e Recursos Naturais

As receitas das exportações, principalmente de *commodities*, compõem parte expressiva das finanças dos Estados periféricos, de modo que, quando a contribuição fiscal é limitada, estes podem utilizar os recursos provenientes das exportações para financiarem suas Forças Armadas. O comércio de recursos naturais provê uma fonte direta de receita que permite ao Estado evitar impor estruturas fiscais mais robustas e eficientes sobre suas elites. Especialmente em países em desenvolvimento, muitos nos quais o esforço fiscal é limitado, as receitas das

³⁷⁰ DUNNE, P.; PERLO-FREEMAN, S.; SOYDAN, A. Military expenditure and debt in small industrialized economies: a panel analysis. **Defence and Peace Economics**. Vol. 14, N. 2, 2004.

³⁷¹ O coeficiente de Pearson é uma unidade de medida para o grau de correlação entre duas variáveis. Seus valores variam entre 1 e -1, sendo 1 indicativo de que as duas variáveis possuem uma correlação linear perfeita (se A sobe, B sobe ou se A desce, B desce) e -1 indicando que as variáveis se correlacionam inversamente de modo perfeito (se A sobe, B desce, e se A desce, B sobe).

exportações ocupam vasta porção do erário. Isto pode afetar os gastos públicos, tornando mais fácil ao governante engajar-se no que seriam compras impopulares de armamentos, caso fossem financiadas pela taxaço.

Perlo-Freeman e Brauner investigaram a relação existente entre as exportações de petróleo e os gastos militares na Argélia entre 1975 e 2010³⁷². Este país é o quarto maior exportador de petróleo bruto da África, e o sexto maior exportados de gás natural no mundo. Os gastos militares argelinos cresceram exponencialmente desde 1992, em decorrência da eclosão do conflito civil que se abateu sobre o país. Contudo, sua tendência ascendente permaneceu apesar do fim das hostilidades em 2000. Os resultados apresentados por Perlo-Freeman e Brauner indica que, além do conflito, a única outra variável estatisticamente significativa na explicação das variações nos gastos militares argelinos foi a receita do petróleo. O fato de que a receita do petróleo, ao invés do Produto Interno Bruto, fora significativa, sugere que esta primeira fonte de recursos é politicamente mais atrativa quando comparada à extração de impostos. Analogamente a Perlo-Freeman e Brauner, Ali e Abdellatif³⁷³ buscaram analisar os efeitos dos recursos naturais nos gastos militares no Oriente Médio e Norte da África. No seu estudo, as *commodities* consideradas foram o carvão, a extração madeireira, minerais, gás natural e petróleo. A análise empírica apresentou evidências de um impacto positivo das receitas do petróleo e do setor madeireiro nos gastos militares. A mesma relação, especificamente em relação aos efeitos do petróleo, é encontrada em Al-Mawali³⁷⁴.

A formação econômica dos países sul-americanos sugere que há uma relação entre gastos militares e recursos naturais. Desde as colônias, as estruturas econômicas da sub-região foram desenhadas de tal modo que os Estados dependeram das exportações dessa classe de bens para financiar suas atividades administrativas. Como vimos no primeiro capítulo, a arrecadação fiscal compunha apenas uma fração diminuta do orçamento público. Este aspecto consolida uma relação de dependência financeira de difícil conversão, e que permanece – ainda que em menor intensidade – até os dias atuais. A disponibilidade de receitas provenientes das exportações, somada à disponibilidade de crédito externo, permitiu aos Estados evitar confrontar os grupos resistentes às taxaço progressivas sobre as grandes fortunas e os latifúndios. Fosse lã, café, cobre ou guano, as economias sul-americanas integraram-se à

³⁷² PERLO-FREEMAN; BRAUNER, Jennifer. Natural resources and military expenditure: The case of Algeria. **Economics of Peace and Security**. Vol. 7, N. 1, 2012.

³⁷³ ALI, Hamid E.; ABDELLATIF, Omnia A. Military Expenditures and Natural Resources: Evidence from Rentier States in the Middle East and North Africa. **Defence and Peace Economics**. Vol. 26, N. 2, 2015.

³⁷⁴ AL-MALAWI, Nasser. Do Natural Resources of Rentier States Promote Military Expenditures? Evidence from GCC Countries. **Journal of Economic & Financial Studies**. Vol. 3, N. 3, 2015

Economia-Mundo como exportadoras de *commodities*. Com o decorrer do tempo – em diferentes graus e ritmos – tais economias diversificaram-se, é bem verdade. Ciclos de industrialização promoveram avanços no desenvolvimento. Todavia, a dependência das exportações de bens de baixo valor agregado continuou como um traço resiliente a caracterizar estas economias³⁷⁵. No caso venezuelano, estima-se que as exportações de petróleo compõem 60 por cento das receitas do Estado³⁷⁶.

As variações na precificação das *commodities* impactam os orçamentos militares sobretudo naqueles países cujo uso das receitas das exportações para o financiamento das Forças Armadas foi institucionalizado. No Chile, por exemplo, a Lei do Cobre impôs uma taxa de 10% sobre as vendas do cobre ao exterior como forma de gerar capital para a compra de armamentos. Inicialmente, a taxação limitava-se a 7,5%. Todavia, em 1973, sob o governo militar de Augusto Pinochet, a taxa foi elevada ao patamar de 10%. O objetivo inicial da medida era prover às Forças Armadas uma fonte perene de financiamento, incólume às mudanças políticas. Em 1985, o piso mínimo foi alterado de US\$ 90 milhões para US\$ 180 milhões de repasse para a Defesa. Ademais, esse mecanismo permite que empréstimos sejam feitos sobre receitas ainda não geradas. A prática é relativamente comum na América do Sul, como visto no Peru e por um certo período no Paraguai. Como já discutido, o FONDEN cumpre a mesma função na Venezuela. Apesar das dificuldades na coleta dos dados referentes às alocações provenientes do fundo, sua consideração é essencial para que estimemos os impactos do setor petrolífero nos gastos militares venezuelanos. É a este desafio que as seções a seguir se dedicarão.

4.3 Dados

Como já mencionado, os dados fornecidos pelo SIPRI referentes aos gastos militares venezuelanos são incompletos, uma vez que as alocações feitas pelo FONDEN não são contabilizadas. Contudo, haja vista a inexistência de fontes que supram essa lacuna, as

³⁷⁵ OCAMPO, José Antonio. Commodity-Led Development Latin America. In: CARBONNIER, G.; CAMPODÓNICO, G., H.; TEZANOS VÁZQUEZ, S. (Eds.). *Alternative Pathways to Sustainable Development: Lessons from Latin America. International Development Policy Series*. N.9 Geneva: Graduate Institute Publications, 2017.

³⁷⁶ RESTUCCIA, Diego. *The Monetary and Fiscal History of Venezuela 1960-2005*. Working Paper. Disponível em: <https://www.economics.utoronto.ca/diegor/research/MFHLA_paper.pdf>. Acesso em 29 de dez. de 2017.

pesquisas relacionadas ao orçamento militar venezuelano acabam por tomar as cifras tais como estão. Colgan nos alerta sobre as consequências dessa debilidade:

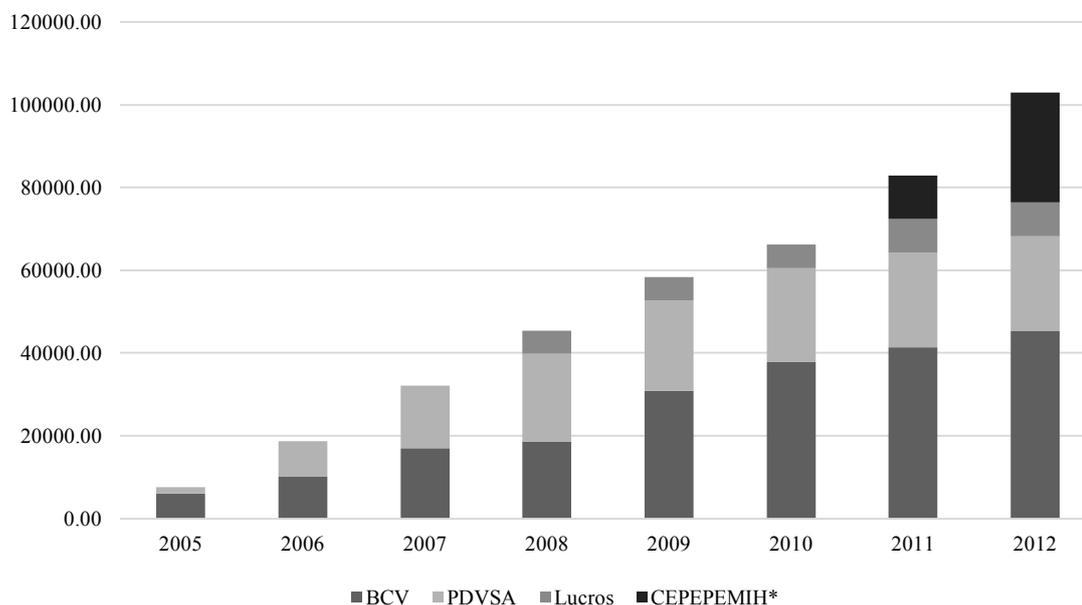
Portanto, a despeito dos avisos, pesquisadores e tomadores de decisão continuam a utilizar esses dados e inferir conclusões a partir deles. Alguns acadêmicos mostram-se cientes das limitações destes dados; contudo, esse entendimento não é universal, e mesmo quando presente, precauções sobre erros de medida são usualmente ignorados. A cada vez que essas bases de dados são utilizadas no campo acadêmico, a percepção sobre sua credibilidade aumenta.³⁷⁷

Em 2011, Colgan³⁷⁸ contribui à área da Economia de Defesa ao apresentar novos dados sobre os gastos extra orçamentários venezuelanos entre 2002 e 2008. Portanto, incluíam outros gastos que não só o FONDEN, uma vez que a série histórica inicia-se em 2002 e o fundo foi criado apenas em 2005. Nosso intuito neste capítulo é dar seguimento ao esforço de Colgan ao apresentamos uma nova série histórica sobre as alocações do FONDEN até o ano de 2013. As cifras apresentadas neste capítulo, além de complementar o estudo de Colgan, revisam aquelas oferecidas pelo SIPRI. Nossos dados foram coletados nas edições anuais da *Memoria y Cuenta*, publicadas pelo Ministério do Poder Popular de Planejamento e Finanças. Nestes, encontramos cifras discriminadas por organismos beneficiados, número de projetos financiados e origem dos recursos. Como vemos no gráfico a seguir, o principal financiador do fundo é o Banco Central da Venezuela (BCV), seguido pela estatal PDVSA.

³⁷⁷ COLGAN, Jeff. Venezuela and Military Expenditure Data. **Journal of Peace Research**. Vol 48, N. 4, 2011, p. 547-556.

³⁷⁸ Ibidem, loc. cit.

Gráfico 15 - Aportes do FONDEN Acumulados em Milhões de Dólares



Fonte: MINISTERIO DEL PODER POPULAR DE PLANIFICACIÓN Y FINANZAS. *Memoria y Cuenta 2012*, Tomo I. Caracas, Enero, 2013, p. 361.

* *Contribución Especial por Precios Extraordinarios y Precios Exorbitantes en el Mercado Internacional de Hidrocarburos*

Os dados encontrados nas edições da *Memoria y Cuenta* elucidam a priorização orçamentária na Venezuela de Chávez. A tabela 9 apresenta os recursos transferidos pelo fundo entre 2005 e 2013 discriminados por área. Se ranqueadas pelo valor das alocações, a Defesa figura em sexto lugar, tendo recebido ao todo US\$ 6.188.177.999, destinados a financiar 39 projetos. A soma dos recursos destinados à Educação e à Saúde é significativamente menor: US\$2.573.917.872. Noutra ocasião³⁷⁹, analisamos a execução desses recursos para o ano de 2010. Em sua maioria, as alocações do FONDEN foram utilizadas para financiar as importações de sistemas de armas russos.

Baseado nestes documentos, reconstruímos a série histórica de dados sobre os gastos em defesa na Venezuela. Para o período de 2005 a 2008, utilizamos os dados fornecidos por Colgan. Para o restante, baseamo-nos nas *Memoria y Cuenta*, com exceção do ano de 2010. Para este, utilizamos um documento fornecido pelo Ministério do Poder Popular para o Planejamento e Finanças sob requerimento do legislativo.

³⁷⁹ TIAN, Nan; DA SILVA, Diego Lopes. Improving South American Military Expenditure Data. **Topical Backgrounder**. Stockholm International Peace Research Institute, 2017. Disponível em: <<https://www.sipri.org/commentary/topical-backgrounder/2017/improving-south-american-military-expenditure-data>>. Acesso em 27 de dez. de 2017.

Tabela 9 – Execução dos Recursos por Área de Desenvolvimento 2005-2013

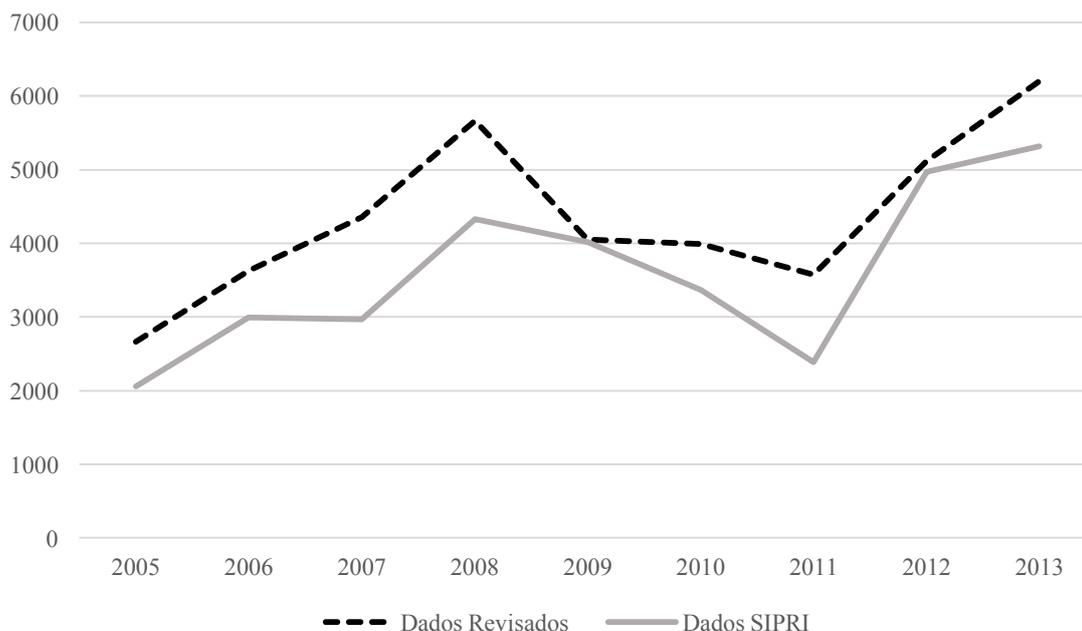
Organismo	Montante em US\$	Nº de Projetos
Petróleo e Mineração	26.698.152.926	45
Planejamento e Finanças	19.714.805.787	30
Transporte Terrestre	12.040.770.479	56
Energia Eléctrica	8.521.114.920	41
Indústrias	7.902.746.475	56
Defesa	6.188.177.999	39
Agricultura E Terras	5.435.414.831	67
Habitação	4.587.537.703	24
Vice-presidência	2.081.202.140	29
Alimentação	1.743.956.595	6
Meio Ambiente	1.580.189.584	25
Saúde	1.410.339.522	8
Educação	1.163.578.350	4
Ciência, Tecnologia e Inovação	681.398.605	16
Comércio	414.000.000	1
Relações Exteriores	367.201.700	18
Educação Superior	291.728.477	2
Mulher e Igualdade de Género	199.919.225	2
Transporte Aquático e Aéreo	193.425.175	5
Trabalho	112.593.170	1
Governo do Estado de Falcón	104.746.940	1
Comunicação e Informação	95.731.816	5
Serviço Penitenciário	94.315.698	1
Relaciones Interiores e Justiça	73.665.220	3
Governo do Estado de Bolívar	44.547.872	3
Governo do Estado de Apure	41.931.474	2
Gabinete da Presidência	31.882.950	2
Turismo	28.318.738	2
Governo do Estado de Táchira	23.314.370	1
Procuradoria General da República	18.379.879	1
Cultura	12.220.925	2
Total Geral	101.897.309.554	498

Fonte: reproduzido de MINISTERIO DEL PODER POPULAR DE PLANIFICACIÓN Y FINANZAS. **Memoria y Cuenta 2012**, Tomo I. Caracas, Enero, 2013.

O gráfico 13 apresenta as correções para o período entre 2005 a 2013. Os novos valores, calculados em dólares constantes a preços de 2015, apresentam diferenças substantivas quando comparados aos dados fornecidos pelo SIPRI. No ano de 2008, por exemplo, há um aumento

de 30 por cento quando comparado às cifras oferecidas pelo instituto. Entre 2009 e 2011, a queda nos gastos registrada pelo SIPRI foi de 40.7 por cento, quando na realidade, se considerarmos os valores das alocações do FONDEN, a diminuição dos gastos para o período mencionado foi apenas de 11 por cento.

Gráfico 16 - Gastos Militares Venezuelanos Revisados (Incluindo Cifras do FONDEN)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo SIPRI e dados próprios.

É importante esclarecer que os dados que oferecemos se referem apenas às alocações do FONDEN. Além dessa, existem outras fontes extra orçamentárias não contabilizadas em nosso estudo, como, por exemplo, o Fundo Chinês-Venezuelano e os empréstimos fornecidos pela Rússia³⁸⁰. De tal modo, apesar de nossa contribuição neste aspecto, as cifras utilizadas permanecem subestimadas. Este fato merece atenção não somente porque sugere que pesquisas futuras deverão se concentrar nessas lacunas e que nossas conclusões devem ser lidas com esse *caveat* em mente, mas também porque as cifras que temos, mesmo subestimadas, já são significativamente elevadas.

Os dados referentes ao endividamento externo são providenciados pelo Banco Mundial e são medidos como porcentagem do Produto Interno Bruto. As receitas do petróleo, por outro lado, são calculadas pelo cruzamento entre os dados fornecidos pelo Banco Mundial, medidos

³⁸⁰ Durante a pesquisa, encontramos dados de algumas dessas transferências. Contudo, por sua inconsistência, não pudemos utilizá-las neste estudo.

pela média anual do preço do barril de petróleo, e os dados de produção diária de petróleo fornecidos pela base de dados da *British Petroleum*. Nossos valores, portanto, indicam as receitas da produção média diária daquele ano.

Uma fraqueza considerável deste estudo é a inexistência de dados sobre as receitas fiscais venezuelanas que excluam a porção proveniente das exportações do petróleo. Tanto o Banco Mundial, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), fornece apenas dados entre 1990 e 2005, e tais valores já incluem as receitas fiscais do petróleo. Tanzi³⁸¹ fornece informações melhores e evidencia a limitada capacidade fiscal venezuelana, 12.6 por cento do PIB em seu ano mais alto. A pequena contribuição fiscal contrasta com a expressiva dimensão das receitas do petróleo. De acordo com Restuccia, o petróleo contribui em média com 60 por cento das receitas totais do Estado³⁸². Considerando os dados de Tanzi, bem como a ampla literatura que atesta a resiliência das estruturas fiscais nos países em desenvolvimento e na América Latina em específico³⁸³, é relativamente seguro presumir que a contribuição fiscal às finanças do Estado venezuelano manteve-se baixa por todo o período estudado. De tal modo, assumimos que suas variações em pouco explicariam a dinâmica dos gastos militares no país. Esperamos que a aquisição de empréstimos e as receitas do petróleo expliquem parte considerável das variações nestes investimentos. É claro, contudo, que a inclusão de outras fontes fiscais enriqueceria nosso modelo, bem como reforçaria nossas conclusões. Não obstante, na ausência de tais dados, cabe-nos assumir sua baixa contribuição.

Tabela 10 – Estatística Descritiva

	Média	Desvio Padrão	Min.	Max.	Obs.
Gastos Militares	11871.02	3039.934	6787	18848	44
Gastos Militares Revisados	12577.11	4114.058	6787	23050	44
Receitas do Petróleo	116061.9	84290.89	21327.74	331240.3	44
Endividamento Externo (% do PIB)	41.55696	19.71909	7.268305	81.41054	44

³⁸¹ TANZI, Vito. Tax Systems and Tax Reforms in Latin America. In: BERNADI, Luigi et al. **Tax Systems and Tax Reforms in Latin America**. Londres: Routledge, 2008, p.13-14.

³⁸² RESTUCCIA, Diego. **The Monetary and Fiscal History of Venezuela 1960-2005**. Working Paper. Disponível em: <https://www.economics.utoronto.ca/diegor/research/MFHLA_paper.pdf>. Acesso em 29 de dez. de 2017.

³⁸³ PROFETA, Paola; SCABROSETTI, Simona. Political Economy Issues of Taxation. In: BERNADI, Luigi et al. **Tax Systems and Tax Reforms in Latin America**. Londres: Routledge, 2008, p.63-76.

Tabela 11 – Receitas Fiscais de Governo na América Latina e Caribe como % do PIB 1990-2005 (Excluindo Receitas do Petróleo e Recursos Naturais)

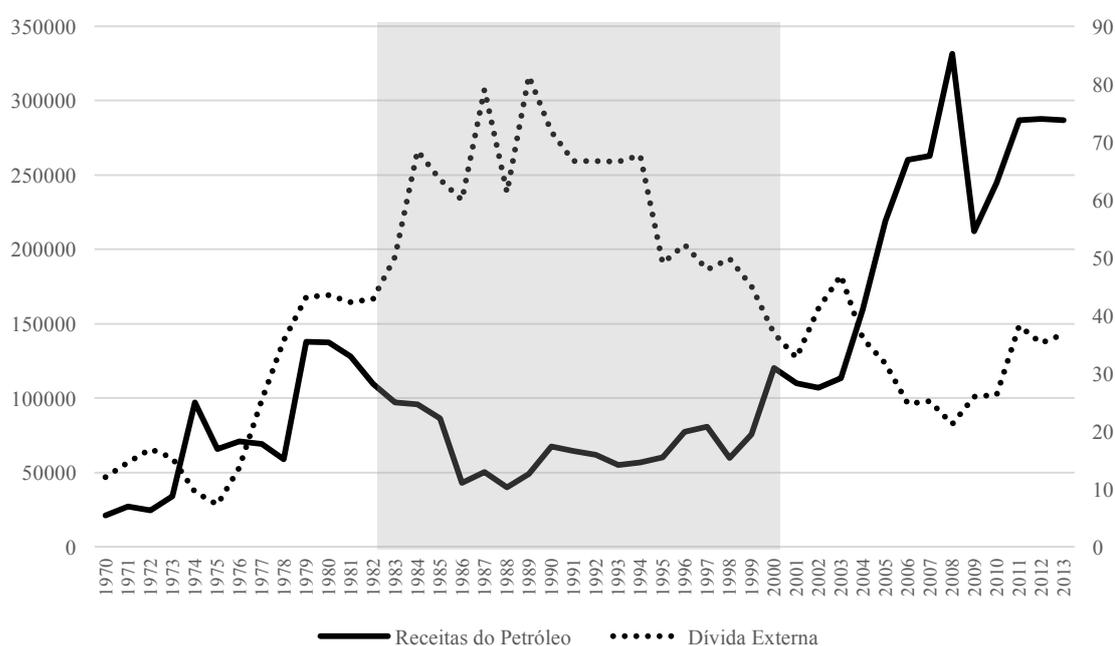
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Argentina	16.1	18.4	21.5	21.6	21.5	20.3	19.7	20.6	21	21.2	21.5	20.9	19.9	23.4	26.3	26.7
Bolivia	8.4	8.9	10.7	18.1	18.4	18.7	20	20	21.3	20.6	20.4	19.9	19.9	20.7	24.1	25.2
Brazil	28.8	23.3	24.5	25	29.1	29	28.1	29	29.7	31.7	32.6	34	35.6	34.9	35.9	37.4
Chile	16.7	18.5	19.1	19.6	18.7	18	19.3	19	19.3	18.7	19.3	19.8	19.7	18.9	18.5	18.8
Colombia	12.4	13.9	14	15.1	15.7	16.7	17.8	18.7	19.2	19.1	18.9	21	21.2	21.6	22.3	17.6
Costa Rica	16.5	16.7	17.3	17.7	17.5	17.7	18.2	18.4	18.3	17.6	18.2	19.2	19.4	19.4	19.4	20.5
Dom. Republic	10.5	11.9	13.9	14.9	14.1	13.9	13.2	14.8	15.1	15.6	15	15.9	15.9	14.8	15.3	16.7
Ecuador	10.2	10.8	10.3	10.1	10.2	11	9.4	10.5	11	11	13.2	14.3	15.2	14.3	13.4	14.9
El Salvador	9	10.1	10.8	11.5	12.5	13.7	13.2	12.9	13.2	13.2	13.2	13	13.8	12.4	13.2	14.2
Guatemala	6.9	7.3	8.4	7.8	6.8	7.9	8.7	8.8	8.7	9.9	10	9.7	10.6	10.3	10.3	9.8
Haiti	7.3	7.6	5.5	4.8	2.8	5.9	6.7	8.5	8.1	8.5	8.1	7.6	8.3	9	8.9	9.7
Honduras	15.3	16.3	15.8	16.4	15.6	16.9	14.8	14.2	17.2	18.3	17	16.9	17.1	17.6	18.2	18.3
Mexico	12.6	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	11.3	10.9	11.6	12	12.9	12.1	12.9	13.2	12.6	11.4	11
Nicaragua	9	12.4	13.6	13	13.7	14.2	14.2	15.7	17.2	17.1	17.4	16.9	16.8	18.4	18.9	21.5
Panama	14.7	15.3	19.8	18.4	18.6	19.9	19.3	19.2	16.2	16.7	15	14.7	14.4	14.7	14.9	14.2
Paraguay	9.9	9.8	9.9	10.2	12	13.6	12.7	12.7	12.6	11.8	12	12	11.2	11.2	12.9	13
Peru	11.6	13.1	14.1	14.3	14.9	15.4	15.8	16	15.6	14.4	14	14.2	13.8	14.7	14.9	15.4
Uruguay	29.5	32.6	32.2	31.1	30.8	32.2	33.6	34	32.9	32.5	31.9	32.3	31.7	28.2	29.9	32.2
Venezuela	4.4	4.8	5.9	7.1	9.4	8.9	8.2	10.1	11.6	11.6	9.4	9.6	10.3	10.4	11.8	12.6

Fonte: TANZI, Vito. Tax Systems and Tax Reforms in Latin America. In: BERNADI, Luigi *et al.* **Tax Systems and Tax Reforms in Latin America**. Londres: Routledge, 2008, p.13-14.

4.4 Estratégia Empírica

O principal desafio a nossa investigação é apreender a interação entre os preços do petróleo e o endividamento externo. Como vemos no gráfico 14, estas variáveis se compensam, pois na medida em que as receitas do petróleo tornam-se abundantes, o endividamento recua e vice-versa. É no período entre 1982 e 1999, que denominaremos “Escassez” (E), que o endividamento será utilizado para o financiamento das atividades do Estado, incluso as militares. Como estratégia geral estimaremos os efeitos da variação nos preços do petróleo e do endividamento externo nos gastos militares por meio de uma regressão de série temporal de mínimos quadrados, ou regressão linear múltipla (*Ordinary Least Squares time-series regression*). Pretendemos isolar os efeitos da aquisição de dívida no período de escassez pela criação de uma variável postíça (*dummy*) que delimita este período. É neste intervalo que as administrações de Pérez e Campins, apesar das medidas austeras, endividaram-se e mantiveram os gastos militares em níveis altos.

Gráfico 17 - Receitas do Petróleo e Dívida Externa



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo SIPRI e pelo Banco Mundial. Gastos Militares estão calculados em milhões de dólares a valores constantes de 2015 e o endividamento externo em percentual do Produto Interno Bruto.

Para estimarmos o impacto do endividamento nos gastos militares, criamos uma nova variável que denominamos “Dívida durante Escassez” (DDE), a partir da interação entre nossa *dummy* e a variável Endividamento Externo (D). Do contrário, sem a criação deste termo de

interação, a variável Endividamento Externo só seria avaliada em relação às oscilações de nossa variável dependente, isto é, os Gastos Militares (GM). Contudo, como sabemos, o Endividamento Externo também interage com a disponibilidade de receitas do petróleo (RP). A variável Dívida durante Escassez apreende esta interação. É nossa expectativa que este termo jogue luz sobre o papel dos empréstimos externos no financiamento da defesa.

As variáveis foram transformadas para sua forma de logarítmica natural, de modo que nossa regressão estima em seus coeficientes a elasticidade; isto é, X% de aumento nas receitas do petróleo está associado a Y% de aumento, ou queda, nos gastos militares. Passemos ao nosso modelo econométrico:

Modelo 1

$$\ln GM_t = \beta_0 + \beta_1 \ln RP_t + \beta_2 \ln D_t + \beta_3 E + \beta_4 DDE + \mu_t$$

Um segundo modelo também é testado, porém, com os dados revisados dos gastos militares (GMR) como variável dependente. Isto é, neste, as cifras do FONDEN são incluídas. Fazemos esta distinção na intenção de observarmos se, quando incluídas as cifras extra orçamentárias, há mudança nos coeficientes de elasticidade e em sua significância estatística.

Modelo 2

$$\ln GMR_t = \beta_0 + \beta_1 \ln RP_t + \beta_2 \ln D_t + \beta_3 E + \beta_4 DDE + \mu_t$$

Baseado no levantamento qualitativo realizado na primeira parte deste capítulo, esperamos coeficientes positivos para todas as variáveis, com exceção da Escassez. A tabela a seguir sumariza os sinais esperados e fontes utilizadas.

Tabela 12 - Variáveis do Modelo: Medidas, Fontes e Sinais Esperados

Variável Independente	Sinal Esperado	Indicador	Fonte dos Dados	Unidade de Medida
Receitas do Petróleo	+	Logaritmo Natural	Banco Mundial	Dólares a Preços Constantes de 2015
Endividamento Externo como parcela do PIB	+	Logaritmo Natural	Banco Mundial	Porcentagem
Escassez	-	<i>Dummy</i>		<i>Dummy</i>
Endividamento Durante Escassez	+	Logaritmo Natural	SIPRI	Porcentagem

4.5 Análise Empírica e Interpretação dos Resultados

A tabela 13 sumariza os resultados da regressão do Modelo 1; cujo R^2 , é de 0.35. Ou seja, o modelo explica 35 por cento da variação nos gastos militares venezuelanos. Os resultados não apresentam heterocedasticidade³⁸⁴ nem multicolinearidade³⁸⁵; os testes estatísticos se encontram no anexo a este capítulo. Encontramos evidências dos efeitos positivos e estatisticamente significativos das receitas do petróleo sobre os gastos militares venezuelanos. De fato, os coeficientes indicam que um aumento de 10 por cento nas receitas do petróleo relaciona-se a um aumento de 2.7 por cento nos gastos militares. Assim como Perlo-Freeman e Brauner observaram no caso argelino³⁸⁶, o petróleo tem profundo impacto no dispêndio militar na Venezuela. A leitura do coeficiente atrelado à variável Endividamento Externo, entretanto, necessita cautela. Se lida isoladamente, temos que o aumento de 0.19 por cento no endividamento levaria o gasto militar a um decréscimo de 1 por cento. Essa conclusão é contra intuitiva, uma vez que o endividamento acarretaria em mais recursos ao Estado, o que por sua vez permitiria um maior dispêndio. O valor negativo deste coeficiente deve-se ao fato de que, como discutimos na seção acima, o efeito do endividamento externo sobre o gasto militar deve ser também relacionado à disponibilidade das receitas do petróleo; isto é: o endividamento externo é utilizado como ferramenta de financiamento quando as receitas do petróleo são escassas. Esta hipótese é confirmada pelo coeficiente positivo e estatisticamente significativo da variável Dívida durante Escassez. Para o período compreendido entre 1982 e 1999, cada 10 por cento de aumento nos gastos militares relacionou-se com um aumento de 8.8 por cento no endividamento externo venezuelano.

³⁸⁴ Heterocedasticidade refere-se à circunstância pela qual a variabilidade de uma variável dependente é diferente entre o conjunto de valores da variável independente. Sua presença fere o pressuposto da homocedasticidade, que indica que a variação da variável dependente é igual entre os diferentes valores da variável independente. Em suma, a homocedasticidade designa a constância na variação dos erros em diferentes observações.

³⁸⁵ O termo multicolinearidade refere-se à situação pela qual as variáveis independentes possuem uma alta correlação entre si. Quando moderada, a multicolinearidade pode não ser problemática. Contudo, quando alta, seus efeitos podem aumentar a variância das estimativas de coeficientes e tornar as estimativas muito sensíveis a pequenas mudanças no modelo. O resultado é que as estimativas de coeficientes se tornam instáveis e difíceis de interpretar

³⁸⁶ BRAUNER, Jennifer. Military Spending and Democracy. *Defence and Peace Economics*. Vol. 26, N. 4, 2015.

Tabela 13 – Resultados Empíricos do Modelo 1 (Dados do SIPRI)

	Coef.	Desvio Padrão	t	P> t
Receitas do Petróleo	0.27	.0567081	4.77	0.000
Dívida Externa	-0.19	.0964	-2.06	0.046
Período de Escassez	-3.27	.9558679	-3.42	0.001
Dívida durante Escassez	0.88	.2479431	3.57	0.001
Const.	6.83	.5660459	12.07	0.000
R ² = 0.4106				
R ² Ajustado = 0.3502				

Nosso segundo modelo, cuja variável dependente – Gastos Militares Revisados – inclui os recursos do FONDEN, apresenta um aumento não somente nos coeficientes, mas também em sua significância estatística, já alta no primeiro modelo. Seu poder explicativo - R² - também é acrescido, explicando 48 por cento das variações nos gastos venezuelanos. Ao utilizarmos os dados revisados, o impacto das receitas do petróleo intensifica-se: a cada 10 por cento nas receitas do petróleo, é esperado que o gasto militar se expanda em 3.7 por cento. Sobre o endividamento externo durante momentos de escassez, o coeficiente é surpreendentemente alto: 10 por cento de aumento no endividamento relaciona-se com um aumento de 10.3 por cento no dispêndio militar. Os resultados apresentados por este segundo modelo atestam a importância dos gastos extra orçamentários à Defesa venezuelana.

Tabela 14 – Resultados Empíricos do Modelo 2 (Dados Revisados)

	Coef.	Desvio Padrão	t	P> t
Receitas do Petróleo	0.37	.0603638	6.21	0.000
Dívida Externa	-0.24	.1026144	-2.36	0.023
Período de Escassez	-3.84	1.017488	-3.78	0.001
Dívida Durante Escassez	1.03	.2639268	3.91	0.000
Const.	19.64	.602536	32.61	0.000
R ² = 0.5319				
R ² Ajustado = 0.4839				

Para uma interpretação que extraia maior significado destes números, é necessário evocar algumas ideias introduzidas no primeiro e segundo capítulo. Rememoremos a discussão teórica sobre o processo de militarização periférica realizada no primeiro capítulo. A fórmula proposta por Tilly postula que a acumulação das capacidades de coerção necessita das receitas

da extração dos impostos. Este processo foi deturpado na América do Sul pela incapacidade do Estado em taxar ostensivamente suas elites. Uma vez intimidado em seu esforço de extração, coube ao Estado buscar externamente as fontes financeiras de sua militarização. Esta, portanto, dependeu do crédito externo e das variações na precificação dos bens – preponderantemente de baixo valor agregado – que exporta. Na Venezuela, a contribuição fiscal ao erário, se excluirmos as receitas do petróleo, está entre as menores do mundo. Vimos também que em diversos momentos históricos, a disponibilidade de receitas do petróleo significou um alívio das cargas tributárias sobre as elites nacionais. Coube ao Estado venezuelano cumprir o padrão histórico que delineamos nos primeiros capítulos desta tese ao escorar-se nos *booms* do petróleo e no endividamento externo para complementar os recursos destinados à Defesa.

Há duas consequências fundamentais neste padrão de financiamento que, não obstante se referirem ao caso venezuelano, guardam certa validade externa, haja vista que estes aspectos também podem ser observados noutros casos em diferentes intensidades e manifestações. A primeira refere-se à disponibilidade efêmera de recursos. Muito embora as receitas das exportações de *commodities* ofereçam uma oportunidade à modernização do inventário militar e ao desenvolvimento de capacidades de produção bélica, sua instabilidade intrínseca restringe a sustentabilidade de tais iniciativas. O caráter cíclico dos preços das *commodities* é amplamente discutido pela literatura econômica. Já mencionamos as pesquisas de Reinhart e Wickham³⁸⁷, Adler e Sosa³⁸⁸, e Spatafora e Tytell³⁸⁹, por exemplo. Estes estudos apontam que períodos de alta nos preços, invariavelmente, são seguidos por quedas. Uma vez que a principal fonte de financiamento das Forças Armadas venezuelanas é o petróleo, a continuidade dos projetos de modernização iniciados em períodos de abundância é limitada pela duração do ciclo nos preços desta mercadoria. A volatilidade na provisão dos recursos é problemática não só à Defesa, mas à estabilidade política, uma vez que pactos políticos, como vimos, são erigidos a partir de sua redistribuição. Strønen esclarece como essa condição é tributária da formação econômica e estatal venezuelana:

A formação social e estatal da Venezuela está entrelaçada com a amalgamação desigual do país à geopolítica e aos mercados globais capitalistas. Amalgamação, porque como um país exportador de petróleo, [sua

³⁸⁷ REINHART, Carmen; WICKHAM, Peter. Commodity Prices: Cyclical Weakness or Secular Decline? **IMF Staff Papers**. Vol. 41, issue 2, 1994, p. 175-213.

³⁸⁸ ADLER, Gustavo; SOSA, Sebastián Commodity Price Cycles: The Perils of Mismanaging the Boom **IMF Working Papers**, N. 11, 2011, p. 1-38.

³⁸⁹ SPATAFORA, Nikola; TYTELL, Irina. Commodity Terms of Trade: The History of Booms and Busts. **IMF Working Paper**. N. 9, 2009.

incorporação à economia mundial] era fundamental para o fluxo do ‘ouro negro’, tão vital para o desenvolvimento capitalista global. E desigual, porque como um país pós-colonial, semiperiférico, exportador de petróleo, seus processos políticos e econômicos estão intrinsecamente ligados a forças políticas e econômicas além de seu controle. Esses processos trouxeram ciclos e padrões de conflitos sociais e políticos, e uma crise profunda.³⁹⁰

A utilização de mecanismos extra orçamentários para o financiamento da Defesa, como mencionamos, é também encontrada no Peru e Chile³⁹¹. O caso venezuelano sugere que os mecanismos fundamentais aqui em interação – baixa capacidade fiscal, economia exportadora de bens de baixo valor agregado e excepcionalidade política e orçamentária das Forças Armadas – possam ter dinâmica similar nestes outros países. Ressaltamos ainda que o SIPRI fornece dados sobre gastos militares extra orçamentários na América do Sul somente para a Lei do Cobre chilena, e só a partir de 1990. Os recursos provenientes da exploração do gás natural no Campo de Camisea alocados pelo Peru às Forças Armadas tampouco são incluídos nas cifras fornecidas pelo instituto. Há aqui espaço para contribuições futuras, não somente na coleta de dados, mas também para averiguar se nesses países as conclusões coligidas neste estudo podem ser constatadas.

O outro aspecto que gostaríamos de acentuar relaciona-se ao uso do orçamento militar como instrumento de controle civil sobre as Forças Armadas. As estratégias de apaziguamento via orçamento, tal como definiu Trinkunas³⁹², são também frágeis, uma vez que os recursos utilizados para sua implementação não são duradouros. A construção do *Punto Fijo* deu-se com base na disponibilidade e distribuição dos recursos do petróleo entre os diferentes grupos políticos, incluindo, por conseguinte, os militares. A dependência das receitas das exportações para a construção do *Punto Fijo* é análoga aos casos estudados por Saylor³⁹³, aos quais dedicamos algumas páginas no primeiro capítulo. Outros estudos corroboram essa associação. Morrison³⁹⁴, por exemplo, encontra evidência de que um aumento nas receitas do Estado, por outras vias que não a taxação das elites, leva à construção de pactos políticos e à estabilidade dos regimes. O problema fundamental desta estratégia é que ela se ata à disponibilidade de

³⁹⁰ STRØNEN, Iselin Åsedotter. **Grassroots Politics and Oil Culture in Venezuela**. Palmgrave Macmillan, 2019.

³⁹¹ Para uma descrição desses mecanismos, ver BROMLEY, Mark; SOLMIRANO, Carina. Transparency in military spending and arms acquisitions in Latin America and the Caribbean. **SIPRI Policy Paper 31**. Stockholm: SIPRI. January, 2012.

³⁹² TRINKUNAS, Harold. **Crafting Civilian Control of the Military in Venezuela: A Comparative Perspective**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2005.

³⁹³ SAYLOR, Ryan. **State Building in Boom Times: Commodities and Coalitions in Latin America and Africa**. New York: Oxford University Press, 2014.

³⁹⁴ MORRISON, Kevins. Oil, Nontax Revenue, and the Redistributive Foundations of Regime Stability. **International Organization**. Vol. 63, N. 1, Winter 2009, p. 107–138.

recursos cíclicos. Até o início dos anos 1980, os governos civis venezuelanos incrementaram os gastos militares baseados no entendimento de que tal estratégia lhes dariam controle sobre os militares. Contudo, a queda nos preços do petróleo os restringiram das receitas necessárias para tanto. O Estado estava politicamente enlaçado em um padrão de gastos militares elevados e sua diminuição poderia acarretar no enfraquecimento do entendimento construído após a redemocratização. É nesse contexto que o governo venezuelano se endivida, também como forma de manter os níveis de gastos militares alcançados até então. De tal forma, o coeficiente que estimamos para a variável “Endividamento durante Escassez” – 0.88 e 1.03 nos modelos 1 e 2 respectivamente – só pode ser compreendido quando consideramos a constelação política da qual emerge; ou seja, da excepcionalidade política de que gozam as Forças Armadas.

5 OS LIMITES DA MILITARIZAÇÃO PERIFÉRICA: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO DE ARMAMENTOS NA AMÉRICA DO SUL 1960-2015

Whatever Happens we have got the Maxim Gun, and they have not

– Hilaire Belloc

A produção de armamentos permanece um tópico de grande interesse acadêmico³⁹⁵. Como Neuman e Kurç³⁹⁶ recentemente afirmaram, o debate sobre as limitações e potenciais benefícios das indústrias militares está longe de ser resolvido. Ainda que a cooperação internacional na produção de armamentos tenha se intensificado desde o fim da década de 1980³⁹⁷, o aumento da produção doméstica permanece no cerne das políticas de Defesa de diversos países emergentes³⁹⁸. No ensejo dessa literatura, o interesse na América do Sul foi renovado desde meados dos anos 2000³⁹⁹. Motivados principalmente pelos investimentos nas indústrias de Defesa argentina e brasileira, os autores que a este processo se dispuseram analisar buscaram compreender principalmente seus parâmetros políticos.

Sobre as investidas argentinas em sua indústria de Defesa, Battaglino propôs inseri-las num contexto histórico mais amplo, que considerasse não só seu pináculo na década de 1970, mas também seu declínio a partir do final dos anos 1980. Desse modo, o autor alvitra uma abordagem cíclica à produção de armamentos na Argentina, proposta que julgamos pertinente. Battaglino descreve as diretrizes políticas nesse processo de recuperação das capacidades produtivas. Passemos a palavra ao autor:

³⁹⁵ DEVORE, Mark. R. Commentary on the value of domestic arms industries: security of supply or military adaptation? *Defence Studies*. Vol. 17, N. 3, 2017, p. 242-259; BITZINGER, Richard (Ed.). *The Modern Defense Industry: Political, Economic, and Technological Issues*. Santa Barbara: Praeger, 2009; BRAUER, Jurgen; DUNNE, J. Paul (Eds.). *Arming the South: the economics of military expenditure, arms production, and arms trade in developing countries*. New York: Palgrave, 2002; DAGNINO, Renato. *A Indústria de Defesa no Governo Lula*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

³⁹⁶ KURÇ Çağlar; NEUMAN, Stephanie G. Defence industries in the 21st century: a comparative analysis, *Defence Studies*. Vol. 17, N. 3, 2017, p. 219-227.

³⁹⁷ SKÖNS, Elizabeth; WULF, Herbert. The Internationalization of the Arms Industry. *ANNALS*, AAPSS 585, September 1994.

³⁹⁸ BITZINGER, Richard. New ways of thinking about the global arms industry: Dealing with 'limited autarky'. *Strategic Insights 98*. Australian Strategic Policy Institute. Novembro, 2015. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/194689/SI98_Global_arms_industry.pdf>. Acesso em: 31 de dez. de 2017.

³⁹⁹ PERLO-FREEMAN, Sam. Offsets and the development of the Brazilian arms industry. In: BRAUER, Jurgen; DUNNE, J. Paul. *Arms Trade and Economic Development: Theory, Policy, and Cases in Arms Trade Offsets*. London: Routledge, 2004; BATTAGLINO, Jorge. Auge, caída y retorno de la defensa en la Argentina. *Foreign Affairs Latinoamerica*. Vol. 13, N. 1, Março, 2013, p. 32-39; FRANKO, Patrice. The Defense Acquisition Trilemma: The Case of Brazil. Working Paper, *Institute for National Security Studies of the National Defense University*. Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://inss.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratforum/SF-284.pdf>>. Acesso em: 31 de dez. de 2017.

O processo de recuperação tem se desenvolvido em três áreas principais: a) nacionalização e modernização das diferentes empresas privatizadas durante os anos 1990; 2) desenvolvimento de programas para modernização do equipamento militar existente; e 3) o desenho e produção de equipamentos militares de diferentes níveis de complexidade tecnológica⁴⁰⁰

Uma retomada nos investimentos de Defesa também ocorreu no Brasil. Encontramos em Gouvêa uma síntese da estratégia brasileira para a promoção de sua indústria bélica: “1) transferência de tecnologia de parceiros internacionais; 2) expansão da indústria de Defesa; 3) reestruturação da indústria de Defesa; e 4) modernização dos equipamentos de Defesa”⁴⁰¹. Renato Dagnino, que já havia se dedicado à análise da base industrial de Defesa brasileira nos anos 1980⁴⁰², retornou ao objeto nos anos 2000. Seu estudo sobre a revitalização do setor durante a administração de Luís Inácio Lula da Silva⁴⁰³ fornece uma análise rica não só sobre o processo de discussão política que desembocou na decisão pela revitalização, mas também sobre suas implicações e limitações. Dagnino se destaca por apresentar um estudo sóbrio sobre a questão. Foi comum à época que os estudos sobre a indústria de Defesa brasileira fossem tomados por certo entusiasmo que, em muitas ocasiões, ofuscou os reveses envolvidos no estímulo ao setor.

Ainda que em menor intensidade, a produção doméstica de armamentos também ganhou espaço nas políticas de Defesa chilena, venezuelana e colombiana. A aquisição da aeronave de transporte CASA/IPTN CN-235 pela Colômbia esteve atrelada a um acordo de *offset* que implicava na criação de um centro de aeronavegabilidade, na expansão das capacidades de metrologia, na construção de um centro de produção de veículos aéreos não tripulados (VANT) e na transferência de tecnologia ao Ministério da Saúde para pesquisas médicas. O governo chileno também utilizou acordos de *offset* como forma de incrementar suas capacidades de produção bélica doméstica. Em 2002, o país lançou uma política oficial sobre essa classe de acordos.⁴⁰⁴ Na Venezuela, novos centros de manutenção de equipamentos foram

⁴⁰⁰ BATTAGLINO, Jorge. The Politics of Defense Revival in Argentina. **Defense & Security Analysis**. Vol. 29, No. 1, 2013.

⁴⁰¹ GOUVEA, Raul. Brazil's new defense paradigm. **Defense & Security Analysis**. Vol. 31, N. 2, 2015, p. 137-151.

⁴⁰² DAGNINO, Renato Peixoto. A Indústria de Armamentos Brasileira: Desenvolvimento e Perspectivas. In: HERRERA, A. (Ed.). **Armamentismo e o Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

⁴⁰³ DAGNINO, Renato. **A Indústria de Defesa no Governo Lula**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

⁴⁰⁴ HERRERA, Monica; MATTHEWS, Ron. Latin America in Step with Global Defence Offset Phenomenon, **The RUSI Journal**. Vol 159, N.6, 2014.

inaugurados⁴⁰⁵, bem como anunciou-se a produção doméstica de fuzis russos⁴⁰⁶. Também em parceria com Moscou, acordos de transferência de tecnologia foram estabelecidos com as empresas *Rosoborononexport* e *Technopromexport* a fim de incrementar as capacidades de produção da estatal *Compañía Anónima Venezolana de Industrias Militares*, a CAVIM⁴⁰⁷.

Os investimentos em capacidade produtiva nesse conjunto de países foram feitos em condições econômicas excepcionalmente favoráveis. Uma alta nos preços das *commodities* na primeira metade dos anos 2000 permitiu maiores recursos fossem alocados aos seus projetos de Defesa. Aliado à melhoria momentânea nos termos de troca, observou-se também em alguns destes países a emergência de um paradigma político neodesenvolvimentista⁴⁰⁸, cujo alcance se estendia também ao setor militar. Nesse modelo político-econômico, propunha-se que o Estado adotasse uma postura ativa na promoção do desenvolvimento e da industrialização. Tal estatura contrasta com o tímido comportamento estatal sob o Consenso de Washington nos anos 1990. Por essa razão, há uma certa proximidade entre o conceito de neodesenvolvimentismo e de pós-neoliberalismo, também em voga na época⁴⁰⁹. Grugel e Riggiozzi definem este último como “um conjunto de políticas econômicas que objetivam ‘reconstruir’ a capacidade do Estado em gerenciar o mercado e a economia de exportação de maneira a não somente garantir o crescimento, mas também responder às demandas sociais”⁴¹⁰. A similaridade entre os conceitos é tal que Christopher Wylde, por exemplo, usa tanto a ideia de neodesenvolvimentismo⁴¹¹, quanto a de pós-neoliberalismo⁴¹², para se referir às políticas dos governos Kirchner na Argentina. Battaglino afirma que a retomada dos investimentos na indústria de Defesa argentina foi tributária deste modelo neodesenvolvimentista. Para sustentar seu argumento, o autor

⁴⁰⁵ HERNANDEZ, Carlos. Venezuela impulse el Proyecto del centro de mantenimiento de helicópteros rusos. Disponível em: < <http://www.infodefensa.com/latam/2017/10/27/noticia-venezuela-impulsa-proyecto-centro-mantenimiento-helicopteros-rusos.html>>. Acesso em 01 de janeiro de 2018.

⁴⁰⁶ HERNANDEZ, Carlos. Chávez anuncia la producción de fuziles rusos y muestra por primera vez el UAV Arpia. **Infodefensa**. Disponível em: < <http://www.infodefensa.com/latam/2012/06/18/noticia-chavez-anuncia-la-produccion-de-fusiles-rusos-y-muestra-por-primera-vez-el-uav-arpia.html>>. Acesso em 01 de janeiro de 2018.

⁴⁰⁷ HERNANDEZ, Carlos. CAVIM consolida acuerdos comerciales con Rosoborononexport y Technopromexport. **Infodefensa**. Disponível em: <<http://www.infodefensa.com/latam/2017/11/05/noticia-venezolana-industrias-militares-empresas-rusas-consolidan-acuerdos.html>>. Acesso em 01 de janeiro de 2018.

⁴⁰⁸ Para uma apresentação dos principais ditames desta corrente, ver BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. La nueva teoría desarrollista: una síntesis. **Economía UNAM**. Vol. 14, N. 40, 2017, p. 48-66.

⁴⁰⁹ Para uma discussão sobre o conceito e revisão da bibliografia relacionada, ver RUCKERT, Arne; MACDONALD, Laura; PROULX, Kristina. Post- neoliberalism in Latin America: a conceptual review. **Third World Quarterly**. Vol 38, N. 7, 2017, p. 1583-1602.

⁴¹⁰ RIGGIROZZI, Pia; GRUGEL, Jean. Post-neoliberalism in Latin America: rebuilding and reclaiming the state after crisis. **Development and Change**. Vol. 43, N. 1, 2012, p. 3.

⁴¹¹ WYLDE, Christopher. State, Society and Markets in Argentina: The Political Economy of Neodesarrollismo under Néstor Kirchner, 2003–2007. **Bulletin of Latin American Research**. Vol. 30, N. 4, October, 2011.

⁴¹² WYLDE, Christopher. Post-neoliberal developmental regimes in Latin America: Argentina under Cristina Fernandez de Kirchner. **New Political Economy**. Vol. 21, N. 3, 2016

reproduz uma fala de Kirchner proferida em 2003 que situa a contribuição da Defesa ao seu projeto político: “as Forças Armadas podem ser um motor do desenvolvimento na implementação de uma política de reativação produtiva neokeynesiana”⁴¹³. Outros exemplos dessa associação entre a Defesa e o desenvolvimento nacional são vistos no Brasil, cuja Estratégia Nacional de Defesa apresenta-se como instrumento inseparável do desenvolvimento, e no Chile, onde o setor militar deve contribuir para o desenvolvimento nacional e cooperar com as demais capacidades do país⁴¹⁴.

Battaglino apresenta uma hipótese interessante que, apesar de referente à Argentina, pouco perde em relevância se orientada aos demais países da sub-região: o vigor desse novo ciclo produtivo dependerá do interesse político a ele atribuído. A proposição é assim formulada:

É um retorno que não responde à presença de ameaças ou à formação de uma coalizão social que a favorece. Portanto, sua sustentabilidade dependerá do quanto seja aceito por outras forças políticas. Se isso acontecer, é provável que a Argentina comece um período mais longo de interesse na defesa, mas, desta vez, guiado por um sistema de decisão democrático que estabelece os recursos que deseja alocar neste setor. Será a política democrática que determinará até que ponto este auge chegará.⁴¹⁵

Noutra oportunidade, o autor reitera a pertinência de sua preocupação ao afirmar que “talvez uma das questões mais plausíveis a serem levantadas refere-se à sustentabilidade da revitalização [dos temas de Defesa]”; nos alertando ainda sobre a possível reversão das políticas de promoção da Defesa, Battaglino antecipava que “[...] a estratégia neodesenvolvimentista pode ser abandonada rapidamente por uma nova administração”⁴¹⁶. A nós, esta questão parece fundamental⁴¹⁷, uma vez que guarda em sua resposta as possibilidades destes países reduzirem a dependência da importação de equipamentos militares e assim aumentarem sua autonomia política.

⁴¹³ DI TELLA, Torcuato. Después del Derrumbe: Teoría y Práctica Política en la Argentina que Viene: Conversaciones Néstor Kirchner. Buenos Aires: Galerna, 2003, p. 193. *apud* BATTAGLINO, Jorge. The Politics of Defense Revival in Argentina. **Defense & Security Analysis**. Vol. 29, No. 1, 2013, p.9.

⁴¹⁴ CHILE. Ministerio de Defensa Nacional. **Libro de la Defensa Nacional de Chile**. Gobierno de Chile, 2010, p. 128. Disponível em: < <http://www.defensa.cl/temas-de-contenido/libros-de-la-defensa-nacional/libro-de-la-defensa-nacional-de-chile-2010/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

⁴¹⁵ BATTAGLINO, Jorge. Auge, caída y retorno de la defensa en la Argentina. **Foreign Affairs Latinoamérica**. Vol. 13, N. 1, Março, 2013, p.39.

⁴¹⁶ BATTAGLINO, Jorge. The Politics of Defense Revival in Argentina. **Defense & Security Analysis**. Vol. 29, No. 1, 2013, p. 13.

⁴¹⁷ Sobre a questão, Fracalossi lista os seguintes obstáculos: “a perda de capacidade tecnológica; baixos gastos militares e ausência de uma política de aquisição de equipamentos militares; poucas parcerias internacionais; e o baixo volume de financiamentos para a inovação ou para a indústria de defesa, somado a uma baixa articulação Estado – empresas – universidades”. FRACALOSSO DE MORAES, Rodrigo. A Indústria de Defesa na Argentina. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Vol. 6, 2011, p. 49-61.

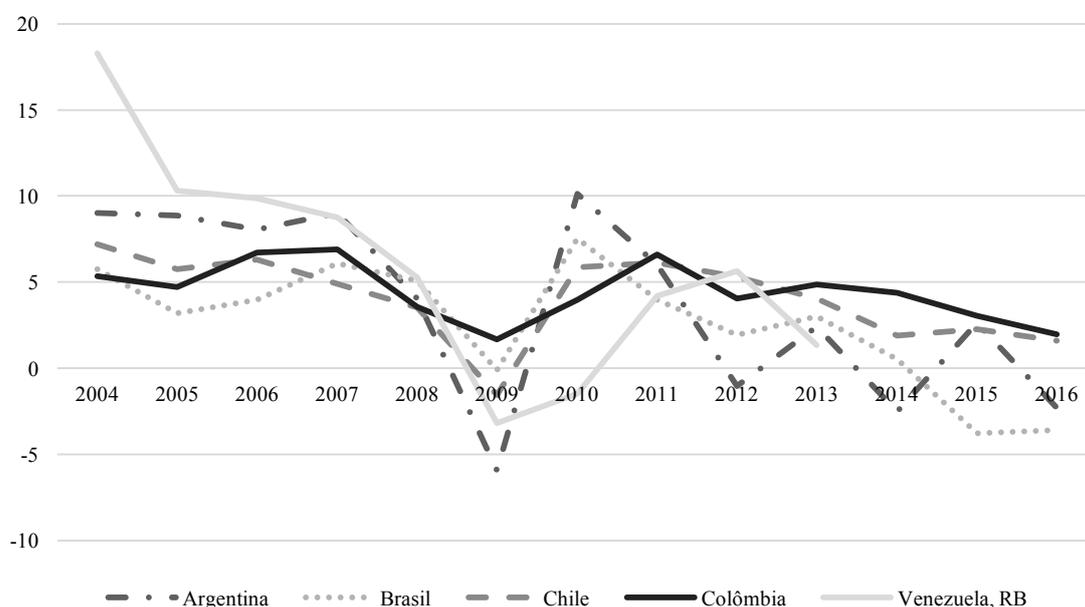
A despeito dos esforços implementados, o cenário econômico e político ao fim dos anos 2010 é bem distinto daquele da primeira metade da década de 2000. O volume recentemente organizado por Ernesto Vivares sobre o período “*pós-commodities*” na América do Sul ilustra o câmbio nas condições. De modo geral,

[...] diversos países da região saíram de circunstâncias muito positivas para situações criticamente negativas, com o declínio e colapso dos governos progressistas e do que outrora eram as estrelas da mudança heterodoxa progressista global. Apesar das mudanças amplamente reconhecidas, algo permaneceu tal qual sempre foi, uma vez que as estruturas de desenvolvimento desigual permaneceram, saltando e indo para frente e para trás, entre as realidades de orientação neoliberal e conservadora.⁴¹⁸

Os índices econômicos pujantes de outrora foram substituídos por taxas de crescimento tímidas e economias recessivas. O trecho acima argumenta que o cenário favorável dos anos 2000 foi conjuntural, uma vez que as estruturas desiguais do desenvolvimento não foram reformadas. O gráfico a seguir apresenta o crescimento anual do Produto Interno Bruto em alguns países da América do Sul. Os únicos casos a terem variação positiva em 2016 foram Chile e Colômbia. Contudo, também nestes países o percentual de crescimento econômico diminuiu substantivamente entre 2004 e 2016. As condições econômicas propícias ao projeto neodesenvolvimentista e à promoção das capacidades de produção bélica doméstica a ele atrelados parecem minguar. Por conseguinte, a questão da sustentabilidade dos projetos de Defesa mostra-se premente. O provável fim de um segundo ciclo de militarização nos obriga a reavaliar seus condicionantes e possibilidades.

⁴¹⁸ VIVARES, Ernesto (Ed.). **Regionalism, Development and the Post-Commodities Boom in South America**. New York: Palmgrave Macmillan, 2018.

Gráfico 18 - Percentual de Crescimento do Produto Interno Bruto Sul-Americano



Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo Banco Mundial.

Há uma plethora de estudos sobre a produção de armamentos na América do Sul durante as décadas de 1970 e 1980. Este período constituiu um ciclo prévio na produção de armamentos, se insistirmos nessa nomenclatura. A larga maioria dos estudos produzidos nessa época estruturaram-se como estudos de casos qualitativos, principalmente endereçados às experiências na Argentina, Brasil e Chile. O caso brasileiro, pela dimensão significativa alcançada por sua indústria bélica, foi o mais estudado⁴¹⁹. Conca expressa o quão intrigante fora a experiência brasileira: “se a ascensão do Brasil expôs a falta de consenso sobre o que faz a industrialização militar no Terceiro Mundo possível, sua queda subsequente evidenciou a pobre compreensão sobre o que a faz sustentável”⁴²⁰. O autor atribui a recessão do setor no Brasil ao desmantelamento das estruturas institucionais de apoio à produção de armamentos. Segundo Conca, “o recurso escasso não foi a tecnologia, mas instituições capazes de se adaptar e guiar o processo de desenvolvimento tecnológico de modo estável e consistente face à

⁴¹⁹ FRACALOSSO DE MORAES, Rodrigo. O Mercado internacional de equipamentos militares: negócios e política externa. **Texto para discussão 1596 IPEA**. Brasília, 2011; FRACALOSSO DE MORAES, Rodrigo. A inserção externa da indústria brasileira de defesa: 1975-2010. **Texto para discussão 1715 IPEA**. Brasília, 2012; COSTA, N. F. da. A Indústria Brasileira de Material de Defesa: principais óbices. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Vol 13, nº 37, 1998, p. 160-202.

⁴²⁰ CONCA, Ken. **Manufacturing Insecurity: The Rise and Fall of Brazil’s Military-Industrial Complex**. London: Lynne Rienner, 1997, p. 5.

turbulência”⁴²¹. Razão complementar foi a queda nas exportações de armamentos, aspecto sobre o qual há grande concordância na literatura⁴²². O fim do conflito entre Irã-Iraque, principais receptores de armamentos brasileiros, traduziu-se numa queda abrupta na demanda. Kapstein é taxativo sobre a relevância das exportações ao afirmar que o sistema internacional providenciara tanto as oportunidades quanto os constrangimentos à expansão da indústria de Defesa brasileira⁴²³. Fracalossi oferece avaliação similar sobre a indústria argentina:

[A indústria bélica argentina] teve um nível muito baixo de inserção [internacional]. Entre 1950 e 1991, o país exportou um volume equivalente a US\$ 126 milhões, frente a US\$ 3,8 bilhões exportados pelo Brasil no mesmo período. Entre outros motivos, esta foi uma das razões que levaram ao quase colapso desta indústria nos anos 1990.⁴²⁴

Há ainda uma diversidade de outras causas apontadas pela literatura, como a queda nos orçamentos militares⁴²⁵ e as agendas neoliberais da década de 1990⁴²⁶. Nosso desiderato neste capítulo final é contribuir a essa literatura ao investigar os principais determinantes da produção de armamentos na América do Sul. Nesse sentido, este capítulo partilha da preocupação de Battaglini e Conca sobre a sustentabilidade das iniciativas de produção na sub-região. Em contrapartida, nosso interesse reside nos aspectos econômicos deste processo. Complementarmente às dinâmicas políticas e institucionais de suporte à produção bélica, as condições econômicas são de fundamental importância na explicação dos ciclos de produção; contudo, este determinante foi preterido na literatura qualitativa. À vista disso, cremos haver ainda um espaço para contribuição neste aspecto. Também aqui, veremos como as condições estruturais postas no primeiro capítulo – em específico a economia exportadora de *commodities* e o baixo esforço fiscal – interagem para limitar as possibilidades de produção de armamentos.

⁴²¹ CONCA, Ken. **Manufacturing Insecurity: The Rise and Fall of Brazil’s Military-Industrial Complex**. London: Lynne Rienner, 1997, p. 248.

⁴²² KAPSTEIN, Ethan. The Brazilian Defense Industry and the International System. **Political Science Quarterly**. Vol. 105, No. 4, Winter, 1991, p. 579-596; LOCK, P. Brazil: Arms for Export. In: BRZOSKA, Michael; OHLSON, Thomas (Eds.). **Arms Production in the Third World**. London: Taylor & Francis, 1986; DAGNINO, Renato. **A Indústria de Defesa no Governo Lula**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

⁴²³ KAPSTEIN, Ethan. Op. cit., p. 595.

⁴²⁴ FRACALOSSO DE MORAES, Rodrigo. A Indústria de Defesa na Argentina. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Vol. 6, 2011, p. 52.

⁴²⁵ MELO, R. **Indústria de Defesa e Desenvolvimento Estratégico: Estudo Comparado França-Brasil**. Brasília: Funag, 2015, p. 196; DIAMINT, Rut (Ed.). **Control Civil y Fuerzas Armadas en las Nuevas Democracias Latinoamericanas**. Buenos Aires: Universidad Torcuato di Tella, 1999.

⁴²⁶ COSTA, N. F. da. A Indústria Brasileira de Material de Defesa: principais óbices. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Vol 13, nº 37, 1998, p. 160-202; SCHEETZ, Thomas. The Argentine Defense Industry: An Evaluation. In: BRAUER, J; DUNNE J, p. (Eds.) **Arms Trade and Economic Development: Theory, Policy, and Cases in Arms Trade Offsets**. London: Routledge, 2004.

Destarte, o capítulo será dividido da seguinte forma. A primeira seção discutirá os esforços já existentes na Economia de Defesa relacionando os componentes econômicos à produção de armamentos. Em seguida, exporemos nosso argumento de que a produção de armamentos deve ser estudada a partir da disponibilidade do fator produtivo capital na economia. A maior parte da literatura ignora este aspecto e considera apenas o Produto Interno Bruto como variável de interesse. As últimas duas seções dedicam-se à apresentação de nossa estratégia empírica e à discussão e interpretação de nossos resultados.

5.1 A Economia da Produção de Armamentos

A literatura sobre a produção de armamentos é vasta. Por conseguinte, não é nosso propósito oferecer sua revisão completa, mas apenas sumarizar as principais tentativas de identificação dos fatores econômicos associados à produção bélica. Esses esforços proliferaram-se principalmente nos anos 1970, quando um número crescente de países periféricos passou a se engajar na produção de armamentos. A emergência de novos produtores instigou um amplo debate sobre os decorrentes câmbios políticos e econômicos no sistema internacional⁴²⁷. Em 1981, Gilpin afirmou que “a transferência de técnicas avançadas de sociedades avançadas a sociedades menos avançadas é sem dúvida uma das causas mais significativas na redistribuição de poder no sistema internacional”⁴²⁸. Na mesma veia, Miller contextualiza a emergência dos novos fornecedores:

O fenômeno da produção doméstica de armamentos é uma pequena dimensão de um desenvolvimento muito maior: a difusão do poder em todo o sistema internacional. Isso ocorreu nos domínios econômico e político, bem como nas Forças Armadas. Em cada caso, isso envolveu a erosão da enorme concentração de poder político, econômico e militar, até então nas mãos de um pequeno número de grandes Estados industriais⁴²⁹

⁴²⁷ VARAS, Augusto; BUSTAMANTE, F. The effect of R&D on the transfer of military technology to the Third World. **International social Science journal**. Vol. 35, N° 1, 1983; OHLSON, Thomas (ed.). **Arms Transfers Limitations and Third World Security**. Oxford: Oxford University Press, 1988; KATZ, James Everett (Ed.). **Arms Production in Developing Countries**. Lexington: D. C. Heath, 1984.

⁴²⁸ GILPIN, Robert. War and Change in World Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, p. 181.

⁴²⁹ MILLER, Steven E. Arms and the Third World: Indigenous Weapons Production. **PSIS Occasional Paper N. 3**. University of Geneva Programme for Strategic and International Security Studies, December, 1980, p. 25. *apud* NEUMAN, Stephanie. International Stratification and third World Military Industries. **International Organization**, Vol. 38, N° 1, Winter, 1984, p. 168.

Por sua complexidade e amplas consequências, as pesquisas relacionadas à produção de armamentos abarcaram diversas dimensões deste processo⁴³⁰. Uma das mais abordadas foi a identificação dos condicionantes econômicos da proliferação de produtores. Neuman⁴³¹ ofereceu um dos principais esforços neste sentido. Em seu estudo, amplamente referenciado pela literatura, a autora apresenta duas hipóteses, a saber: 1) ainda que um número de países em desenvolvimento esteja [à época] em crescimento, diversos fatores constroem substancialmente a produção neste segmento [militar]; 2) em consequência, a ordem internacional, cuja hierarquia é reproduzida no sistema internacional de transferências de armamentos, permanecerá fortemente estratificada. Para o teste dessas hipóteses, Neuman realizou um cálculo de correlação de Kendall entre a produção de armamentos e uma série de variáveis associadas a fatores socioeconômicos. Eram estas o PIB, o PIB *per capita* e o potencial de mão-de-obra, esta última desagregada em tamanho da força de trabalho e número de profissionais ativos e técnicos⁴³². A escolha dessas variáveis se deu com base nos estudos prévios de Harkavy⁴³³, Wulf⁴³⁴ e Peleg⁴³⁵.

Os resultados encontrados por Neuman apontaram uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre fatores de escala e produção de armamentos, indicando que países com economias menores estariam limitados a baixos níveis de produção. Essa estrutura vertical reproduz-se também entre os produtores periféricos.

O que emerge no Terceiro Mundo, de acordo com esses dados, é um sistema de produção de armamentos hierárquico, baseado em fatores de escala. Em cada região, os maiores produtores de armamentos são geralmente aqueles com as Forças Armadas mais numerosas e PIB maiores, que quantitativamente, se não também qualitativamente, mostram-se superiores aos seus vizinhos menores e mais pobres.⁴³⁶

Mesmo após as mudanças provocadas pelo fim da bipolaridade nas indústrias de Defesa, Neuman reafirmou sua conclusão sobre a existência de uma estrutura hierárquica. Se há alguma mudança entre seus escritos da década de 1980 e os mais recentes, é, quiçá, que a estratificação

⁴³⁰ LOONEY, Robert. **Third World Military Expenditure and Arms Production**. London: The Macmillan Press LTD., 1988; LOCK, Peter; WULF, Herbert. Consequences of the Transfer of Military-Oriented Technology on the Development Process. **Bulletin of Peace Proposals**. Vol.8, No. 2, 1977.

⁴³¹ NEUMAN, Stephanie. International Stratification and third World Military Industries. **International organization**, Vol. 38, N° 1, Winter, 1984.

⁴³² Neuman não utiliza em seu estudo nenhuma regressão, apenas calcula uma correlação de Kendall.

⁴³³ HARKAVY, Robert E. **The Arms Trade and International Systems**. Cambridge: Ballinger, 1975.

⁴³⁴ WULF, Herbert (Ed.). **The Arms Industry Limited**. New York: Oxford university Press, 1993

⁴³⁵ PELEG, I. Military Production in Third World Countries: A Political Study. In: MCGOWAN, P.; KEGLEY, E (Eds.). **Threats, Weapons, and Foreign Policy**. Beverly Hills: Sage, 1980.

⁴³⁶ NEUMAN, Stephanie. International Stratification and third World Military Industries. **International organization**, Vol. 38, N° 1, Winter, 1984.

e a concentração das capacidades produtivas no setor bélico intensificaram-se: “dada a estrutura atual do setor industrial militar global, a maioria dos governos tem poucas opções além de acomodar as preferências políticas dos EUA”⁴³⁷.

Looney e Fredericksen⁴³⁸ deram seguimento à investigação de Neuman restringindo-se, contudo, aos produtores de armamentos latino-americanos – Neuman incluiu também produtores do Oriente Médio e Sul da Ásia. Embora tenham reafirmado a relevância dos fatores de escala apontados por Neuman, Looney e Fredericksen incluíram variáveis macroeconômicas ignoradas até então. De tal forma, consideraram, por exemplo, o crescimento no comércio internacional. Os autores concluem que o acesso a divisas estrangeiras é condição necessária ao início da produção de armamentos. O resultado é similar àquele encontrado por Rosh⁴³⁹ alguns anos depois. Este, apresentou evidência estatística de que países com economias mais diversificadas são mais prováveis de se engajarem na produção de armamentos.

Desde fins dos anos 1980, a literatura sobre a produção de armamentos tem se dedicado aos efeitos da reestruturação no setor⁴⁴⁰. O enfoque predominante, e preocupação quase transversal entre os trabalhos, é a identificação das estratégias disponíveis aos produtores face aos crescentes custos de produção *vis-à-vis* a orçamentos militares declinantes⁴⁴¹. Entretanto, é necessário sublinhar que pouca atenção foi concedida às consequências deste processo sobre os produtores periféricos. Majoritariamente, essa literatura limitou-se aos países europeus, à Rússia e aos Estados Unidos. Uma das principais exceções é Ian Anthony, que se propôs a analisar a produção bélica de 12 países em desenvolvimento entre 1965 e 1990⁴⁴². Os dados de então já eram suficientes para anunciar a crise vindoura na produção sul-americana:

Estudos sobre produtores emergentes conduzidos no início dos anos 1980 identificaram que as indústrias bélicas na América Latina, particularmente na Argentina e Brasil, estavam em crescimento. Entretanto, a manutenção da capacidade atual, cuja grande parte esta ociosa, permanece uma questão aberta

⁴³⁷ NEUMAN, Stephanie. Power, Influence, and Hierarchy: Defense Industries in a Unipolar World. **Defense and Peace Economics**. Vol. 21, No.1, Feb., 2000, p. 130.

⁴³⁸ LOONEY, Robert; FREDERIKSEN, P. C. Profiles of Current Latin American Arms Producers. **International Organization**. Vol. 40, 1987.

⁴³⁹ ROSH, Robert M. Third World Arms Production and the Evolving Interstate System. **The Journal of Conflict Resolution**. Vol. 34, No. 1, Mar., 1990.

⁴⁴⁰ WULF, Herbert (Ed.). **The Arms Industry Limited**. New York: Oxford university Press, 1993; BRZOSKA, Michael; LOCK, Peter (Eds.). **Restructuring of Arms Production in Western Europe**. New York: Oxford university Press, 1992.

⁴⁴¹ SKÖNS, Elizabeth; WULF, Herbert. The Internationalization of the Arms Industry. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Vol. 535, September, 1994.

⁴⁴² Argentina, Brasil, Chile, Egito, Índia, Indonésia, Israel, Paquistão, Cingapura, África do Sul, Coréia do Sul e Taiwan.

nos primeiros anos da década de 1990. A aquisição de novas capacidades é muito improvável.⁴⁴³

Com base nos dados fornecidos por Anthony, Kinsella oferece uma das poucas investigações econométricas sobre os determinantes da produção bélica em países em desenvolvimento⁴⁴⁴. Seus resultados indicam que a capacidade industrial e a importação de sistemas de armas são as duas variáveis preponderantes na produção doméstica. Entretanto, Yesilyurt *et al*⁴⁴⁵ apresenta conclusões distintas. Seu estudo encontra que as exportações de armamentos e o Produto Interno Bruto *per capita* são os principais determinantes à produção bélica. Uma possível explicação à divergência diz respeito à amostra de países analisados por Kinsella, dado que a produção de armamentos em países em desenvolvimento usualmente associa-se à importação de diversos insumos de maior intensidade tecnológica.

O estudo proposto por este capítulo visa contribuir à literatura da área em duas dimensões. A primeira delas é remediar a relativa ausência de trabalhos quantitativos sobre a América do Sul. Como já afirmamos, há diversos estudos escritos sobre a sub-região, mas de recorte metodológico qualitativo. Propomos que a utilização de instrumentos quantitativos, tão disseminados na literatura da área, podem expandir nosso entendimento sobre o fenômeno ao complementar os estudos qualitativos já existentes. A segunda contribuição é a construção de uma nova base de dados sobre a produção de armamentos nesses países. Um dos principais impedimentos à condução de pesquisas nesta área deve-se à indisponibilidade de informações. Portanto, a disposição de dados inéditos contribui não somente a este capítulo, mas às pesquisas futuras acerca do tema.

5.2 Estratificação Internacional e Produção de Armamentos

No início dos anos 1990, Keith Krause⁴⁴⁶ ofereceu um dos principais esforços teóricos sobre a estratificação internacional na produção de armamentos. Em “*Arms and the State*”, Krause propõe uma abordagem histórico-estrutural à produção e transferência de armamentos;

⁴⁴³ ANTHONY, Ian. The ‘Third Tier’ Countries: Production of Major Weapons. In: WULF, Herbert (Ed.). **The Arms Industry Limited**. New York: Oxford university Press, 1993, p. 373.

⁴⁴⁴ KINSELLA, David. Arms Production in the Third Tier: An Analysis of Opportunity and Willingness. **International Interactions**. Vol. 26, No. 3, 2000.

⁴⁴⁵ YESILYURT, Filiz; GÜLOĞLU, Bülen; YESILYURT, Ensar. The Determinants of Arms Production. **Defence and Peace Economics**. Vol. 25, No. 2, p.205-211, 2014.

⁴⁴⁶ KRAUSE, Keith. **Arms and the state: patterns of military production and trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

aproximação apenas ensaiada anteriormente pelos Estudos de Paz⁴⁴⁷. Com efeito, o estudo Krause buscou explicar a emergência de uma estrutura internacional na produção de armamentos estratificada. Sumariamente, sua teoria postula que:

1) O sistema internacional de transferência de armas está sujeito a uma série de "revoluções tecnológicas" cíclicas que são catalisadas pela difusão imperfeita de uma nova tecnologia em todo o sistema; 2) À medida que o sistema evolui, ele manifesta uma estrutura consistente de três camadas que é obscurecida durante períodos de rápida mudança tecnológica (após uma revolução tecnológica); 3) O sistema atual (pós-1945) está localizado em um desses períodos de mudança rápida, mas está evoluindo para uma estrutura mais "normal"; 4) **A evolução futura do sistema atual seguirá padrões anteriores de difusão imperfeita tanto para as tecnologias como para as técnicas de produção de armas.**⁴⁴⁸ (grifo nosso)

Em termos gerais, os diferentes estamentos de produção são definidos pelos seguintes critérios: os produtores da primeira camada expandem a fronteira tecnológica pela inovação; os da segunda reproduzem tais armamentos sofisticados e os adaptam às demandas específicas do mercado; ao passo que a terceira camada está restrita à cópia e reprodução das tecnologias já existentes, incapaz de capturar o processo de inovação ou adaptação subjacente. O trecho em negrito do excerto acima esclarece que a formação dessas camadas resulta das assimetrias na capacidade de incorporação do progresso técnico. Este também é o determinante da estratificação internacional entre as economias, tal qual proposta pelo estruturalismo cepalino e posteriormente incorporada pela abordagem do Sistema-Mundo. A seguir, Adolfo Gurrieri comenta sobre a divisão internacional do trabalho e pondera a difusão do progresso técnico em sua dinâmica:

A especial forma de inserção de cada país periférico no sistema internacional influi assim de maneira decisiva em sua estrutura econômica e o tipo e ritmo de desenvolvimento econômico [...]. Geralmente esta inserção dos países periféricos no sistema global permite só uma penetração lenta e irregular do progresso técnico. Lenta, porque só atinge a proporção minoritária da força de trabalho; irregular, porque penetra só aqueles setores econômicos da periferia que interessam aos centros. **Assim, a especialização da produção e a heterogeneidade estrutural que caracterizam as economias da periferia são o resultado da lenta e irregular penetração do progresso técnico.**⁴⁴⁹ (grifo nosso)

⁴⁴⁷ ØBERG, Jan. Arms trade with the third world as an aspect of imperialism. **Journal of Peace research**, Vol. 12, Nº 3, 1975; ØBERG, Jan. Third World armament: domestic arms production in Israel, South Africa, Brazil, Argentina and India 1950-75. **Instant Research on Peace and Violence**. Vol. 5, Nº 4, 1975, p. 222-239; LUCKHAM, Robin. Militarism: force, class, and international conflict. **The IDS bulletin**, 1977; LUCKHAM, Robin. Militarism arms and the internationalization of capital. **The IDS bulletin**, 1977.

⁴⁴⁸ KRAUSE, Keith. The Political Economy of the International Arms Transfer System: The Diffusion of Military Technique via Arms Transfers. **International Journal**, Vol. 45, No. 3, Summer, 1990, p. 689.

⁴⁴⁹ GURRIERI, Adolfo. Technical progress and its fruits: the idea of development in the works of Raul Prebisch. **Journal of Economic Issues**. Vol. 17, N. 2, jun. 1983, p. 393.

Isto é, o elemento de diferenciação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento é o mesmo em curso na estratificação dos produtores de armamentos. Não por outro motivo, há uma equivalência entre as três camadas propostas por Krause e a divisão do Sistema-Mundo entre Centro, Periferia, e Semiperiferia tal qual trabalhada por Immanuel Wallerstein⁴⁵⁰. Não obstante, a paridade é apenas fortuitamente reconhecida por Krause⁴⁵¹ em seu livro.

A Wallerstein, a principal característica do Sistema-Mundo é a divisão internacional do trabalho entre o Centro, produtor de bens manufaturados, e as áreas periféricas, produtoras de bens de baixo valor agregado. As áreas semiperiféricas têm sua estrutura econômica heterogênea e comercializam produtos tanto com o Centro, quanto com a Periferia. Ao fim e ao cabo, a segregação é fundamentada na distribuição do capital – as áreas centrais especializam-se em atividades de capital-intensivo, enquanto as periféricas em atividades e trabalho-intensivo. Conseqüentemente, países periféricos dificilmente podem engajar-se em atividades de produção avançadas, tais como a produção de armamentos. A esse respeito, Chase-Dunn e Rubinson esclarecem as discrepâncias entre as camadas:

A produtividade varia de acordo com a proporção de capital constante (planta, matérias-primas e maquinaria) para capital variável (a quantidade de força de trabalho) incorporada na produção de acordo com a capacidade das máquinas para transformar matérias-primas e de acordo com os níveis de habilidade de trabalho. Nos países do Centro, a proporção do capital constante para o capital variável é maior (**a produção é intensiva em capital**) e tanto o maquinário empregado como o trabalho médio empregado é mais produtivo do que nos países periféricos. Nestes, **a produção é intensiva em mão-de-obra**, e a capacidade média das máquinas e habilidades do trabalho é menor.⁴⁵² (grifo nosso)

A divisão entre Centro e Periferia utilizada por Wallerstein foi originalmente elaborada por Raúl Prebisch⁴⁵³. Em “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Problemas Principais”⁴⁵⁴, Prebisch argumentou que o principal mecanismo de perpetuação dessa diferenciação estrutural é a deterioração dos termos de troca. A especialização econômica em mercadorias primárias, combinada a uma taxa de progresso técnico baixa, foi a principal

⁴⁵⁰ WALLERSTEIN, Immanuel. *World-System Analysis: An Introduction*. Durham: Duke University Press, 2006.

⁴⁵¹ KRAUSE, Keith. The Political Economy of the International Arms Transfer System: The Diffusion of Military Technique via Arms Transfers. *International Journal*, Vol. 45, No. 3, Summer, 1990, p. 10.

⁴⁵² CHASE-DUNN, Christopher; RUBINSON, Richard. Toward a Structural Perspective on the World-System. *Politics & Society*. Vol. 7, N. 4, 1977, p. 459.

⁴⁵³ PREBISCH, Raúl. *Interpretación del proceso de desarrollo latinoamericano en 1949*. Santiago: ECLAC, 1973.

⁴⁵⁴ PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Problemas Principais. *Boletín económico de América Latina*. Vol. 7, N. 1, Santiago do Chile, 1962.

causa do atraso econômico latino-americano⁴⁵⁵. Prebisch observou que, desde o século XIX, o preço das *commodities* em relação aos produtos manufaturados depreciou-se – à medida que o preço dos produtos exportados mostrou uma tendência declinante, os bens manufaturados, importados pelos países periféricos, valorizou-se em contrapartida. A tese de Prebisch assemelhava-se aos trabalhos prévios assinados por Singer⁴⁵⁶, de modo que a hipótese sobre os efeitos deletérios da especialização econômica em bens primários fora posteriormente batizada de Prebisch-Singer. A deterioração dos termos de troca guarda consequências às possibilidades de produção de armamentos na Periferia, de modo que retornaremos a este argumento mais adiante.

Sendo uma atividade de capital-intensivo, a produção de armamentos restringe-se aos países nos quais o capital, se não em abundância, está minimamente presente. Causa estranhamento que a literatura sobre a produção de armamentos tenha concedido menor atenção a esse aspecto em seus estudos empíricos⁴⁵⁷. Como afirmamos anteriormente, a maior parte dos estudos sobre a indústria bélica apoiou-se em diferentes mensurações do Produto Interno Bruto para determinar os níveis de produção, como vimos em Yesilyurt *et al*⁴⁵⁸ e Neuman⁴⁵⁹. Entretanto, esse desenho metodológico ignora um aspecto crucial da dinâmica econômica na Periferia, de modo que convém decompor os elementos do Produto Interno Bruto para ilustrar nossa posição. O PIB, convencionalmente referido na literatura econômica pela letra Y , é assim definido na função de produção de Cobb-Douglas:

$$Y_t = AK_t^\alpha L_t^{1-\alpha}$$

Onde A é a produtividade total dos fatores, K é o estoque de capital e L é a força de trabalho. Por conseguinte, um aumento no Produto Interno Bruto pode ser atribuído a um incremento em qualquer uma dessas três variáveis. Um aumento na relação entre capital e força

⁴⁵⁵ BRICEÑO RUIZ, José. Raúl Prebisch e a contribuição latino-americana para a teoria das relações internacionais. In: COSTA LIMA, Marcos; VILLA, Rafael Duarte; REIS, Rossana Rocha; MEDEIROS, Marcelo de Almeida Medeiros (Eds.). **Teóricos das Relações Internacionais**. São Paulo: HUCITEC, 2010, p. 177–219.

⁴⁵⁶ SINGER, H. W. U.S. foreign investment in underdeveloped areas: The distribution of gains between investing and borrowing countries. **American Economic Review**. Vol. 40, 1950.

⁴⁵⁷ Uma exceção notória é BRAUER, Jurgen. Arms production in developing nations: The relation to industrial structure, industrial diversification, and human capital formation. **Defence Economics**. Vol. 2, N. 2, 1991, p. 165-175.

⁴⁵⁸ YESILYURT, Filiz; GÜLOĞLU, Bülen; YESILYURT, Ensar. The Determinants of Arms Production. **Defence and Peace Economics**. Vol. 25, No. 2, p.205-211, 2014.

⁴⁵⁹ NEUMAN, Stephanie. International stratification and third world military industries. **International organization**, Vol. 38, N° 1 (winter), 1984, p. 169-181.

de trabalho (K/L), por exemplo, contribuirá, até certo ponto⁴⁶⁰, a um aumento de produtividade que, por sua vez, aumentará o Produto Interno Bruto, Y . O inverso também é verdadeiro, pois um aumento na força de trabalho também poderá acarretar na expansão da economia. Sem embargo, aqui reside a especificidade à qual fizemos menção: é bem possível que uma economia periférica, pelos constrangimentos em curso à formação de capital, se expanda por uma oferta maior na força de trabalho, L . Esse foi o caso, por exemplo, do Brasil nos anos 2000. Em estudo comparativo com os Estados Unidos, Maia e Menezes apontam que:

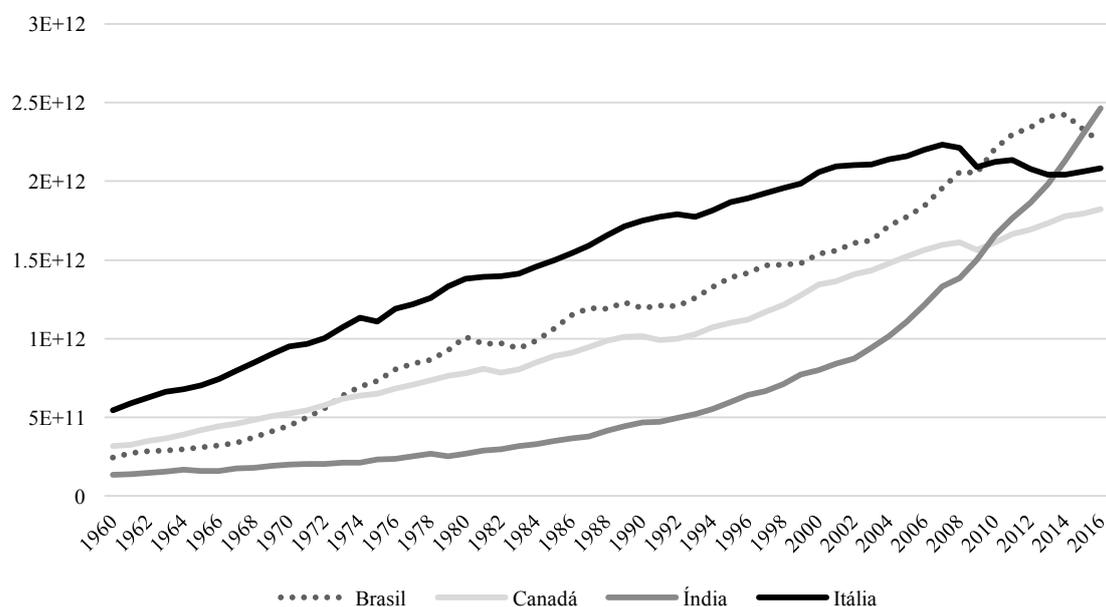
[...] o crescimento econômico no Brasil tem sido relacionado a uma incorporação massiva de mão-de-obra em atividades de trabalho-intensivo, enquanto que, nos Estados Unidos, o crescimento deu-se em decorrência de uma melhora substancial na produtividade do trabalho em atividades de alta tecnologia. Apesar do contexto econômico favorável na década de 2000, grandes desigualdades entre esses países se ampliaram, uma vez que a estrutura do mercado de trabalho brasileiro permaneceu com poucas ou nenhuma mudança.⁴⁶¹

Na medida em que a economia se expande pela maior oferta de força de trabalho, essa torna-se de trabalho-intensivo. Sendo assim, o fator de produção responsável pelo crescimento não está necessariamente comprometido em atividades de capital-intensivo, como a produção de armamentos. Vejamos os gráficos a seguir que reiteram nosso argumento. No primeiro, temos o a evolução do Produto Interno Bruto brasileiro, italiano, indiano e canadense. Esses quatro países, apesar de terem economias de dimensões similares, possuem capacidades de produção bélica distintas, como o gráfico 17 ilustra. Logo, a explicação dessa diferença não reside no tamanho da economia, mas em sua composição; ou seja, nas diferentes combinações entre os fatores produtivos disponíveis a cada país.

⁴⁶⁰ O aumento da produção, no entanto, ocorre apenas até certo ponto, uma vez que aumenta a uma taxa decrescente. A produção aumentará com a adição de capital até atingir o ponto ótimo, ou ponto de equilíbrio, onde maximiza o retorno do capital por trabalhador. Assim, o crescimento da produção não é absoluto, mas marginal.

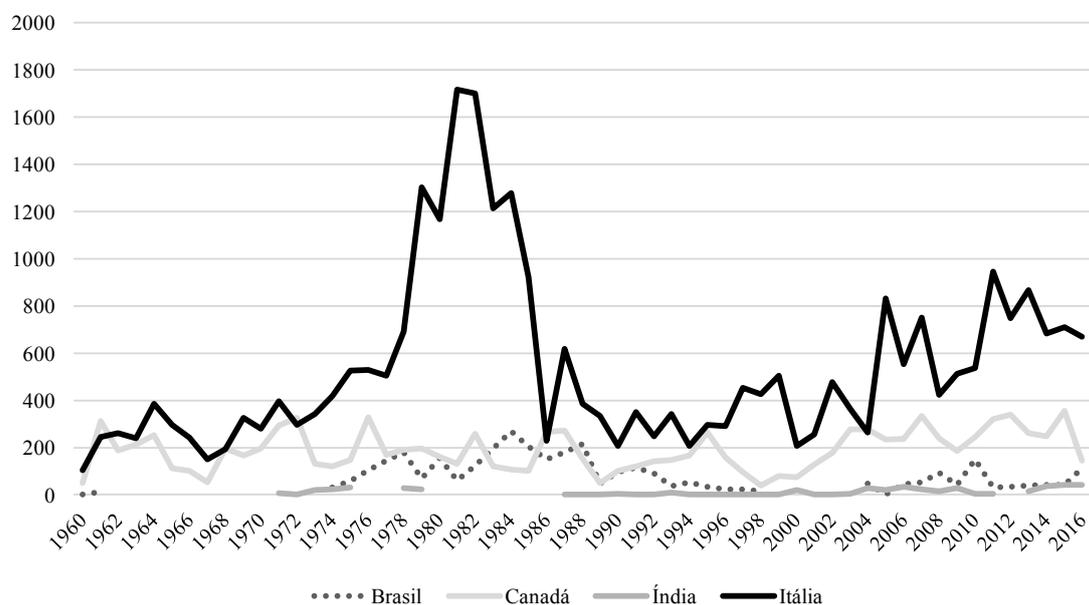
⁴⁶¹ MAIA, Alexandre Gori; MENEZES, Esther. Economic growth, labor and productivity in Brazil and the United States: a comparative analysis. **Rev. Econ. Polit.** Vol. 34, N. 2, 2014, p. 212-229.

**Gráfico 19 - Produto Interno Bruto Brasil, Canadá, Índia e Itália
(Dólares em Valores Constantes de 2010)**



Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos pelo Banco Mundial

Gráfico 20 - Exportações de Armamentos Brasil, Canadá, Índia e Itália



Fonte: Elaboração própria com base nos dados fornecidos pelo SIPRI. Exportações de sistemas de armas estão calculadas em Valores Indicadores de Tendência (*Trend Indicator Values*) expressados em milhões de dólares a valores constantes de 1990.

Por isso, estudos econométricos que não considerem a composição do Produto Interno Bruto entre seus fatores de produção – capital e trabalho – poderão incorrer em associações espúrias por ignorarem uma idiosincrasia do processo econômico periférico. Amiúde, esses

estudos comparam apenas o tamanho da economia, muito embora o mais apropriado seria comparar capacidades de produção. Os dois fatores estão relacionados, mas não necessariamente. Neste estudo, propomos remediar essa debilidade ao incluir como variável de interesse o valor de produção das manufaturas em relação ao Produto Interno Bruto – medida de capacidade industrial – na determinação da produção de armamentos na América do Sul.

5.3 Dados

Os dados referentes à contribuição da produção das manufaturas ao Produto Interno Bruto foram facilmente encontrados, uma vez que são fornecidos pelo Banco Mundial. A propósito da produção de armamentos, entretanto, os dados tiveram que ser construídos a partir de diversas fontes. Os valores fornecidos pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) apreendem somente parte da produção bélica doméstica, haja vista que registram apenas as transferências internacionais de armamentos, ignorando aquilo que é comprado internamente pelo próprio Estado. Tal deficiência é também identificada por Smith e Tasiran⁴⁶². Por sua vez, Yesilyurt *et al*⁴⁶³ buscara remediar essa lacuna ao utilizar o *International Standard Industrial Classification* (ISIC), código 2927 para armamentos e munições, como base de dados para a produção industrial bélica. Não obstante, como os próprios autores reconhecem, os números utilizados padecem de diversas debilidades, sendo uma das mais problemáticas o número restrito de armamentos coberto pelo ISIC.

Valores sobre a produção doméstica de armamentos na América do Sul são encontrados de modo ocasional na literatura. Maldifassi e Abetti⁴⁶⁴ fornecem algumas cifras e propõem uma estimativa das compras domésticas para Argentina, Brasil e Chile entre 1969 e 1988. Contudo, os cálculos são baseados na pressuposição de custos mínimos por soldado⁴⁶⁵, o que também fragiliza as conclusões alcançadas pelo estudo. Neste capítulo, utilizamos uma nova base de dados por nós construída sobre a produção de armamentos na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela entre 1960 e 2015. Os dados sobre as compras domésticas foram coletados a partir da análise de diversas edições de publicações especializadas em inventários

⁴⁶² SMITH, Ron P.; TASIRAN, Ali. Random coefficients models of arms imports. **Economic Modelling**. Vol. 27, N. 6, 2010, p. 1522-1528.

⁴⁶³ YESILYURT, Filiz; GÜLOĞLU, Bülen; YESILYURT, Ensar. The Determinants of Arms Production. **Defence and Peace Economics**. Vol. 25, No. 2, p.205-211, 2014.

⁴⁶⁴ MALDIFASSI, José Alberto; Pier, ABETTI. **Defense Industries in Latin American Countries: Argentina, Brasil and Chile**. Westport: Praeger, 1994.

⁴⁶⁵ Para mais detalhes sobre os cálculos, ver MALDIFASSI, José Alberto; Pier, ABETTI. **Defense Industries in Latin American Countries: Argentina, Brasil and Chile**. Westport: Praeger, 1994, p. 166-167.

militares, tais como *Jane's All the World's Aircraft*⁴⁶⁶, *Jane's All the World's Fighting Ships*⁴⁶⁷, *Conway's All the World's Aircraft*⁴⁶⁸, e *Military Balance*⁴⁶⁹. Cabe ressaltar que tais publicações também são utilizadas pelo SIPRI para a construção de suas bases de dados. Adicionalmente, também tivemos acesso à base de dados interna do SIPRI, onde algumas aquisições domésticas também são listadas, porém não disponibilizadas publicamente.

As aquisições domésticas identificadas nas publicações supracitadas foram transformados em *Trend Indicator Values* (TIV), unidade de medida utilizada pelo SIPRI para mensurar as transferências internacionais de armamentos. A adoção da mesma metodologia nos permite cruzar nossos dados com as cifras de importações e exportações fornecidas pelo instituto. Por conseguinte, a produção total de armamentos – variável dependente de nosso estudo – foi construída a partir da soma das compras domésticas com as exportações. Fossem unidades de medida diferentes, essa adição não seria possível. Sobre os valores das exportações, uma adequação importante foi feita, dado que incluímos apenas aquelas cujo armamento transferido foi produzido domesticamente. É usual que os países exportem materiais de segunda mão, fabricados em outros países. Portanto, esses equipamentos não correspondem à produção doméstica. Por isso, todas essas transferências foram excluídas.

Nosso estudo, entretanto, demanda que façamos um *caveat* metodológico de suma importância. Os *Trend Indicator Values* utilizados pelo SIPRI, apesar de amplamente utilizados pela literatura, possuem debilidades e, por isso, sua utilização e interpretação requerem cautela. Destacamos duas fragilidades: 1) os TIV não incorporam variações nos custos de produção. Um determinado veículo blindado, por exemplo, terá custos de produção distintos em 1973 e 1990; porém, essa variação é ignorada pelos *Trend Indicator Values*. Em decorrência, esses custos são subestimados; e 2) os TIVs não são valores financeiros. Por isso, analisá-los juntamente a variáveis econômicas como Produto interno Bruto torna-se tarefa arriscada. Nossos resultados devem ser lidos dentro dessas limitações. Os *Trend Indicator Values*, até a escrita desta tese, são a principal medida utilizada para o estudo das transferências internacionais de armamentos. Nosso esforço, ademais de apresentar resultados, também explora os limites dos TIV's como unidade de medida à produção de armamentos. Isto,

⁴⁶⁶ IHS. **Jane's All the World's Aircraft**. London: Jane's Information Group. Várias edições.

⁴⁶⁷ IHS. **Jane's All the World's Fighting Ships**. London: Jane's Information Group. Várias edições.

⁴⁶⁸ GARDINER, Robert (Ed.). *Conway's All the World's Aircraft*. London: Conway's Maritime Press, Várias edições

⁴⁶⁹ THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Military Balance**. London: Ed. Brassey's, Várias edições.

sabemos, fragiliza eventuais conclusões que nossa regressão apresente. Não obstante, é mister que sejamos claros sobre o alcance explicativo de nossos dados e conclusões.

Tabela 15 – Estatística Descritiva

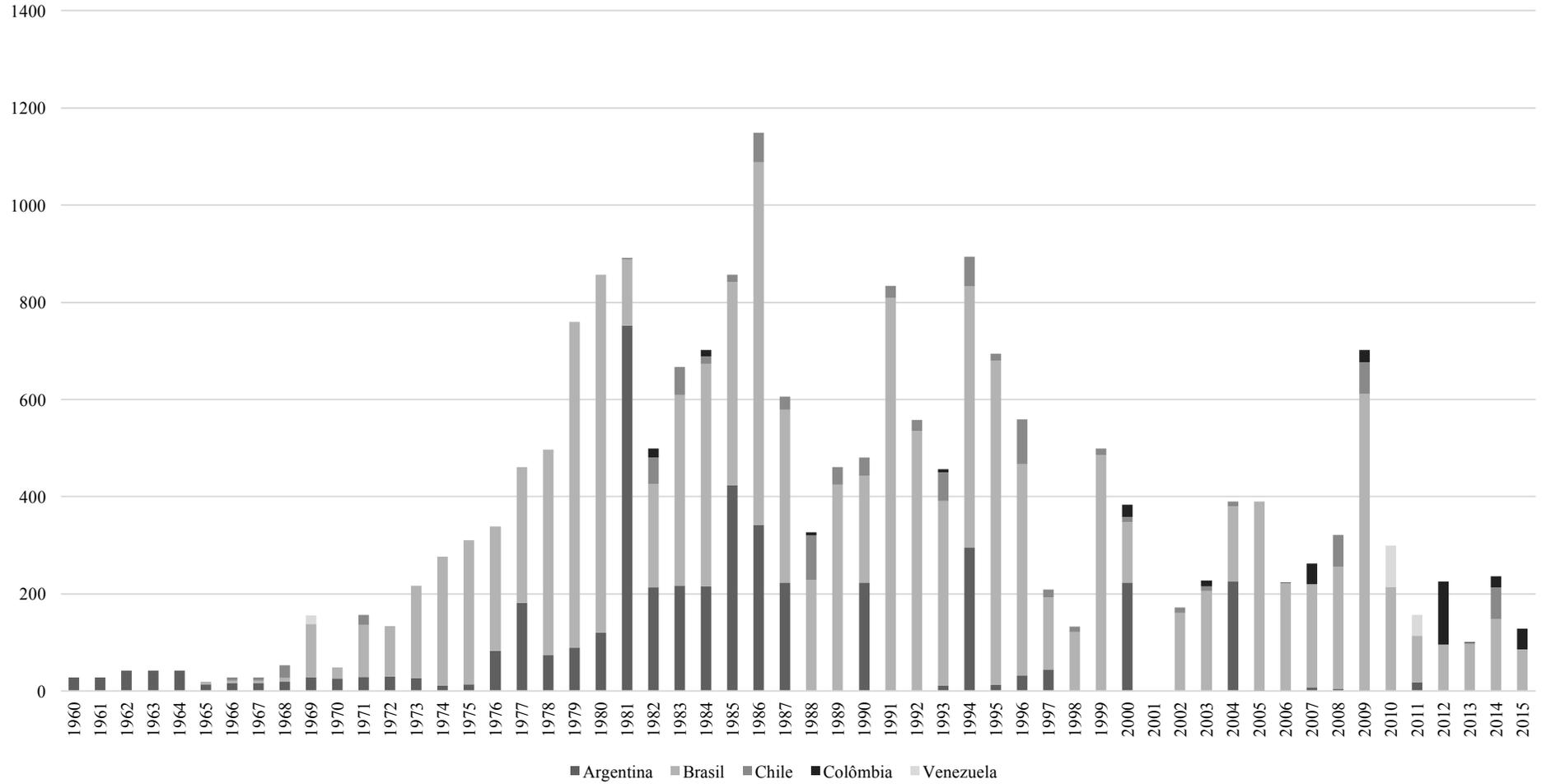
	Média	Desvio Padrão	Min.	Max.	Obs.
Produção Total	72.17677	150.0209	0	808.623	280
Exportações	11.78879	37.67526	0	274.54	280
Importações	348.9034	384.0066	0	2392.82	280
Gastos Militares Manufaturas (% PIB)	6755.181	5606.786	228.056	25201.2	280
Produto Interno Bruto	21.28718	6.716727	11.6979	41.18416	260
	2.08e+11	3.97e+11	24.18961	2.62e+12	280

Informações sobre os gastos militares, assim no capítulo anterior, também foram coletadas da base de dados disponibilizada pelo SIPRI⁴⁷⁰. A inclusão dessa variável é consistente com a literatura sobre o tema. No entanto, também aqui, algumas dificuldades devem ser enunciadas. A maior parte dos gastos militares nestes países é dedicada ao pagamento de pessoal, o que inclui os soldos e os custos das pensões. Portanto, somente uma parcela diminuta é alocada às atividades de produção, pesquisa e desenvolvimento de armamentos. Interessar-nos-ia incluir em nossa regressão apenas os investimentos realizados nesses setores, uma vez que suas variações impactam mais diretamente a produção de armamentos. Sem embargo, essa informação não está disponível, uma vez que os dados fornecidos pelo SIPRI representam apenas os valores dos investimentos totais. A mesma dificuldade é sublinhada por Kinsella⁴⁷¹. A construção desses dados é certamente uma lacuna que pesquisas futuras devem buscar preencher.

⁴⁷⁰STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **Military Expenditure Database**. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Acesso em: 14 de jan. de 2018.

⁴⁷¹KINSELLA, David. Arms Production in the Third Tier: An Analysis of Opportunity and Willingness. **International Interactions**. Vol. 26, No. 3, 2000.

Gráfico 21 - Produção de Armamentos na América do Sul 1960 -2015



5.4 Estratégia Empírica

Em sua formulação mais geral, nosso modelo é o seguinte:

Modelo 1

$$\ln PA_{it} = \alpha_i + \beta_1 GM_{i,t} + \beta_2 \ln Man_{i,t} + \beta_3 \ln Exp_{i,t} + \beta_4 \ln Imp_{i,t} + \beta_4 \ln Y_{i,t} + \mu_{it}$$

Onde a produção total de armamentos (PA) é determinada pelos gastos militares (GM), pelo valor da produção das manufaturas em relação ao PIB (Man), pela exportação de armamentos (Exp), pela importação de armamentos (Imp) e pelo Produto Interno Bruto (Y). Todas as nossas variáveis foram transformadas para sua forma logarítmica e, portanto, os coeficientes da regressão representam a elasticidade entre as variáveis. Nós também testamos dois outros modelos, cuja única variação em relação ao primeiro reside na inclusão e exclusão das variáveis Man e Y:

Modelo 2

$$\ln PA_{it} = \alpha_i + \beta_1 GM_{i,t} + \beta_2 \ln Exp_{i,t} + \beta_3 \ln Imp_{i,t} + \beta_4 \ln Y_{i,t} + \mu_{it}$$

Modelo 3

$$\ln PA_{it} = \alpha_i + \beta_1 GM_{i,t} + \beta_2 \ln Man_{i,t} + \beta_3 \ln Exp_{i,t} + \beta_4 \ln Imp_{i,t} + \mu_{it}$$

Este estudo emprega uma análise de painel composta por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela, cobrindo o período entre 1960 e 2015. O termo α_i representa os efeitos específicos de cada país que não variam o tempo. De modo genérico, o termo é chamado de efeitos inobserváveis⁴⁷². Exemplos desses fatores são recursos naturais ou o tamanho do país. A inclusão dos efeitos específicos nos permite considerar idiossincrasias de cada país que afetam a produção de armamentos e não estão considerados no modelo como variáveis. Destarte, α_i apreende esses efeitos desconhecidos e remedia a ameaça da heterocedasticidade⁴⁷³.

⁴⁷² WOOLDRIDGE, Jeffrey. **Introductory Econometrics: A Modern Approach**. Mason: South-Western, 2013, p. 484.

⁴⁷³ Ver nota 373.

A inclusão do termo α_i também é encontrada em Kinsella⁴⁷⁴, cujo desenho metodológico é similar ao nosso.

Os efeitos apreendidos por α_i podem ser tratados como fixos ou aleatórios. Batalgi⁴⁷⁵ afirma que o modelo de efeitos fixos é mais apropriado se o estudo se restringir a um número específico de indivíduos, neste caso países, e se a inferência pretendida for restrita a este grupo. Para definirmos qual modelo é adequado aos nossos dados, conduzimos o Teste de Especificação de Hausman⁴⁷⁶, cujos resultados encontram-se no anexo 1. Seus resultados indicam inconsistência entre os coeficientes no modelo de efeitos individuais aleatórios; portanto, à nossa análise, a especificação de efeitos individuais fixos é mais apropriada.

Tabela 16 - Variáveis do Modelo: Medidas, Fontes e Sinais Esperados

Variável	Sinal Esperado	Forma	Fonte	Unidade de Medida
Gastos Militares (GM)	+	Logaritmo Natural	SIPRI	Dólares a Preços Constantes de 2015
Manufaturas como % do PIB (Man)	+	Logaritmo Natural	Banco Mundial	Percentual
Importação de Armamentos (Imp)	-	Logaritmo Natural	SIPRI	TIV a Valores de 2015
Exportação de Armamentos (Exp)	+	Logaritmo Natural	SIPRI	TIV a Valores de 2015
Produto Interno Bruto (Y)	+	Logaritmo Natural	Banco Mundial	Dólares a Preços Constantes de 2015

5.5 Análise Empírica e Interpretação dos Resultados

A interpretação dos coeficientes encontrados por nossa regressão sugere conclusões interessantes. A primeira delas é uma confirmação sobre a importância das exportações. No primeiro modelo o coeficiente desta variável é de 0.57, indicando que cada 10 por cento de incremento nas exportações está associado a 5.7 por cento de aumento na produção de armamentos. A relação estressa a relevância dos fatores de escala na produção. As limitações do mercado interno somadas aos altos custos fixos de produção⁴⁷⁷ tornam a inserção no mercado externo essencial para viabilizar a indústria doméstica. À vista disso, nossos resultados

⁴⁷⁴ KINSELLA, David. Arms Production in the Third Tier: An Analysis of Opportunity and Willingness. **International Interactions**. Vol. 26, No. 3, 2000.

⁴⁷⁵ BATALGI, Badi. **Econometric Analysis of Panel Data**. West Sussex: John Wiley & Sons, 2005, p. 12.

⁴⁷⁶ HAUSMAN, J.A. Specification Tests in Econometrics. **Econometrica**. Vol. 46, N. 6, 1978, p. 1251-1271.

⁴⁷⁷ KIRKPATRICK, David. Trends in the Costs of Weapon Systems and the Consequences. **Defence and Peace Economics**. Vol. 15, N. 3, June, 2004, p. 259-273.

estão em concordância tanto com a literatura qualitativa, como visto em Fracalossi⁴⁷⁸, e Maldifassi e Abetti⁴⁷⁹, quanto com a quantitativa, exemplificada por Yesilyurt *et al*⁴⁸⁰. A propósito dos gastos militares, seus coeficientes também foram positivos e estatisticamente significativos nos três modelos, o que também confirma as explicações dadas pela literatura qualitativa⁴⁸¹ sobre a importância deste aspecto. Um aumento de 10 por cento no dispêndio está associado a uma expansão de 6.4 por cento na produção de armamentos.

Tabela 17 - Resultados das Regressões

	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	Coef.	Valor p	Coef.	Valor p	Coef.	Valor p
Exportações	0.57	0.000	0.66	0.000	0.58	0.000
Importações	0.64	0.000	0.25	0.000	0.30	0.000
Gastos Militares	0.30	0.002	0.74	0.006	0.71	0.000
Manufaturas como % do PIB	1.36	0.009			1.19	0.003
Produto Interno Bruto	0.18	0.585	-0.53	0.035		
	R ² = 0.37		R ² = 0.34		R ² = 0.37	

Os coeficientes das importações, por sua vez, jogam luz sobre o estágio da produção de armamentos na América do Sul. Seus valores são positivos e estatisticamente significativos; ou seja, há uma relação positiva e consistente entre a produção doméstica e a importação de armamentos. A evidência corrobora o estudo de Kinsella⁴⁸² sobre a produção de armamentos em países em desenvolvimento. No primeiro modelo, cada 10 por cento de incremento na importação de armamentos está associado a 6.4 por cento de aumento na produção doméstica. O resultado revela que a produção doméstica ainda carece em larga medida da importação de diversos equipamentos complementares, como motores, aviônicas e radares.

⁴⁷⁸ FRACALOSSO DE MORAES, Rodrigo. A Indústria de Defesa na Argentina. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Vol. 6, 2011, p. 49-61.

⁴⁷⁹ MALDIFASSI, José Alberto; Pier, ABETTI. **Defense Industries in Latin American Countries**: Argentina, Brasil and Chile. Westport: Praeger, 1994.

⁴⁸⁰ YESILYURT, Filiz; GÜLOĞLU, Bülen; YESILYURT, Ensar. The Determinants of Arms Production. **Defence and Peace Economics**. Vol. 25, No. 2, p.205-211.

⁴⁸¹ MELO, R. **Indústria de Defesa e Desenvolvimento Estratégico**: Estudo Comparado França-Brasil. Brasília: Funag, 2015.

⁴⁸² KINSELLA, David. Arms Production in the Third Tier: An Analysis of Opportunity and Willingness. **International Interactions**. Vol. 26, No. 3, 2000;

Para melhor compreender essa associação, convém considerarmos o modelo da “escada de produção” de armamentos, relativamente disseminado na literatura⁴⁸³. Na tabela 18, dispomos as descrições desses estágios feitas por três autores diferentes. As etapas iniciais, às quais os produtores da América do Sul geralmente se restringiram, demandam ainda a importação de diversos componentes. Se retomarmos a classificação dos produtores proposta por Krause, esses países estão associados à terceira e à segunda camadas de produção⁴⁸⁴. Somente em estágios mais avançados é que uma diminuição significativa nas importações é esperada. Desta forma, o coeficiente positivo por nós encontrado indica que a produção de armamentos na América do Sul, em geral, não alcançou capacidade suficiente para que houvesse uma relação inversa com as importações. Pelo contrário, o aumento na produção resultou no acréscimo das importações de equipamentos estrangeiros.

Tabela 18 – Escada de Produção de Armamentos

Richard Bitzinger ⁴⁸⁵	Andrew Ross ⁴⁸⁶	Keith Krause ⁴⁸⁷
Montagem de partes importadas	Manutenção e revisão local	Capacidade de manutenção simples
Produção parcial de armamentos sob licença	Montagem licenciada de partes importadas	Revisão, remodelação e capacidades de modificação rudimentar
Produção completa de armamentos sob licença	Montagem licenciada com algum componente local na produção	Montagem de componentes importados, produção licenciada simples
Modificação, redesenho, ou reprodução de sistemas de armas estrangeiros	Produção e montagem licenciada; desenvolvimento conjunto e produção de equipamentos menos avançados com parceiros estrangeiros	Produção local de componentes ou matérias-primas
Produção de sistemas de armas projetados domesticamente	Pesquisa e Desenvolvimento doméstico de armamentos menos sofisticados; produção licenciada de armamentos avançados	Montagem final de armas menos sofisticadas; alguma produção de componentes locais
	Desenvolvimento conjunto de armamentos avançados com parceiros estrangeiros	Coprodução ou produção completa licenciada de armas menos sofisticadas
	Pesquisa e Desenvolvimento doméstico de armamentos avançados	Melhorias limitadas para armas produzidas sob licença

⁴⁸³ BITZINGER, Richard. New ways of thinking about the global arms industry: Dealing with ‘limited autarky’. **Strategic Insights 98**. Australian Strategic Policy Institute. Novembro, 2015.

⁴⁸⁴ KRAUSE, Keith. **Arms and the state: patterns of military production and trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

⁴⁸⁵ BITZINGER, Richard. Op. Cit.

⁴⁸⁶ ROSS, Andrew. Dimensions of Third World Militarization. **Armed Forces & Society**. Vol. 13, 1987.

⁴⁸⁷ KRAUSE, Keith. Op. Cit.

	local advindas de em Pesquisa e Desenvolvimento
	Produção independente limitada de armas menos sofisticadas; produção limitada de armas mais avançadas
	Pesquisa e Desenvolvimento independente e produção de armas menos sofisticadas
	Pesquisa e Desenvolvimento independente e produção
	Pesquisa e Desenvolvimento completamente independente e produção

Fonte: elaboração própria com base nos autores referidos (ver notas 476, 477 e 478)

Muito embora a maioria das análises qualitativas apontarem a preponderância das exportações ou dos investimentos militares na produção de armamentos, nossos resultados acusam que o determinante cardinal na produção de armamentos na América do Sul é a capacidade industrial, em nosso modelo representada pela]o valor da produção de manufaturas em relação ao PIB. O coeficiente indica que cada 10 por cento de aumento no valor das manufaturas em relação ao PIB está associado a uma elevação respectiva de 13.6 por cento na produção de armamentos. Por sua vez, o Produto Interno Bruto não foi um fator expressivo, o que contraria as conclusões de Neuman⁴⁸⁸ e Yesilyurt⁴⁸⁹. Nos dois modelos em que o PIB foi considerado, seu coeficiente foi estatisticamente significativo apenas no segundo. O resultado confirma nosso argumento de que, no estudo da produção de armamentos, mais que o PIB, é necessário considerar a composição da economia. Os valores associados à variável manufatura em relação ao Produto Interno Bruto atestam que a produção bélica responde à intensificação do fator produtivo capital.

Nossos resultados nos levam a considerar alguns argumentos mais gerais, sendo o principal deles a hipótese Prebisch-Singer introduzida na segunda seção deste capítulo. Uma diversidade de estudos tem revisitado esse tema e encontrado evidências corroborantes. David Harvey *et al*⁴⁹⁰, por exemplo, publicaram um estudo em 2010 cujos resultados confirmam a

⁴⁸⁸ NEUMAN, Stephanie. International Stratification and third World Military Industries. **International organization**, Vol. 38, N° 1, Winter, 1984

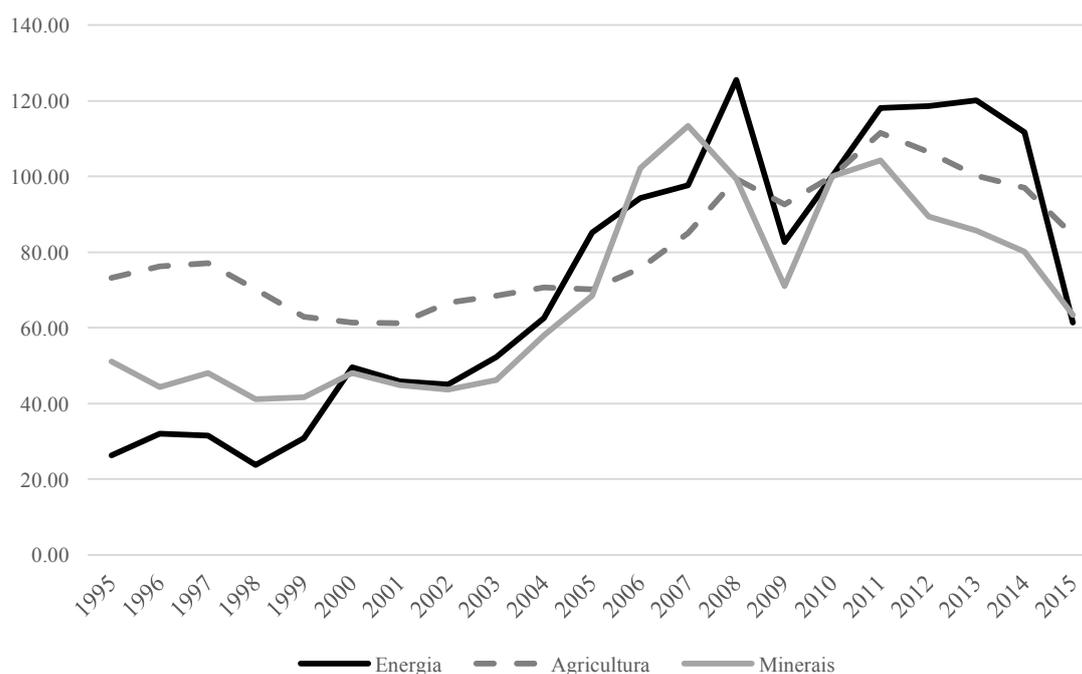
⁴⁸⁹ YESILYURT, Filiz; GÜLOĞLU, Bülen; YESILYURT, Ensar. The Determinants of Arms Production. **Defence and Peace Economics**. Vol. 25, No. 2, p.205-211.

⁴⁹⁰ HARVEY, David. KELLARD, Neil; MADSEN, Jakob; WOHR, Mark. The Prebisch-Singer Hypothesis: Four Centuries of Evidence. **The Review of Economics and Statistics**. Vol 92, N. 2, May 2010, p. 367–377.

hipótese da deterioração dos termos de troca proposta por Prebisch e Singer. Outros estudos que também validam a hipótese são Bloch e Sapsford⁴⁹¹, e Bunzel e Vogelsang⁴⁹².

A retomada dos estudos explorando a hipótese Prebisch-Singer é tributária da alta nos preços das *commodities* a partir de meados dos anos 2000⁴⁹³. À época, observou-se uma reprimarização da economia decorrente da intensificação dos setores de baixo valor agregado. De forma a maximizar os benefícios a curto prazo do *boom* das *commodities*, os países sul-americanos expandiram as parcelas desses produtos na pauta de exportação. A tabela 19 indica esse processo em três momentos distintos: 1995, 2003, e 2013. Todos os países selecionados, com exceção da Argentina, aumentaram a exportação de recursos naturais. O revés da estratégia revelou-se na primeira metade dos anos 2010, quando uma queda abrupta nos preços das *commodities* trouxe abaixo as taxas de crescimento até então mantidas.

Gráfico 22 - Preços das Commodities por Setor



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados fornecidos pelo Banco Mundial

⁴⁹¹ BLOCH, H.; SAPSFORD, D. Whither the terms of trade? An elaboration of the Prebisch-Singer hypothesis **Cambridge Journal of Economics**. Vol. 24, N. 4, July 2000, p. 461–481.

⁴⁹² BUNZEL, Helle; VOGELSANG, Timothy. Powerful Trend Function Tests That Are Robust to Strong Serial Correlation, With an Application to the Prebisch-Singer Hypothesis. **Journal of Business & Economic Statistics**. Vol. 23, N. 4, 2005.

⁴⁹³ CUDDINGTON, John; LUDEMA, Rodney; JAYASURIYA, Shamila. Prebisch-Singer Redux. **Office of Economics Working Paper**. United States International Trade Commission, Paper N. 2002 06-A, June, 2002.

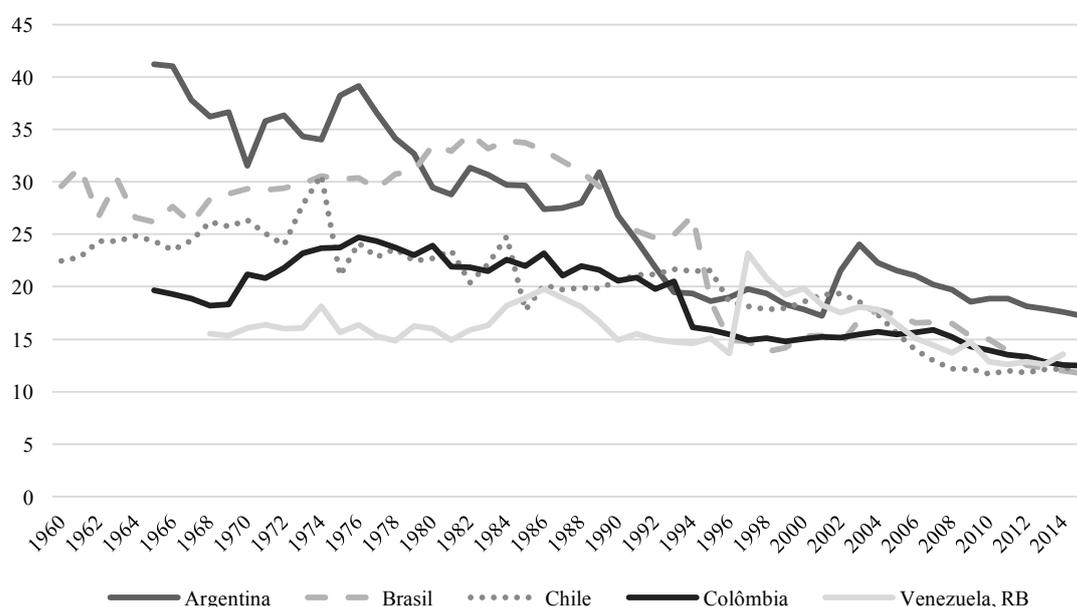
Tabela 19 - Percentual de Exportações de Produtos Baseados em Recursos Naturais

	Energia			Minerais			Agricultura			Total		
	1995	2003	2013	1995	2003	2013	1995	2003	2013	1995	2003	2013
Argentina	10,3	17,1	4,6	1,7	3,4	5,6	54,1	50,5	54,8	66,2	71	65
Bolívia	10,9	33,3	53,8	40,1	16,7	23,8	33,4	33,1	18,3	84,3	83,1	95,9
Brasil	0,9	5,2	7,4	11,3	9,1	18,1	33,7	33,1	37,4	45,9	47,4	62,9
Chile	0,2	2,7	0,9	49,5	42,3	59	37,2	36,7	27,1	86,9	81,7	87
Colômbia	27,2	37,2	66,8	6,8	6,2	5,1	36,2	22,9	11,4	70,2	66,3	83,3
Equador	35,1	43,2	56,6	2,5	0,4	2,7	54,8	46,3	34,5	92,4	89,9	93,8
Paraguai	2,7	6,8	15,4	0,3	0,4	1,4	80,3	82,2	74,4	83,3	89,4	91,2
Peru	4,9	7,4	13	50,2	53,7	59,1	31,3	22,3	17,1	86,4	83,4	88,2
Uruguai	1	1,6	0,5	0,9	1,5	1,6	59,1	63,7	74,9	61	66,8	77
Venezuela	73,6	78,9	91,4	7,5	5,5	1	3,2	1,7	0,3	84,2	86,2	91,7

Fonte: OCAMPO, José Antonio. Commodity-Led Development Latin America. In: CARBONNIER, G.; CAMPODÓNICO, G., H.; TEZANOS VÁZQUEZ, S. (Eds.). Alternative Pathways to Sustainable Development: Lessons from Latin America. **International Development Policy Series**. N.9 Geneva: Graduate Institute Publications, 2017.

As receitas das exportações das *commodities*, é bem verdade, geraram as reservas externas necessárias para os planos de modernização militar e às importações de armamentos observadas nos anos 2000. Porém, se benéfica à militarização por importações, a reprimarização teve efeitos nocivos à produção doméstica de armamentos. A preferência pela exportação de bens primários foi responsável por intensificar um processo de desindustrialização na sub-região em curso desde o fim dos anos 1980. Vejamos a seguir o valor da produção de manufaturas em proporção ao PIB.

Gráfico 23 - Valor da Produção de Manufaturas em Proporção do PIB



Fonte: Elaboração própria baseada nos dados fornecidos pelo Banco Mundial

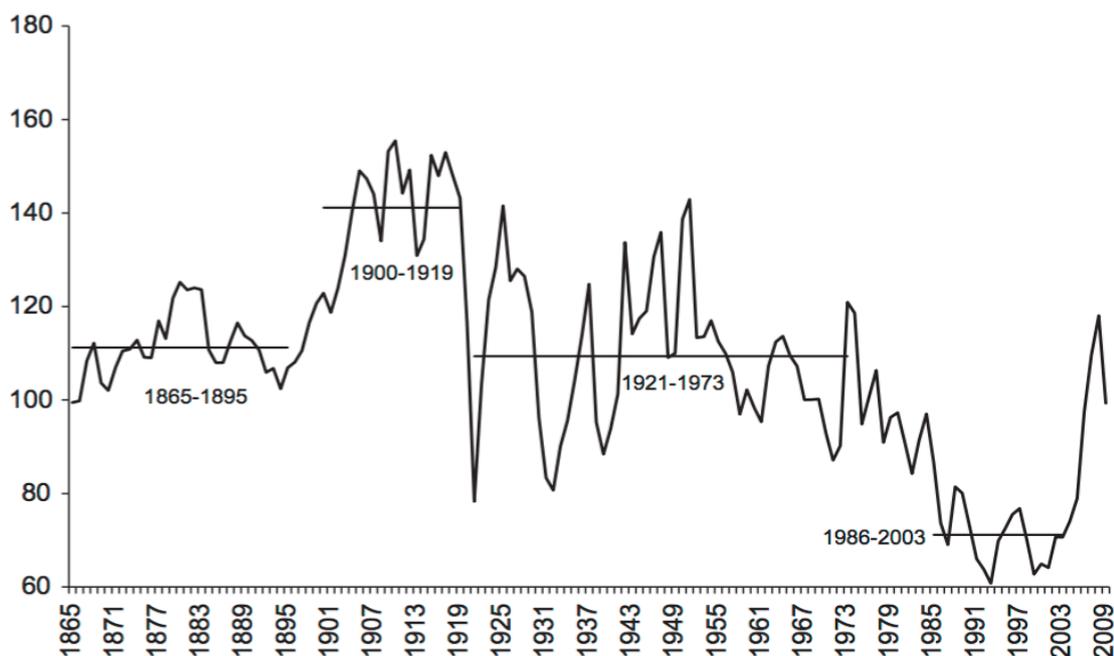
Muito embora o Estado tenha se disposto promover o desenvolvimento em diversos países sul-americanos nos anos 2000, a retomada de seu lugar de outrora não se traduziu em maiores níveis de industrialização. Ao contrário, emerge na literatura um consenso sobre a inépcia dos países sul-americanos em capitalizar os benefícios econômicos do *boom* das *commodities*. José Antonio Ocampo avalia o negativamente o desempenho da sub-região:

Em geral, a América Latina - e, em particular, a América do Sul - não conseguiu capturar completamente os benefícios da sua especialização em recursos naturais e enfrentou, em contraste, alguns efeitos estruturais negativos de tal dependência, notadamente a desindustrialização. Ainda mais importante, tem sido uma notável vítima das vulnerabilidades macroeconômicas geradas pelos ciclos de *commodities*, em grande parte

porque não conseguiu desenvolver as políticas macroeconômicas anticíclicas apropriadas.⁴⁹⁴

Sendo a produção de manufaturas em proporção ao PIB o principal determinante na produção de armamentos na América do Sul, seu declínio acentuado é um obstáculo expressivo às intenções dos países da sub-região em aumentar sua autonomia produtiva e política. No longo prazo, a hipótese Prebisch-Singer nos sugere ainda que, se mantida a importância econômica das *commodities*, as perspectivas de incremento das capacidades de produção bélica tornam-se ainda mais dubitáveis, haja vista a queda do valor destes produtos em relação às manufaturas. Há neste aspecto uma força de divergência severa entre os produtores de armamentos periféricos e os centrais: a deterioração dos termos de troca tende a enrijecer e aprofundar ainda mais a estratificação internacional entre as camadas⁴⁹⁵.

Gráfico 24 - Índice de Preços das Commodities 1865-2009 (1970-1979 = 100) (Excluindo Fósseis)



Fonte: OCAMPO, José Antonio. The terms of trade for commodities since the mid-19th century. **Journal of Iberian and Latin American Economic History**. Vol. 28, N.1, Spring, 2010, p. 19.

⁴⁹⁴ OCAMPO, José Antonio. Commodity-Led Development Latin America. In: CARBONNIER, G.; CAMPODÓNICO, G., H.; TEZANOS VÁZQUEZ, S. (Eds.). *Alternative Pathways to Sustainable Development: Lessons from Latin America*. **International Development Policy Series**. N.9 Geneva: Graduate Institute Publications, 2017

⁴⁹⁵ O gráfico 21 apresenta dados somente até o ano 2009. Infelizmente não encontramos estudo que apresente série histórica mais recente.

Gostaríamos ainda de apontar uma segunda força de divergência, cujos efeitos são igualmente expressivos: os custos fixos e por unidade na produção de armamentos têm indicado uma tendência crescente especialmente acentuada, compelida em grande medida pela competição militar entre os países centrais⁴⁹⁶. Em decorrência, a taxa de encarecimento nos sistemas de armas já supera o crescimento econômico mesmo de países desenvolvidos. Àqueles em desenvolvimento, dependentes das exportações de *commodities*, as consequências são ainda mais severas.

Thomas Scheetz ateu-se à relação entre as receitas fiscais do Estado e a tendência crescente nos custos de produção dos armamentos, à qual ele chamou de “malthusianismo militar”. O intuito de Scheetz ao utilizar esse termo foi ressaltar o contraste entre o crescimento exponencial dos custos unitários de produção e as limitadas receitas fiscais dos países em desenvolvimento⁴⁹⁷, apontadas por nós como relevantes desde o primeiro capítulo desta tese. O autor dá o exemplo do caso argentino: ao passo que desde 1950 os custos de produção dos armamentos têm aumentado em média 9 a 11 por cento anualmente⁴⁹⁸, o crescimento econômico argentino médio foi de apenas 1.73 por cento entre 1970 e 2001. Assumindo que a receita fiscal argentina se manteve na mesma proporção em relação ao PIB ao longo desse período, temos que também esses recursos tiveram baixo crescimento real: “Portanto, somos confrontados com um efeito malthusiano pelo qual, a longo prazo, a discrepância entre o custo unitário do equipamento militar e a capacidade do país de adquirir sistemas de armas para suas Forças Armadas tende a aumentar”⁴⁹⁹.

Se no longo prazo temos essas duas forças de divergência, no curto prazo a militarização financiada pelas receitas das exportações tem outras duas consequências principais. A primeira delas, já identificada desde as páginas iniciais desta tese, é sua disponibilidade apenas momentânea. Dado o caráter cíclico da precificação das *commodities*, a militarização que nestas receitas se baseia aproveita o período de abundância para renovar seus equipamentos e promover algumas iniciativas de manutenção ou coprodução bélica. Contudo, o planejamento no longo prazo, condizente ao setor de Defesa, é obstado pela eventual queda nos preços. Sobre

⁴⁹⁶ KIRKPATRICK, David. Trends in the Costs of Weapon Systems and the Consequences. **Defence and Peace Economics**. Vol. 15, N. 3, June, 2004, p. 259-273; KIRKPATRICK, David. The rising unit cost of defence equipment. The reasons and the results. **Defence and Peace Economics**. Vol. 6, N. 4, 1995, p. 263-288.

⁴⁹⁷ BESLEY, Timothy; PERSSON, Torsten. Why Do Developing Countries Tax So Little? **Journal of Economic Perspectives**. Vol. 28, N. 4, 2014, p. 99-120.

⁴⁹⁸ PUGH, P.G. The Procurement Nexus. **Defence Economics**. Vol. 4, N. 2, 1993, p. 179-194.

⁴⁹⁹ SCHEETZ, Thomas. The Argentine Defense Industry: An Evaluation. In: BRAUER, J; DUNNE J, p. (Eds.) **Arms Trade and Economic Development: Theory, Policy, and Cases in Arms Trade Offsets**. London: Routledge, 2004, p.201-202.

este aspecto, vimos seus efeitos no caso venezuelano no capítulo anterior. A segunda decorrência é que a especialização econômica na exportação de *commodities* possui efeitos deletérios na estrutura industrial doméstica. Essa resultante é conhecida na literatura econômica como Doença Holandesa⁵⁰⁰. As evidências sobre a ocorrência deste fenômeno na América do Sul no último decênio já se acumulam na literatura, como visto em Sara Wong e Marjan Petreski⁵⁰¹, Palma⁵⁰² e Bresser-Pereira⁵⁰³.

Tal qual o ciclo de militarização dos anos 2000 se relaciona a fatores econômicos externos, também a produção de armamentos da década de 1970 possui aspectos extrínsecos. O modelo econômico prevalecente à época fundamentava-se basicamente na expansão dos investimentos públicos. A acumulação de capital pelo Estado era peça fundamental na sustentação das altas taxas de investimento privado⁵⁰⁴. Todavia, os recursos necessários para que o Estado adotasse a postura demandada pelo setor privado eram limitados. A contribuição das receitas fiscais ao PIB – medida comumente usada para avaliar o esforço fiscal – era baixa quando comparada aos padrões mundiais. Ao comentar sobre esta restrição fiscal à acumulação de capital pelo Estado, Bulmer-Thomas caracteriza um quadro ao qual estamos familiarizados desde o primeiro capítulo:

O modesto esforço tributário na maioria dos países na América Latina tem uma variedade de explicações. Os interesses agrários resistiram com sucesso ao estabelecimento do imposto sobre a terra no século XIX, o que, por sua vez, empurrou a carga fiscal para impostos indiretos e regressivos⁵⁰⁵.

A exígua arrecadação doméstica coartou o Estado a buscar externamente as receitas necessárias à formação de capital, resultando em um endividamento externo massivo, como indicado na tabela 20. Embora tenha surtido efeitos positivos na produção de manufaturas e de

⁵⁰⁰ O termo “doença holandesa” foi cunhado ao final da década de 1970 para descrever os efeitos nocivos sobre a indústria holandesa decorrentes da descoberta de grandes reservas de gás natural no Mar do Norte nos anos 1960-70. O influxo moeda estrangeira proveniente das exportações de gás natural provocou a valorização da moeda holandesa, reduzindo a competitividade de suas indústrias e causando, por conseguinte, uma onda de desindustrialização. Entende-se, portanto, “doença holandesa” como as consequências deletérias da especialização econômica em recursos naturais sobre os níveis de industrialização.

⁵⁰¹ WONG, Sara; PETRESKI, Marja. Dutch Disease in Latin American countries: De-industrialization, how it happens, crisis, and the role of China. **MPRA Paper**, N. 57056, July, 2014.

⁵⁰² PALMA, G. (2005) “Four Sources of De-Industrialization and a New Concept of the Dutch Disease”. In: Ocampo, J.A. Beyond Reforms, Structural Dynamics and Macroeconomic Vulnerability. Stanford: Stanford University Press. PALMA, José Gabriel. De-industrialisation, ‘premature’ de-industrialisation and the dutch-disease. **Revista NECAT**. Vol. 3, N. 5, 2014.

⁵⁰³ BRESSER-PEREIRA, L. C. (2008). The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 1, mar. 2008.

⁵⁰⁴ ANGLADE, Christian; FORTIN, Carlos (Eds.). **The State and Capital Accumulation in Latin America**: Vol. 1. London: Macmillan Press, 1985.

⁵⁰⁵ BULMER-THOMAS, Victor. **The Economic History of Latin America Since Independence**. New York: Cambridge University Press, 2003, p. 340

armamentos, a estratégia era insustentável a longo prazo. Em 1982, o *default* mexicano marca o início da crise da dívida e da “Década Perdida” na América do Sul. No mesmo ano, o Produto Interno Bruto chileno diminuiu em 10 por cento em decorrência da fuga de capitais. As políticas neoliberais dos anos 1990, ao tentarem remediar a debilidade fiscal herdada, levaram a um atroz desmonte das indústrias nacionais, em especial a de Defesa. Como nos relata Scheetz⁵⁰⁶, as privatizações das indústrias bélicas levaram a um desmantelamento quase completo do setor.

Tabela 20 – Indicadores de Endividamento Externo na América Latina

Ano	A	B	C	D
1960	7.2 ^a	16.4	17.7 ^a	3.6 ^a
1970	20.8 ^a	19.5	17.6 ^a	5.6 ^a
1975	75.4	42.9	26.6	13
1979	184.2	56	43.4	19.2
1980	229.1	56.6	38.3	21.2
1981	279.7	57.6	43.8	26.4
1982	314.4	57.6	59	34.3

A = Total da dívida externa pública, privada e de curto prazo, em bilhões de dólares americanos

B = participação dos bancos na dívida pública externa em %

C = pagamentos de serviços (juros e amortização) em % das exportações

D = pagamentos de juros em % das exportações

^a = apenas dívida externa

Se na década de 1970, o condicionante à militarização fora o crédito externo, nos anos 2000 foram as receitas das exportações de *commodities*. Ambos instrumentos de financiamento, contudo, circunvalam o mesmo problema: a estrutura econômica e social dos países sul-americanos; econômica pela sua especialização desde muito na exportação de bens primários, e social pela incapacidade do Estado em estabelecer instrumentos fiscais progressivos que o permita extrair as receitas minimamente necessárias à estabilidade fiscal. A militarização na América do Sul, se mantidas essas características, estará fadada a ser episódica e dependente. O problema da Defesa, isto é, da soberania e do poder de decisão, perpassa necessariamente pela modificação destas estruturas. Mais que promover o crescimento econômico, a capacidade

⁵⁰⁶ SCHEETZ, Thomas. The Argentine Defense Industry: An Evaluation. In: BRAUER, J; DUNNE J, p. (Eds.) **Arms Trade and Economic Development: Theory, Policy, and Cases in Arms Trade Offsets**. London: Routledge, 2004; SCHEETZ, Thomas. Military Business in Argentina. In: BROMMELHORSTER, Jorn; CHRISTIAN-PAES, Wolf. **The Military as an Economic Actors: Soldiers in Business**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

de Defesa é uma resultante deste processo, de modo que as estratégias de desenvolvimento, se erigidas em bases frágeis, em pouco contribuirão ao incremento da autonomia política.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência é a história de uma promessa não cumprida. A despeito da abundância de recursos naturais e da proporção favorável entre terra e trabalho, mesmo após quase dois séculos de libertação do controle colonial, nenhuma de suas repúblicas alcançou o status de país desenvolvido.

– Victor Bulmer-Thomas⁵⁰⁷

A militarização na América do Sul é estruturalmente limitada por elementos de sua composição social e inserção na economia mundial. As restrições fiscais resultantes da incapacidade do Estado em estabelecer mecanismos robustos de extração e a importância econômica das exportações das *commodities* determinou a extensão e cadência da militarização na região. O acúmulo das capacidades de coerção organizada deu-se, portanto, na presença de provimentos externos, como a disponibilidade de crédito e melhorias na precificação das *commodities*. Argumentamos nas páginas iniciais desta tese que este arranjo, em curso desde meados do século XIX, persistiria em diferentes intensidades até a contemporaneidade. Julgamos que essa expectativa foi empiricamente confirmada.

A inclusão de uma perspectiva histórica de longo prazo nos permitiu interpretar os projetos de Defesa sul-americanos postos em marcha desde os anos 2000 de modo distinto daquele predominante na literatura. A larga parte dos estudos produzidos sobre o tema discutiu as importações de armamentos, por exemplo, como um episódio particular, com razões e dinâmica idiossincráticas. Em diversos aspectos, certamente o são; contudo, há certos traços na militarização deste período que manifestam estruturas prévias relativamente consolidadas. Diversos autores apontaram que a alta no preço das *commodities* possibilitou que maiores recursos fossem destinados à Defesa. Porém, limitaram-se a tanto, abstendo-se de questionar se havia nisso alguma regularidade. Em contrapartida, nosso objetivo foi deslindar ao longo das páginas precedentes os elementos fundamentais da militarização na América do Sul.

Mostramos que a hipótese – por vezes tida como pressuposto – de que a Defesa resulta em desenvolvimento é um *leitmotiv* e subjaz o transcorrer da história na América do Sul, manifestando-se em cada período a caráter. Ousamos dizer que o binômio Defesa e Desenvolvimento, tão difundido na América do Sul, é a tradução hodierna daquele Ordem e Progresso de antanho. Essa associação ecoa a excepcionalidade fundante das Forças Armadas

⁵⁰⁷ BULMER-THOMAS, Victor. *The Economic History of Latin America Since Independence*. New York: Cambridge University Press, 2003, p. 392.

na América do Sul: os civilizadores de outrora, hoje nos tirarão da crise econômica. É recorrente e surpreendentemente palatável a alocação de recursos à Defesa sob a justificativa de que este setor ajudará a alavancar a economia. Não obstante, as evidências empíricas depõem contra essa decisão. A compilação dos diversos estudos empíricos sobre esta associação apresentada no segundo capítulo nos apontou que, se há alguma relação entre esses elementos, ela é perniciososa ao crescimento econômico. A atribuição de recursos à Defesa não deve ser fundamentada por uma hipótese que, quando confrontada com a empiria, não se sustenta. É bem verdade que os orçamentos militares sul-americanos estão aquém das necessidades materiais de suas Forças. Porém, o reconhecimento deste fato não valida alocações à Defesa sob pressupostos equivocados.

Os capítulos empíricos desta tese jogaram luz sobre os determinantes da militarização na América do Sul. Nesta etapa, o uso de modelos econométricos mostrou-se particularmente fértil. A combinação entre instrumentos qualitativos e quantitativos permitiu-nos dimensionar nosso objeto desde distintas perspectivas. Nestes capítulos, as dificuldades resultantes da instabilidade na provisão de recursos à Defesa foram evidenciadas. O estudo de caso sobre a Venezuela nos informou sobre os mecanismos de financiamento à Defesa. Evidenciamos o papel preponderante das receitas do petróleo e do endividamento externo no dispêndio militar venezuelano. As amplas variações no preço do petróleo interferiram no desenvolvimento de suas capacidades militares e nas relações entre civis e militares. Discutimos naquele capítulo as consequências desastrosas do uso do orçamento militar como instrumento de controle civil. A queda nas receitas venezuelanas fez com que o Estado, na tentativa de isolar o dispêndio militar dos cortes orçamentários, contraísse dívidas exorbitantes. De tal forma, o caso venezuelano nos previne sobre os riscos de estratégias de controle civil baseadas em *quae pro quibus* orçamentários.

Os dados sobre os gastos extra orçamentários na Venezuela ajudaram a elucidar o comportamento fiscal do FONDEN e a dimensionar o orçamento militar daquele país. Como vimos, esta questão é objeto de contínuo debate. A provisão desta nova série histórica remedia, ao menos em parte, a opacidade no manejo do dispêndio militar na Venezuela. Outrossim, os dados contribuem à comunidade de estudiosos da Economia de Defesa, uma vez que um dos principais obstáculos ao avanço da área refere-se à indisponibilidade de informações. Em parte, a relativa escassez de estudos sobre os gastos militares na Venezuela explica-se pelas fragilidades das séries de dados disponíveis. Ainda que institutos renomados como o SIPRI ou o IISS forneçam à comunidade acadêmica bases de dados extensas, lacunas substantivas

permanecem. Como já discutido em diversas ocasiões por pesquisadores do SIPRI⁵⁰⁸, os gastos extra orçamentários são particularmente difíceis de mensurar. De tal modo, outros estudos poderão servir-se dos dados fornecidos nesta tese para expandir o atual conhecimento sobre os investimentos militares venezuelanos.

Ainda sobre nosso estudo sobre a Venezuela, a estratégia empírica utilizada naquele capítulo mostra-se promissora. Um de seus méritos consistiu em estruturar em um mesmo arranjo empírico a literatura econométrica sobre gastos militares e os estudos qualitativos já existentes sobre a Venezuela. Cremos que algo similar pode ser realizado no estudo de outros países. Um caso em potencial é o Chile: a existência da Lei do Cobre e a dependência da economia chilena da exportação desta *commodity* sugere que resultados similares podem ser encontrados neste país. Certamente, pesquisas futuras poderão se ocupar de reproduzir este desenho de pesquisa à análise de outros países de contexto correlato.

Investigamos no quarto capítulo a produção de armamentos na América do Sul. Munidos de uma base de dados inédita, construída especificamente para este estudo, concluímos que a capacidade de produção de bens de capital-intensivo é o principal determinante da indústria de Defesa. Encontramos uma associação expressiva entre as manufaturas e a produção de armamentos. Não obstante, nossos resultados indicam perspectivas umbrosas ao setor na América do Sul. A paulatina desindustrialização dos países sul-americanos desde fins dos anos 1980 dificulta a elaboração de prognósticos otimistas sobre a questão. Naquele capítulo, o descompasso entre a estratégia de Defesa e a estratégia de desenvolvimento mostrou-se de modo agudo: a intensificação das exportações de *commodities*, quase ubíqua na região desde meados dos 2000, contribuiu à desindustrialização. Como dito, se benéfica às importações de armamentos, a reprimarização econômica surtiu efeitos nocivos às perspectivas de produção doméstica. Os dados nos indicam que os índices de produção alcançados pela indústria de Defesa neste último ciclo são expressivamente inferiores àqueles obtidos durante a pujança do setor entre as décadas de 1970 e 1980.

Tal qual fora o caso em nosso estudo sobre a Venezuela, a base de dados sobre a produção de armamentos na América do Sul é uma das principais contribuições de nosso estudo. Nossos dados preenchem uma lacuna importante ao computar as aquisições domésticas

⁵⁰⁸ PERLO-FREEMAN, Sam. Transparency and accountability in military spending. **SIPRI Commentary**. Disponível em: <<https://www.sipri.org/commentary/topical-backgrounder/2016/transparency-and-accountability-military-spending>>. Acesso em 14 de março de 2018; PERLO-FREEMAN, Sam. Monitoring military spending. **SIPRI Commentary**. Disponível em: <<https://www.sipri.org/commentary/topical-backgrounder/2017/monitoring-military-expenditure>>. Acesso em 14 de março de 2018.

de armamentos, aspecto ignorado pelas bases de dados fornecidas pelo SIPRI. Ofertamos, portanto, um insumo às pesquisas relacionadas às indústrias de Defesa na América do Sul.

As aproximações realizadas entre a Economia Política e os estudos de militarização nos parece auspiciosa. Os esforços teóricos de Barnett e Wendt⁵⁰⁹ destacam-se neste aspecto ao propor uma abordagem à militarização informada pela Teoria da Dependência. Conquanto fértil, esse diálogo requer sobriedade. Ao invocarmos a Teoria da Dependência, devemos evitar simplificações e reincidir em seus erros. Se este *caveat* for respeitado, um arcabouço conceitual mais adequado às condições latino-americanas poderá ser erigido. Nesta tese, nos propusemos a utilizar algumas noções e enquadramentos elaborados pelo pensamento social e econômico latino-americano na análise da militarização. Ao nosso juízo, obtivemos relativo sucesso nesta empreitada. Sem embargo, os aspectos dependentes da militarização ainda carecem de maiores esclarecimentos teóricos e empíricos, de modo que há ainda muito a ser desenvolvido.

Os desafios que esta tese augura à Defesa na América do Sul são igualmente árduos aos estudiosos do tema. É mister que nos aprofundemos em nossas indagações. Há alguns anos, Saint-Pierre escreveu que os estudos de Defesa, à época excessivamente focados nas relações civis-militares, deveriam passar por uma “Revolução Copernicana”⁵¹⁰; orientar-se ao externo e definir como seu *locus* epistêmico as Relações Internacionais. Esta tese buscou, dentro de suas inúmeras limitações, responder a esse convite e pensar a Defesa em sua dimensão global. Isto requereu a combinação de abordagens e métodos usualmente empregados em áreas ou tradições epistemológicas distintas. Uma das conclusões mais relevantes deste estudo é a absoluta necessidade que nos desfaçamos das resistências e preconceções sobre determinados métodos e suas possibilidades de emprego conjunto. A realidade, seja naturalmente objetiva ou socialmente construída, é demasiado complexa para que a abordemos empunhando uma só ferramenta.

Inquirir sobre a Defesa nos termos propostos nesta tese demanda que a tomemos em seu contexto econômico e social. Qual modelo de Defesa convém aos países em desenvolvimento? Dificilmente um país cuja economia perfila-se como exportadora de *commodities* contará com recursos estáveis para financiar suas Forças Armadas ou logrará melhores capacidades de produção bélica a médio e longo prazo. Uma Defesa eficaz demanda que essas estruturas sociais

⁵⁰⁹ BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. Dependent State Formation and Third World Militarization. **Review of International**. Vol. 19, 1993.

⁵¹⁰ SAINT-PIERRE, Héctor Luis. A ‘Revolução Copernicana’ no Estudos de Defesa. Artigo para o Ministério da Defesa. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/espaco_academico/biblioteca_virtual/Artigos/hector_saint_pierre_a_revolucao_copernicana_nos_estudos_da_defesa.pdf>. Acesso em 13 de março de 2018.

e econômicas de outrora, limitantes ao desenvolvimento, sejam superadas. Outrossim, a elaboração das estratégias de Defesa deve condizer às condições nacionais concretas. Neste aspecto, é mister considerar 1) a sustentabilidade da estratégia de desenvolvimento corrente; e 2) a disponibilidade dos fatores produtivos necessários àquele modelo de militarização em específico. Quiçá, a principal conclusão desta tese seja a de que a Defesa não é propulsora do desenvolvimento, mas sim uma capacidade que dele resulta. Considerando a incompletude dos processos de desenvolvimento na América do Sul, é bem possível afirmar, não sem certo alarde, que a Defesa na América do Sul seja uma possibilidade. Consubstanciamo-la.

REFERÊNCIAS

- ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James. The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. **The American Economic Review**. Vol. 91, No. 5, 2001, p. 1369-1401.
- ACHARYA, Amitav. The Periphery as the Core: The Third World and Security Studies. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. **Critical Security Studies: Concepts and Cases**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- ADLER, Gustavo; SOSA, Sebastián. Commodity Price Cycles: The Perils of Mismanaging the Boom **IMF Working Papers**, N. 11, 2011, p. 1-38.
- AHMED, Abdullahi D. Debt Burden, Military Spending and Growth in Sub-Saharan Africa: A Dynamic Panel Data Analysis. **Defence and Peace Economics**. Vol. 23, N. 5, 2012.
- AL-MALAWI, Nasser. Do Natural Resources of Rentier States Promote Military Expenditures? Evidence from GCC Countries. **Journal of Economic & Financial Studies**. Vol. 3, N. 3, 2015.
- ALAMI, Randa. Military Debt: Perspectives from the Experience of Arab Countries. **Defence and Peace Economics**. Vol. 13, N. 1, 2002.
- ALBRECHT, Ulrich; DIETER, Ernst LOCK, Peter; WULF, Herbert. Armaments and underdevelopment. **Security dialogue**. Vol. 4, N° 2, 1974.
- ALEXANDER, W. Robert J. The Defence-Debt Nexus: Evidence from the High-Income Members of NATO. **Defence and Peace Economics**. Vol. 24, N. 2, 2013.
- ALI, Hamid E.; ABDELLATIF, Omnia A. Military Expenditures and Natural Resources: Evidence from Rentier States in the Middle East and North Africa. **Defence and Peace Economics**. Vol. 26, N. 2, 2015.
- ALLINSON, Jamie C.; ANIEVAS, Alexander. The uses and misuses of uneven and combined development: an anatomy of a concept, **Cambridge Review of International Affairs**, Vol. 22, N. 1, 2009, p. 47-67, 2009.
- ANGLADE, Christian; FORTIN, Carlos (Eds.). **The State and Capital Accumulation in Latin America**: Vol. 1. London: Macmillan Press, 1985.
- ANIEVAS, Alexander. Debating uneven and combined development: towards a Marxist theory of ‘the international’?. **Cambridge Review of International Affairs**. Vol. 22, N. 1, 2009.
- ANKARLOO, Daniel. New Institutional Economics and Economic History. **Capital & Class**. Vol. 26, N. 3, 2002.
- ANTHONY, Ian. The ‘Third Tier’ Countries: Production of Major Weapons. In: WULF, Herbert (Ed.). **The Arms Industry Limited**. New York: Oxford university Press, 1993.
- APOSTOLAKIS, Bobby E. Warfare-Welfare Expenditure Substitutions in Latin America, 1953-87. **Journal of Peace Research**. Vol. 29, N. 1, 1992, p. 85-98.

ARON, Raymond. War and industrial society: a reappraisal. **Millenium: journal of international studies**. Vol. 7, N° 3, 1978.

AYOOB, Mohammed. The Security Problematic of the Third World. **World Politics**, Vol. 43, 1991, p. 257-283.

_____. The Third World in the System of States: Acute Schizophrenia or Growing Pains? **International Studies Quarterly**, Vol. 33, No. 1, 1989, p. 67-79.

AYOOB, Mohammed. **The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and International System**. Boulder: Lynne Rienner, 1995.

AZAR, Edward E.; MOON, Chung-in (ed.). **National Security in the Third World: The Management of Internal and External Threats**. College Park, Md.: Center for International Development and Conflict Management, University of Maryland, 1988.

BALL, Nicole. **Security and Economy in the Third World**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

BANDEIRA, Luís Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul – da Tríplice Aliança ao Mercosul**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BARNETT, Michael; DUVALL, Raymond. Power in International Politics. **International Organization**, Vol 59, No 1, Winter, 2005, p. 39-75.

_____; WENDT, Alexander. Dependent State Formation and Third World Militarization. **Review of International**. Vol. 19, 1993, p. 321-347.

_____. The Systemic Sources of Dependent Militarization. In: JOB, Brian (Ed.). **The Insecurity Dilemma**. Boulder: Lynne Rinner, 1992.

BATALGI, Badi. **Econometric Analysis of Panel Data**. West Sussex: John Wiley & Sons, 2005.

BATTAGLINO, Jorge. Auge, caída y retorno de la defensa en la Argentina. **Foreign Affairs Latinoamerica**. Vol. 13, N. 1, Março, 2013.

_____. Rearme y baja percepción de amenazas interestatal en Sudamérica. ¿Es posible tal coexistencia? **Perfiles Latinoamericanos**. Vol. 35, Enero-junio, 2010.

_____. The Determinants of Arms Spending in South America. **Journal of Politics in Latin America**. Vol. 5, N. 2, 2013.

_____. The Politics of Defense Revival in Argentina. **Defense & Security Analysis**. Vol. 29, N. 1, 2013.

BAZZI, Samuel; BLATTMAN, Christopher. Economic Shocks and Conflict: Evidence from Commodity Prices. **American Economic Journal: Macroeconomics**. Vol. 6, N. 4, 2014.

BEAN, Richard. War and the Birth of the Nation State. **The Journal of Economic History**, Vol. 33, N° 1, 1973, p. 203-221.

BENOIT, Emile. Growth and Defense in Developing Countries. **Economic Development and Cultural Change**. Vol. 26, No. 2, 1978, p. 271-280.

_____. **Defense and Growth in Developing Countries**. Boston, MA: Heath, Lexington Books, 1973.

BESLEY, Timothy; PERSSON, Torsten. Why Do Developing Countries Tax So Little? **Journal of Economic Perspectives**. Vol. 28, N. 4, 2014, p. 99-120.

BITZINGER, Richard (Ed.). **The Modern Defense Industry: Political, Economic, and Technological Issues**. Santa Barbara: Praeger, 2009.

_____. New ways of thinking about the global arms industry: Dealing with 'limited autarky'. **Strategic Insights 98**. Australian Strategic Policy Institute. Novembro, 2015. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/194689/SI98_Global_arms_industry.pdf>. Acesso em: 31 de dez. de 2017.

BITZINGER, Richard. New ways of thinking about the global arms industry: Dealing with 'limited autarky'. **Strategic Insights 98**. Australian Strategic Policy Institute. Novembro, 2015.

BLOCH, H.; SAPSFORD, D. Whither the terms of trade? An elaboration of the Prebisch-Singer hypothesis **Cambridge Journal of Economics**. Vol. 24, N. 4, July 2000, p. 461-481.

BOUCHARD, T. J., Jr. Unobtrusive measures: An inventory of uses. **Sociological Methods and Research**. Vol. 4, 1976.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório referente ao Requerimento no 09/2015-CRE, aprovado na Reunião realizada em 10 de dezembro do presente ano, que tinha a finalidade de avaliar, por esta Comissão, as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo, na área de indústria de defesa nacional, conforme art. 96- B do Regimento Interno do Senado Federal**. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2015/mes12/relatorio_ferraco_15122015.pdf>. Acesso em 31 de jan. de 2018.

BRAUER, Jurgens; DUNNE, J. Paul (Eds.). **Arming the South: the economics of military expenditure, arms production, and arms trade in developing countries**. New York: Palgrave, 2002.

_____. Arms production in developing nations: The relation to industrial structure, industrial diversification, and human capital formation. **Defence Economics**. Vol. 2, N. 2, 1991, p. 165-175.

BRAUNER, Jennifer. Military Spending and Democracy. **Defence and Peace Economics**. Vol. 26, N. 4, 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2008). The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 1, mar. 2008.

_____. La nueva teoría desarrollista: una síntesis. **Economía UNAM**. Vol. 14, N. 40, 2017, p. 48-66.

BRICEÑO RUIZ, José. Raúl Prebisch e a contribuição latino-americana para a teoria das relações internacionais. In: COSTA LIMA, Marcos; VILLA, Rafael Duarte; REIS, Rossana Rocha; MEDEIROS, Marcelo de Almeida Medeiros (Eds.). **Teóricos das Relações Internacionais**. São Paulo: HUCITEC, 2010, p. 177–219.

BROMLEY, Mark; GUEVARA, Iñigo. Arms Modernization in Latin America. In: TAN, Andrew (Ed.). **The Global Arms Trade: A Handbook**. Abingdon: Routledge, 2010, p.166-177.

_____.; SOLMIRANO, Carina. Transparency in military spending and arms acquisitions in Latin America and the Caribbean. **SIPRI Policy Paper 31**. Stockholm: SIPRI. January 2012.

BRZOSKA, Michael; OHLSON, Thomas. Arms Production in the Third World; An Overview. In: BRZOSKA, Michael; OHLSON, Thomas (Ed.). **Arms Production in the Third World**. London: Taylor & Francis, 1986.

_____. The Military Related External Debt of Third World Countries. **Journal of Peace Research**. Vol. 20, N. 3, 1983.

BULMER-THOMAS, Victor. **The Economic History of Latin America Since Independence**. New York: Cambridge University Press, 2003.

BUNZEL, Helle; VOLGELSANG, Timothy. Powerful Trend Function Tests That Are Robust to Strong Serial Correlation, With an Application to the Prebisch–Singer Hypothesis. **Journal of Business & Economic Statistics**. Vol. 23, N. 4, 2005.

BURKE, Edmund. **Reflections on the Revolution in France and on the Proceedings in Certain Societies in London Relative to that Event**. London: Penguin Books. 1986 [1790].

BUSHNELL, Vid. La independência de la America del Sur Española. In: BETHELL, Leslie (Ed.). **História de América Latina: La independencia**. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

CALLINICOS, Alex. Does Capitalism Need the State System? **Cambridge Review of International Affairs**, Vol. 20, N. 4, 2007, p. 533-549.

CÁRDENAS, Maurício; RAMÍREZ, Santiago; TUZEMEN, Didem. Commodity Dependence and Fiscal Capacity. **Brookings Institution**, 2011.

_____. State Capacity in Latin America. **Economía**. Vol. 10, N. 2, 2010, p. 1-45

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

CASTRO CARREIRA, Liberato de. **História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil**. Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

CENTENO, Miguel Angel. **Blood and debt: war and nation-state in Latin America**. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002.

_____. Blood and debt: war and taxation in nineteenth-century **Latin America**. **American Journal of Sociology**. Vol. 102, N. 6, May, 1997.

CHAN, Steve. Military Expenditures and Economic Performance. In: UNITED STATES ARMS CONTROL AND DISARMAMENTO AGENCY. **World Military Expenditures and Arms Transfers**. Washington, D.C.: U.S. Arms Control and Disarmament Agency, 1987.

CHASE-DUNN, Christopher; RUBINSON, Richard. Toward a Structural Perspective on the World-System. **Politics & Society**. Vol. 7, N. 4, 1977.

CHILE. Ministerio de Defensa Nacional. **Libro de la Defensa Nacional de Chile**. Gobierno de Chile, 2010, p. 128. Disponível em: < <http://www.defensa.cl/temas-de-contenido/libros-de-la-defensa-nacional/libro-de-la-defensa-nacional-de-chile-2010/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1979, p. 465-738

COATSWORTH, John. Inequality, Institutions and Economic Growth in Latin America. **J. Lat. Amer. Stud.** 40, 545–569.

COLGAN, Jeff. **Petro-Aggression: When Oil Causes War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

_____. Venezuela and Military Expenditure Data. **Journal of Peace Research**. Vol 48, N. 4, 2011, p. 547-556.

CONCA, Ken. **Manufacturing Insecurity: The Rise and Fall of Brazil's Military-Industrial Complex**. London: Lynne Rienner, 1997.

CORRALES, Javier; PENFOLD, Michael. **Dragon in the Tropics: Hugo Chávez and the Political Economy of Revolution in Venezuela**. Washington: Brookings Institution Press, 2011.

COSTA, N. F. da. A Indústria Brasileira de Material de Defesa: principais óbices. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Vol 13, N. 37, 1998, p. 160-202.

CUDDINGTON, John; LUDEMA, Rodney; JAYASURIYA, Shamila. Prebisch-Singer Redux. **Office of Economics Working Paper**. United States International Trade Commission, Paper N. 2002 06-A, June, 2002.

DAGNINO, Renato Peixoto. A Indústria de Armamentos Brasileira: Desenvolvimento e Perspectivas. In: HERRERA, A. (Ed.). **Armamentismo e o Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

_____. **A Indústria de Defesa no Governo Lula**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DEAS, M. The Fiscal Problems of Nineteenth-Century Colombia. **Journal of Latin American Studies**. Vol. 14, 1982, p. 287-328.

DEROUEN, K. Defense Spending and Economic Growth in Latin America: The Externalities Effects. **International Interactions**. Vol. 19 N. 3, 1994, p. 193-212.

_____. HEO, U. Modernization and the military in Latin America. **British Journal of Political Science**. Vol. 31, 2001, p. 475–496.

DEVORE, Mark. R. Commentary on the value of domestic arms industries: security of supply or military adaptation? **Defence Studies**. Vol. 17, N. 3, 2017, p. 242-259.

DIAMINT, Rut (Ed.). **Control Civil y Fuerzas Armadas en las Nuevas Democracias Latinoamericanas**. Buenos Aires: Universidad Torcuato di Tella, 1999.

DOS SANTOS, Theotonio. **A Teoria da Dependência: Um Balanço Histórico e Teórico**. In: RÊGO, José Márcio e outros (coords.). **Teoria da Dependência: 30 Anos depois**. /José Márcio Rego – FGV/SP; Marco Antônio Coelho – IEA/USP; Maria Hermínia Tavares de Almeida – FFCH/USP; Rosa Maria Marques – PUC/SP; Sedi Hirano – FFCH/USP; Cláudia Regina N. Pereira – IEA/USP/ 15 e 16 de junho de 1998. Anfiteatro da Geografia – FFCH/USP. São Paulo, IEA/USP, 1998.

_____. The structure of dependence. **The American Economic Review**, Vol. 60, N. 2, 1970.

DUNNE, J P.; TIAN, Nan. Military Expenditure and Economic Growth: A Survey. **The Economics of Peace and Security Journal**. Vol. 8, No. 1, 2013.

_____; SMITH Ron. Military Expenditure and Granger Causality: A Critical Review. **Defence and Peace Economics**. Vol. 21, N. 5-6, 2010, p. 427-441.

_____; UYE, M.. Military Spending and Development. In: TAN, A. (Ed.). **The Global Arms Trade: A Handbook**. London: Routledge, 2010, p. 293-305.

_____. Economic Effects of Military Expenditure in Developing Countries: A Survey. In: GLEDITSCH, N, p. (Ed.). **The Peace Dividend**. Amsterdam: Elsevier, 1996.

_____; PERLO-FREEMAN, S.; SOYDAN, A. Military expenditure and debt in South America. **Defence and Peace Economics**. Vol. 15, N. 2, 2004.

_____; PERLO-FREEMAN, S.; SOYDAN, A. Military expenditure and debt in small industrialized economies: a panel analysis. **Defence and Peace Economics**. Vol. 14, N. 2, 2004.

_____; SMITH, Ron. Military expenditure and unemployment in the OECD. **Defence and Peace Economics**. Vol. 1, N. 1, 1990.

DUVALL, Raymond. Dependence and Dependencia Theory: Notes Toward Precision of Concept and Argument. **International Organization**, Vol. 32, No. 1, 1978.

_____. **International Stratification: Concept and Theory**. Tese de doutoramento não publicada. Universidade de Northwestern, 1975.

EIDE, Asbjorn; THEE, Marek. Introduction. In: EIDE, Asbjorn; THEE, Marek (Eds.). **Problems of Contemporary Militarism**. London: Croom Helm, 1980.

ELIAS, Norbert. **Power and civility**. New York: Pantheon, 1982.

ELLNER, Steve. Organized Labor's Political Influence and Party Ties in Venezuela: Acción Democrática and Its Labor Leadership. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**. Vol. 31, N. 4, 1989.

- ESCUDE, Carlos. **El realismo de los estados débiles**. Buenos Aires: GEL, 1995.
- EWELL, Judith. **Venezuela: A Century of Change**. London: C. Hurst & Company, 1984.
- FAN, S.; RAO, N. 2003. Public spending in developing countries: Trends, determination and impact. **EPTD Discussion Paper N. 99**. International Food Policy Research Institute, 2003.
- FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. São Paulo: Globo, 2006.
- FRACALOSI DE MORAES, Rodrigo. A Indústria de Defesa na Argentina. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Vol. 6, 2011, p. 49-61.
- _____. A inserção externa da indústria brasileira de defesa: 1975-2010. **Texto para discussão 1715 IPEA**. Brasília, 2012.
- COSTA, N. F. da. A Indústria Brasileira de Material de Defesa: principais óbices. **Revista da Escola Superior de Guerra**. Vol 13, nº 37, 1998, p. 160-202.
- _____. O Mercado internacional de equipamentos militares: negócios e política externa. **Texto para discussão 1596 IPEA**. Brasília, 2011.
- FRANK, André Gunder. Arms Economy and Warfare in the Third World. **Third World Quarterly**. Vol. 2, No. 2, April, 1980.
- FRANKO, Patrice. The Defense Acquisition Trilemma: The Case of Brazil. Working Paper, **Institute for National Security Studies of the National Defense University**. Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://inss.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratforum/SF-284.pdf>>. Acesso em: 31 de dez. de 2017.
- FREDERIKSEN, P.; LOONEY, Robert. Defense Expenditures and Economic Growth in Developing Countries. **Armed Forces and Society**. Vol. 9, No. 4, 1983, p. 633-645.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. **Revista Brasileira de Economia**. Vol. 6, N. 3., 1952.
- GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The Structure of Foreign News. **Journal of Peace Research**, Vol. 2, No. 1 (1965), pp. 64-91.
- _____. A Structural Theory of Aggression. **Journal of Peace Research**, Vol. 1, No. 2, 1964, p. 95-119.
- _____. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, Vol. 27, No. 3 (Aug., 1990), pp. 291-30.
- _____. Trade or Development: Some Reflections on Self-Reliance. **Economic and Political Weekly**. February, 1976.
- GANTZEL, Klaus Jürgen. Dependency Structures as the Dominant Pattern in World Society. **Journal of Peace Research** Vol. 10, No. 3, 1973, p. 203-215.

GELLER, Daniel. A Preliminary Test of the Theory of Dependence. **Comparative Politics**. Vol. 7, N. 3, 1975, p. 303-330.

GILPIN, Robert. *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GOOTENBERG, P. Paying for Caudillos: The Politics of Emergency Finance in Peru, 1820-1845. In: PELOSO, Victor; TENENBAUM, Bárbara (Eds.). **Liberals, Politics and Power**: Athens GA: University of Georgia Press, 1996.

GOTT, Richard. **Hugo Chávez**. New York: Verso, 2005.

GOUVEA, Raul. Brazil's new defense paradigm. **Defense & Security Analysis**. Vol. 31, N. 2, 2015, p. 137-151.

GURRIERI, Adolfo. Technical progress and its fruits: the idea of development in the works of Raul Prebisch. **Journal of Economic Issues**. Vol. 17, N. 2, jun. 1983.

HALPERÍN-DONGHI, Tulio. **Guerra y finanzas en los orígenes del Estado argentino, 1792-1850**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1982.

HARKAVY, Robert E. **The Arms Trade and International Systems**. Cambridge: Ballinger, 1975.

HARVEY, David. KELLARD, Neil; MADSEN, Jakob; WOHAR, Mark. The Prebisch-Singer Hypothesis: Four Centuries of Evidence. **The Review of Economics and Statistics**. Vol 92, N. 2, May 2010, p. 367–377.

HAUSMAN, J.A. Specification Tests in Econometrics. **Econometrica**. Vol. 46, N. 6, 1978, p. 1251–1271.

HAUSMANN, Ricardo. Venezuela's Unprecedented Collapse. **Project Syndicate**. 31 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/venezuela-unprecedented-economic-collapse-by-ricardo-hausmann-2017-07>>. Acesso em 29 de dez. de 2017.

HELLINGER, Daniel. Populism and Nationalism in Venezuela: New Perspectives on Acción Democrática. **Latin American Perspectives**. Vol. 11, N. 4, 1984, p. 33–59.

HERNANDEZ, Carlos. CAVIM consolida acuerdos comerciales com Rosoboronexport y Technopromexport. **Infodefensa**. Disponível em: <<http://www.infodefensa.com/latam/2017/11/05/noticia-venezolana-industrias-militares-empresas-rusas-consolidan-acuerdos.html>>. Acesso em 01 de janeiro de 2018.

_____. Chávez anuncia la producción de fuziles rusos y muestra por primera vez el UAV Arpia. **Infodefensa**. Disponível em: <<http://www.infodefensa.com/latam/2012/06/18/noticia-chavez-anuncia-la-produccion-de-fusiles-rusos-y-muestra-por-primera-vez-el-uav-arpia.html>>. Acesso em 01 de janeiro de 2018.

_____. Venezuela impulse el Proyecto del centro de mantenimiento de helicópteros rusos. Disponível em: <<http://www.infodefensa.com/latam/2017/10/27/noticia-venezuela-impulsa-proyecto-centro-mantenimiento-helicopteros-rusos.html>>. Acesso em 01 de janeiro de 2018.

- HERRERA CAMPINS, Luis. Transición política. In: SALCEDO BASTARDO, J. L. *et al.* **1958**: transito de la dictadura a la democracia en Venezuela. Barcelona: Editorial Ariel, 1978.
- HERRERA, Luis. The military as the link in the domination chain of Latin America. **Instant Research on Peace and Violence**. Vol. 5, N° 4, 1975, p. 197-206.
- HERRERA, Monica; MATTHEWS, Ron. Latin America in Step with Global Defence Offset Phenomenon, **The RUSI Journal**. Vol 159, N.6, 2014.
- HERWIG, Holger H. **Germany's Vision of Empire in Venezuela 1871-1914**. Princeton: Princeton University Press, 1986.
- HILLMAN, Richard. Democracy for the Privileged: Crisis and Transition in Venezuela. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1994.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**: Ou Matéria, Forma e Poder de Um Estado Eclesiástico e Civil. São Paulo: Martin Claret, 2007 [1651].
- HOBDEN, Stephen. Theorising the International System: Perspectives from Historical Sociology. **Review of International Studies**, Vol. 25, No. 2, 1999, p. 257-271.
- HOBSON, John H. The Historical Sociology of the State and the State of Historical Sociology in International Relations. **Review of International Political Economy**, Vol. 5, No. 2, 1998, p. 284-320.
- HOBSON, John. The Scientific Basis of Imperialism. **Political Science Quarterly**, Vol. 17, N° 3, September, 1902, p. 460-489.
- HUNTINGTON, Samuel P. **The soldier and the state**: the theory and politics of civil-military relations. Cambridge: Harvard University Press, 1957.
- JACKMAN, Robert. Politicians in Uniform: Military Governments and Social Change in the Third World. **American Political Science Review**. Vol. 70, December 1976.
- JACKSON, Steven. Capitalist Penetration: Concept and Measurement **Journal of Peace Research**. Vol. 26, 1979, p. 41-55.
- JAEGER, Werner. **Paideia**: the ideals of Greek culture. New York: 1939.
- JAGUARIBE, Helio. Autonomía periférica y hegemonía centrica. **Estudios Internacionales**. Vol. 46, N. 91, 1979.
- JOHNSON, R. Burke; ONWUEGBUZIE, Anthony J.; TURNER, Lisa A. Toward a Definition of Mixed Methods Research. **Journal od Mixed Methods Research**. Vol. 1, N. 2, 2007, p. 112-133.
- JONES, Bart. **Hugo!** The Hugo Chávez Story from Mud Hut to Perpetual Revolution. Hanover: Steerforth. 2007.
- KABLANA, Sandrine; FTITI, Zied; GUESMIC, Khaled. Commodity price cycles and financial pressures in African commodities exporters. **Emerging Markets Review**. Volume 30, 2017, p. 215-231.

KALDOR, Mary. **El arsenal barroco**. Madrid: Siglo XXI, 1986.

KALDOR, Mary. The Arms Trade and Society. **Economic and Political Weekly**, Vol. 11, Nº 5/7, 1976.

KAPSTEIN, Ethan. The Brazilian Defense Industry and the International System. **Political Science Quarterly**. Vol. 105, No. 4, Winter, 1991, p. 579-596.

KARL, Terry Lynn. Petroleum and Political Pacts: The Transition to Democracy in Venezuela. **Latin American Research Review**. Vol. 22, N.1, 1987.

_____. **The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States**. Berkeley: University of California Press, 1997.

KATZ, James Everett (Ed.). **Arms Production in Developing Countries**. Lexington: D. C. Heath, 1984.

KAUTSKY, Karl. Ultra-Imperialism. **Die Neue Zeit**. September, 1914.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

KINSELLA, David. Arms Production in the Third Tier: An Analysis of Opportunity and Willingness. **International Interactions**. Vol. 26, No. 3, 2000.

_____. The global Arms Trade and the Diffusion of Militarism. In: STAVRIANAKIS, Anna; SELBY, Jan (Eds.). **Militarism and International Relations: Political Economy, Security, Theory**. London: Routledge, 2013, p. 104-116.

KIRKPATRICK, David. The rising unit cost of defence equipment. The reasons and the results. **Defence and Peace Economics**. Vol. 6, N. 4, 1995, p. 263-288.

_____. Trends in the Costs of Weapon Systems and the Consequences. **Defence and Peace Economics**. Vol. 15, N. 3, June, 2004, p. 259-273.

KOLLIAS, Christos; MANOLAS, George; PALEOLOGOUC, S. Military expenditure and government debt in Greece: Some preliminary empirical findings. **Defence and Peace Economics**. Vol. 15, N. 2, 2004.

_____; PALEOLOGOU, S.; TZEREMES P.; TZEREMES N. Defence expenditure and economic growth in Latin American countries: evidence from linear and nonlinear causality tests. **Latin American Economic Review**. Vol. 26, N. 1, 2017, p. 1-25.

KRAUSE, Keith. **Arms and the state: patterns of military production and trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. The Political Economy of the International Arms Transfer System: The Diffusion of Military Technique via Arms Transfers. **International Journal**, Vol. 45, No. 3, Summer, 1990.

KURÇ Çağlar; NEUMAN, Stephanie G. Defence industries in the 21st century: a comparative analysis, **Defence Studies**. Vol. 17, N. 3, 2017, p. 219-227.

LAPOINTE, Thierry; GUILLAUME DUFOUR Frédéric Assessing the historical turn in IR: an anatomy of second wave historical sociology, **Cambridge Review of International Affairs**. Vol. 25, N. 1, 2012, p. 97-121.

LEBOVIC, James H.. Spending Priorities and Democratic Rule in Latin America. **The Journal of Conflict Resolution** Vol. 45, No. 4, Aug., 2001, p. 427-452

LENIN, Vladimir Ilyich. Imperialism: The Highest Stage of Capitalism. **Selected Works**. Progress Publishers: Moscow, 1963.

LEVINE, Daniel. **Conflict and Political Change in Venezuela**. Princeton: Princeton University Press, 1973.

LIEBKNECHT, Karl. **Militarism and Anti-militarism**: With Special Regard to the International Young Socialist Movement. Cambridge: Rivers Press Limited, 1973.

LOCK, P. Brazil: Arms for Export. In: BRZOSKA, Michael; OHLSON, Thomas (Eds.). **Arms Production in the Third World**. London: Taylor & Francis, 1986.

LOONEY, R.E. The Influence of Arms Imports on Third World Debt. **Journal of Developing Areas**. January 1989.

_____; FREDERIKSEN, P. C. Defense Expenditures, External Public Debt and Growth in Developing Countries. **Journal of Peace Research**. Vol. 23, N. 4, 1986.

_____. Austerity and Military Expenditures in Developing Countries: The Case of Venezuela. **Socio-Economic Planning Sciences**. Vol. 21, No. 1, 1987.

_____. Factors underlying Venezuelan defense expenditures, 1950–83: A research note. **Arms Control**. Vol. 7, N.1, 1986, p. 74-101.

LOONEY, R. Determinants of Venezuelan Budgetary Patterns: Possible Tradeoffs Between Defense and Non-Defense Expenditures. **Socio-Economic Planning Sciences**. Vol. 21, No. 1, 1987.

_____; FREDERIKSEN, P. C. Profiles of Current Latin American Arms Producers. **International Organization**. Vol. 40, 1987.

_____. **Third World Military Expenditure and Arms Production**. London: The Macmillan Press LTD., 1988; LOCK, Peter; WULF, Herbert. Consequences of the Transfer of Military-Oriented Technology on the Development Process. **Bulletin of Peace Proposals**. Vol.8, No. 2, 1977.

LOTTHOLZ Philipp; LEMAY-HÉBERT, Nicolas. Re-reading Weber, re-conceptualizing state-building: from neo-Weberian to post-Weberian approaches to state, legitimacy and state-building. **Cambridge Review of International Affairs**. Vol. 29, N. 4, 2016, p. 1467-1485.

LUCKHAM, Robin. Militarism and the internationalization of capital. **The IDS bulletin**, 1977, p. 39

_____. Militarism: force, class, and international conflict. **The IDS bulletin**, 1977.

LUCKHAM, Robin. Militarism arms and the internationalization of capital. **The IDS bulletin**, 1977.

_____. Of arms and culture. **Current Research on Peace and Violence**, Vol. 7, N° 1, 1984, p. 1-64.

LUXEMBURGO, Rosa. **The Accumulation of Capital**. London: Routledge, 2003 [1913].

LYAUTEY, Hubert. **Du role social de l'officier e du role colonial de l'armee**. Paris: Armand Colin, 1900.

MAIA, Alexandre Gori; MENEZES, Esther. Economic growth, labor and productivity in Brazil and the United States: a comparative analysis. **Rev. Econ. Polit.** Vol. 34, N. 2, 2014, p. 212-229.

MALAMUD, Carlos; ENCINA, Carlota García. ¿Rearme o renovación de le quipamiento militar en América Latina? **Real Instituto Elcano**. 2006. Disponível em: [http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/web/rielcano_es/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/dt31-2006#.VF4iEYfscUV]. Acesso em: 31 de dezembro de 2017.

MALDIFASSI, José Alberto; Pier, ABETTI. **Defense Industries in Latin American Countries: Argentina. Brasil and Chile**. Westport: Praeger, 1994. SAYLOR, Ryan. **State Building in Boom Times: Commodities and Coalitions in Latin America and Africa**. New York: Oxford University Press, 2014

MALIZARD, Julien. Does military expenditure crowd out private investment? A disaggregated perspective for the case of France. **Economic Modelling**. Vol. 46, April 2015, p. 44-52.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 [1532].

MARCANO, Cristina; ALBERTO BARRERA Tyszka. **Hugo Chávez: The Definitive Biography of Venezuela's Controversial President**. New York: Random House, 2007.

MARICHAL, Carlos. **A Century of Debt Crisis in Latin America: From Independence to the Great Depression 1821-1930**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da Dependência**. Ciudad de Mexico: Ediciones Era, 1991.

_____. La acumulación capitalista mundial y el subImperialismo. **Cuadernos Políticos**. n° 12. México: Ediciones Era, 1977.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Militarismo e Imperialismo no Pensamento de Rosa Luxemburgo: Uma Síntese. **Texto para Discussão 250**. Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, Janeiro, 2015.

MCCOY, Jennifer; SMITH, William. Democratic Disequilibrium in Venezuela. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**. Vol. 37, N. 2, Summer, 1995.

MCKINLAY, R. D. and COHAN, A. S. A Comparative Analysis of Political and Economic Performance of Military and Civilian Regimes. **Comparative Politics** Vol. 8, Nº. 1, October 1975.

MELO, R. **Indústria de Defesa e Desenvolvimento Estratégico: Estudo Comparado França-Brasil**. Brasília: Funag, 2015.

MILLER, Steven E. Arms and the Third World: Indigenous Weapons Production. **PSIS Occasional Paper No. 3**. December, 1980.

MÖRNER, Magnus. Caudillos y militares en la evolución hispano-americana. **Journal of inter-american studies**. Vol. 2, No. 3, 1960.

MURDOCH, J.; PI, C. R.; SANDLER, T. The Impact of Defence and Non-Defence Public Spending on Growth in Asia and Latin America. **Defence and Peace Economics**. Vol. 8, 1997, p. 205-224.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965.

NEUMAN, Stephanie. International Stratification and third World Military Industries. **International Organization**, Vol. 38, Nº 1, Winter, 1984.

_____. Power, Influence, and Hierarchy: Defense Industries in a Unipolar World. **Defense and Peace Economics**. Vol. 21, No.1, Feb., 2000.

NIKOLAIDOU, Eftychia. The role of military expenditure and arms imports in the Greek debt crisis. **The Economics of Peace and Security**. Vol. 11, N. 1, 2016.

NORTH, Douglass. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.

_____; WALLIS, John Joseph; WEINGAST, Barry R. **Violence and Social Orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. **Violence and Social Orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

NUNN, Frederick M. Foreign Influences on the South American Military: Professionalization and Politicization. In: SILVA, Patrício (Ed.). **The Soldier and the State in South America: Essays in Civil-Military Relations**. New York: Palgrave, 2001.

_____. Emil Körner and the Prussianization of the Chilean Army: Origins, Process and Consequences, 1885–1920. **Hispanic American Historical Review**. (May): 300–22.

NURKSE, Ragnar. **Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1957.

O'DONNELL, Guillermo. Modernización e golpes militares: teoría, comparación y el caso argentino. **Desarrollo Económico**. Vol. 12, Nº 47, 1972.

ØBERG, Jan. Arms trade with the third world as an aspect of imperialism. **Journal of Peace research**, Vol. 12, Nº 3, 1975.

ØBERG, Jan. Third World armament: domestic arms production in Israel, South Africa, Brazil, Argentina and India 1950-75. **Instant Research on Peace and Violence**. Vol. 5, Nº 4, 1975, p. 222-239.

OCAMPO, José Antonio. Commodity-Led Development Latin America. In: CARBONNIER, G.; CAMPODÓNICO, G., H.; TEZANOS VÁZQUEZ, S. (Eds.). *Alternative Pathways to Sustainable Development: Lessons from Latin America*. **International Development Policy Series**. N.9 Geneva: Graduate Institute Publications, 2017

_____. Commodity-Led Development Latin America. In: CARBONNIER, G.; CAMPODÓNICO, G., H.; TEZANOS VÁZQUEZ, S. (Eds.). *Alternative Pathways to Sustainable Development: Lessons from Latin America*. **International Development Policy Series**. N.9 Geneva: Graduate Institute Publications, 2017.

OHLSON, Thomas (ed.). **Arms Transfers Limitations and Third World Security**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

ONGANIA, Juan Carlos. Discurso. **La Prensa**, 6 de agosto, 1964.

PALMA, G. (2005) "Four Sources of De-Industrialization and a New Concept of the Dutch Disease". In: Ocampo, J.A. *Beyond Reforms, Structural Dynamics and Macroeconomic Vulnerability*. Stanford: Stanford University Press. PALMA, José Gabriel. De-industrialisation, 'premature' de-industrialisation and the dutch-disease. **Revista NECAT**. Vol. 3, N. 5, 2014.

PEARTON, Maurice. **The Knowledgeable State**. London: Burnett Books, 1982.

PELEG, I. Military Production in Third World Countries: A Political Study. In: MCGOWAN, P.; KEGLEY, E (Eds.). **Threats, Weapons, and Foreign Policy**. Beverly Hills: Sage, 1980.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. Contendo a Revolução: a Aliança Para O Progresso e o Treinamento Militar dos EUA na América Latina. **História: Debates e Tendências**. Vol. 10, Nº. 2, jul./dez. 2010.

PERLO-FREEMAN, Sam. Offsets and the development of the Brazilian arms industry. In: BRAUER, Jurgen; DUNNE, J. Paul. **Arms Trade and Economic Development: Theory, Policy, and Cases in Arms Trade Offsets**. London: Routledge, 2004.

_____. Transparency and accountability in military spending. **SIPRI Commentary**.

_____; BRAUNER, Jennifer. Natural resources and military expenditure: The case of Algeria. **Economics of Peace and Security**. Vol. 7, N. 1, 2012.

PREBISCH, Raúl. **Interpretación del proceso de desarrollo latinoamericano en 1949**. Santiago: ECLAC, 1973.

_____. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Problemas Principais. **Boletín económico de América Latina**. Vol. 7, N. 1, Santiago do Chile, 1962.

PROFETA, Paola; SCABROSETTI, Simona. Political Economy Issues of Taxation. In: BERNADI, Luigi et al. **Tax Systems and Tax Reforms in Latin America**. Londres: Routledge, 2008.

PRZEWORSKI, Adam. Does Politics Explain the Economic Gap between the United States and Latin America? In: FUKUYAMA, Francis. **Falling Behind: Explaining the Development Gap between Latin America and the United States**. Oxford University Press, 2008.

PUGH, P.G. The Procurement Nexus. **Defence Economics**. Vol. 4, N. 2, 1993, p. 179–194.

PUIG, Juan Carlos. **Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana**. Caracas: Instituto de Altos Estudios de América Latina, Universidad Simón Bolívar, 1980.

PYE, Lucian. Armies in the Process of Political Modernization. **Archives of European Sociology**. Vol. 2, 1961.

QUINTERNO, Hugo. **Fuego Amigo: El Ejército y el Poder Presidencial en la Argentina (1880-1912)**. Buenos Aires: Universidad Abierta Interamericana: Teseo, 2014.

RABINOVICH, Alejandro. La Máquina de Guerra y el Estado: el Ejército de los Andes tras la Caída del Estado Central del Río de la Plata en 1820. In: GARAVAGLIA, J. C.; RUIZ, J. Pro; ZIMMERMANN, E. (Ed.). **Las fuerzas de guerra en la construcción del Estado**. América Latina, siglo XIX. Rosario: Prohistoria, 2013.

RADETZKI, Marian. The anatomy of three commodity booms. **Resources Policy**. Volume 31, N.1, 2006, p. 56-64

RAM, R. Defense Expenditure and Economic Growth. In: HARTLEY, K.; SANDLER T. (Eds.). **Handbook of Defense Economics: Volume 1**. Amsterdam: Elsevier, 1995, p. 251-274.

RAMOS, Eduardo Morales 2004. Country survey XIX: Mexico. **Defence and Peace Economics**. Vol. 15, N. 1, 2004, p. 83-99.

RAY, David. The Dependency Model of Latin American Underdevelopment: Three Basic Fallacies. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**. Vol. 15, 1973, p. 4-20.

REINHART, Carmen; WICKHAM, Peter. Commodity Prices: Cyclical Weakness or Secular Decline? **IMF Staff Papers**. Vol. 41, issue 2, 1994, p. 175-213.

REITSCHULER, Gerhard; LOENING, Josef L. 2005. Modeling the Defense-Growth Nexus in Guatemala. **World Development**. Vol. 33, N. 3, 2005, p. 513-526.

RESTUCCIA, Diego. **The Monetary and Fiscal History of Venezuela 1960-2005**. Working Paper. Disponível em: <https://www.economics.utoronto.ca/diegor/research/MFHLA_paper.pdf>. Acesso em 29 de dez. de 2017.

RESENDE-SANTOS, João de. **Neorealism, States and the Modern Mass Army**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

RIGGIROZZI, Pia; GRUGEL, Jean. Post-neoliberalism in Latin America: rebuilding and reclaiming the state after crisis. **Development and Change**. Vol. 43, N. 1, 2012.

ROSENBERG, Justin. The ‘philosophical premises’ of uneven and combined development. **Review of International Studies** (2013), 39, 569–597.

ROSH, Robert M. Third World Arms Production and the Evolving Interstate System. **The Journal of Conflict Resolution**. Vol. 34, No. 1, 1990.

ROSS, Andrew. Arms acquisition and National Security: The Irony of Military Strength. In: AZAR, Edward; MOON, Ching-in. **National Security in the Third World**. Aldershot: Edward Elgar Publishing, 1988, p. 152-187.

ROSS, Andrew. Dimensions of Third World Militarization. **Armed Forces & Society**. Vol. 13, 1987.

ROSTOW, W. W. The Economic History Review, **New Series**, Vol. 12, No. 1, 1959.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

RUBIN, Uzi. Israel's defence industries – an overview. **Defence Studies**. Vol. 17, N. 3, 2017, p.228-241.

RUCKERT, Arne; MACDONALD, Laura; PROULX, Kristina. Post- neoliberalism in Latin America: a conceptual review. **Third World Quarterly**. Vol 38, N. 7, 2017, p. 1583-1602.

RUIZ MORENO, Isidoro. *Campañas militares argentinas*. Buenos Aires: Claridad, 2009.

SAFFORD, Frank. The Problem of Political Order in Early Republican Spanish America. **Journal of Latin American Studies**, Vol. 24, 1992, p. 83-97.

SAINT PIERRE, Héctor Luís. **A Política Armada: Fundamentos da Guerra Revolucionária**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

_____. Adequação entre Concepção Estratégica e Modelo de Estado: O Caso do Exército Vermelho. **Política e Estratégia**. Vol. 8, N°2, abril/dezembro, 1990.

_____. **Max Weber: Entre a Paixão e a Razão**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

_____. Breve Perspectiva Histórica de las Fuerzas Armadas en su Relación com las Agendas de Seguridad e Desarrollo. **Seminário Regional Construyendo Roles: Democracia y Fuerzas Armadas**, Buenos Aires, abril 2008.

_____. Formas Não-Golpistas de Presença Militar no Estado. **Perspectivas**. Vol. 24, N. 25, 2001-2002.

_____. A 'Revolução Copernicana' no Estudos de Defesa. Artigo para o Ministério da Defesa. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/espaco_academico/biblioteca_virtual/Artigos/hector_saint_pierre_a_revolucao_copernicana_nos_estudos_da_defesa.pdf>. Acesso em 13 de março de 2018.

SALAZAR-CARRILLO, Jorge. **Oil in the Economic Development of Venezuela**. Nova Iorque: Praeger, 1976.

SAYLOR, Ryan. **State Building in Boom Times: Commodities and Coalitions in Latin America and Africa**. New York: Oxford University Press, 2014.

SCHEETZ, Thomas. Military Business in Argentina. In: BROMMELHORSTER, Jorn; CHRISTIAN-PAES, Wolf. **The Military as an Economic Actors**: Soldiers in Business. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

SCHEETZ, Thomas. The Argentine Defense Industry: An Evaluation. In: BRAUER, J; DUNNE J, p. (Eds.) **Arms Trade and Economic Development**: Theory, Policy, and Cases in Arms Trade Offsets. London: Routledge, 2004.

_____. The Macroeconomic Impact of Defence Expenditures: Some Econometric Evidence for Argentina, Chile, Paraguay and Peru. **Defence and Peace Economics**. Vol. 3, 1991, p. 65-81.

SCHWANDT, T. A. Three epistemological stances for qualitative inquiry. In: DENZIN, N. K., LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2000.

SICOTTE, Richard; VIZCARRA, Catalina. War and Foreign Debt Settlement in Early Republican Spanish America. **Journal of Iberian and Latin American Economic History**. Vol 27, No. 2, Fall 2009.

SILVA, Patrício (Ed.). **The Soldier and the State in South America**: Essays in Civil-Military Relations. New York: Palgrave, 2001.

SINGER, H. W. U.S. foreign investment in underdeveloped areas: The distribution of gains between investing and borrowing countries. **American Economic Review**. Vol. 40, 1950.

SKÖNS, Elizabeth; WULF, Herbert. The Internationalization of the Arms Industry. **ANNALS**, AAPSSS 585, September 1994.

SMITH, Ron P.; TASIRAN, Ali. Random coefficients models of arms imports. **Economic Modelling**. Vol. 27, N. 6, 2010, p. 1522-1528.

SMITH, Ron. Defence Expenditure and Economic Growth. In: GLEDITSCH, N, p.; LINDGREN, G; MOUHLEB, N.; SMIT, S; DE SOYSA, I. (Eds.). **Making Peace Pay**: A Bibliography on Disarmament and Conversion. Claremont, CA: Regina Books, 2000, p. 15-24.

SOPRANO, Germán. Culturas Militares na Argentina do Início do Século XIX ao Início do Século XX. In: ZIRKER, Daniel; KALIL MATHIAS, Suzeley (Ed.) **Militares e Democracia**: Estudos Sobre a Identidade Militar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

SPATAFORA, Nikola; TYTELL, Irina. Commodity Terms of Trade: The History of Booms and Busts. **IMF Working Paper**. N. 9, 2009. MORRISON, Kevins. Oil, Nontax Revenue, and the Redistributive Foundations of Regime Stability. **International Organization**. Vol. 63, N. 1, Winter 2009, p. 107-138.

STEHR, Uwe. Unequal Development and Dependency Structures in COMECON **Journal of Peace Research**. Vol. 14, June, 1977, p. 115-128.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **Military Expenditure Database**. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/milex>>. Acesso em: 14 de jan. de 2018.

_____. **Arms Transfers Database**. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases/armstransfers>>. Acesso em: 14 de jan. de 2018.

STRAVIANAKIS, Anna; SELBY, Jan. Militarism and International Relations in the Twentieth-Century. In: STRAVIANAKIS, Anna; SELBY, Jan (Ed.). **Militarism and International Relations: Political Economy, Security, Theory**. London: Routledge, 2013.

STRAYER, Joseph. *On the Medieval Origins of the Modern State*. Princeton: Princeton University Press, 1970.

STRØNEN, Iselin Åsedotter. **Grassroots Politics and Oil Culture in Venezuela**. Palmgrave Macmillan, 2019.

TANZI, Vito. Tax Systems and Tax Reforms in Latin America. In: BERNADI, Luigi *et al.* **Tax Systems and Tax Reforms in Latin America**. Londres: Routledge, 2008.

TARRE BRICEÑO, Gustavo. **El Espejo Roto: 4F 1992**. Caracas: Panapo, 1994 *apud* TRINKUNAS, Harold. The Crisis in Venezuelan Civil-Military Relations: From Punto Fijo to the Fifth Republic. **Latin American Research Review**. Vol. 37, N. 1, 2002.

TARVER, H. Michael; FREDERICK, Julia C. **The History of Venezuela**. Westport; Greenwood Press, 2005.

TELESUR. **4F de 1992: Del 'Por Ahora' al 'Para siempre'**. 4 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://www.telesurtv.net/news/4F-de-1992-Del-Por-Ahora-al-Para-siempre-20150204-0024.html>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **The Military Balance**. London: Ed. Brassey's, Várias edições.

THIES, Cameron. War, Rivalry, and State Building in Latin America. **American Journal of Political Science**, Vol. 49, No. 3, 2005.

THILO, Klein. Military expenditure and economic growth: Peru 1970-1996. **Defence and Peace Economics**. Vol. 15, N. 3, 2004.

TIAN, Nan; DA SILVA, Diego Lopes. Improving South American Military Expenditure Data. **Topical Background**. Stockholm International Peace Research Institute, 2017. Disponível em: <<https://www.sipri.org/commentary/topical-background/2017/improving-south-american-military-expenditure-data>>. Acesso em 27 de dez. de 2017.

TICKNER, Arlene. Latin American IR and the primacy of *lo práctico*. **International Studies Review**. Vol. 10, 2008, p. 735-748.

TILLY, Charles. **Coercion, capital, and European states, AD 990 – 1990**. Cambridge: Basil Blackwell, 1990.

TILLY, Charles. War Making and State Making as Organized Crime. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (Eds.). **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

_____. Reflections on the history of European state-making. In: TILLY, Charles (Ed.). **The Formation of National States in Western Europe**. Princeton: Princeton University Press, 1975.

TINKER, Miguel S. **The Enduring Legacy: Oil, Culture, and Society in Venezuela**. Durham and London: Duke University Press, 2009.

TÖNGÜR, Ünal; ELVEREN, Adem Yavuz. The impact of military spending and income inequality on economic growth in Turkey. **Defence and Peace Economics**. Vol. 27, N. 3, 2016.

TRINKUNAS, Harold. **Crafting Civilian Control of the Military in Venezuela: A Comparative Perspective**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2005.

_____. The Crisis in Venezuelan Civil-Military Relations: From Punto Fijo to the Fifth Republic. **Latin American Research Review**. Vol. 37, N. 1, 2002.

TROTSKY, Leon. **The History of the Russian Revolution**. New York: Pathfinder, 1932.

VAN CREVELD, Martin. **Technology and war: from 2000 B.C. to the present**. Nova Iorque: The Free Press, 1991.

VARAS, Augusto; BUSTAMANTE, F. The effect of R&D on the transfer of military technology to the Third World. **International social Science journal**. Vol. 35, N° 1, 1983.

VÄYRYNEN, Raimo; HERRERA, Luis. Subimperialism: from dependence to subordination. **Instant Research on Peace and Violence**. Vol. 5, N° 3, 1975, p. 165-177.

VERNER, Joel. Budgetary Trade-Offs between Education and Defense in Latin America: A Research Note. **The Journal of Developing Areas**. Vol. 18, N. 1, 1983, p. 77-92.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**. V. 29, N. 2, 2007, p. 273-335.

VILLA, Rafael; VIGGIANO, Juliana. Trends in South America's weapons purchases at the beginning of the new millennium. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Vol 55, No. 2, 2012.

_____; WEIFFEN, Brigitte. South American Re-armament: From Balancing to Symbolizing Power. **Contemporary Security Policy**. Vol. 35, No. 1, 2014.

VIVARES, Ernesto (Ed.). **Regionalism, Development and the Post-Commodities Boom in South America**. New York: Palmgrave Macmillan, 2018.

VIZCARRA, Catalina. Guano, Credible Commitments, and Sovereign Debt Repayment in Nineteenth-Century Peru. **The Journal of Economic History**. Vol. 69, No. 2, 2009, p. 358-387.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-System Analysis: An Introduction*. Durham: Duke University Press, 2006.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Berkeley: Waveland Press, 1979.

WEBB, E. J.; CAMPBELL, D. T.; SCHWARTZ, R. D., & Sechrest, L. **Unobtrusive measures**. Chicago: Rand McNally, 1966.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Vol 2. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

WILPERT, Gregory. **Changing Venezuela by Taking Power: The History and Policies of the Chávez Government**. London: Verso, 2006.

WOLDE-RUFAEL, Yemane. Military expenditure and income distribution in South Korea. **Defence and Peace Economics**. Vol. 27, N. 4, 2016.

WONG, Sara; PETRESKI, Marja. Dutch Disease in Latin American countries: De-industrialization, how it happens, crisis, and the role of China. **MPRA Paper**, N. 57056, July, 2014.

WOOLDRIDGE, Jeffrey. **Introductory Econometrics: A Modern Approach**. Mason: South-Western, 2013, p. 484.

WORLD BANK. **World Bank Open Data**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org>>. Acesso em 01 de jan. de 2018.

WULF, Herbert (Ed.). **The Arms Industry Limited**. New York: Oxford university Press, 1993.

_____. Dependent Militarism in the Periphery and Possible Alternative Concepts. In: NEUMAN, Stephanie; HARKAVY, Robert (Eds.). **Arms Transfers in the Modern World**. New York: Praeger, 1979.

WYLDE, Christopher. Post-neoliberal developmental regimes in Latin America: Argentina under Cristina Fernandez de Kirchner. **New Political Economy**. Vol. 21, N. 3, 2016.

_____. State, Society and Markets in Argentina: The Political Economy of Neodesarrollismo under Néstor Kirchner, 2003–2007. **Bulletin of Latin American Research**. Vol. 30, N. 4, October, 2011.

YESILYURT, Filiz; GÜLOĞLU, Bülen; YESILYURT, Ensar. The Determinants of Arms Production. **Defence and Peace Economics**. Vol. 25, No. 2, p.205-211, 2014.

ZAVERUCHA, Jorge; REZENDE, Flávio da Cunha. How the Military Competes for Expenditure in Brazilian Democracy: Arguments for an Outlier. **International Political Science Review**. Vol. 30, No. 4, 2009, p. 407–429.

ANEXO 1 - TESTES ESTATÍSTICOS

Dickey-Fuller test for unit root

	Interpolated Dickey-Fuller			
	Test	1% Critical	5% Critical	10% Critical
	Statistic	Value	Value	Value
Z(t)	-3.985	-3.628	-2.95	-2.608

MacKinnon approximate p-value for Z(t) = 0.0015

Number of obs. = 43

Breusch-Pagan / Cook-Weisberg test for heteroscedasticity: Ho: Constant variance;
 $\chi^2(4) = 3.54$; Prob > $\chi^2 = 0.4726$

Durbin-Watson d-statistic (5 degrees of freedom, 44 observations) = 1.72365

Teste de Hausman

	Coeficientes			Erro Padrão
	Fixos	Aleatórios	Diferença	
Exportações	0.57	0.62	-0.04	0.16
Importações	0.30	0.42	0.11	
Gastos Militares	0.64	0.02	0.62	0.13
Valor das Manufaturas como % do PIB	1.36	2.04	-0.67	0.38
Produto Interno Bruto	0.18	0.57	-0.95	0.28
Chi2 = 365.81				
Prob > Chi2 = 0.000				

Efeitos Fixos = consistente sob a hipótese Ho e Ha

Efeitos Aleatórios = inconsistente sob a hipótese Ho e Ha

Ho: diferença entre os coeficientes não é sistemática